



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE OGLIARI

Agroecologia, campesinato e questão agrária: a permanência das lutas como
tessitura do futuro-presente

FLORIANÓPOLIS
2026

ALINE OGILIARI

Agroecologia, campesinato e questão agrária: a permanência das lutas como
tessitura do futuro-presente

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza

FLORIANÓPOLIS

2026

OGLIARI, Aline

Agroecologia, campesinato e questão agrária : a
permanência das lutas como tessitura do futuro-presente /
Aline OGLIARI ; orientadora, Cristiane Luiza Sabino de
Souza, 2026.

217 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Questão Agrária. 3. Campesinato.
4. Agroecologia. I. Souza, Cristiane Luiza Sabino de. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Aline Ogliari

**Agroecologia, campesinato e questão agrária: a permanência das lutas como
tessitura do futuro-presente**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 12 de dezembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Cristiane Luiza Sabino de Souza, Dra. (*presidente*)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Mailiz Garibotti Lusa, Dra.
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Mônica Aparecida Grossi, Dra.
Instituição Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Ricardo Lara, Dr. (*suplente*)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.



Documento assinado digitalmente

LILIANE MOSER

Data: 03/02/2026 12:36:24-0300

CPF: ***.401.869-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente

Cristiane Luiza Sabino de Souza

Data: 03/02/2026 12:26:35-0300

CPF: ***.145.886-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Cristiane Luiza Sabino de Souza, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2026.

Aos camponeses e camponesas, aos povos tradicionais e às ancestralidades, que
criam, preservam e multiplicam saberes e resistências seculares.

Aos lutadores e lutadoras, que carregam o coração vivo e pulsante da História.

Às vítimas da violência no campo, enterradas em 'cova medida', a pequena parte
que 'lhes coube' destes latifúndios, como canta Chico Buarque.

A Dom Pedro Casaldáliga, no marco dos cinco anos de seu encantamento, por seu
testemunho firme, poético e profético até o fim.

AGRADECER A QUEM CAMINHA JUNTO PELOS 'CAMINHOS DO CORAÇÃO'

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá.
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar.
(Nascimento Jr, 1982, *online*)

A pós-graduação, e em especial o processo de escrita da dissertação, é um tempo solitário em potencial. Me salvou à saúde mental e espiritual todas as vezes que eu lembrava 'das gentes' que estavam comigo e que me lembravam a mim mesma quem eu sou, de onde venho e para que(m) estou aqui. Talvez o dia a dia, no ritmo de conciliar o tempo e distâncias entre trabalho, mestrado, família, amizades, descanso, atividades físicas, lazer, militância, não permitisse tantas presenças físicas, mas nunca estive só. Nem que fossem conversas por redes sociais, em chamadas telefônicas e de vídeo, em atividades diversas, na rua, em cafés e bares, em viagens, em estudos conjuntos em casa ou na biblioteca, ou nos encontros imprevistos: sempre teve gente me lembrando que não estamos sós nesse mundão – ainda que algumas pessoas nem soubessem que 'portavam' esse lembrete.

Pode ser de praxe dizer o quão arriscado é nomear pessoas numa lista de agradecimentos e correr o risco de esquecer alguém, mas se é um dizer tão comum, deve haver uma verdade nele... Portanto, apesar do risco, têm nomes que não posso deixar de mencionar, pois foram fundamentais durante todo o mestrado e no tempo-movimento de sentir-pensar-escrever esta dissertação.

Antes de quaisquer outros nomes, os primeiros de sempre de uma lista que sequer existe: meu pai e minha mãe. Ao seu Mateus e à dona Ivone, um casal que já aguentou e celebrou tanta coisa para que eu pudesse estar aqui, agradeço por toda a vida. A vocês, meu amor e gratidão sem medida, livres e leves, sempre. Junto deles, agradeço às minhas irmãs, meus opostos-complementares, Francieli e Ana Laura; ao meu cunhado, Thiago; e à pitoca Antônia, meu solzinho de amor.

À prof. Cristiane, um agradecimento imenso, cheio de afeto e admiração por ter me acompanhado como orientadora neste tempo de mestrado, no processo da pesquisa, pelas profundas trocas de ideias nas orientações e fora delas, e por termos encontrado um ritmo nesse processo, para que ele fosse o mais próximo possível. Cris, você é incrível, e para mim foi uma honra ter sido orientada por você!

Agradeço aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, bem como aos técnicos e técnicas, que sempre foram acessíveis e deram o suporte necessário para os perrengues da pós. Aos meus colegas e às minhas colegas, pelas trocas nas aulas e por dar materialidade e vivacidade à ciência produzida nesse espaço. Ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência, por me manter partícipe à distância, e me acolher sempre como parte do grupo nas partilhas, nas atividades pontuais e de escritas; e, em especial à prof. Mailiz, pela amizade, por ter me acolhido em casa, pelas provocações, e constantes trocas acadêmicas e da vida.

À Cáritas, meu local de trabalho durante todo o mestrado e onde ‘aprendi a ser’ Assistente Social, pela flexibilidade no tempo a ser conciliado e compreensão nas ausências em atividades. Na pessoa de Valquíria, também por ajudar a atravessar o tanto de emoções que impactaram uma parte considerável do tempo durante a escrita.

Dos diversos espaços que transitei durante o mestrado, de uma forma muito afetuosa quero agradecer ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina, em especial à Gestão 2023-2025, com quem aprendi muito e sempre me senti à vontade para contribuir desde a minha pequenez. Foi uma experiência incrível construir o CONSEA com vocês. As nossas discussões contribuíram demais com essa pesquisa.

Por fim, na minha base firme de sustentação, agradeço a todas as amigas, de perto e de longe, recentes e de tantos anos, pelo acolhimento durante todo esse tempo e para além dele, pelas poesias e canções trocadas, por não deixar que se perdesse o fio que nos une nessa colcha de retalhos que é a vida. Em especial, quero mencionar Felipe, Duda e Francisco; Liége, Ana Carla, Camila, Lizandra, Priscila, Fran, Júlio, Vanessa, Tayná, Paula, Dianifer, Joseanair, Luís, Mari, Carol, Ana Laura, Gabriele, Rafa, Zé, Lidi, Vini, Felipe, os companheiros e companheiras ‘PJteiros da velha guarda’ da Diocese de Chapecó... E ao Rogério, por seguir sendo esse cara incrível que tenta dar conta de me acompanhar nas opções desses caminhos tantos. Vocês foram e são imprescindíveis!

Certeza de que eu não teria chegado até aqui sem lembrar e sentir que tenho cada um e cada uma de vocês na vida, e de que o caminho, tortuoso e desafiante que é, se torna sempre mais fácil e leve com vocês. Gracias!

Madrugada Camponesa
(*Thiago de Mello*)

Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro, mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a agroecologia, e o percurso histórico e dialético da agroecologia desde a resistência camponesa como um tema gerador. O objetivo geral busca estudar a agroecologia no Brasil, a partir do seu movimento histórico-dialético face à complexificação da questão agrária brasileira, para explicitar e colocar em debate seus elementos teórico-metodológicos, políticos, econômicos e culturais no fortalecimento do campesinato. Para atingir tal objetivo, o presente trabalho se organiza em três capítulos que discorrem, respectivamente, o que é demandado pelos três objetivos específicos: investigar os elementos estruturantes da questão agrária, com vistas a estabelecer linhas gerais à compreensão do movimento histórico e dialético da agroecologia no Brasil; situar a discussão sobre campesinato e as lutas camponesas como componente da questão agrária no contexto brasileiro, de modo a traçar as relações com a agroecologia e seus elementos teórico-metodológicos, políticos, econômicos e culturais; e analisar o movimento histórico e dialético da agroecologia no Brasil ao se ancorar no campesinato e no fortalecimento da luta de classes no campo, em contraponto direto ao modelo hegemônico do capitalismo agrário representado pelo agronegócio. O materialismo histórico-dialético é o método científico pelo qual a pesquisa é desenvolvida; a forma de abordagem é de pesquisa mista; e os procedimentos técnicos partem da pesquisa bibliográfica e documental de fonte secundária. Para a técnica de análise de conteúdo dos dados coletados, foram utilizados os referenciais teóricos nas discussões de questão agrária, campesinato e agroecologia, especialmente com a adoção de algumas categorias teóricas que balizaram a estrutura da pesquisa, como questão agrária, terra, trabalho, propriedade privada, violência, agronegócio, campesinato, agroecologia, metabolismo social, agroecossistema, transição agroecológica, reforma agrária e soberania alimentar. A questão agrária é um elemento indissociável da formação sócio-histórica brasileira, que reflete o conflito de classes no campo, onde o campesinato, em sua diversidade, tem sua história marcada por expropriação, exploração e resistência. A agroecologia é concebida em três dimensões indissociáveis: ciência, como teoria crítica que questiona radicalmente a agricultura capitalista e fornece um conjunto conceitual e metodológico na construção de sistemas alimentares sustentáveis; prática social, desde as experiências práticas, diversas e criativas, e as lutas camponesas; e movimento social, que mobiliza e converge sujeitos, organizações e movimentos sociais envolvidos prática e teoricamente na construção da agroecologia. Frente ao desafio de a agroecologia representar uma ameaça real ao regime agroalimentar hegemônico, com vistas a sua superação, a Agroecologia Política compreende a necessidade de construção de estratégias políticas que deem estrutura e escala à agroecologia. A transição agroecológica e a restauração sociometabólica são tidas como centrais nesse processo, e devem objetivar a emancipação humana integral, incorporando a dimensão ecológica da vida. A reforma agrária popular e a soberania alimentar são outras duas pautas estratégicas ao processo, e que convergem no fortalecimento dialético das lutas camponesas. Dentre outros pontos, conclui-se que a orientação política da agroecologia deve se direcionar à construção do ecossocialismo como parte fundamental de seu projeto político e societário e como a possibilidade à vida no planeta.

Palavras-chave: Questão Agrária; Campesinato; Agroecologia.

ABSTRACT

This dissertation focuses on agroecology and its historical and dialectical trajectory since peasant resistance as a generative theme. The general objective is to study agroecology in Brazil, based on its historical-dialectical movement in the face of the increasing complexity of the Brazilian agrarian issue, in order to explain and debate its theoretical-methodological, political, economic, and cultural elements in strengthening the peasantry. To achieve this objective, this work is organized into three chapters that discuss, respectively, what is required by the three specific objectives: to investigate the structural elements of the agrarian question, with a view to establishing general guidelines for understanding the historical and dialectical movement of agroecology in Brazil; to situate the discussion on the peasantry and peasant struggles as a component of the agrarian question in the Brazilian context, in order to trace the relationships with agroecology and its theoretical-methodological, political, economic, and cultural elements; and analyze the historical and dialectical movement of agroecology in Brazil by anchoring itself in the peasantry and the strengthening of the class struggle in the countryside, in direct contrast to the hegemonic model of agrarian capitalism represented by agribusiness. Historical-dialectical materialism is the scientific method by which the research is developed; the approach is mixed research; and the technical procedures are based on bibliographic and documentary research from secondary sources. For the content analysis technique of the collected data, theoretical references were used in discussions of agrarian issues, the peasantry, and agroecology, especially with the adoption of some theoretical categories that guided the structure of the research, such as agrarian issues, land, labor, private property, violence, agribusiness, the peasantry, agroecology, social metabolism, agroecosystem, agroecological transition, agrarian reform, and food sovereignty. The agrarian issue is an inseparable element of Brazilian socio-historical formation, reflecting class conflict in the countryside, where the peasantry, in all its diversity, has a history marked by expropriation, exploitation, and resistance. Agroecology is conceived in three inseparable dimensions: science, as a critical theory that radically questions capitalist agriculture and provides a conceptual and methodological framework for the construction of sustainable food systems; social practice, based on diverse and creative practical experiences and peasant struggles; and social movement, which mobilizes and brings together individuals, organizations, and social movements involved practically and theoretically in the construction of agroecology. Faced with the challenge of agroecology representing a real threat to the hegemonic agri-food regime, with a view to overcoming it, Political Agroecology understands the need to build political strategies that give structure and scale to agroecology. The agroecological transition and sociometabolic restoration are considered central to this process and should aim at integral human emancipation, incorporating the ecological dimension of life. Popular agrarian reform and food sovereignty are two other strategic agendas for the process, which converge in the dialectical strengthening of peasant struggles. Among other points, it is concluded that the political orientation of agroecology should be directed towards the construction of ecosocialism as a fundamental part of its political and societal project and as a possibility for life on the planet.

Keywords: Agrarian question; Peasantry; Agroecology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AeR	Agroecologia em Rede
AMACRO	Amazonas, Acre e Rondônia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ArNA	Região Árabe e Norte da África
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAI	Complexo Agroindustrial
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CGY	Comissão Guarani Yvyrupa
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CIEA	Comissão Interministerial de Educação e Agroecologia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTRAF Brasil	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada

DIRBI	Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária
DONME	De Olho no Material Escolar
DPU	Defensoria Pública da União
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETRAFESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
GT	Grupo de Trabalho
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITR	Imposto Territorial Rural
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MEC	Ministério de Educação
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MMA	Movimento de Agricultura Alternativa
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA	Núcleo de Agroecologia
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDA	Projetos Demonstrativos
PEAPO	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pastoral da Juventude
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNE	Plano Nacional de Educação
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONARA	Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos
Rede PTA	Rede Projeto Tecnologias Alternativas
STF	Supremo Tribunal Federal
TI	Terra Indígena
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O CARÁTER GERAL DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA	28
2.1	EXPROPRIAÇÃO, VIOLÊNCIA E RAÍZES DE UMA ‘QUESTÃO AGRÁRIA’	29
2.2	A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	40
2.2.1	A relação entre a questão agrária brasileira e o capitalismo mundial	46
2.3	UMA NOVA FASE DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NA PERIFERIA DO MUNDO: A REVOLUÇÃO VERDE E A INSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO COMO A ‘NOVA’ VERSÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO	50
2.4	“O AGRO É <i>POP</i> , É <i>TECH</i> , É TUDO”: COMPLEXIFICAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE E REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS	62
2.4.1	A agricultura capitalista e a ruptura sociometabólica	73
3	“É CHEGADA A NOSSA VEZ”: O CAMPESINATO NO BRASIL E AS PRIMEIRAS ELABORAÇÕES AGROECOLÓGICAS	79
3.1	PARA ALÉM DA CERCA DO LATIFÚNDIO: O CAMPESINATO BRASILEIRO	81
3.2	OS CAMPONESES E A AGRICULTURA CAPITALISTA	99
3.2.1	Expropriação, expulsão e exploração do camponês sob capital monopolista financeirizado	105
3.3	HISTÓRICAS E ATUAIS: AS LUTAS CAMPONESAS COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA	117
3.3.1	A agroecologia como uma das expressões contemporâneas da resistência camponesa	128
4	A PRÁXIS DA AGROECOLOGIA A PARTIR DA RESISTÊNCIA CAMPONESA: CONFLUIR CONHECIMENTO E TRANSFLUIR MOVIMENTO	135
4.1	UM RETRATO DA AGROECOLOGIA COMO PROCESSO PERMANENTE DE CONSTRUÇÃO E EM TRANSFORMAÇÃO	137
4.1.1	A agroecologia na América Latina e no Brasil hoje	152

4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA PELA POLÍTICA PÚBLICA	159
4.3	A DIALÉTICA AGROECOLÓGICA E DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO: SUPERAR O AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA	175
4.3.1	Agroecologia, Reforma Agrária e Soberania Alimentar	184
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206

1 INTRODUÇÃO

“Abacateiro, acataremos teu ato
Nós também somos do mato, como o pato e o leão
Aguardaremos, brincaremos no regato
Até que nos tragam frutos teu amor, teu coração.
Abacateiro, teu recolhimento é justamente o significado
Da palavra temporão
Enquanto o tempo não trouxer teu abacate
Amanhecerá tomate e anoitecerá mamão”
(Gil, 1975, *online*)

Tenho uma tendência a gostar de histórias e a encontrar as convergências simbólicas delas com os desdobramentos da vida. É prazeroso perceber quando há coincidências nos caminhos trilhados, mas é incrível entender que muitas delas são, na verdade, resultados de opções feitas a partir das condições objetivas de cada realidade; resultados individuais e, sobretudo, das dialéticas coletivas. Gosto ainda de trocadilhos, de jogos com as palavras, de rimas, de poesias; e acredito que a escrita científica possa ser fluída, prazerosa, acessível, e se dar por meio de canais de diálogo horizontais com os saberes populares, atestados ao longo da história.

Quero iniciar essas páginas introdutórias citando Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, que faleceu em dezembro de 2023. Ao propor o uso de “palavras germinantes”, reconheceu que a que melhor germinou foi “confluência”. Disse ele:

Não tenho dúvida de que a *confluência* é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa ser ele mesmo e outros rios, ele só se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. (Santos, 2023, p. 15 – *grifo do autor*)

Mais adiante, complementa o termo “compartilhamento”, que não é sinônimo de “troca”, pois troca denota dar um objeto por outro objeto. O compartilhamento é “uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. [...] O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende” (Santos, p. 36, 2023).

O saber, o conhecimento, pode até ser racional, letrado, mas também é afeto, sentido e oralizado, que vai e vem, se produz de forma dialética, que se compartilha e, por isso, ‘rende’. Dito isso, o que quero propor nessa dissertação é confluência, é compartilhamento de saberes vindos de espaços complementares, e não dicotômicos,

como o conhecimento dito popular, tradicional, e o conhecimento dito científico, acadêmico. É fundamental reconhecer a riqueza gerada pela confluência entre esses conhecimentos profundamente complexos, densos, transmitidos de diversas formas – na oralidade, na escrita, na memória, na elaboração teórica e científica. E se faz fundamental forjar que seu resultado, além da produção de novos conhecimentos, seja para a construção de uma *práxis* mobilizadora de lutas sociais e para a emancipação humana, que coloque em xeque o grande capital e contribua para a sua superação. A agroecologia, o objeto desta pesquisa, é um exemplo vivaz desse tipo de confluência, como veremos.

Dessa forma, e como a costura de uma colcha de retalhos que cresce e se colore, trago alinhavos de uma memória em permanente construção. Por eles, apresento elementos objetivos e subjetivos que me formam como sujeito histórico individual e coletivo, que me trazem até aqui e por onde inicio o meu movimento de confluência com a pesquisa desenvolvida – o uso da primeira pessoa no singular e no plural quer representar justamente essa implicação da individualidade e, sobretudo, da coletividade na construção do conhecimento. Os fios de minhas memórias e vivências individuais e coletivas são entrelaçados com os fios de fatos históricos, de representações simbólicas e estruturais da formação social, política e econômica desta porção de mundo que chamamos de Brasil, abordagens essas que aparecem ao longo da dissertação.

Sou uma mulher da roça que vive na cidade há 16 anos. Nasci e cresci em Modelo, um pequeno município do oeste de Santa Catarina. ‘Saí de casa’ para estudar, e cursei Gestão Ambiental com uma bolsa do ProUni. Na sequência, morando em Chapecó, atuei por muitos anos em espaços de militância orgânica da Pastoral da Juventude na minha região, no estado e no Brasil, por meio da Secretaria Nacional da PJ, como militante liberada e com dedicação exclusiva de tempo, de energia e de afetos. Quando esse ciclo se encerrou, retornei à universidade por sentir necessidade dela, e escolhi cursar Serviço Social devido aos caminhos trilhados até então.

Nunca mais voltei para morar na minha casa, lugar onde nasci e cresci, o pedaço de chão que me pariu para o mundo e que segue sendo meu lugar de referência e de pertencimento mais forte – o meu *tekohá*, como chama o povo Guarani. Não saí da roça para ‘ganhar a vida na cidade grande’ porque acreditava que esse seria o lugar das ‘oportunidades de uma vida melhor’: as ilusões de progresso

reproduzidas culturalmente nunca me seduziram, pois cresci sabendo a importância e a centralidade do lugar de onde eu venho, e por ter aprendido a sentir orgulho, a respeitar e a reverenciar as minhas raízes camponesas. Mas, ainda que por possíveis motivos diferentes, o fato é que faço parte de um grande contingente populacional que migrou para as grandes cidades e que, desde esses lugares estranhos, segue na amargura dos efeitos do sistema capitalista insustentável que não deu certo para os pobres de qualquer lugar do mundo.

Sou filha de uma família camponesa: do lado paterno, um campesinato com descendência italiana, trazido pela política imigrantista e adaptado no sul do Brasil; pelo lado materno, o campesinato de origens caboclas, da região do Contestado, do meio oeste catarinense. De hábitos culturais próprios, aqui se encontraram duas distintas e confluentes formas de se fazer agricultura. Infelizmente, frente às investidas do capitalismo no campo por meio da Revolução Verde, que se ‘interiorizou’ massivamente nos anos 1970-80, essas duas e outras tantas formas de fazer agricultura, incorporaram produtos químicos, técnicas e tecnologias importadas e uma dinâmica de produção proporcionalmente característica de tal sistema.

Da minha primeira infância, um pouco mais, tenho memórias das pequenas lavouras de fumo, de milho e de feijão que recebiam, de tempos em tempos, doses de adubos químicos e de agrotóxicos, por mais que meu pai as aplicava abaixo do recomendado pelos técnicos. Lembro especialmente do fumo, cuja colheita se dava no verão, e onde passávamos a maior parte das tardes recolhendo as folhas que quebravam dos pés recém coletados, e que precisavam ser levadas da roça para secar no galpão – nenhuma folha podia ser perdida. Daquela época, recordo que em algumas noites o meu pai chegava em casa com dor de cabeça e um pouco de tontura após ter passado o dia passando veneno em alguma parte da roça. Quando isso acontecia, a recomendação para mim e minhas irmãs era sempre a mesma: não ir até aquelas áreas durante determinado tempo, porque o veneno estava ‘fresco’ na terra e na plantação, e poderia nos intoxicar. É importante sinalizar que as áreas próximas de nossa casa, como as hortas, pomares e os quintais mais ampliados, não recebiam nenhum tipo desses insumos químicos, pois eram áreas reservadas para os cultivos mais diversificados, as ‘miudezas’ para nosso próprio consumo.

Outra memória muito viva que tenho, era a constante preocupação do meu pai e da minha mãe relacionada às dívidas obtidas por meio de empréstimos junto ao

banco, para financiar sementes e os insumos químicos utilizados a cada safra. Por suposto que eu não entendia nada de como aquilo funcionava, só sabia que ‘a gente estava devendo toda a vida para o banco’, mesmo sem saber por que devíamos para o banco ou por que ele teria ‘dado’ dinheiro para nós. Ano após ano, essas dívidas se acumulavam, e eles não sabiam como fazer para ‘dar o giro de capital’ e conseguir pagá-las. A situação piorava quando alguma intempérie climática comprometia a lavoura, como uma estiagem severa ou um temporal. Era constante o receio de ter que vender as terras como solução ou, pior, de perdê-las para o tal banco (eu pensava: ‘mas o que o banco vai fazer com as terras?’ Não fazia sentido...). Às vezes, essas possibilidades pareciam inevitáveis, principalmente porque se tornava cada vez mais frequente o fato de famílias vizinhas que resolviam vender suas terras, pagar suas dívidas e ir buscar melhores condições de vida na cidade. A pobreza (ainda que não fosse reconhecida como tal) era generalizada e muitas famílias, como a minha, só não passavam fome porque as ‘miudezas’, sem valor econômico e plantadas nos quintais, ainda estavam ali. Esse contexto e essas situações particulares vividas objetivamente, foram alguns dos reflexos da chamada ‘Revolução Verde’.

Em algum momento da segunda metade da década de 1990, o meu pai voltou de um curso promovido pela antiga FETRAFESC¹, e disse que a próxima safra a ser plantada não receberia nenhum tipo de veneno ou qualquer outro insumo químico. Foi uma decisão levada a cabo de forma um tanto abrupta, sem desenvolver a ‘transição’ progressiva recomendada, das áreas cultivadas da forma convencional para esse novo modelo que ele anunciava como uma novidade, e que recebia o nome de agroecologia. O meu avô paterno dizia que, na verdade, esse modelo não era novo (de ‘novo’, só o nome), pois era a forma como ele e minha avó sempre cultivaram suas roças, assim como seus antepassados e todo mundo de sua época.

Após a mudança nas formas de organizar a produção da roça, começamos a participar de um grupo de famílias produtoras agroecológicas, o Núcleo Verde Vida, organizado na e pela Rede Ecovida de Agroecologia. Além da organização política em si, a finalidade era a formação, o acompanhamento técnico, o compartilhamento de experiências e, mais adiante, a certificação participativa. Desse espaço e de outros que vieram, era constante a expressão de que a agroecologia era ‘uma opção de vida’,

¹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina, hoje Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, FETRAF.

que eu interpretava mais como uma palavra de ordem, uma retórica bonita ou mesmo apaixonada, e que se referia a um ideal de se viver em ‘harmonia com a natureza’.

Já na adolescência e juventude, ao ingressar na militância junto à PJ e em conjunto com movimentos sociais do campo, percebi que essa expressão trazia outros elementos transversais, que estavam no campo das relações sociais, econômicas e políticas. Ao perceber isso, percebi mais: as minhas memórias não representavam apenas a realidade da minha família ou, no máximo, das famílias vizinhas que eu conhecia, mas as realidades de outras inúmeras famílias camponesas do país e da América Latina, e que o seu conteúdo era histórico, material, geográfico e político. Talvez seja por isso o fato de eu não conseguir conceber e reproduzir a ideia de que o agronegócio possa vir a se apropriar da agroecologia (que é diferente da produção orgânica, essa sim suscetível como nicho de mercado). Por mais que esteja em disputa e apesar das contradições inerentes que existem, a agroecologia tem atrás de si uma visão e construção de mundo totalmente oposta e que a sustenta.

Aqui estão os meus dois pressupostos para essa pesquisa. O primeiro, de que a agroecologia é um resultado da complexificação da questão agrária e da luta de classes no campo, no caso, com um recorte referente ao contexto brasileiro. É uma resposta do campesinato às investidas do capitalismo no campo por meio da Revolução Verde. Como processo dialético amplo e externo, o segundo pressuposto é que a agroecologia se constitui como uma proposta antagônica ao agronegócio e ao modo de produção capitalista em uma perspectiva política, social, cultural e econômica. Assim, tais pressupostos colocam a agroecologia em um significado e uma ação que vai além de reunir, conectar e sistematizar conhecimentos tradicionais e técnico-científicos relacionados às práticas agrícolas que não recorram ao uso de agrotóxicos, adubos químicos, sementes transgênicas e à produção na lógica do latifúndio e da monocultura. Pode-se dizer que ela tem uma *práxis* anticapitalista imbricada em sua essência.

Registros indicam que a primeira menção à agroecologia data da década de 1920/30, retomada como conceito nos espaços acadêmicos por volta dos anos de 1970/80, através de pesquisas que ganharam volume diante dos impactos danosos inegáveis produzidos pela Revolução Verde. As primeiras pesquisas foram produzidas nas áreas das ciências agrárias e da natureza e, com o tempo, outras ciências, como as sociais, se aproximaram e contribuíram com o amadurecimento da compreensão e

abrangência da agroecologia. Como prática social, sua gênese vem das experiências promovidas pelas famílias camponesas, em um movimento de resgate de saberes e práticas tradicionais para se desvencilhar das armadilhas dos pacotes tecnológicos da agricultura capitalista. Com o uso de metodologias populares e participativas para a construção de autonomia, tais experiências também foram impulsionadas pelo compromisso político de técnicos, pesquisadores e organizações com tal propósito. Dialeticamente, nasce o movimento agroecológico, diverso e criativo, construído por sujeitos já organizados politicamente ou não em sindicatos, igrejas, entidades e movimentos camponeses. Nele, há a participação de cientistas, pesquisadores/as, organizações e movimentos sociais, e a presença ativa e central de camponeses como produtores de conhecimento. Neste mosaico, a agroecologia passou a ser compreendida, portanto, como ciência, prática e movimento social.

Quando saí do Ensino Médio e fui cursar Gestão Ambiental, eu já tinha uma posição contrária ao agronegócio e ao latifúndio, e em favor da reforma agrária, já sabia o que era a Revolução Verde e seus efeitos danosos, a importância do resgate de práticas tradicionais de agricultura, da conservação de sementes crioulas, e tudo o mais. Embora com algumas brechas por onde se podia tensionar a urgência de outro modo de produção, o curso era estruturalmente formado para pintar o capitalismo e o agronegócio de verde, com a roupagem demagógica do ‘desenvolvimento sustentável’ para o campo e para o espaço urbano e industrial. Que falácia...

Porém, foi no Serviço Social que encontrei um lugar confluyente para ampliar minha compreensão crítica sobre a realidade, e para que o meu arcabouço teórico se fundamentasse mais e melhor, no caso, especialmente sobre a questão agrária. No trabalho de conclusão de curso, com orientação da Prof. Mailiz Lusa, pesquisei sobre a estratégia da agroecologia para a segurança alimentar e nutricional. O objetivo era compreender de que forma que a agroecologia contribuía para a efetivação do direito humano a alimentação adequada (DHAA) em um contexto de agravamento da pobreza e da fome. Essa pesquisa foi feita com uma análise de conteúdo das cartas políticas finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), precedida de um adensamento bibliográfico acerca da formação agrária brasileira e da discussão posta sobre a fome, o DHAA e as concepções de segurança alimentar e nutricional. A segurança alimentar, na perspectiva da soberania alimentar, passa a ser uma estratégia central adotada pelo movimento agroecológico e que chega a uma

conclusão básica, construída ao longo de sua história: para solucionar o problema da fome, o agronegócio precisa acabar.

A soberania e segurança alimentar não é uma pauta qualquer assumida despretensiosamente pelo movimento agroecológico, bem pelo contrário. Ela abre um campo de tensionamento na correlação de forças da luta de classes ao evidenciar a relação entre produção e consumo, campo e cidade, fome e direito à alimentação saudável, justa e acessível para toda a população; e por chamar a atenção pública para as dimensões estruturais da fome. Essa pauta também dá força política para o movimento agroecológico demandar ao Estado a construção de políticas públicas fortes e amplas para fortalecimento da agroecologia, e para disputar inclusive o orçamento (que é pífio, já adianto). Se no início eu desejava ‘apenas’ tratar das estratégias da agroecologia para efetivar o DHAA, ao final da pesquisa eu compreendi que essa era uma pauta central, uma estratégia em si, que contribuía dialeticamente para o próprio fortalecimento da agroecologia. Não há nenhum proselitismo, nenhuma arrogância, nenhum egoísmo nisso, apenas confirma a construção histórica da agroecologia como um movimento social com interesses coletivos e comprometido com a vida e as lutas da classe trabalhadora – ao menos nesta porção sul do mundo, onde a agroecologia também herda as conquistas e derrotas das lutas camponesas latino-americanas.

Essa mudança de perspectiva da pesquisa, lançou luz para aspectos políticos e estruturalmente mais profundos relacionados à agroecologia, e despertou interesses de conhecer mais e construir pesquisas para colocá-la no campo das disputas societárias. Assim, no processo seletivo para o mestrado, propus olhar para as dimensões política, ética e econômica da agroecologia, em específico. Nas orientações realizadas com a Prof. Cristiane Sabino, a proposta se reorganizou conforme amadurecíamos os objetivos no projeto de pesquisa, e foi confirmada posteriormente na sua qualificação. Mesmo com os ajustes comuns nos processos de pesquisa, a proposta se manteve alinhavada com minhas memórias, o lugar, os grupos sociais e as experiências coletivas de militância que me formaram e moldaram as minhas opções de vida; e que reafirma meu compromisso ético, político e profissional também com essa feição da realidade brasileira.

O modelo agrário hegemônico no Brasil tem sua origem nas formas de organizar a produção adotadas durante o período colonial, por meio das sesmarias,

das *plantations* e da escravização de pessoas negras sequestradas de África; ou, para tomar a reflexão de Gorender (2016), no modo de produção escravista colonial. Lenta e gradualmente, e de forma determinante após a Lei de Terras, em 1850, esse sistema agrário consolidou o latifúndio monocultor e o poder da elite agrário-urbana-industrial, e provocou o aprofundamento da exploração, marginalização e empobrecimento da classe trabalhadora, principalmente de trabalhadoras/es pretas/os e pardas/os.

As características de tal sistema se refletem, dentre outros aspectos, na produção em larga escala voltada para exportação, na superexploração da força de trabalho, no uso intensivo, extensivo e de ocupação concentrada da terra, cuja apropriação se deu por meio da expropriação violenta de camponeses e povos tradicionais de seus territórios. Em resumo, a invasão colonial europeia e sua dinâmica de reprodução e sustentação, é uma das correspondentes diretas para a gênese do agronegócio e de toda a sua estrutura de poder e dominação, tal qual como o conhecemos: predatório, parasitário e deficitário com os interesses e necessidades nacionais, embora se sustente com um discurso que diz exatamente o contrário, afinal, 'o agro é *pop*, é *tech*, é tudo'.

A discussão da questão agrária, enquanto conflito existente em torno do acesso, da posse e uso da terra, da organização e da exploração do trabalho e, conseqüentemente, das condições de vida de quem vive no campo, é transversal em toda a pesquisa desenvolvida. Por outro lado, fica evidente que há uma urgência em dar visibilidade, fortalecer e viabilizar as alternativas para a sua resolução, colocando-as em maior debate científico, político e mesmo público. A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e que recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), vai ao encontro a essa urgência por compreender o potencial contestatório e transformador imbuído na agroecologia e situá-lo no campo da disputa política e de contra hegemonia.

Diante do que foi apresentado, em relação à forte e desproporcional correlação de forças postas pela luta de classes em um país de capitalismo dependente e partindo da compreensão de que a agroecologia detém uma práxis essencialmente anticapitalista, a pergunta que fica é: *como se manifesta o movimento histórico e dialético da agroecologia no Brasil face à complexificação da questão agrária brasileira?*

Para responder a esse problema, o desafio proposto pelo objetivo geral foi o de estudar a agroecologia no Brasil, a partir do seu movimento histórico-dialético face à complexificação da questão agrária brasileira, para explicitar e colocar em debate seus elementos teórico-metodológicos, políticos, econômicos e culturais no fortalecimento do campesinato. A partir dele, três objetivos específicos se desdobraram:

- 1- Investigar os elementos estruturantes da questão agrária, com vistas a estabelecer linhas gerais à compreensão do movimento histórico e dialético da agroecologia no Brasil;
- 2- Situar a discussão sobre campesinato e as lutas camponesas como componente da questão agrária no contexto brasileiro, de modo a traçar as relações com a agroecologia e seus elementos teórico-metodológicos, políticos, econômicos e culturais;
- 3- Analisar o movimento histórico e dialético da agroecologia no Brasil ao se ancorar no campesinato e no fortalecimento da luta de classes no campo, em contraponto direto ao modelo hegemônico do capitalismo agrário representado pelo agronegócio.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do materialismo histórico-dialético como método científico. A teoria crítica, sempre atual, contribui para desvelar a complexidade da realidade a partir da totalidade e, no caso da pesquisa, favoreceu que as camadas que permeiam o objeto investigado pudessem ser expostas e explicadas. Prates (2012) fala que Marx e os marxistas em geral compreendem que esse método de investigação deve orientar para que a pesquisa se debruce de forma profunda e exaustiva sobre a realidade, que estabeleça categorias, grupos e relacione-os, da mesma forma que identifique as contradições e conexões entre eles.

Se faz necessário, portanto, apreender a realidade como uma totalidade concreta para que mediações teóricas fundamentais sejam buscadas na explicitação da relação entre totalidade e particularidade. Souza (2020) alerta para o desafio que exige o esforço teórico na busca de elementos fundamentais particulares à América Latina e ao Brasil, para que se apreenda as estruturas de reprodução do capital nesse lugar do mundo. Tais estruturas são forjadas “sobre processos concretos de contradições e transformações, artificiais ou naturais, de modos de vida [...] são forjadas na história concreta de sujeitos históricos concretos” (p. 27).

Com base no materialismo histórico de Marx, mas como forma de melhor apreender a história da América Latina, a autora propõe um “giro teórico-metodológico” (Souza, 2020, p. 28) que considere a história deste nosso continente como parte da história universal, e não como apêndice da história europeia. Ou seja, uma história que é anterior e além do momento e do território em que se forjou a expansão do capital. Enquanto método científico, o método marxiano, crítico e dialético, permite compreender as determinações particulares e variadas manifestações da sociedade burguesa, mas também a realidade concreta desses outros momentos da história humana.

É de imensa relevância para o materialismo histórico, como método científico, captar a singularidade, o desenvolvimento interno de cada época histórica, ou seja, o modo de produção e a formação social que lhe corresponde, a unidade dialética entre a sua processualidade geral como totalidade histórica-concreta (Souza, 2020, p. 32).

Nesse ‘gancho’ do giro teórico-metodológico, cabe já sinalizar que a pesquisa aqui desenvolvida assumiu também a perspectiva do movimento agroecológico para a construção do conhecimento em agroecologia, a compreendendo como *práxis* – prática social, ciência e luta. Na crítica à ciência positivista e mecanicista,

A agroecologia, em sua dimensão de *ciência*, é tão tensionada a integrar, ao seu corpo de conhecimento, uma chave de leitura que permita radicalizar a sua abordagem social. Falamos aqui da necessidade de apropriação dos fundamentos da concepção materialista e dialética da história, para ir à raiz da forma capitalista de agricultura, do funcionamento da sociedade burguesa, compreendê-la em suas contradições e na sua dimensão histórica e, portanto, possível de superação, de reconstrução social e ecológica (Guhur; Silva, 2021a, p. 396).

Em relação à caracterização da forma de abordagem, conforme descrição feita por Prates (2012), a pesquisa proposta será uma pesquisa quanti-qualitativa, ou pesquisa mista, pois são dois aspectos complementares e que favorecem o estudo da complexidade da realidade, que não é dicotômica. Os procedimentos técnicos utilizados foram os da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental de fonte secundária, ambas de materiais já publicados e, no caso da documental, com dados já tratados e analisados, conforme caracteriza Fontelles *et al* (2009).

A pesquisa bibliográfica partiu da análise de obras clássicas e contemporâneas, que promovem investigações sobre a formação e permanência da questão agrária, a

atualidade do agronegócio, a nova e antiga tradição dos estudos camponeses, junto historicidade, organização, diversidade e lutas do campesinato brasileiro, bem como as pesquisas científicas e construção do saber agroecológico, permeado do debate político e estratégico da agroecologia. Dentre tantos nomes, os principais autores e autoras referenciados são: Marx (2023), Kautsky (1986), Gorender (2013 e 2016), Marini (2005 e 2012), Moura (1995), Osório (2019), Linhares e Silva (2021), Stedile (2005 e 2013), Traspadini (2022), Shanin (2005), Maestri (2005), Martins (1979, 1980 e 1995), Ianni (1984 e 2005), Graziano da Silva (1993), Woortmann e Woortmann (1997), Altieri (2012), Gliessmann (2009), Caporal (2015), Caporal e Costabeber (2019), Guzmán Casado, González de Molina e Sevilla Guzmán (2000), Sevilla Guzmán (2011), Gonzalez de Molina *et al* (2023), e Tardin e Guhur (2017).

Já a pesquisa documental de fonte secundária fez uso de documentos governamentais, como o Censo Agropecuário de 2006 e 2017, legislações e cartilhas de políticas públicas que tratam sobre a produção orgânica e agroecológica no Brasil, bem como de pesquisas e materiais formativos e de preparação a encontros de agroecologia, elaboradas pelo próprio movimento agroecológico. Sobretudo, se utilizou de relatórios de três pesquisas desenvolvidas por organizações agroecológicas, cuja intenção foi a de apresentar dados e registros de experiências agroecológicas no Brasil e na América Latina, e ilustrar reflexões desenvolvidas ao longo dos capítulos da dissertação. São os documentos: Perspectivas da Agroecologia na América Latina 2021-2025; Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática; e Agroecologia nas Eleições 2022.

Para a análise dos dados coletados por meio das pesquisas bibliográfica e documental, foram utilizados referenciais teóricos que tratam da discussão sobre questão agrária, campesinato e agroecologia. Essa análise se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, com recorte temático. Para tal, foram definidos indicadores e variáveis, organizados em dois agrupamentos complementares, e que se referem aos procedimentos técnicos escolhidos. Para a (i) análise bibliográfica no decorrer da pesquisa, diversas categorias teóricas foram abordadas, como questão agrária, terra, trabalho, propriedade privada, violência, ideologia, agronegócio, campesinato, agroecologia, metabolismo social, agroecossistema, transição agroecológica, reforma agrária e soberania alimentar. A partir desse conjunto categorial, na (ii) análise documental foram utilizados, como recorte temático, a composição dos elementos

teórico-metodológico, econômicos, políticos e culturais da agroecologia que fazem a crítica ao modelo agrário hegemônico e que apresentam os desafios e soluções para o avanço e consolidação do projeto agroecológico.

A dissertação está organizada em três capítulos, além desta parte introdutória e da que apresenta as considerações finais. O primeiro capítulo se centrou exatamente em trazer os aspectos que estruturam a questão agrária brasileira, que, por sua vez, é um elemento indissociável da formação sócio-histórica e econômica do país. Além de problematizar a sua constituição, complexificação e atualidade, a intenção foi realçar algumas das principais características do poder hegemônico e opressor da luta de classes no campo, pois compreendemos que eram caracterizações necessárias para abordar, posteriormente, o movimento e a reação do outro lado da correlação de forças, que é o campesinato. O caráter geral da questão agrária no capitalismo tem seus elementos característicos e fundantes na acumulação primitiva do capital e na ruptura sociometabólica, processos muito mais violentos e profundos nos territórios coloniais. Desde a segunda metade do século XX, o agronegócio se constitui na versão mais contemporânea do capitalismo agrário, e cada vez mais se prova ser uma agroecossistema destrutivo e insustentável.

No segundo capítulo, apresentamos o lado que foi duramente impactado pela questão agrária e avanço do capitalismo no campo. Por isso, percorremos a historicidade, organização e sociabilidade do campesinato como categoria social heterogênea, presente no Brasil desde o período colonial, mas reconhecida como tal apenas ao final do século XIX e início do século XX. O trabalho expressa a identidade do camponês e o produz como sujeito, de modo que os pacotes tecnológicos, ao atacar o processo de trabalho camponês, ataca também aquilo que o camponês é e se identifica. Porém, da degradação e diferenciação às resistências e reorganização camponesa, o campesinato sempre produziu respostas e lutas na defesa de seus territórios, cultura, condições e modo de vida, e a história brasileira é marcada por lutas sociais cujos protagonistas são camponeses explorados e espoliados.

A agroecologia é uma dessas respostas produzidas, e é aprofundada devidamente no terceiro e último capítulo. A busca por captar o processo histórico e dialético do nosso objeto de pesquisa foi desafiante, pois ele ainda está em movimento, de modo que muitas análises podem ser insuficientes. As políticas públicas de agroecologia são tratadas como um ganho histórico do movimento

agroecológico, mas que carecem de maior investimento, projeção e facilidade para serem acessadas pelas famílias camponesas. Esse e outros ganhos ao longo do tempo, bem como os desafios interpostos, são tratados junto da análise da processualidade e amadurecimento histórico da agroecologia.

Ao longo da abordagem feita, estabelecemos as relações diretas da agroecologia, objetivas e subjetivas, no fortalecimento da luta de classes no campo, a favor do campesinato e como contraposição radical ao agronegócio como modelo hegemônico do capitalismo agrário. Para que a agroecologia seja uma ameaça real ao regime agroalimentar hegemônico, a Agroecologia Política identifica a necessidade de que ela ganhe escala, no sentido de projeção e estratégias políticas, saindo do localismo, ainda que fundamentais, das experiências territorializadas. As categorias de transição agroecológica e restauração sociometabólica são apresentadas como centrais a esse processo, e devem objetivar a emancipação humana integral, com a dimensão ecológica da vida contemplada. Junto a isso, a transição agroecológica precisa promover a construção de um processo de trabalho ecologicamente orientado, com controle sociometabólico dos agroecossistemas feito pelas famílias camponesas, e construído por trabalhadores e trabalhadoras livremente associados e associadas. A Reforma Agrária Popular e a Soberania Alimentar são reivindicações antigas e pautas estratégicas à agroecologia. Juntas, foram uma tríade complementar, que fortalece de forma dialética as lutas camponesas.

Nas considerações finais, apontamos alguns desafios no processo da pesquisa, sinalizamos algumas das lacunas referentes ao conteúdo dos três capítulos e que foram deixadas em aberto para pesquisas futuras, e finalizamos indicando algumas demandas postas ao poder público e à sociedade em geral, sistematizadas pela ANA em contexto de eleições. Porém, as principais considerações finais se direcionam à orientação política da agroecologia, que deve estar direcionada à construção do ecosocialismo como parte fundamental de seu projeto político e societário e como a possibilidade à vida no planeta.

Aguardaremos. Do abacateiro, colheremos abacates muito em breve.

2 O CARÁTER GERAL DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Confissão do latifúndio
Por onde passei,
plantei a cerca farpada,
plantei a queimada.
Por onde passei,
plantei a morte matada.
Por onde passei,
matei a tribo calada,
a roça suada,
a terra esperada...
Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada.
(Casaldáliga, 2003, p. 128)

Os debates entorno da questão agrária consideram que a realidade agrária abarca a questão da posse, da propriedade, da finalidade e formas de utilização das terras, além da complexidade e pertinência dos impactos sociais que a concentração fundiária tem no desenvolvimento das forças produtivas das sociedades e suas influências sobre o poder político estabelecido. Dessa forma, a história e a constituição da questão agrária devem ser entendidas como o “[...] conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo” (Linhares; Silva, 2021, p. 32), e como resultado da formação sócio-histórica latino-americana e brasileira, em suas particularidades, que se firmam sobre bases escravocratas, coloniais e latifundiárias. O termo ‘agrário’, remete a uma associação entre terra, trabalho e capital, o que implica a existência de uma organização e exploração do trabalho a partir e em paralelo ao acesso e uso da terra, enquanto propriedade privada.

Neste primeiro capítulo da dissertação, serão apresentadas algumas dimensões constitutivas da questão agrária, em seus aspectos históricos, materiais e simbólicos. Cabe sinalizar que, apenas por organização do texto, a primeira abordagem feita parte das mudanças observadas na agricultura na particularidade europeia ao longo da acumulação primitiva do capital. Seus elementos vão aparecer reproduzidos, cedo ou tarde, com processos mais acelerados ou não, na subsunção da agricultura (ou das diversas agriculturas) ao capital em escala mundial, impulsionados exatamente pela dinâmica colonial e imperialista. Após, a abordagem se aproxima e se detém sobre o que acontecia na América Latina e no Brasil durante

o mesmo período, onde o grau de expropriação, exploração e violência foi muito mais brutal e essencial para viabilizar a acumulação primitiva dos países centrais.

Da mesma forma, constará uma abordagem em relação aos sujeitos centrais identificados ao longo dessa história e que colocam seus distintos interesses em disputa na correlação de forças da luta de classes. Embora ambos apareçam pela sua relação intrínseca, para esse momento será dada maior ênfase aos sujeitos que compõem as elites dominantes que lograram construir hegemonia a partir do uso da violência, do poder político, econômico, estatal e mesmo paraestatal, para se apossar da terra. São utilizadas as obras de autoras e autores clássicos e contemporâneos, vinculados à teoria crítica e ao materialismo histórico e dialético e, a partir de suas obras, tem-se a construção de um conjunto categorial que orientará o todo da pesquisa. As categorias mais relevantes são: acumulação primitiva do capital, violência, propriedade privada, renda da terra, divisão internacional do trabalho, e a tríade colonialismo-imperialismo-dependência.

Essas categorias trazem uma melhor amplitude da discussão pretendida, pois seus significados e conteúdos foram e são essenciais no processo de produção e reprodução do modo de produção capitalista. Elas são centrais, portanto, também para compreender e tratar do caráter geral da questão agrária, em seus aspectos conceituais específicos e da apropriação privada da terra. Na sequência, é possível situar a dinamização histórica da questão agrária na América Latina e no Brasil, pois tais categorias e seus aspectos compõem uma base material e simbólica determinante pela qual é reproduzida e atualizada a agricultura capitalista. A Revolução Verde, por exemplo, marca uma nova fase de acumulação do capital internacional e ‘inaugura’ um novo momento histórico ao abrir as portas para a ‘era do agronegócio’. Esse, por sua vez, se consolida em países como o Brasil atualizando o capitalismo dependente e a divisão internacional do trabalho, com suas nuances e reflexos socioambientais, políticos e econômicos.

2.1 EXPROPRIAÇÃO, VIOLÊNCIA E RAÍZES DE UMA ‘QUESTÃO AGRÁRIA’

A constituição de uma ‘questão agrária’ está atrelada diretamente ao movimento histórico desencadeado com a acumulação primitiva do capital, quando a terra passou a ser propriedade privada, sequestrada de uma massa imensa de

camponeses (aqui generalizando suas particularidades). Significa que, para compreender o caráter geral da primeira, faz-se necessário trazer ao debate alguns aspectos e discussões acerca da segunda, já que se refere à “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” e onde “expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo esse processo” (Marx, 2023, p. 785 e 787).

A acumulação primitiva do capital não se deu de uma hora para a outra, tampouco foi linear, com etapas sucessivas e pré-estabelecidas. Ao contrário, foi um processo longo, de séculos, que contou com diversas fases em diferentes períodos históricos, além de ter tido inúmeras particularidades em cada país. De forma geral, compreende o período de transição da sociedade feudal para a capitalista, de separação de trabalhadores da propriedade de seus meios de trabalho; a varredura da população dos campos²; e de acumulação de riqueza de um lado, e de pobreza e pauperismo de outro. É o momento ainda em que se formam as duas principais classes sociais, essencialmente antagônicas: a burguesia, que detém a propriedade privada dos meios de produção, e a trabalhadora (formada principalmente por camponeses expropriados), que agora detém apenas a sua força de trabalho – livre – para vender. A classe capitalista ou burguesa, constituída à base da expropriação de terras e de demais meios de produção das mãos de camponeses e pequenos artesãos, passa a ser composta por grandes proprietários fundiários, que sobreviverão às custas, fundamentalmente, da renda da terra; e de capitalistas industriais (dos pequenos aos maiores), às custas da exploração direta do trabalho assalariado.

Marx (2023) fala que a economia política clássica abrandava a descrição dos métodos adotados nesse período, para a qual o direito e o trabalho seriam as únicas formas de enriquecimento, e ironiza ao dizer que os métodos desse período podem ter sido qualquer coisa, menos idílicos. Mais adiante, ele resume:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista,

² Marx (2023, p. 800) cita o “clareamento das propriedades rurais”, o “*clearing os states*” (*grifo do autor*), que significa varrer as propriedades de seres humanos.

incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (p. 804)³

O autor registra que a esse proletariado inteiramente livre e desapropriado de seus meios de subsistência, foram imputadas legislações sobre o trabalho que favorecia a exploração e o disciplinamento por meio de repressão violenta, torturas e trabalho forçado em caso de mendicância, vagabundagem ou roubo. Ainda proibia associações de trabalhadores, procurava impor jornadas de trabalho cada vez maiores, e limitava o salário pago, sob pena de prisão – de menor tempo para quem o pagasse, e maior quem o recebesse.

Concomitante ao que acontecia no interior da Europa, a geopolítica mundial estava em constantes rearranjos, ora com maior predominância política e econômica de alguns países, ora com a de outros. A ‘descoberta’ (ou *invasão*) do continente americano deu um novo e determinante impulso ao longo processo de acumulação primitiva, como a reorganização mais ou menos cronológica de seus diferentes momentos e estágios. Esse fato também constituiu em si um marco fundamental e inaugurou uma nova fase de tal processo, marcado por guerras comerciais entre as nações europeias e disputas pelos novos territórios coloniais, e viabilizou, posteriormente, a consolidação do capitalismo industrial (Marx, 2023).

Combinados de forma sistêmica, junto dos novos momentos trazidos pela ‘descoberta’ e invasão colonial da América, se organizaram alguns sistemas de exploração – mais adiante, vão aparecer atualizados na dinâmica do imperialismo e dependência, na subordinação de países periféricos a países ditos centrais. Tais sistemas se basearam na violência e no uso do poder do Estado, e impulsionaram de forma artificial os processos de transformação do modo de produção feudal para o capitalista na Europa, acelerando a superação do primeiro. Marx (2023) fala de quatro sistemas: o colonial, o da dívida pública, o moderno sistema tributário e o protecionista.

O sistema colonial amadureceu o comércio e as navegações, onde as colônias garantiram um mercado para escoamento das manufaturas em ascensão e

³ Sobre o furto da propriedade comunal, o autor fala de dois tipos de recursos empregados: os atos individuais de violência, um método privado de apropriação; e, posteriormente, com a forma parlamentar de roubo, que é a “*Bills for Inclosures of Commons*” (leis para o cercamento das terras comunais)” (Marx, 2023, p. 796 – *grifo do autor*), que seria o uso de decretos parlamentares de expropriação das terras do povo, onde os proprietários fundiários se auto presenteavam com a propriedade privada das terras comunais.

proporcionaram uma acumulação potencializada pelo monopólio do mercado. “Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital”. Esse mesmo sistema colonial serviu de incubadora para o sistema de crédito público, ou da dívida pública que, por sua vez, “torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (Marx, 2023, p. 823 e p. 824). Isso acontece com a sujeição de nações devedoras a outras credoras (na verdade, a credores privados) por meio da manipulação de dívida-crédito de um dinheiro fictício, em capital usurário. Desse sistema, surge o terceiro complementar: o sistema tributário, que joga para a classe trabalhadora o peso dos impostos tributados aos seus meios de subsistência mais fundamentais. Já o sistema protecionista, se referia mais à dinâmica de importação e exportação de produtos, de limitar a concorrência internacional em prol dos interesses do capital nacional (mas também na concorrência interna), e usado para acelerar a transição dos modos de produção em questão.

A violência possui uma importância central na acumulação primitiva do capital e é um recurso histórico indissociável do modo de produção capitalista como um todo. Ela é, portanto, fundamental para compreender dinâmica da apropriação privada da terra e basilar na constituição do caráter geral da questão agrária. A violência é citada diversas vezes por Marx (2023) em sua análise, sendo empregada de várias formas e com vários recursos utilizados: violência na expropriação da terra e dos meios de subsistência (p. 787), perseguição “sanguinária” contra os expropriados para que não caíssem em *vagabundagem* (p. 805), violência no disciplinamento ao trabalho, violência econômica e extraeconômica (p. 808), violenta criação do proletariado livre (p. 813), no método do sistema colonial que se baseia na violência mais bruta, com o extermínio, a escravização e o soterramento dos povos nativos das novas colônias nas minas de ouro e prata, e a “caça comercial de peles-negras” na África (p. 821). Conforme resume o autor, “a violência é a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (p. 821).

Embora o debate acerca do campesinato como classe social e em sua dinâmica histórica, cultural e identitária será feito no segundo capítulo, a abordagem aqui está direcionada para as mudanças gerais observadas no espaço rural europeu no contexto da acumulação primitiva, em termos mais econômicos e sociais da transição da agricultura sob o feudalismo para a agricultura capitalista. Nesse sentido, o foco

também está mais sobre o espaço agrário, ainda que haja uma relação direta e complementar ao capitalismo industrial e à formação de grandes centros urbanos, concentradores de poder econômico – que, ao se estabelecer, passou a conduzir e a pautar as mudanças na agricultura, subordinando-a aos seus interesses.

Antes de supor quaisquer determinismos acerca do ‘futuro’ da agricultura, Kautsky (1968) sinaliza que as pesquisas desenvolvidas sobre questão agrária devem considerar as transformações experimentadas pela agricultura sob o modo de produção capitalista, considerando se e como o capital se apropria dela, se a revoluciona, se a subverte para as antigas formas de produção e de regime de propriedade, ou se cria a necessidade de novas formas de produzir. O autor inicia a sua reflexão tratando do processo de subsunção formal da agricultura camponesa para a capitalista, a partir da dependência cada vez maior do camponês ao dinheiro. Isso se dava para a compra dos itens dispensáveis (outrora acessados mediante trocas simples de gêneros excedentes produzidos na propriedade), por compra de coisas necessárias que não eram produzidas na propriedade, ou para o pagamento da renda da terra ao senhor feudal ou do fisco às autoridades públicas relativas (até então, pagos em gêneros produzidos na sua respectiva porção de terra).

Na Europa, a particularidade mais conhecida do ‘camponês agricultor’ é recente do ponto de vista histórico, sendo um dos resultados do processo mencionado por Kautsky (1986). Antes, a propriedade camponesa⁴ tinha outra dinâmica, com considerável estabilidade e autonomia sobre a produção geral dos itens que consumia (sementes, alimentos, instrumentos do trabalho, vestuário...). Porém, para conseguir o dinheiro necessário, precisou se especializar na produção de uma mercadoria diferencial que a indústria urbana não produzia: gêneros alimentícios. Quanto mais a ‘indústria camponesa’ se especializava, maior era a distância estabelecida à indústria urbana, e maior a dependência a ela e ao mercado. Ao depender dele, em específico,

⁴ A referência à propriedade camponesa feita neste tópico é estritamente ao campesinato europeu – e deste, também de uma forma bem geral, dado que não adentraremos em suas particularidades. É importante sinalizar isso já agora pois, por mais que os campesinatos latino-americano e brasileiro detenham características similares entre si e para com o campesinato de outros lugares do mundo, eles são extremamente heterogêneos, forjados ao longo da história, e se complexificam considerando interesses coloniais e imperialistas. Muito antes da invasão colonial, povos indígenas de Abya Yala praticavam agricultura, com técnicas complexas na produção de seus alimentos; e, após a invasão, a constituição do campesinato como conhecemos se deu à esteira da escravização e da transformação da terra em propriedade privada também aqui. Porém, tanto na Europa nesse recorte histórico, quanto (e principalmente) na América Latina, um elemento comum do campesinato era a concepção da terra como meio de trabalho coletivo, e não como propriedade privada. Esses elementos serão aprofundados no próximo capítulo.

também sucumbia às suas leis, ao ponto de – e aqui chama a atenção para a dimensão simbólica – as grandes e boas colheitas, que antes eram motivos de bênçãos e celebrações, passarem a ser um flagelo: a superabundância fazia os preços dos alimentos caírem, enquanto a escassez resultante das más colheitas, os elevavam.

“Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, tanto menos lhe era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor aos consumidores” e, por isso, “tanto mais tinha necessidade de um intermediário”. O comerciante em questão vai se utilizar do fato de dominar muito melhor a dinâmica do mercado para explorar ainda mais o camponês (Kautsky, 1986, p. 29). Mais adiante surge uma quarta figura, o usurário, que vai sujeitar o camponês na mesma dinâmica descrita por Marx (2023) para a subjugação das nações por meio do sistema de dívida-crédito.

Naquele momento, a exploração havia se tornado tamanha que o camponês, que nem sequer conseguia o dinheiro suficiente para subsistência de sua família (também impactada, e cada vez menos numerosa em dependentes), passou a recorrer a empréstimos, dando a sua terra como garantia. A dependência do capital usurário se tornou para a família camponesa a pior das explorações, da qual era muito difícil se livrar. Quando não conseguia se desvencilhar da dívida, restava a venda da terra.

O que antes não podiam as más colheitas, o fogo, e a espada, realizam-no as crises do mercado de cereais e de gado. Elas não acarretam para o camponês apenas um mal passageiro. Podem arrancar-lhe o ganha-pão – a sua terra – e finalmente separá-lo inteiramente dela, para *transformá-lo num proletário*. (Kautsky, 1986, p. 29 – *grifo do autor*)

Paulatinamente, a agricultura sob o feudalismo se converte em agricultura moderna, capitalista, com o uso dos métodos apresentados anteriormente – violência individual e institucional, com expropriação direta, legislações para o cercamento de terras comunais, e a constituição da propriedade privada propriamente dita. Não foi alterado somente o regime de propriedade e a dinâmica de comercialização, mas também as técnicas empregadas ou o modo de se produzir, as relações sociais de produção e a finalidade da produção em si.

Diante disso, além da perda da qualidade da terra, da diversificação dos cultivos e da organização do trabalho na comunidade, houve uma gradual e

significativa mudança dos hábitos alimentares dos camponeses. Se antes havia carne em maior abundância devido à caça e ao gado criado nos bosques, florestas e pastagens, o seu consumo diminuiu consideravelmente até se tornar nulo, porque essas áreas comuns se tornaram privadas, não se fazia mais pousio e rotação das terras, as caças foram proibidas e as pastagens que existiam eram reservadas para a criação do gado do senhor feudal, que o vendia. A alimentação das famílias camponesas passou a ser estritamente à base de vegetais, majoritariamente cultivados nos pequenos lotes individuais (aos poucos, eles diminuíram em tamanho e perderam qualidade por falta da adubação que advinha do esterco dos animais). A consequência foi uma generalizada imagem famélica no campo. Muitos camponeses optaram por ir trabalhar como operários assalariados, vagar, mendigar ou roubar, e simplesmente abandonaram as terras (Kautsky, 1986). Percebe-se assim, o fluxo histórico da separação do trabalhador da terra e sua paulatina transformação em força de trabalho disponível ao capital.

Segundo Kautsky (1986), quando a agricultura moderna se consolida, o pequeno camponês já havia perdido o pouco da autonomia que ainda conservava, e dependia cada vez mais do mercado para comprar os itens de necessidade básica para a sua reprodução biológica e para o trabalho na propriedade. Somam-se os gêneros alimentícios diversificados, pois a produção especializada não possibilitava mais ter diversidade; os cereais, não mais cultivados, *in natura* ou farinha; os instrumentos de trabalho cada vez mais caros; as sementes, que não mais eram colhidas, selecionadas e guardadas para o próximo plantio como outrora; e até mesmo os próprios animais, pois já não tinham mais animais adultos para reprodução. Sem poder de barganha algum, ele aprofunda o seu grau de dependência e subordinação ao mercado, sobre o qual não possuía nenhum controle, e cuja dinâmica era ditada pelo capital urbano. Aos poucos, o seu próprio saber é substituído, já que “o processo da transformação moderna da agricultura atinge uma altura particular quando as conquistas da ciência moderna, a química, a fisiologia vegetal e animal, se transferem das cidades, onde foram elaboradas, para os campos” (p. 55).

Outra característica descrita por Kautsky (1986) a respeito da agricultura moderna, foi a introdução do uso de maquinários no processo produtivo agrícola, haja vista os bons resultados na indústria urbana. Ele foi um dos fatores principais de transformação no campo e, tal qual na indústria, cumpriu funções bem específicas na

organização, ou divisão, do trabalho – trabalhadores manuais (braçais) e trabalhadores intelectuais; especialização de instrumentos e ferramentas, e respectivas adaptações para atividades específicas. Porém, ali encontrou desafios distintos e obstáculos mais complexos: (i) de ordem técnica, pois se fazia necessário ‘dominar a natureza’; (ii) em termos econômicas, porque a finalidade da máquina era, antes de tudo, rebaixar salários, não necessariamente economizar força de trabalho. Se no campo os salários pagos já eram baixos em geral, a introdução de maquinário se tornou mais lenta e não foi vista como uma vantagem para os proprietários fundiários, além de que o esvaziamento no campo acarretaria, de imediato, o encarecimento da força de trabalho que ali ainda ficava disponível (ao menos em algumas épocas do ano); (iii) o grau de educação e instrução dos trabalhadores agrícolas, que é baixo e não correspondem ao grau de complexidade para manuseio das máquinas; e (iv) a distância considerável das áreas agrícolas dos canais de transporte e fábricas de maquinaria, o que dificulta em distância e custos para o transporte de máquinas pesadas e reparos técnicos em máquinas que estragarem.

A introdução de máquinas foi gradual, se adaptou conforme as demandas cresciam, acelerou os processos produtivos para atender o mercado na produção de mercadorias, e logo tais máquinas se comprovaram vantajosas para os proprietários fundiários. Em paralelo, elas também geraram mudanças culturais, econômicas e no trabalho das famílias camponesas.

[...] o debulhador não é apenas aconselhável por economizar, mas também por superar em rapidez as forças de trabalho humanas. Esta rapidez não é de somenos importância depois que a produção para a venda substituiu a produção para o consumo pessoal. Trata-se agora de tirar partido de conjunturas do mercado. É o que se pode fazer tanto mais depressa o produtor de cereais quanto mais depressa a sua colheita é preparada para a venda, isto é, debulhada. A debulha era outrora um dos trabalhos de inverno, que, ao lado da indústria doméstica, ocupava o camponês. (Kautsky, 1986, p. 59)

Se transição de modos de produção foi lenta no início, ainda sob o feudalismo, a partir do momento em que se consegue estabelecer a mudança na forma de produção e se tira do camponês a sua autonomia, nos marcos da agricultura moderna, a transformação se torna profunda e muito rápida. Ela já não é mais compreendida como um ofício de trabalho camponês, estagnado por séculos, mas toma uma amplitude em termos de ciência, com aumento de pesquisas, investigações e

conhecimentos teóricos. Kautsky (1986) ressalta muito os ganhos científicos desenvolvidos em torno da agricultura, nas engenharias, química, agronomia, fisiologia, e que abrem ao mundo um universo invisível aos olhos – inclusive, o microscópio passou a ser o instrumento ótico de maior relevância para a agricultura. Assim, passa a ser explicado cada vez mais a dinâmica orgânica, química e mineral de funcionamento do solo, das plantas, dos animais, para além da dimensão mecânica das máquinas.

A mudança na forma de se produzir e na finalidade da produção levou ao empobrecimento e exaustão crescente dos solos, pois a reciclagem de nutrientes e minerais foi rompida. Produzir cada vez mais rápido e em maior escala é a tônica na produção de mercadoria no campo, e a terra, por si só, não ‘cria’ e nem repõe os nutrientes e minerais que as plantas necessitam. O desafio posto à ciência e à prática foi o de descobrirem recursos, ainda que paliativos, para restituir à terra essas substâncias nutritivas. Houve um grande esforço para se criar e fabricar adubos subsidiários (e sintéticos) que fossem assimiláveis pelos solos e pelas plantas.

O número desses *[sic]* fertilizantes importados ou fabricados é enorme, e aumenta dia a dia. [...] Em certos casos, os adubos artificiais dão mesmo ao homem do campo a possibilidade de dispensar completamente a cultura alternada e os estrumes, de adaptar a lavoura às exigências do mercado e de consagrar a superfície agrícola de que dispõe à produção destinada à venda. *Esta lavoura livre é a forma mais perfeita a que atingiu do ponto de vista técnico e econômico, a agricultura moderna.* (Kautsky, 1986, p. 68 – grifo meu)

A agricultura capitalista, regida pelas leis de mercado, havia se tornado complexa, com condições mais extensas e variadas de instabilidade, e condições de produção e de circulação, de compra e de venda que outrora não possuía. Ela passa a demandar, portanto, de uma contabilidade exata e regular, que se baseia nas considerações comerciais, mas também científicas. Nesse sentido, passou a considerar, por exemplo, a terra e a renda da terra para além do capital e do lucro – e se renda diferencial, a depender do quão fértil é ou está o solo (Kautsky, 1986).

O arrendamento da terra pressupõe que a terra esteja na forma de propriedade privada, detida por um proprietário, o qual concede a um terceiro a possibilidade de usá-la mediante um pagamento. Segundo Oliveira (2007), na sua forma pré-capitalista, a renda da terra é o pagamento em forma de algum produto excedente (trabalho, parte da produção ou dinheiro), feito pelo camponês ao proprietário pela

autorização deste para aquele cultivar a sua terra. Já na sua forma capitalista, ela é sobra acima do lucro, ou um “componente particular e específico da mais-valia” (p.43). Sob o modo de produção capitalista, portanto, a renda da terra assume outra relevância, e as suas particularidades podem ser encontradas no campo e na cidade.

Na sua forma mais recente e desenvolvida, capitalista, é renda da terra diferencial na medida em que resulta de concorrência, e renda da terra absoluta, à medida que resulta de monopólio. Há, porém, uma terceira forma, que é justamente a renda da terra de monopólio, que se refere a um lucro adicional derivado de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida, por sua vez, em uma região muito específica, com qualidades especiais. Cabe diferenciar essas três formas, a partir de Oliveira (2007):

- a) *Renda da terra diferencial*: é do caráter capitalista da produção, e não da propriedade privada do solo, e continuaria existindo caso a terra fosse nacionalizada. Pode ser de dois tipos: *diferencial I*, resultado da diferença de fertilidade natural do solo, da localização das terras, e da diferença de preços (de produção do pior solo e de produção individual), devido à concorrência na exploração capitalista da terra; e *diferencial II*, que decorre do aumento da fertilidade do solo e da melhoria genética de sementes e mudas devido ao investimento no processo de produção.
- b) *Renda da terra absoluta*: advém da propriedade privada do solo, e da oposição de interesses existentes entre o proprietário fundiário e a coletividade. “Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir” (p. 44), e desapareceria se a terra fosse nacionalizada. Ela é a sobra acima do valor das mercadorias, o lucro extraordinário permanente.
- c) *Renda de monopólio*: depende apenas do desejo e capacidade de compra de quem quer consumir a mercadoria de qualidade muito particular, e não do consumo da população em geral porque não se trata de produto alimentar básico. Ou seja, o monopólio está sobre a mercadoria produzida, mas que depende de terras de qualidades específicas para produzi-las.

Por fim, cabe sinalizar que no debate mais geral da questão agrária, aparece um aspecto fundamental que é sobre a formação de monopólios, uma lei tendencial do modo de produção capitalista.

Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia a sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. (Marx, 2023, p. 701)

No recorte histórico tratado aqui, a tendência apontada era a da formação de monopólios, a partir da centralização de capitais, em relação às indústrias. Isso aparece, por exemplo, para a viabilizar a produção em larga escala, que vai permitir o barateamento de mercadorias para que elas possam se realizar mais facilmente e, assim, acelerar o próprio processo de acumulação de capital.

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento de mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala de produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores. [...] A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem. (Marx, 2023, p. 702)

Além do barateamento de mercadorias, o próprio sistema de crédito, outrora usado como um recurso para acumulação primitiva, “logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, se converte num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais” (Marx, 2023, p. 701).

Essa mesma tendência serve para a formação de monopólios sobre a terra. Após expropriá-la de camponeses, torná-la propriedade privada e transformá-los em trabalhadores livres, o processo de acumulação do capital consolida o novo modo de produção. Os capitalistas que também se consolidam necessitam seguir acumulando capital para se manter na concorrência estabelecida entre capitalistas individuais – alguns saem em vantagem e outros são sufocados pela concorrência desproporcional. Aqui, são reflexos dessa tendência todas as técnicas e tecnologias científicas desenvolvidas para acelerar a produção de gêneros agrícolas; ampliar a escala de produção para atender à crescente demanda do mercado urbano; e ‘dominar’ as barreiras naturais para que não fossem um impeditivo à produção. Somam ainda as formas de como a agricultura foi submetida aos interesses industriais e urbanos; dos empréstimos de dinheiro e endividamento de camponeses; e de como houve aniquilamento de práticas mais rústicas e saberes milenares de campesinato. Desde

esse momento, mas num salto histórico não muito longo para comprovação, os monopólios também se estendem às indústrias que produzem maquinários, sementes, e demais insumos para a agricultura, como já sinalizado. Hoje, esses monopólios são verdadeiros impérios, os trustes do agronegócio, e que mais adiante serão tratados de forma mais detida.

A constituição da questão agrária na América Latina e no Brasil foi fundamental para viabilizar a acumulação primitiva do capital na Europa, e a sua reprodução histórica segue porque ela é extremamente funcional à produção e reprodução do capitalismo mundial. A violência, parteira do novo modo de produção, se constitui, inevitavelmente, como um dos pilares estruturantes da questão agrária em todo o continente latino-americano, apesar das especificidades de cada processo de colonização. Não à toa que o próprio termo, ‘questão agrária’, denota a existência de conflito sobre o acesso e uso da terra, explicita a luta de classes no campo e coloca em choque os interesses antagônicos de grupos sociais distintos.

2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Os estudos bibliográficos sobre a questão agrária brasileira são, do ponto de vista histórico, muito recentes. Apenas na década de 1960, por motivação e necessidade política e sociológica interna de partidos políticos, é que houve os primeiros debates de ideias e teses que buscavam interpretar, ainda que de formas distintas, as origens e as características sobre a posse, a propriedade e o uso da terra no Brasil. Diversos estudos foram elaborados, com discussões se as relações sociais e de produção no campo se configuravam como feudais, pré ou semi-capitalistas, ou se, desde o princípio, teriam sido capitalistas em sua forma mais elaborada⁵. Nessa pesquisa, partimos da abordagem e entendimento de que o que houve foi o desenvolvimento do modo de produção escravista colonial, como uma categoria particular e estruturante para o modo de produção capitalista dependente.

Calcula-se que até 1500, ano da ‘descoberta’ portuguesa do que viria a ser o Brasil, já viviam nessas terras mais de 5 milhões de pessoas, cujo povoamento data de mais de 50 mil anos. Suas relações sociais estavam postas no modo de produção

⁵ Em relação a tais abordagens, podem ser citados diversos autores, dentre os quais Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Carlos Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Jacob Gorender.

do comunismo primitivo, e se desconheciam qualquer sentido ou conceito de propriedade privada dos bens da natureza (terra, água, rios, fauna, flora, minérios...). Esses bens eram de posse e uso coletivo para suprir as necessidades dos agrupamentos sociais que se formavam por laços consanguíneos, de língua, etnicidade e cultura. Como havia abundância na oferta de alimentos pela natureza (e quando se tornavam escassos, os grupos migravam para outra área), a agricultura se desenvolveu em outros ritmos e formas. Porém, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina, povos indígenas domesticaram plantas existentes na natureza, como mandioca, milho, amendoim, banana, tabaco, abacaxi, cacau, batata, que, além de carregarem consigo quando migravam, também realizavam trocas entre si, entre os grupos distintos (Stedile, 2005). Essas trocas favoreciam a diversificação das sementes e mudas, e a melhoramento na qualidade genética de tais itens.

Aqui, cabe um rápido complemento de Traspadini (2022), a partir de estudos de Cardoso e Brignoli (1979), ao dizer que se estima que a população na América tenha sido de 40 a 100 milhões de pessoas. Havia sociedades bem estabelecidas (como Incas, Maias e Astecas), mais complexas, desenvolvidas técnica e politicamente, e que, embora fossem densas em população, eram pequenas em tamanho territorial. Nelas, a agricultura também já havia se desenvolvido, com cultivos intensos, e técnicas para irrigação e para manejo do solo e de plantas.

Com a invasão europeia, além do domínio e extermínio desses povos, a lógica de organização da produção e de se apropriar dos bens da natureza seguiam as leis do capitalismo mercantil, característica de tal momento histórico em que se encontrava a Europa quando das ocupações coloniais nas Américas, e que foram descritas no tópico anterior. “Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação de capital” (Stedile, p. 22, 2005). De início, a mobilização estava na procura do ouro; depois, em transformar minérios diversos em mercadoria; e, mais adiante, em usar as terras férteis dos trópicos para cultivos de produtos agrícolas consumidos pelos países europeus, como cana-de-açúcar, algodão, gado, café, pimenta-do-reino, tabaco e cacau.

No processo inicial da colonização brasileira, Portugal tratou com desleixo as terras sobre as quais afirmou sua ‘soberania imperial’; e precisou que as incursões da França e da Holanda se tornassem uma ameaça real para que a Coroa Portuguesa

tomassem alguma medida. Gorender (2016) fala que, ainda que o povoamento e a fundação dos engenhos servissem para demarcar a posse do território, a prioridade estava na procura de metais preciosos, e cujo êxito se esperava ser tão grande quanto das colônias espanholas. Junto do povoamento e da prosperidade econômica, essa procura era colocada como uma das obrigações condicionadas aos donatários e, mais tarde, aos governadores gerais, na administração das terras pertencentes às suas Capitanias Hereditárias e sesmarias. Até a descoberta do ouro, somente um século e meio mais tarde, houve investimento nas plantações de cana-de-açúcar, e os engenhos de açúcar ganharam mercado internacional, ao ponto de atingirem posição monopolista, e se mostraram investimentos rentáveis.

Com a expansão dos engenhos, uma nova sociedade se consolidava na colônia portuguesa. Essa formação social historicamente nova teve por base um fator decisivo e que, ao se relacionar à colonização do Brasil, se constituiu como o modo de produção dominante: o escravismo colonial. A gênese do escravismo colonial precisa ser compreendida pela relação dialética entre forças produtivas e relações de produção. A força produtiva adotada pela plantagem⁶ se adequava ao trabalho escravo, ao passo que a imensidão de terras férteis e inapropriadas no novo continente colonizado, viabilizou a plantagem canavieira – viabilizada somente porque o continente americano era um continente colonizado, destaca Gorender (2016).

O domínio da plantagem escravista assentou, sobre indiscutíveis condições geográficas – de clima, fertilidade do solo, localização, facilidade de transporte etc. mas o que *determinou* esse domínio, atualizando o potencial geográfico inerte, foram os homens pertencentes a classes sociais, portadores de interesses econômicos e políticos, envolvidos na trama social de sua época, tal qual resultava do desenvolvimento histórico. (Gorender, 2016, p. 180 – *grifos do autor*)

Se utilizando do fator ‘terra em abundância’, a plantagem colonial se estabeleceu na forma de grande propriedade fundiária e de grande exploração, e se tornou em um elemento estrutural para manutenção do escravismo por todo o continente. O autor define quatro traços característicos principais da plantagem

⁶ ‘Plantagem’ é um termo utilizado por Gorender (2016) para traduzir o termo que se refere ao sistema de *plantation*, a fim de ter uma tradução simples, de significação unívoca, sem que remeta a outros possíveis significados (e para não ter um vocábulo usado em inglês). Além de possuir diversos conteúdos econômicos e sociais (em si, não era um sistema inédito), o seu emprego nesse contexto se deu como plantagem escravista, ou seja, foi definido pelas determinações históricas onde se desenvolveu. Ele foi, antes de tudo, uma opção econômica e política das classes dominantes para organização da produção na colônia portuguesa, e não apenas condição geográfica.

escravista: 1) especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial (tendência à monocultura para exportação, ainda que não atingisse sua forma plena), com produção especializada em larga escala, embora mantivesse uma economia natural cuja produção era para consumo interno da unidade; 2) trabalho por equipes sob comando unificado, com disciplina rigorosa e de integração de todas as tarefas. Sua adoção foi adequada ao trabalho escravo, combinando-se e estendendo-se por toda a América colonial; 3) associação estreita e indispensável de se ter, no mesmo estabelecimento, a produção agrícola e o seu beneficiamento, com instalações e instrumentos específicos para um ciclo com mais complexo de trabalho. O beneficiamento não condiciona a plantagem escravista, tampouco vem a prevalecer sobre a atividade agrícola; e 4) a divisão do trabalho em termos quantitativos (cooperação simples entre vários trabalhadores na execução de uma mesma atividade) e qualitativos (mais avançada, com funções distintas advindas da complexificação do trabalho com o beneficiamento, a exemplo dos engenhos, com funções distintas).

A apropriação do sobretrabalho no escravismo colonial se dá pela “*exploração produtiva do escravo [que] resulta no trabalho excedente convertido em renda monetária*”. A renda monetária é a parte excedente que vai ser comercializada e transformada em dinheiro, e a medida de produtividade do trabalho escravo – diferente da “*renda natural*” (Gorender, 2016, p. 193, *grifos do autor*), a parte excedente na sua forma natural, que não vai ser comercializada, mas sim consumida pela família do senhor de escravos.

Enquanto o escravismo colonial possibilitava um mercado interno estreito e que não atendia aos fins da produção mercantil, a plantagem colonial resolvia esse problema, pois ela escoava sua produção ao mercado externo que já existia, estava organizado e em ampliação a partir da demanda europeia crescente por gêneros tropicais. O escravismo colonial, forma assumida pelo escravismo mercantil, era, portanto, um modo de produção dependente do mercado metropolitano. É importante sinalizar que o conceito ‘colonial’ aqui é tratado pelo autor em uma perspectiva puramente econômica, e que tem como principais características:

1º – economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2º – troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo

na pauta das importações; 3º – fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo (Gorender, 2016, p. 201)

Essas características da economia colonial permanecerem inalteradas entre Brasil colônia ou Brasil império, pois a independência política da colônia não suprimiu nem o escravismo e nem a sua forma colonial. Elas podem ser encontradas na caracterização do capitalismo dependente feita por Marini (2005) ao analisar a formação do capitalismo industrial na América Latina no contexto dos processos de independência das nações latinas. São algumas: a integração ao mercado mundial e o lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho; a troca desigual de mercadorias em transações comerciais entre nações desiguais; o ciclo do capital na economia dependente, com a produção organizada para atender o mercado europeu; e a superexploração do trabalho, como uma forma também de compensar a troca desigual. No que se refere ao escravismo colonial, essa última característica é abordada em específico por Gorender (2016, p. 252 adiante), ao tratar dos efeitos desse sistema sobre as condições de trabalho dos escravos e descrever as intensivas jornadas de trabalho às quais eram submetidos. Ou seja, são elementos estruturais da formação socioeconômica brasileira, presentes e inalteradas nos diversos momentos históricos, e que, assim sendo, se mantém até hoje.

O fim da instituição sesmeira se deu em julho de 1822, e a posse passou a ser a única forma de acesso à terra, tanto para camponeses posseiros (que já a ocupavam dessa forma), quanto para as elites agrárias. Apenas em 1850 é que se estabeleceu que a compra seria a única forma de acesso à terra: a promulgação da Lei de Terras instituiu a propriedade privada da terra, que até então era ‘pública’, e definiu o Estado como o seu vendedor e o legitimador da concentração fundiária. Os dispositivos legais da nova lei garantiram a consolidação da distribuição da propriedade fundiária para a elite agrário-escravocrata, “[...] vedaram aos pobres o acesso à propriedade fundiária e asseguraram a preservação da estrutura latifundiária vigente” (Gorender, p. 421), com a permanência das terras nas mãos dos senhores sesmeiros.

Moura (1994) situa a Lei de Terras no apogeu do escravismo pleno, nascido e desenvolvido no modo de produção escravista; com a sequência do escravismo tardio, na sua decadência e decomposição até a Abolição da Escravatura, em 1888. A Lei de Terras foi uma das cinco medidas adotadas pelas elites locais na suposta

modernização observada no Brasil, e em preparação ao trabalho livre⁷. Ela tornava a terra-mercadoria impossível de ser adquirida pelos negros descapitalizados recém libertos da senzala e explicitava o receio das elites coloniais em relação à integração social de ex-escravos, que poderia ser feita mediante a doação de terras pelo Estado à título de reparação.

A Lei da Terra tinha, no fundo, um conteúdo político. Ela deu um cunho *liberal* à aquisição de terras no Brasil, mas visava impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos, e, de outro, estimular o imigrante que via, a partir daí, a possibilidade de transforma-se em pequeno proprietário, aqui chegando. (Moura, 1994, p. 71 – *grifo do autor*)

Mas, mesmo para esses imigrantes europeus que chegaram ao Brasil através da política imigrantista, ter a posse da terra era algo muito difícil, pois,

[...] mesmo o colono estrangeiro via-se na contingência de amealhar soma considerável para comprá-la, ao invés de arrendá-la de terceiros ou ocupar espaços devolutos. O que se desejava, em última instância, era, através dessa estratégia de *modernização* conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro após a Abolição. (Moura, 1994, p. 72 – *grifo do autor*)

Se para esses imigrantes era difícil comprar terras, é de se supor o quão impossível passava a ser para negros escravizados recém libertos. A Lei de Terras, seletiva, discriminatória e elaborada para ser viabilizada na estratégia de branqueamento em termos ideológicos, condicionou “as populações brasileiras compostas de negros, mulatos, mamelucos e não-brancos em geral” aos espaços marginais da estrutura agrária latifundista e escravista, agora consolidada legalmente (Moura, 1994, p. 78). Os interesses das classes senhoriais estavam, assim, resguardados.

Nesse estágio do escravismo tardio, afora as aristocracias e elites agrárias, eram três os estratos sociais distintos que se encontravam na estruturação e reestruturação da população, a saber: pequenos proprietários imigrantes que possuíam terra; os escravizados, sem qualquer direito e com ínfima possibilidade de

⁷ As demais medidas de modernização que marcaram o escravismo tardio foram: Tarifa Alves Branco (1844), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a política imigrantista europeia, como política de branqueamento da população.

mobilidade social; e uma população camponesa sem-terra, composta por negros livres e mestiços e que aumentou consideravelmente com a culminância da abolição da escravidão, em 1888 (Moura, 1994).

Com a abolição, não houve nenhuma “revolução democrático-burguesa” que viria, supostamente, junto do ‘trabalho livre’, que substituiu o trabalho escravo. O que aconteceu aqui não foi uma repetição do processo que aconteceu nos países europeus, e não superou a organização social fundamentada sobre o trabalho escravo e suas respectivas instituições. Ou seja, não houve nenhuma mudança qualitativa na estrutura da sociedade brasileira. Os senhores de escravos foram substituídos pelos fazendeiros de café, “seus herdeiros de direito e continuadores, cristalizando-se [...] as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos”. Do Brasil arcaico, foram mantidos os “instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo”, essas organizadas em sua estratégia de dominação anterior à abolição (Moura, 1994, p. 103).

2.2.1 A relação entre a questão agrária brasileira e o capitalismo mundial

Do período colonial, não só do Brasil, mas da América Latina toda, se mantiveram os traços coloniais mesmo quando das independências formais. Isso vale também para a questão agrária, particular em economias dependentes (e, por isso, funde-se a elas), que mantém a sua estrutura agrária condicionada para a produção de mercadorias destinadas às economias centrais. Nessa mesma particularidade, ela mantém a sua forma e conteúdo em relação à violência que *é a superexploração da força de trabalho* “como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Dessa forma, “a questão agrária, entendida como categoria analítica, explicita o movimento dialógico-dialético entre o campo e a cidade e entre as nações na dinâmica geral e particular da produção de mercadorias” (Traspadini, 2022, p. 176).

Com o surgimento da grande indústria europeia e de sua burguesia, os países industrializados necessitavam da oferta e da grande disponibilidade de bens primários e produtos agrícolas para baratear os salários pagos à classe trabalhadora que também se formava, o que aumentaria a taxa de mais valia e de a taxa de lucro. Marini (2005) explica que os países latino-americanos, recém independentes no início do

século XIX, vão se inserir no mercado mundial com a construção de relações comerciais diretas com os países europeus, principalmente a Inglaterra. A dinâmica comercial estabelecida será em produzir e ofertar matéria prima e produtos agrícolas, e consumir suas manufaturas e bens industrializados produzidos em larga escala. É nesse marco que se consolida a divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos e, a partir dela, a conformação da dependência e da subordinação das nações latinas.

As relações comerciais com trocas desiguais entre nações estruturalmente desiguais é um dos pontos chave para compreender a formação do capitalismo dependente na América Latina⁸. Marini (2005) explica que os países centrais só respeitavam as leis comerciais entre si, mas supervalorizavam os valores dos seus próprios produtos (industrializados) nas transações comerciais com países periféricos, produtores de matéria prima, cujos produtos primários tinham seus valores muito mais rebaixados. Por sua vez, para compensar a troca desigual, os países periféricos aprofundavam ainda mais a superexploração do trabalho internamente.

De imediato, cabe sinalizar a diferença substancial que existe entre poder político e soberania que demarcam as especificidades dos Estados latinos, e que foi muito bem delineada por Osório (2019) ao tratar das soberanias restringidas como uma marca constitutiva das regiões dependentes em geral. As classes dominantes dos países periféricos sempre se submeteram aos projetos hegemônicos dos países centrais, e suas próprias autonomias sempre foram, em si, muito restringidas. Apesar de que em momentos conjunturais muito específicos, no 'durante' da reorganização hegemônica internacional do período compreendido entre as 1ª e 2ª Grandes Guerras, as burguesias nacionais terem acenado para algum projeto autônomo de nação, ao findar dessa reorganização tais elites abandonaram quaisquer esboços de projetos autônomos, e se uniram novamente aos interesses da burguesia central. Enquanto as classes dominantes latino-americanas detêm um poder político forte, os seus Estados têm uma soberania fraca e débil, cujo 'uso' ainda é exercido de forma muito limitada.

⁸ As outras características trabalhadas por Marini (2005) são: a forma como se deu a integração ao mercado mundial, que é justamente o lugar que a América Latina passa a ocupar na divisão internacional do trabalho; a superexploração do trabalho, sem desenvolver qualitativamente as forças produtivas; o ciclo do capital na economia dependente, entre produção e circulação de mercadorias; o processo de industrialização, que jamais foi 'pleno', mas que se deu subordinada aos interesses coloniais; e o novo anel da espiral, que dificulta a transição das bases da economia dependente lançando mão à exportação de tecnologia e de capitais estrangeiros, sob a forma de financiamentos, para desenvolver o complexo industrial dos países periféricos.

Dessa forma, inserção dos países periféricos na dinâmica do capitalismo mundial, como Estados-nação constituídos, faz uma interface direta com o dilema tratado pelo autor em relação à constituição de, na verdade, “semi-Estado-nação”.

O suposto *semi-Estado-nação* que existiu e que hoje existe nas regiões dependentes é o tipo de Estado requerido pelos interesses sociais internacionais e locais que lucram com o mundo que o capital constrói. Acreditar que podem funcionar com a soberania e a forma existentes nos Estados-nação do centro do sistema significa não entender a dialética heterogênea inerente ao capitalismo e sua expansão em escala mundial. (Osório, 2019, p. 192 – grifo do autor)

Na correlação de forças colocadas sob o prisma da geopolítica mundial, essa noção da constituição de Estado joga e manipula a perspectiva de soberania real ou restringida na organização política na periferia, balizada historicamente por interesses econômicos. Os Estados centrais estabelecem alianças políticas e econômicas estratégicas para barganhar poder a favor de seus próprios interesses. É uma compreensão que reforça como o capitalismo dependente foi gestado para orientar a produção dos países periféricos ao mercado internacional dos países centrais, a partir do modelo “agrário-mineiro exportador” (Osório, 2019, p. 185). O mercado interno ficou relegado a um lugar absolutamente secundário, conformado às camadas sociais ligadas e beneficiadas pelo capital; ao passo que as camadas assalariadas ficaram apenas como acessórias a ele, sendo que, de fato, não foram incorporadas ao consumo e nunca usufruíram da riqueza socialmente produzida.

Enquanto os países centrais viviam uma aceleração evolutiva no processo de modernização, os países colonizados e recém-independentes passavam por uma atualização histórica. Dessa diferença substancial, no primeiro processo civilizatório fundado pela Revolução Industrial, houve a configuração de uma nova formação sociocultural, que se mantinha bipartida entre esses dois grupos, com uma significativa e contraposta defasagem tecnológica e econômica entre ambos, mas que também era complementar. De um lado, no grupo superior formado pelos países centrais, há a ascensão à condição de “centros de dominação imperialista industrial”; e do outro, no grupo inferior, há uma “redistribuição de áreas coloniais entre as novas potências” e o surgimento do neocolonialismo como uma nova forma de dependência (Ribeiro, 2000, p. 133).

A divisão internacional do trabalho se atualiza no progresso da industrialização: nos países centrais, se multiplicavam fábricas (e o desenvolvimento qualitativo de suas sociedades); nos países periféricos, se ampliavam as áreas de plantio e de pastoreio comercial, bem como de extrativismo e mineração (e suas sociedades se mantinham condenadas ao atraso). Os povos 'atrasados' da história já não mais abasteciam o mercado internacional com tesouros saqueados, ouro, prata, especiarias ou produtos tropicais.

Sua função passa a ser o fornecimento de matérias-primas para a elaboração industrial, como minérios, o petróleo, a borracha, o algodão, os couros, as lãs e diversas outras produzidas, predominantemente, por trabalhadores assalariados que são também consumidores. A esses produtos, acrescentam-se novos gêneros de exportação, como o café, o cacau, a carne bovina, as frutas tropicais etc., requeridos em proporções crescentes pelos mercados das sociedades industrializadas (Ribeiro, 2000, p. 136).

Marini (2012) registra que, tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos, a indústria nascente, por meio de sua burguesia industrial, necessitava do setor agroexportador para acumular capital, ampliar as divisas, e adquirir equipamentos e maquinários (obsoletos) dos países centrais. Isso está, inclusive, dentre as causas do fracasso de tal burguesia, que não teve capacidade de fazer frente à aristocracia agrária. Para tal, teve que ceder em facilidades e incentivos de exportação.

E para fazê-lo sem limitar a acumulação de capital necessário para enfrentar a segunda etapa da industrialização, deve descarregar sobre as massas de trabalhadores da cidade e do campo o esforço de capitalização, com o que afirma mais uma vez o princípio fundamental do sistema subdesenvolvido: a superexploração do trabalho (Marini, 2012, p. 61).

Em síntese, é possível categorizar quatro grandes fases de como se dá a participação latino-americana na divisão internacional do trabalho e valorização do próprio capital, cuja particularidade está centrada na terra e no trabalho para a produção de mercadoria. Lista Traspadini (2022): a primeira fase, mercantilista-colonial, se deu entre os séculos XV e XVIII, e tinha na terra e no trabalho o conteúdo colonial, por onde se origina o processo desigual e combinado, de fora para dentro, em estruturas sociais profundamente desiguais. A segunda, entre os séculos XVIII e XIX, trata do capitalismo concorrencial e nascimento do capitalismo dependente. Há uma conjuntura política nova, de independências das então colônias, mas sem

alterações sobre os conteúdos desiguais produzidos. A terceira fase, ainda de meados do século XIX até o XX, é da relação imperialismo-capitalismo dependente, que reafirma o lugar funcional da América Latina na produção de valor mundial em um cenário que passa a ter a dinâmica mais determinante dos capitais financeiros. A quarta e última fase decorre a partir dos anos de 1970, e se refere a uma nova fase do imperialismo e intensificação do capitalismo dependente. A fotografia que se tem da América Latina nessa última é de uma região majoritariamente urbanizada e de um campo gerido pelo capital industrial, que segue exportando matérias primas e produtos semielaborados. É exatamente o contexto que se abre nessa última e contemporânea fase o que foi aprofundado e dá chão histórico à presente pesquisa.

Traspadini (2022) sublinha que, de todas as possíveis alterações quantitativas e qualitativas desse lugar que ocupa a América Latina na divisão internacional do trabalho, a centralidade de terra e trabalho no processo de produção de valor segue sendo a substância que se manteve inalterada.

2.3 UMA NOVA FASE DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NA PERIFERIA DO MUNDO: A REVOLUÇÃO VERDE E A INSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO COMO A 'NOVA' VERSÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO

O sistema agrário colonial consolidado após a abolição formal da escravatura, manteve em seu cerne o latifúndio monocultor, com uso extensivo e intensivo da terra; a produção em larga escala para exportação; o poder da elite agrário-urbana-industrial; e o aprofundamento da exploração, marginalização e empobrecimento da classe trabalhadora, especialmente de trabalhadores/as pretos/as e pardos/as. A reboque do que acontecera nos campos da Europa durante a acumulação primitiva do capital até o século XIX (processo descrito por Kautsky (1986) e trabalhado na primeira parte deste capítulo), a organização econômica no Brasil, em sua acumulação originária 'tardia', reproduziu vários elementos, ainda mais profundos, de expropriação e violência.

Com a reordenação geopolítica após a II Guerra Mundial, o desenrolar da Guerra Fria e a ascensão imperialista dos Estados Unidos, surgiram correntes teóricas e ideológicas chamadas desenvolvimentistas, voltadas à periferia global, especialmente à América Latina, e que renovavam a dominação dos países centrais

sobre os periféricos⁹. Em suas perspectivas, os problemas históricos que afetavam e caracterizavam a formação social latino-americana se davam pelo fato de o capitalismo não ser suficientemente desenvolvido e que, portanto, bastava o promover. Sob comando do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, foram lançados planos, programas, projetos, metodologias, financiamentos, capacitações com essa finalidade.

Na promessa do ‘desenvolvimento’, se difunde a propaganda de modernizar o campo, de produzir toneladas de alimentos e resolver o problema da fome. O mito de tornar a região o ‘celeiro do mundo’ se populariza e estabelece um imaginário social positivo frente à perversidade famélica e miserável que os países latinos se encontravam. Essa modernização tem na chamada ‘Revolução Verde’ um projeto político de dominação e de hegemonia do *agribusiness* como modelo produtivo capitalista no campo. Conjunturalmente, foi um embate ideológico à ‘Revolução Vermelha’, comunista, em curso no Leste Europeu, na China e em Cuba, e buscava frear os crescentes levantes populares nos países latinos que reivindicavam condições dignas de vida. No Brasil, ela se consolida com a Ditadura civil-militar, de 1964 aos anos de 1970 (Chã, 2018).

A repressão das aspirações por uma melhora qualitativa da vida material e da ação das massas populares que organizavam movimentos por uma reformulação política era uma das tarefas do regime ditatorial brasileiro, assim como dos demais regimes autoritários em diversos demais países latinos, cujos poderes foram tomados por meio de golpes de Estado. A outra tarefa foi a de “promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista”, em reorganização dos sistemas de produção na América Latina. Dessa forma, esses regimes militares ditatoriais – que, vale lembrar, sequestraram, torturaram, assassinaram e desapareceram com milhares de vidas por todo o continente latino-americano, em nome de enfrentar uma suposta ‘ameaça comunista’ – aprofundaram a nossa dependência em relação ao novo centro hegemônico internacional, os Estados Unidos, reproduzindo em escala mundial a “cooperação antagônica praticada no interior de cada país” (Marini, 2012, p. 65).

⁹ Sobre o debate da ideologia desenvolvimentista, ver tese de Fernando Correa Prado (2015), “A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo”. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2015/Fernando%20Correa%20Prado.pdf>>.

O uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos à base de petróleo e outros minérios, de sementes híbridas e transgênicas, de maquinário pesado para plantio e colheita, entre outros, faziam parte do seu pacote, cuja patente tecnológica era detida por grandes corporações multinacionais. Segundo Chã (2018), os programas da Revolução Verde, sustentados pelo Banco Mundial e pelo FMI, passaram a financiar pesquisas científicas e de extensão rural (avança para o campo educacional); a condicionar a concessão de créditos de bancos à produção agrícola somente com a aquisição dos itens do seu pacote tecnológico (domínio do capital financeiro); e a pautar a política agrícola de muitos países, submetendo mais intensivamente os governos aos interesses do capitalismo internacional por meio das grandes corporações.

Conforme bem sinalizam Hadich e Andrade (2021), é importante compreender a Revolução Verde como um processo histórico, e não apenas como um conjunto de técnicas e tecnologias isoladas que passaram a ser adotadas de forma massiva no campo na segunda metade do século XX. Ela faz parte do desenvolvimento do capitalismo no campo, e suas consequências e contradições possuem as mesmas características desse modo de produção, podendo até mesmo ser compreendida como a “Revolução Industrial da Agricultura” (p. 656).

Além dos impactos ambientais e políticos que se acentuaram com tal revolução, se observou efeitos deletérios nas relações sociais e culturais identitárias estabelecidas em determinados territórios. São exemplos o rompimento dos vínculos e dos tecidos comunitários, com a progressiva perda de autonomia das famílias camponesas sobre suas propriedades e seus modos de vida e de trabalho, a perda de saberes populares e ancestrais com a homogeneização do conhecimento a partir da lógica hegemônica, e o crescente endividamento junto aos bancos. De maneira geral, as consequências listadas pelos autores falam do êxodo rural massivo e esvaziamento do campo, aumento da concentração fundiária e empobrecimento de pequenos agricultores; esgotamento do solo e alterações no clima; apropriação de terras, recursos naturais, biodiversidade e sementes por parte de multinacionais, junto de sofisticação da indústria do agrotóxico e genética, e controle privado das sementes; padronização da organização da vida no campo e na cidade, com impactos negativos sobre a segurança alimentar e a saúde humana (esses e outros impactos serão aprofundados no próximo capítulo, ao tratarmos sobre campesinato).

Ianni (1984) lembra que o mundo agrário brasileiro foi definido para a “produção de excedentes de produção” (p. 145), seja para suprir as cidades e a indústria nacional, seja, principalmente, para a exportação, pois é deste destino que se produz divisas para importar máquinas para a indústria urbana. “O ‘modelo’ adotado coloca o problema da agricultura em outro nível; isto é, intensificar a produção agropecuária para produzir divisas para manter o desenvolvimento econômico” (p. 146), justamente esse que faz com que haja um desenvolvimento intensivo e extensivo do próprio capitalismo no campo. Os elementos comuns identificados e que remetem ao processo de acumulação primitiva se referem à migração campo-cidade (e interna, no caso brasileiro), apropriação privada e concentrada de terras de forma crescente, criação de empresas agrícolas e o desenvolvimento agropecuário.

Os processos migratórios internos neste período da década de 1970 merecem uma menção especial aqui. Se a Europa exportava seus excedentes populacionais para as colônias, como uma forma de contrarrestar as contradições do capital que se tornavam cada vez mais latentes (como a pauperização generalizada das condições materiais da vida), por aqui não haveria muitas opções para ‘lidar’ com os próprios excedentes populacionais gerados. A migração tinha uma limitação geográfica, e era tradicionalmente do campo para a cidade. Porém, ela também se deu, sobretudo, entre as regiões brasileiras, das regiões mais povoadas e urbanizadas para regiões menos urbanizadas e com densidade populacional menor, como a Amazônia e o Centro Oeste. Ianni (1984) fala que a disponibilidade de terras desabitadas¹⁰ até as fronteiras facilitava as iniciativas do autoritarismo do poder estatal a simplesmente deslocar seus contingentes populacionais para outras regiões, ao invés de resolver o problema agrário de áreas de tensão. Essa é a mesma consideração que Graziano da Silva (1993) já havia feito em 1980, reforçando que a referida expansão da fronteira agrícola cumpria três funções: no plano econômico, como novas áreas para produção de gêneros alimentícios; no plano social, como

¹⁰ Sabe-se que não eram territórios ‘livres e desabitados’. A existência de povos indígenas por toda a extensão do território brasileiro sempre foi um fato, mas que nunca foi reconhecida na perspectiva de que eram eles os sujeitos de direito sobre os seus próprios territórios. Outros termos empregados pelas políticas de povoamento e interiorização, como ‘limpeza’ de terras, não se referiam somente à derrubada de matas para fins de colonização e de desenvolver a agricultura capitalista: incluía também o assassinato e extermínio de indígenas que ali vivessem. Um exemplo disso são os ‘bugreiros’, assassinos mercenários cujo trabalho era ‘caçar’ indígenas. Sobre os bugreiros, pode-se ver essa matéria de Santana (2020), disponível no site do Conselho Indigenista Missionário (CIMI): <https://cimi.org.br/2020/10/pacificacao-xokleng-armadilha-violencia-esbulho-territorial/>.

destino dos excedentes populacionais, que poderiam ‘refazer a vida’; e no plano político, justamente para a não resolução das tensões sociais existentes no campo.

Está havendo no Centro-Oeste e na Amazônia um fenômeno singular: talvez seja a última etapa da acumulação primitiva no Brasil. As terras devolutas, tribais, ocupadas por posseiros, estão, pouco a pouco, sendo transformadas em terras griladas e tituladas. Está havendo uma crescente apropriação de terras disponíveis nas “periferias” da sociedade brasileira. A terra se transforma em mercadoria, em algo que tem preço. Está sendo apropriada. Aliás, as tensões que ocorrem entre posseiros e índios, entre posseiros, índios e grileiros, latifundiários etc... são expressões desse processo de acumulação primitiva que está em franco desenvolvimento em certas partes do Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Pará, territórios etc. (Ianni, 1984, p. 146)

Mesmo que a acumulação originária brasileira ainda estivesse em pleno desenvolvimento nessas regiões mencionadas, os indígenas, sitiantes e posseiros, que não detinham nenhum título de propriedade, seguiam sendo expropriados, o que podia significar que aquela era uma fase que também estava chegando ao fim. A terra, como propriedade privada formalizada, agora detinha título jurídico, ainda que adquirido por meio de grilagem. A grilagem de terra, popularmente conhecida por ser uma ‘técnica artesanal’ para envelhecer títulos de terras falsificados com o uso de grilos, significava muito mais do que formalizar a expropriação de terras por meio de papeis. Para Ianni (1984, p. 147), a grilagem era ainda uma “prática da violência privada, como técnica de apropriação econômica”, onde os jagunços e os pistoleiros faziam parte do processo de transformar a terra em propriedade privada. Apenas para uma provocação à parte, fica a pergunta: enquanto método prático, seria a grilagem de terras uma ‘equivalente brasileira’ ao cercamento das terras comunais na Europa? Se sim ou se não, o fato é que ela também cumpriu, e cumpre, uma função importante na reprodução dos conflitos fundiários e na manutenção da questão agrária.

O autor identifica algumas mudanças tecnocráticas que se expandiram para o campo brasileiro após essa fase e que passaram a representar uma ordem social nova em termos sociais, econômicos e políticos – e que, novamente, remetem a Kautsky (1986). Já não era mais apenas o camponês, o trabalhador agrícola ou até mesmo o latifundiário quem tinham sua renda provinda do trabalho no campo: a tecnocracia em questão se refere às diversas profissões que passaram a exercer atividades laborais no e sobre o espaço rural, com a aplicação da ciência acadêmica na prática agrícola. São os engenheiros agrônomos, contadores, administradores, economistas, que passam a trabalhar e administrar os empreendimentos agrícolas de um ou de vários

empresários. São eles também que levarão os conhecimentos relativos à “agronomia, pecuária e veterinária, de solos, tipos de vegetação, tipos de adubos, máquinas etc... Uma tecnocracia que está a serviço da expansão intensiva e extensiva do capitalismo no campo” (Ianni, 1984, p. 152).

O processo de urbanização e industrialização brasileira no início do século XX, no desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial dependente, articulou-se ao capitalismo agrário e, algumas décadas mais adiante, à modernização agrícola conservadora, como passou a ser tratada a Revolução Verde (Chã, 2018). São os efeitos dela no interior do Brasil que Ianni (1984) observou e problematizou, e é a este momento histórico que ele faz uma referência como o momento em que acontece a acumulação originária interna do Brasil. Porém, apenas para que não haja confusão, aqui cabe uma distinção, ou pequena observação: a Revolução Verde pode ter, de fato, impulsionado a acumulação originária interna da qual o autor se refere; mas é importante lembrar que tal revolução foi um programa internacional que viabilizou de forma estratégica uma nova fase de acumulação do capitalismo mundial, em contexto de pós-Guerra. Este período histórico reafirmou a hegemonia dos países centrais, em especial dos EUA em plena expansão¹¹.

No Brasil, a Revolução Verde foi tecnicamente modernizante e socialmente conservadora, e é compreendida por muitos autores, como um processo de modernização conservadora, ou uma “modernização dolorosa”, como chama Graziano da Silva (1982) *apud* Chã (2018, p. 28). Hadich e Andrade (2021) falam que, em sua implementação, houve “um processo violento de expulsão de camponeses de suas terras e modos de produção, imposição de culturas, reordenamento agrícola e fundiário, orientado pela política de colonização e modernização agrícola do Estado brasileiro” (p. 656).

Graziano da Silva (1993) situa três grandes reflexos trazidos pela modernização da agricultura, em especial a que ocorreu no centro-Sul do Brasil. O primeiro é que se acentuaram as disparidades regionais entre as macrorregiões e no interior de cada uma; o segundo é que cresceu a sazonalidade do trabalho agrícola, já que a mecanização não atingiu todas as fases do ciclo produtivo no campo (como

¹¹ David Harvey, no livro ‘O novo imperialismo’ retoma o processo de acumulação primitiva e mostra como ela possui várias fases e formas, a exemplo do que discorre sobre a acumulação via espoliação. No caso, o autor analisa a ascensão e estabelecimento imperialista dos Estados Unidos desde o contexto de pós-Guerra.

a colheita de certos gêneros), o que acelerou o êxodo rural e alterou as relações de trabalho e de renda dos trabalhadores agrícolas, as precarizando profundamente. O terceiro reflexo se refere a uma certa tendência de o mercado unificar a força de trabalho não qualificada para trabalhar nas regiões de agricultura mais desenvolvida, com baixa remuneração, de forma a acompanhar a oscilação dos salários urbanos nas ocupações que também exigem pouca qualificação.

Assim como a Lei de Terras foi central na preparação ao trabalho livre, pode-se cogitar o fato de que o Estatuto da Terra, sancionado já no primeiro ano da Ditadura Militar brasileira (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964), tenha sido uma preparação para a nova fase do capitalismo no campo, a partir da construção de uma base de sustentação legal para o Estado subsidiar os programas da Revolução Verde. Embora careça de estudos mais aprofundados, que não caberão aqui, vejamos alguns elementos que podem ser úteis nessa primeira elaboração¹².

Inicialmente, é importante sinalizar que o Golpe Militar de 1964 se deu em um cenário de grandes ações de massas, e onde estavam postas, nas ruas e no Congresso, pautas sobre ‘reformas de base’, defendidas pelo então presidente João Goulart. Dentre essas reformas, estava a Reforma Agrária, como uma forma de encarar a latente e secular questão agrária, se atentando às dimensões políticas, sociais e econômicas dos conflitos fundiários. Como forma de conter as forças sociais, em especial camponesas, Linhares e Silva (2021) falam que os militares não negam a existência da questão agrária, até mesmo porque o próprio regime foi uma resposta às lutas dos trabalhadores pela terra, e o Estatuto da Terra, posteriormente, foi mais um exemplo desse reconhecimento. Os militares, porém, buscaram despolitizá-la ao deslocar a sua resolução para a uma dimensão meramente técnica, contando com a disponibilização de recursos financeiros aos produtores rurais, de maneira fácil e com juros baixíssimos, por meio de bancos e financiamentos.

¹² Essa suposta relação surgiu em uma reflexão por ocasião da banca de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de João Salvan (2024), onde o autor organizou partes do texto em uma sequência cronológica, fazendo uma articulação entre questão agrária, racismo e expropriação, e que levou a tal debate. As possíveis relações históricas e dialéticas entre a Lei de Terras (que instituiu a propriedade privada da terra com as garantias à manutenção dos grandes latifúndios) e o Estatuto da Terra (que garantia a manutenção da propriedade privada, controlava as ferramentas para desapropriação – em caso extremo – e dava respaldo jurídico e fiscal para a posterior Revolução Verde), requer uma pesquisa bibliográfica, histórica e documental muito mais aprofundada do que os elementos apresentados aqui.

Deveria se atender, dessa forma, à demanda por uma agricultura mais eficiente. Era a resposta técnica à Questão Agrária, como a visão conservadora e política. Dava-se aqui, uma guinada radical na percepção da Questão Agrária no Brasil. Tratava-se de passar de um *padrão agrário*, montado sobre a exploração do trabalhador e o sufocamento do minifúndio sobre o latifúndio, para um padrão baseado no acesso a financiamentos e insumos, o que certamente beneficiava a conjugação dos interesses financeiros do grande capital multinacional (química, para adubos e corretores de solo; máquinas e equipamentos, para instrumentos e implementos agrícolas). (Linhares; Silva, 2021, p. 248 – *grifo dos autores*)

Como se percebe, são métodos típicos da Revolução Verde, que não resolvem os problemas de subsistência das pequenas propriedades camponesas, nem a superexploração do trabalho de trabalhadores agrícolas, nem os contingentes de sem-terra e, muito menos, resolve a questão agrária em si. A busca dessa resolução, interpretada mais adiante pelo do Estatuto da Terra, foi montada orbitando na ideia-chave de modernização do latifúndio. Associar, de forma muito estreita, “propriedade da terra, bancos e grande capital (no mais, multinacional) abria caminho para a *industrialização do campo*, a formação dos CAIs e a indiferenciação campo/cidade” (Linhares; Silva, 2021, p. 250 – *grifos dos autores*)¹³.

De forma muito resumida, o Estatuto da Terra organiza um conjunto de disposições que vão falar sobre a propriedade da terra no Brasil (garantindo a sua existência) e quais suas modalidades. Ao mesmo tempo, vai condicioná-la à sua função social¹⁴ de modo que, caso não a cumpra, poderá ser destinada à Reforma Agrária. Também cria o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)¹⁵, responsável por representar a União e conduzir os processos de reforma agrária junto dos outros entes federativos; o Fundo Nacional de Reforma Agrária, e quais serão as fontes dos recursos; e o Imposto Territorial Rural (ITR). Dentre tantos outros dispositivos criados e/ou organizados, a Lei 4.504/1964 se propõe a organizar os processos de

¹³ CAIs: complexos agroindustriais. No contexto em questão, os CAIs eram uma tendência crescente, e passaram a congrega diversos patamares de produção e serviços rurais e urbanos, além de se integrarem ao “sistema econômico mundial por meio de insumos, das patentes (inclusive genéticas) e do consumo. O conjunto de atividades do setor é dominado pela lógica da concentração de capital e da exclusão de antigos agentes produtivos” (Linhares; Silva, 2021, p. 205).

¹⁴ “Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.” (Brasil, 1964, *online*).

¹⁵ Em 1970, o IBRA foi extinto e substituído pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA.

colonização (interiorização), conduzidas pelo próprio poder público ou por particulares, como companhias de colonização, sejam nacionais ou internacionais.

O *caput* do Artigo 1º do Estatuto da Terra já apresenta a finalidade da lei: regular “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. Nos seus dois parágrafos, caracteriza o que entende por cada medida:

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. § 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (Brasil, 1964, *online*)

A Reforma Agrária altera somente a posse e o uso da terra – posse que apenas dá o direito ao uso da terra, esse voltado para o aumento de produtividade. Aqui, ela não muda o regime de propriedade, que segue privada, tampouco dá o direito de propriedade a quem venha a deter o direito à posse (logo, ela não pode ser vendida, por exemplo). Já a Política Agrícola – diferente de uma Política Agrária que deveria versar mais amplamente sobre as relações sociais e de trabalho, não apenas a reforma agrária na forma que é tratada – respalda a adoção de políticas por parte do Estado. Essas, por sua vez, se dão conforme a orientação ideológica na qual se alinha o governo, para amparar estruturalmente as propriedades de terra e suas atividades agropecuárias (como assistência técnica, linhas de crédito, subsídios e isenções fiscais etc.), e as direcionar para potencializar o processo de industrialização do país.

No Artigo 4º, se definem, dentre outros termos, o que se considera propriedade familiar, minifúndio e latifúndio (por extensão ou exploração):

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros; [...] IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar; V - "Latifúndio", o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja

deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural. (Brasil, 1964, *online*)¹⁶

Para Marini (2012), a ditadura foi uma consequência do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, que precisava abrir novas perspectivas para a acumulação de capital. As medidas antipopulares adotadas são as expressões da coalização da classe burguesa no regime autoritário que se fez. Frente à ameaça de uma reforma agrária que pudesse ferir a propriedade privada, os governos militares a assumiram para contê-la e, em últimas instâncias, conduzi-la sob seu controle.

A reforma agrária aprovada pelo governo militar se limitou à tentativa de criar melhores condições para o desenvolvimento agrícola, através da concentração de investimentos e da formação de fundos para a assistência técnica, deixando as expropriações para os casos críticos de conflito pela posse da terra. Trata-se, em suma, de intensificar no campo o projeto de capitalização, o que além de exigir um prazo longo não pôde ser realizado em grande escala, em virtude do retrocesso geral dos investimentos. (Marini, 2012, p. 154)

Se considerar em especial o momento histórico em que se desenvolveu, no pós-Guerra, pode-se dizer que a Revolução Verde, convergente às conjunturas políticas e institucionais dos países, foi uma nova fase, qualitativamente superior, da acumulação do capitalismo mundial. Se utilizou dos recursos já conhecidos, como saqueio, violência e expropriação nos países periféricos, tal qual a própria constituição da questão agrária, aos mais ‘sofisticados’, por assim dizer, como o sistema financeiro internacional. Ela reafirmou e expandiu a hegemonia das potências econômicas centrais, em especial dos Estados Unidos, e teve contribuição direta e servil dos próprios semi-Estados-nações, desde os seus lugares de subserviência aos projetos hegemônicos, e de quintais produtivos para os interesses do grande capital monopolista e imperialista.

A previsão sobre a “agricultura do futuro”, feita por José Graziano da Silva, em 1980, pode ser conferida hoje. Ao constatar a tendência que a ‘velha agricultura autônoma’ tinha ao desaparecimento, o autor percebeu que a do futuro seria “apenas mais um ramo da indústria, com pequenas especificidades ligadas ao papel desempenhado pela terra como meio de produção”. Ele compreendeu que a produção

¹⁶ A alínea b, do § 1º do artigo 46, estabelece que os limites máximos permitidos para as áreas dos imóveis rurais são de 600 vezes o tamanho do módulo fiscal médio da região do imóvel, e que não devem exceder a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona.

dela deixaria de ser uma “*esperança* ao sabor da Natureza” para se converter em uma “*certeza* sob o comando do Capital” (Graziano da Silva, 1993, p. 68 – *grifos meus*). Pelo que se provou ao longo da história desde então, foi uma previsão acertada.

A gênese do agronegócio, com suas características latifundiária, monocultora e agroexportadora, tem origens nas sesmarias, no sistema de plantagem e no escravismo colonial, como descrito anteriormente. Mas, enquanto modo de produção capitalista para o campo, com organização de classe e projeto político-econômico estruturado, sua formação é mais recente no ponto de vista histórico, e é tratada minuciosamente por Pompeia (2021). O próprio termo ‘agronegócio’ foi adotado em português apenas em 1997, por exigência do Ministério das Relações Exteriores, ao organizar um seminário para discutir exportações de *commodities*. Até então, era empregado o termo em inglês, *agribusiness*, formulado por teóricos norte-americanos de Harvard, em 1955, o que deixava muito nítida a sua importação (atualmente é chamado apenas de ‘agro’, em uma estratégia de *marketing* para se tornar popular).

Na era do capital financeiro e internacionalizado, por meio das empresas transnacionais, a questão agrária se complexifica, e o agronegócio é um correspondente direto do significado da subordinação do campo brasileiro ao capitalismo monopolista e imperialista. Stedile (2013) identifica algumas tendências do capital na agricultura: i) os movimentos empregados pelo capital na atual fase homogeneizada pelo capital financeiro e de nível internacional, com a compra, por bancos, de ações de centenas de médias e grandes empresas; o controle exercido pela dolarização na economia mundial; regras de livre-comércio impostas por organismos internacionais e/ou acordos multilaterais; o crédito bancário; abandono de políticas públicas de proteção ao mercado agrícola nacional, liberalização do mercado e adoção de políticas neoliberais; ii) a crise recente do capital financeiro e suas consequências para agricultura e os bens da natureza; iii) controle, por parte das empresas transnacionais e do capital financeiro, sobre a agricultura, com a centralização do capital; domínio de toda a cadeia produtiva de insumos/fertilizantes químicos, agrotóxicos, maquinário, sementes, tecnologia; privatização dos recursos naturais; padronização alimentar em decorrência de monocultivos de *commodities* e perda da biodiversidade, subordinação do Estado e de seus governantes a tais empresas; iv) inalteração do modelo macroeconômico brasileiro, independente de governos; v) mudanças estruturais na produção e na propriedade da terra no país,

com o agravamento da concentração fundiária e aumento da produção de *commodities* em detrimento de culturas alimentícias, desnacionalização da propriedade da terra, baixa mecanização da frota agrícola (embora se tenha aumentado a potência das máquinas), e a nítida parceria ideológica de classe entre a grande mídia burguesa e as empresas do agronegócio.

Dessas cinco características listadas, chamamos a atenção para a última, no que se refere à ideologia. Junto do capitalismo monopolista e outras tantas, ela é uma das categorias centrais na pesquisa proposta. Colocada no campo da superestrutura por representar um importante instrumento de dominação das classes subalternas pela classe dominante, ela é um reflexo do processo de constituição do ser social em diferentes momentos históricos. Para Marx e Engels (2007), a concepção de ideologia está na perspectiva da mistificação da própria realidade, distorcendo o que ela é de fato, e que necessita de uma base material para sua existência. Exatamente por mistificar e mascarar a realidade, é que a ideologia se constitui como uma expressão da consciência estranhada/alienada, que obscurece, inverte, encobre, neutraliza e justifica os interesses particulares da classe dominante de determinada época, e os apresenta como sendo universais.

Com essa compreensão de ideologia, ainda que muito básica e geral, percebe-se a relação de dominação das elites agrárias nas últimas décadas (que são as mesmas elites ao longo da história) por meio do agronegócio, na sua constituição enquanto modelo hegemônico de dominação no campo. Como exemplo do ponto de vista da instituição ideológica hegemônica, e aqui com um recorte histórico mais recente, retornamos à Chã (2018). A autora constata a “[...] dinâmica de territorialização da Indústria Cultural pelos espaços de atuação do agronegócio”, e destaca a “educação, a representação estética e o discurso do agronegócio na mídia e na ficção, e também a publicidade e o *marketing* cultural” (p. 49 – *grifo da autora*)¹⁷.

¹⁷ Uma das investidas mais recentes do agronegócio no campo educacional foi a solicitação de que os conteúdos relacionados a ele sejam alterados no novo Plano Nacional de Educação (PNE), em processo de revisão, e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para os setores do agronegócio, as menções a ele são consideradas como negativas e desatualizadas (como impacto ao meio ambiente, existência de trabalho escravo, ou que termo ‘latifúndio’ é pejorativo, entre outros pontos). Essa investida é liderada por uma associação que se chama De Olho no Material Escolar (DONME), criada em 2021 por representantes do agronegócio – hoje, é composta por aproximadamente 300 pessoas físicas e 70 empresas associadas de diferentes setores. Desde sua criação, já realizou reuniões com editoras de livros, indústria, acadêmicos, professores, alunos, e com outros setores produtivos interessados (a mesma investida é realizada pelo setor de mineração, por exemplo). A matéria completa pode ser lida em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/08/27/agro-pede-alteracao-de-conteudos-em-livros-didaticos.ghtml>

Fica nítida a construção da imagem de um mundo e de um ideal de vida a ser desejado e consumido, a integração por meio consumo, e onde arte e cultura desempenham um papel estratégico na construção de um imaginário coletivo favorável e apoiador ao agronegócio, com a naturalização das relações de dominação e abrandamento das lutas sociais.

Em resumo, ressalta-se que a imposição do agronegócio a todo o espaço rural não se deu apenas de forma coercitiva e condicionante do capitalismo financeiro (a exemplo do método impositivo adotado pelos bancos no curso da Revolução Verde), tampouco se ‘normalizou’ na sociedade de forma ocasional e despretensiosa. Como o próprio modo de produção capitalista, o agronegócio tem seus correspondentes na constituição de sua hegemonia pela política e pela captura do Estado. Isso se dá, como descrito acima, na relação de domínio exercido sobre os poderes legislativo e executivo, mas também pela construção cultural e pela ideologia. Aqui, se utiliza de recursos da indústria cultural, do sistema educacional, da mídia, do *marketing* e da publicidade para se apresentar popular, tecnológico e universal, a partir de uma falsa noção de integração social por meio do consumo de seus produtos e de pertencimento a um mundo e a um modo de vida idealizado e ordenado.

2.4 “O AGRO É *POP*, É *TECH*, É TUDO”: COMPLEXIFICAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE E REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Ao longo da abordagem feita até agora, buscamos pôr em evidência a relação terra-trabalho na estruturação da questão agrária, desde o seu caráter mais geral até a aproximação com a América Latina e com o Brasil. Como estamos tratando da constituição da agricultura capitalista, é de se esperar que a abordagem também se refira à relação capital-trabalho, e sublinhe as suas contradições na discussão sobre as inúmeras expressões da questão social que dali emergem. Sendo o trabalho ontológico ao ser humano, na mediação com a natureza, é igualmente inevitável que a discussão passe pelas relações sociometabólicas e, no caso, com sua ruptura sob o capital.

Nesse sentido, as relações sociais decorrentes da concentração fundiária, ressaltam as duas perspectivas intrínsecas, terra e trabalho, pois

[...] a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas (Linhares e Silva, 2021, p. 88).

A concentração da terra é concentração de riqueza e de poder, e significa exclusão das maiorias sociais no usufruto da riqueza socialmente produzida. O monopólio da terra é um fato histórico, e se estende no monopólio do poder político e econômico, tão históricos quanto. O coronelismo reproduziu-se na política, marcou as bases ideológicas da cultura política brasileira, e constituiu “[...] a base de um sistema político atrasado, personalista e antidemocrático (malgrado estar recoberto por um verniz benevolente e benfeitor, o paternalismo)” (Linhares; Silva, 2021, p. 91). A essência do regime oligárquico se dá na constituição de uma estrutura política-institucional de poder e prestígio baseada na concentração da terra, que se estabelece por uma gradação de acordos e alianças, do coronel local ao chefe do poder executivo, passando pelo legislativo e judiciário. Para ilustrar essas permanências, alguns exemplos podem ser apresentados.

O último Censo Agropecuário no Brasil, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 e publicado em 2019, confirma a inalteração da estrutura fundiária concentrada. Em 2017, a área agrícola ocupava a 41,1% de todo o território nacional. Desses, apenas 2,27% correspondiam às áreas agrícolas utilizadas por 50,13% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares; enquanto 47,6% da área agrícola era ocupada por 1% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares.

Na correspondência do monopólio da terra com o monopólio político e econômico, com seu poder sobre o Estado, podem ser destacados dois exemplos recentes, um no legislativo e outro no executivo nacionais. No poder legislativo, existe a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como Bancada Ruralista. Ela foi fundada oficialmente em 1995, mas se origina da Frente Ampla Ruralista – essa, articulada para o processo da Assembleia Constituinte, em 1987-1988, com o objetivo de assegurar os interesses dos ruralistas no novo texto constitucional, principalmente sobre o direito à propriedade. Em site oficial, consta que o objetivo da FPA é o de “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional” e que em suas prioridades atuais estão a

“modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, sem data, *online*). O site também apresenta uma lista atualizada em 18 de julho de 2024, com os/as parlamentares que compõem a bancada da FPA: 290 deputados/as federais e 50 senadores/as, 340 ao todo. Isso significa um poder do agronegócio sobre 57,24% do parlamento brasileiro¹⁸.

A FPA é uma das bancadas mais influentes e articuladas do Congresso Nacional, por suposto, para a garantia da propriedade privada da terra e demais interesses. A ‘modernização’ das legislações citadas significa uma maior flexibilização de direitos de trabalhadores/as rurais, regulação e legitimação da posse de terras griladas e improdutivas, o avanço sobre terras públicas e territórios tradicionais (por isso do interesse na regulamentação das terras indígenas¹⁹ e quilombolas, desde que beneficie o agronegócio). Na legislação tributária, significa isenção de impostos²⁰

¹⁸ Nos primeiros movimentos dessa pesquisa, em uma consulta realizada em janeiro de 2024, havia mais deputados compondo a FPA (324), enquanto no Senado, o quantitativo de senadores se manteve o mesmo (50). Assim, eram 374 o número de parlamentares da Bancada Ruralista (63% do Congresso). Não há registro das migrações e composição parlamentares mais antigas no site da FPA, para poder fazer uma análise mais detalhada sobre. Para acompanhar a atuação da Bancada Ruralista, nas pautas e projetos por ela apresentados, pode-se ser acessado o site De Olho Nos Ruralistas, disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/>>.

¹⁹ Se faz importante mencionar que uma das maiores investidas do agronegócio em relação à questão indígena, é a chamada Tese do Marco Temporal, que teve dois movimentos: no judiciário e no legislativo. A ‘tese do marco temporal’, termo jurídico, foi inventada em 2009, quando de uma ação sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol (RR). Como abriu precedente jurídico, mais adiante com outros casos (muitas ações na pressão do *lobby* do agronegócio), o STF passou a julgar a constitucionalidade da tese e, para isso, tomou uma das ações de demarcação para servir de parâmetro para as demais ações. A ação judicial julgada foi a que envolveu a Terra Indígena Xokleng Ibirama Laklaño, na região de Blumenau-SC, em 2023, e que deu vitória aos povos indígenas, pois a Tese foi julgada inconstitucional. Na semana seguinte, o Congresso Nacional põe em votação e aprova a Lei nº 14.701/2023, a Lei do Marco Temporal, que regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal (que versa, dentre outras coisas, sobre demarcação de terras indígenas). Essa lei, mesmo sendo inconstitucional, ainda não foi alvo de julgamento de inconstitucionalidade por parte do STF.

²⁰ É possível constatar, pela Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (DIRBI) feita até outubro de 2024, o quanto o grande setor do agronegócio já é beneficiado ‘apenas’ com as isenções de insumos relacionados à manutenção do setor. Segundo matéria do Governo Federal, foram 54,9 mil contribuintes declarantes e que, juntos, somaram isenções de mais R\$ 97,7 bilhões até agosto (ou seja, um valor em impostos que o Governo deixou de arrecadar aos cofres públicos). Em uma soma rápida feita pela tabela-síntese disponibilizada na matéria, dos maiores beneficiados com as isenções, R\$ 37,184 bilhões correspondiam direta e explicitamente a setores do agronegócio (respectivamente: adubos e fertilizantes defensivos agropecuários; produtos agropecuários em geral; soja; carne bovina, ovina e caprina – exportação). A DIRBI é uma declaração acessória obrigatória para pessoas jurídicas que utilizam créditos decorrentes de benefícios fiscais, Além de pessoas jurídicas de direito privado, também devem declarar os consórcios que realizam negócios em nome próprio. Maiores detalhes podem ser acessados em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/dirbi-contribuintes->

sobre insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinários pesados, maior parte importados) e para produtos primários de exportação (como já previsto no inciso II do Art. 3º da Lei Complementar 87/1996, a Lei Kandir²¹), o que leva ao próximo exemplo.

No poder executivo, o Plano Safra é uma materialização nítida da influência do mercado e do agronegócio sobre as decisões políticas dos governos, porque se refere exatamente aos recursos públicos destinados ao setor agrícola. O Plano Safra, que é a previsão orçamentária anual para financiar contratos de Crédito Rural (custeio, investimento, comercialização e industrialização), contempla linhas de crédito por categorias: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para os pequenos produtores familiares; o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), para os médios; e ‘Demais’ categorias, onde se encontram, principalmente, os grandes latifundiários do agronegócio. No Plano Safra de 2025/2026, lançado em junho de 2025, foram anunciados quase de R\$ 595 bilhões para esses financiamentos. Do montante total, R\$ 516,2 bi estavam destinados para a chamada agricultura empresarial (R\$ 69,1 bi para o PRONAMP, e R\$ 447 bi para as ‘demais’ categorias), o que corresponde a aproximadamente 87% do recurso total. Já a agricultura familiar, por meio do PRONAF, tinha reserva de acesso a apenas R\$ 78,2 bi, equivalente a pouco mais de 13% do total.

Nos interesses econômicos da elite agrária, o agronegócio se produz, se reproduz e sustenta sua hegemonia nas esferas da estrutura e da superestrutura do capital, e constrói um falso consenso de ser para todos e de que o seu sucesso só traz benefícios para toda a sociedade. Porém, apesar de todo esse poder (monopólio da terra e monopólio político e econômico sobre o Estado e a política institucional), é ilusório acreditar que ele gera riqueza e desenvolvimento para o país. Uma pesquisa detalhada feita por Mitideiro Jr. e Goldfarb (2021) aponta que, dentre outros aspectos econômicos abordados, o ‘Agro’ contribuiu com apenas 5% do Produto Interno Bruto

[declararam-ter-usufruido-mais-de-r-97-7-bilhoes-ate-agosto](#)), onde está disponível o acesso à tabela geral e detalhada da DIRBI.

²¹ Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996, mais conhecida como Lei Kandir. Dentre outras providências, ela “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”. Conforme previsto no Art. 3º, por exemplo, significa isenção de impostos sobre insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinários pesados, maior parte importados) e para produtos primários de exportação. A Reforma Tributária, proposta pelo Governo Lula e aprovada pelo Congresso Nacional em 2023, insere a isenção tributária de matérias primas para exportação, prevista pela Lei Kandir, na Constituição Federal de 1988.

(PIB) brasileiro entre 2010 e 2018, mas para sustentar o discurso de que ele é ‘tudo’, “[...] inventaram o ‘Produto Interno Bruto do Agronegócio’. Segundo esse cálculo, o Agro seria responsável por mais de um quarto do PIB nacional, sendo que, em 2019, totalizou 20,5% e, em 2020, alcançou 26,6% do PIB” (p. 12).

O perfil exportador do agronegócio, impulsionado pela Lei Kandir, coloca o Brasil dentre os maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas e de bens primários do mundo (e importadores de produtos manufaturados e industrializados, inclusive de tecnologia).

Aqui, as vitórias do Agro vêm levando o Brasil a inserir-se de forma regressiva na economia mundial, reprimarizando sua economia e criando uma enorme dependência industrial, tecnológica e financeira estrangeira, com impactos sociais, econômicos e ambientais destrutivos. [...] o agronegócio possui pouquíssima tecnologia nacional (não é *tech*), que não gera emprego e renda para a população (não é *pop*) e está longe de ser tudo (Mitideiro Jr.; Goldfarb, 2021, p. 5 – *grifo dos autores*).

Para os autores, a reprimarização e a desindustrialização da economia nacional tem desnudado o aumento da dependência brasileira sobre a produção e comercialização de algumas poucas variedades de produtos e matérias primas de baixo valor; e da dependência da produção industrial e tecnológica de outros países, para que sejam atendidas as demandas internas por produtos manufaturados. Isso significa fechamento de indústrias (inclusive as mais antigas), diminuição da produção interna de bens manufaturados e industrializados (por consequência, aumento de suas importações e da dependência externa), desemprego em massa e pauperização das condições de trabalho e da vida.

Ao encontro dessa perspectiva, Delgado (2013) desenvolve uma linha de reflexão acerca da reprimarização da economia brasileira, demonstrando evidências das mudanças que existiram na inserção massiva do setor primário no comércio exterior, no contexto amplo do *boom* das *commodities*, com ajuste macroeconômico externo, e que o autor denomina como “novo pacto da economia política do agronegócio” (p. 84). Com base no alto investimento público no setor do agronegócio, se evidencia o relançamento de complexos agroindustriais nos anos 2000, que haviam sido afetados pela crise cambial no final da década de 1990, junto da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas estatais. Isso torna “viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda

de terra juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio” (p. 83).

O Brasil é um dos maiores produtores de *commodities* do mundo, e é também um dos maiores importadores e consumidores de agrotóxicos. Em suas bases de estruturação, manutenção e reprodução, há uma relação direta facilmente explicativa entre esses dois postos, que é o sistema agrário latifundista, monocultor e agroexportador, de um país da periferia global. Bombardi (2023) afirma que a questão agrária é o pano de fundo para se compreender essa dinâmica, sendo a centralidade da propriedade privada da terra e a sua concentração a grande chaga da formação social e territorial do país.

A autora reúne dados que apontam que 90% dos agrotóxicos em circulação no Brasil são aplicados em lavouras de soja, milho, algodão, pasto (para a pecuária) e cana-de-açúcar, principais *commodities* produzidas e, em sua grande maioria, de cultivos transgênicos – só para os cultivos de soja, foram destinados 57% dos agrotóxicos vendidos em 2021. Proporcionalmente, entre consumo e área destinada, o Centro-Oeste é a região que mais consumiu agrotóxicos em 2019, com 209 mil toneladas, seguida da região Sul, com 150 mil toneladas. São índices alarmantes, e se agravam ainda mais quando colocados em perspectiva ao se considerar que a área destinada para esses cultivares segue em expansão (substituindo áreas cultivadas por outros produtos tidos com menor valor comercial, e na ampliação da fronteira agrícola para áreas florestais e de territórios tradicionais), enquanto as áreas utilizadas para a produção de culturas alimentícias estão em retração.

Nas últimas três décadas, a área cultivada com mandioca diminuiu 38%, a do feijão foi de 47%, e a de arroz, 58%. Bombardi (2023) chama a atenção para o fato de que são três variedades alimentícias pilares da cultura alimentar brasileira e estão perdendo espaço territorial da área agricultável para o mercado de *commodities* e agroenergia. Nesse mesmo período, a área destinada para o plantio de eucalipto aumentou 99,6%; para a de cana-de-açúcar, 153%; e a de soja, 210%.

As consequências nocivas que decorrem dessa relação aparentemente específica, mas que por trás detém uma trama altamente complexa, podem ser facilmente sinalizadas, e são de ordem socioambiental, sanitária, cultural, política e mesmo econômica. A expansão da soja e do gado crescem principalmente em direção à Amazônia, deixando um rastro de destruição pelo Cerrado e outras regiões.

Geralmente, o pasto para a pecuária abre caminho por meio do desmatamento e, na sequência, é substituído pela soja. Em pouco tempo, a terra concentrada seguirá sendo propriedade privada, mas estará improdutiva, contaminada, arrasada e abandonada. Junto do desmatamento, da pecuária intensiva e da terra arrasada, o ar e a água também ficam altamente contaminados pelos resíduos de agrotóxicos, e esses efeitos são centrais no agravamento do aquecimento global.

Ianni (1984) acreditava que chegaria o momento em que as possibilidades para a fronteira agrícola estariam esgotadas, e que isso forçaria o Estado brasileiro a ter que lidar diretamente com o impasse dos excedentes populacionais. Disso surgiria uma etapa para o desenvolvimento histórico do país, com uma nova realidade em termos econômicos, políticos e sociais. Infelizmente, passadas algumas décadas de sua análise, esse momento ainda não chegou, e a expansão da fronteira agrícola segue intensamente. Porém, diferente da década de 1970/80, não é para ela que os excedentes populacionais estão sendo enviados, pois essa expansão não tem a finalidade de ‘povoamento’ de uma nova região, e nem demanda de muita força de trabalho, já que ela segue o roteiro descrito por Bombardi (2023): desmatamento (pela derrubada do mato e/ou com o fogo), pasto e pecuária, e depois a soja.

Pode-se dizer que há duas grandes fronteiras agrícolas em expansão hoje, o Matopiba e a Amacro, dois acrônimos que identificam duas regiões geográficas de estados que fazem divisas, respectivamente: Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Bahia; e Amazonas, Acre e Rondônia. De início, conforme Chagas (2022), a retórica ruralista se dizia preocupada com a expansão rumo à Amazônia e que, ao invés de desmatar, era necessário preservar. Assim, com um ousado projeto de desenvolvimento econômico e social, se podia investir no Cerrado, dentro de uma fronteira determinada, e o Matopiba seria uma das últimas fronteiras agrícolas de produção possíveis no mundo. Alguns anos depois, criou-se uma nova região a ser ‘desenvolvida’, a Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, a Amacro, totalmente dentro da Amazônia. Tanto uma região quanto a outra, foram projetos desenvolvidos pela Embrapa Territorial, e há promessas de que projetos semelhantes avancem para outras regiões e biomas.

As experiências, sejam do Matopiba como da região da Amacro, indicam essa reorganização do capital no campo, desta vez intensificando a incorporação da Amazônia ao mercado global de produção de *commodities*. Ledo engano, no entanto, compreender que uma nova Zona de Desenvolvimento

Sustentável consegue corrigir erros antigos de desmatamento e grilagem. A “limpeza de terreno”, a grilagem e a violência são elementos pressupostos desta lógica, da própria natureza do modelo de desenvolvimento do agronegócio, que a tarja da sustentabilidade e da bioeconomia não reparam. (Chagas, 2022, p. 118)

Concomitante a isso, agricultura capitalista não responde às necessidades da alimentação humana, como bem lembra Bombardi (2023), a começar pela substituição dos cultivos, demonstrado anteriormente. É fato que em tempos de globalização neoliberal e do capital financeiro, também o setor agrícola conta com as grandes corporações que se impõem como verdadeiros impérios alimentares, tecnológicos e financeiros. A chamada agricultura 4.0, ou de precisão, fala muito mais sobre a economia e o mercado internacional do que sobre a produção de alimentos. Só no Brasil, a fome dobrou entre 2020 e 2023 enquanto o agronegócio comemorava recordes de safras, além de, paradoxalmente, a fome no campo seguir muito maior que na cidade.

Mas essa não é uma reflexão nova. Josué de Castro já sinalizava isso já nas décadas de 1940/1950, quando dizia que a fome é política e que a sua causa atendia pelo nome de latifúndio. Ele entendeu e defendeu a necessidade de uma ruptura com a política colonial para que a população trabalhadora das regiões colonizadas se libertasse, de fato, também da escravidão da fome; denunciou a exploração latifundiária como um grande esteio do colonialismo, e defendeu a reforma agrária e a agricultura de sustentação como saídas possíveis (Castro, 1968).

Na concentração de terras com produção em larga escala, o acelerado processo de produção de gêneros agrícolas deveriam baratear, supostamente, o alimento-mercadoria, e torná-lo mais acessível à população – ao menos era o discurso da Revolução Verde e segue sendo do agronegócio. É ‘supostamente’ porque, para além da lei de oferta e procura, onde os preços deveriam diminuir com tamanha oferta ou aumentar quando da carestia (quando e se houvesse de fato), a questão é que a produção de valor aqui também se dá na especulação da bolsa de valores, do capital financeiro. O preço do alimento é manipulado artificialmente para sobrevalorizar-se.

Ziegler (2013) chama os especuladores de matérias-primas alimentares de “tubarões-tigres” que, tal como o animal, também são capazes de “detectar suas vítimas a dezenas de quilômetros e de aniquilá-las em um instante, satisfazendo sua voracidade – ou, dito de outra maneira, realizando seus lucros fabulosos” (p. 277). Esses especuladores atuam em todas as áreas possíveis que possam lhes trazer

ganhos: a terra, os insumos, as sementes, os adubos, os créditos e os alimentos. A especulação não causa a inflação do preço dos alimentos, mas acelera. Ela funciona em uma dinâmica de investir fundos reais e suficientes (a demanda efetiva ou solvável na linguagem da economia) na compra ou venda de mercadorias (as *commodities* do agronegócio), com a finalidade de revendê-las ou recomprá-las na sequência. Isso acelera a velocidade com que os preços se alteram, e os faz subir artificialmente.

A água consumida e a comida que chega na mesa da população brasileira possuem resíduos de agrotóxicos muito mais acima do que o tolerável²², e muito mais acima do que é permitido na Europa, onde a legislação é extremamente mais restritiva. Bombardi (2023) cita o exemplo do glifosato, o herbicida mais consumido no Brasil e onde sua concentração na água é 5 mil vezes maior do que na Europa. Em relação aos impactos na saúde pública, o glifosato está associado, entre outros, a diversos tipos de câncer, infertilidade, autismo, problemas renais, a diversos problemas de gestação, incluindo má formação e morte fetal. Outros tipos de agrotóxicos e seus princípios ativos seguem na mesma linha de intensidade de uso, concentração na água e em alimentos com índices muito acima do permitido, e efeitos perversos na saúde pública.

Uma situação preocupante e que não colabora com um debate público amplo e realmente sério em torno do uso de agrotóxicos, está na dificuldade de comprovação de seus impactos na saúde da população. A dificuldade se dá pela subnotificação; pelo desafio de relacionar intoxicações crônicas e doenças tardias (que demoram anos para se desenvolver, como câncer e desregulação endócrina) com a exposição prolongada, de uso ou consumo, aos agrotóxicos; e pelas barreiras legais, midiáticas e econômicas que relativizam a comprovação de tais intoxicações crônicas. Só de subnotificação, os números apresentados por Bombardi (2023) sinalizam a ordem de 1 caso registrado para 50 ocultos: oficialmente, o Ministério da Saúde tem o registro de 58.870 pessoas intoxicadas por agrotóxicos entre 2010 e 2019, mas a estimativa é que mais de 2,834 milhões de pessoas podem ter tido alguma intoxicação aguda após a exposição a algum agrotóxico (quando o efeito é imediato).

Diante dessa questão, do seu significado mais amplo e problematizando ao comparar com a forma como os agrotóxicos são tratados pela União Europeia,

²² Existe uma métrica chamada 'dose' ou 'ingestão diária aceitável' de agrotóxicos, expressa na relação mg/kg, que varia por agrotóxico e massa corporal de cada pessoa (como se fosse possível e razoável aceitar que haja a ingestão de uma média diária de agrotóxico por pessoa...).

Bombardi (2023) elabora o que chama de colonialismo químico. Para ela, essa expressão

ajuda a desnudar “o que” e “em que” tem se desdobrado esse movimento do capital, quando as indústrias sediadas em países centrais do sistema econômico internacional vendem agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios para os países do Sul global, particularmente da América Latina. Além de ocasionar os já mencionados problemas socioambientais, essas substâncias têm sido usadas como “armas” em conflitos fundiários (p. 65).

Ou seja, esse termo revela ainda uma dimensão muito mais estrutural e confirma a reprodução dos seus traços mais característicos ao longo da história. Para a autora, a histórica violência no campo assume mais uma feição, a química, e se soma às já conhecidas violências social e ambiental, que ocorrem de forma física e biológica. Colonialismo químico e colonialismo molecular são expressões da mesma família, e descrevem o abismo que existe entre o Norte e o Sul globais, revelado nas assimetrias existentes entre o que é proibido e protegido lá, e o que é permitido e exposto aqui. A pulverização aérea é mais um exemplo do que é proibido na União Europeia e permitido no Brasil, sendo utilizada como técnica na aplicação de substâncias químicas nas grandes lavouras, mas também como forma de ataque às comunidades circunvizinhas e que resistem ao avanço do latifúndio.

No Brasil, bem como em toda a América Latina, os dados da violência no campo são historicamente presentes e denunciam a constante violação dos direitos humanos nesse espaço territorial. Desde sua criação, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra e monitora os conflitos no campo e, desde 1985, publica anualmente um caderno com os dados registrados, sistematizados e analisados por um setor de documentação, que recebeu o nome de Centro de Documentação Dom Tomás Balduino em 2013. Para a CPT (2025, p. 15), tais conflitos representam ações de resistência e enfrentamento em contextos sociais no espaço rural, que envolvem a “luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção”, e que “acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores, ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas”.

O último Caderno de Conflitos no Campo, divulgado em abril de 2025 e com dados referentes ao ano de 2024, registra um total de 2.185 conflitos, com 13 assassinatos, 1.190.441 pessoas envolvidas e abrangendo 75.053.684 hectares (ha). As 13 vítimas foram: 05 indígenas, 03 sem-terra, 02 assentados, 01 posseiro, 01

quilombola e 01 pequeno proprietário, basicamente o mesmo perfil de vítimas registrado ano após ano. Em 2024, os conflitos por terra corresponderam 78% das ocorrências registrados, por água, 12%, violência trabalhista, 6%, e as ações de resistência, 4%; e 'fazendeiros' foi a principal categoria responsável pelos assassinatos, correspondendo a 46% dos registros. São considerados os conflitos por terra, água, trabalhistas, sindicais, em tempos de seca e em áreas de garimpo (os três últimos praticamente não tiveram registros nas duas últimas décadas).

Se considerada a série histórica dos últimos dez anos, 2023 foi o ano com o maior número de conflitos (2.250), à frente de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19 e que havia registrado 2.132 (dessa década, o ano com o menor registro de conflitos foi 2015, com 1.391). Ao mesmo tempo, 2020 foi o segundo ano com o menor número de assassinatos, tendo registrado 21 mortes, atrás de 2024 (com as 13 já citadas), enquanto 2017 foi o ano com o maior registro do tipo (74 assassinatos). Já 2018, foi o segundo ano que os conflitos envolveram mais pessoas, somando 1.002.969 ao todo (também ficou atrás de 2024), e o ano 2022 envolveu mais terra, com 79.123.740 ha (CPT, 2024). Os dados refletem as determinações sócio-históricas e econômicas da formação brasileira, que seguem reproduzindo violências de diversas naturezas e manifestações, ora com aumento, ora com retração, e que refletem também o teor das políticas agrárias adotadas em determinados períodos.

O fogo tem sido mais um poderoso recurso utilizado para desmatamento e expulsão de povos e comunidades de seus territórios, em ação sistemática de terror e de seu uso como arma. Segundo dados organizados e problematizados por Serafim (2023)²³, em 2021 ocorreram 142 conflitos envolvendo fogo no Brasil em 132 comunidades distintas, algumas atacadas mais de uma vez, e que atingiram 37.596 famílias. Esses ataques foram perpetrados contra povos indígenas (39%), comunidades quilombolas e tradicionais (21%), assentados da reforma agrária (14%), posseiros (11%) e trabalhadores rurais sem-terra (8%). A maior parte desses conflitos, 72%, se concentraram entre os meses de julho a outubro, e em meio a outros incêndios florestais. Mais de 50% dos conflitos com fogo se concentraram nos estados do Mato Grosso do Sul (com 26 ocorrências, diversas diretamente contra o povo Guarani Kaiowá), Mato Grosso (22), Bahia (14) e Rondônia (10), mas estiveram

²³ Em dossiê da Articulação AGRO é FOGO. A Articulação reúne movimentos, organizações e pastorais sociais que atuam há décadas na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal e dos direitos de seus povos e comunidades.

presentes em estados de todos os biomas brasileiros. As regiões da Amacroe e do Matopiba concentraram 36% dos conflitos com fogo, em 2021.

[...] os conflitos envolvendo o fogo estão atrelados ao contexto mais amplo de grilagem e desmatamento ilegal, sendo que alguns deles envolveram a invasão direta dos territórios e destruição de pertences, roçados, casas e casas de reza. Esta é uma estratégia de apropriação dos territórios por fazendeiros, grileiros, madeireiros e grandes empreendimentos, que utilizam o fogo como uma arma. (Serafim, 2023, p. 117)

O autor classifica duas maneiras de usar o fogo como arma: para consolidar a invasão de terras, por meio de incêndios florestais, e cujos causadores são anônimos ou indeterminados; e como arma direta e explícita, por meio de jagunços mandados, que invadem territórios e ateam fogo em toda a comunidade. A intenção é exatamente a de impor medo, expulsar, conter ou silenciar os povos do campo que são atacados.

2.4.1 A agricultura capitalista e a ruptura sociometabólica

Não foi fácil termos chegado até aqui, porque isso significa que, pela memória e pela escrita, percorremos um rastro de destruição deixado no caminho da história. A imposição do grande capital por meio do latifúndio, pôs cerca na terra, no conhecimento, na riqueza e na política; escravizou, torturou e matou milhares de pessoas; espoliou, destruiu e expropriou as condições de vida de povos e comunidades inteiras; desmatou, exauriu solos, contaminou o ar, a terra, as águas e os ecossistemas por todos os cantos.

Não temos mais peixes nos rios porque jogam veneno nas plantações no período da piracema, durante a reprodução dos peixes. Vêm as primeiras chuvas, a água vai para a nascente e mata os peixes – os pequenos e os grandes – e impede a reprodução. É mortandade em escala. Fizeram grandes barragens e assorearam os rios. Desmataram matas e não desce mais matéria orgânica para os rios. As águas que iam levando matéria orgânica agora vão levando veneno. [...] Mas hoje está ficando evidente que a responsabilidade não é nossa. A responsabilidade é da monocultura química que tira o alimento das outras vidas. (Santos, 2023, p. 85-86)

O Nego Bispo, citado acima, dá o tom do que queremos tratar aqui nesse tópico de forma específica: a ruptura sociometabólica inerente ao *modus operandi* do modo de produção capitalista, potencialmente acentuada pela agricultura capitalista.

Segundo Foster (2023), o conceito de metabolismo foi introduzido em pesquisas há muito tempo, em 1815, mas foi em 1830-1840 que o termo passou a ser usado para descrever as trocas materiais internas ao corpo, relacionadas à respiração. Desde então, até hoje, é um conceito usado como uma categoria central para tratar da interação dos organismos com os seus ambientes. São das trocas metabólicas, nos complexos processos bioquímicos, que um organismo acessa materiais e energias do seu ambiente e os converte em crescimento. Do intercâmbio constante dos organismos com o seu ambiente, surgem os processos regulatórios específicos que os regem. Assim, ‘metabolismo’ passou a se referir a todos os níveis biológicos, desde uma única célula microscópica até o ecossistema.

Foi Marx quem utilizou o conceito para tratar tanto da interação entre natureza e sociedade por meio do trabalho humano, quanto em sentido amplo, ao “descrever o conjunto complexo, dinâmico e interdependente de necessidades e relações criadas e constantemente reproduzidas em forma alienada sob o capitalismo e a questão da liberdade humana que isso levantava”. Para além do significado ecológico específico que já tinha, o conceito de metabolismo passou a assumir um significado social mais amplo, o que permitiu expressar “a relação humana com a natureza como uma relação que englobava tanto as ‘condições impostas pela natureza’ quanto a capacidade dos seres humanos de afetar esse processo” (Foster, 2023, p. 231 e 232).

Marx havia ficado muito envolvido e provocado pelos estudos de Justus von Liebig²⁴ a respeito da fertilidade do solo, diante do fato de que a intensiva produção agrícola em pleno desenvolvimento não ‘devolvia’ para a terra os nutrientes retirados no processo produtivo de alimentos (o que gerava exaustão e infertilidade dos solos). Segundo Foster (2023), ao se debruçar sobre essas pesquisas, Marx compreendeu que havia uma ‘ruptura’ na relação metabólica dos seres humanos com a terra, e na interação antagônica entre a cidade e o campo. Os limites da natureza, ou as condições de sustentabilidade postas por ela, haviam sido violadas. A lógica de produção capitalista necessita se alimentar da exploração de matérias-primas e

²⁴ Pelo desenrolar da História depois, é curioso que o interesse de Marx tenha sido, justamente, com os estudos de Justus von Liebig, que passou a ser considerado o ‘pai da agricultura química’. Liebig foi o cientista que apontou o uso da química orgânica e mineral como uma saída para ‘reposição’ dos nutrientes extraídos do solo pela produção intensiva, que gerava a perda de sua fertilidade. Embora reconhecesse os impactos que isso poderia gerar, ele inaugurou, por assim dizer, o movimento para a primeira grande ‘transição’ de base técnica e tecnológica na agricultura mundial.

nutrientes para se reproduzir e produzir riquezas, e se dá cada vez mais veloz e ferozmente, ao passo que o tempo de regeneração do solo e da natureza é mais lento.

Uma das ‘saídas’ para a reposição dos nutrientes do solo, foi a adoção do uso de adubação química (e artificial) proveniente de combustíveis fósseis²⁵, com tecnologias que alteraram todo o cenário agrícola no último século. “A industrialização da agricultura significou uma reconfiguração fundamental da produção agrícola e das formas como nossas necessidades alimentares são satisfeitas” (González de Molina *et al*, 2023, p. 15). As necessidades alimentares também passaram por uma grande alteração com a globalização do mercado alimentar: de circulação local de produtos agrícolas, eles passaram a percorrer distâncias cada vez mais longas; de alimentos *in natura*, passaram-se a ser consumidos ultraprocessados e *fast-foods*.

O regime agroalimentar dominante é moldado por relações de poder que, se continuar, só fará acelerar a deterioração social e ambiental, e levará as sociedades de hoje ao colapso. A sustentabilidade de um agroecossistema é reflexo dessas relações de poder, cujos impactos alcançam o conjunto da sociedade e da natureza.

Os agroecossistemas são ecossistemas artificializados que conformam um sistema particular no metabolismo geral entre a sociedade e a natureza. Portanto, são produto de relações socioecológicas. Uma mudança de cultivo, por exemplo, é uma decisão que tem raízes socioeconômicas e, ao mesmo tempo, consequências ambientais. Essas dinâmicas socioecológicas se integram em relações mais abrangentes, nas quais estão presentes o poder e o conflito. (González de Molina *et al*, 2023, p. 25)

Isso quer dizer que os agroecossistemas são socialmente construídos e reconstruídos. Os autores mencionam que eles abrangem desde instituições na sua conformação, organização do trabalho para o manejo das atividades, uso e produção de conhecimentos, produção cultural e um ‘regramento acordado’ para utilização dos recursos naturais e distribuição das riquezas produzidas. Essa construção independe do modo de produção historicamente determinado sob o qual está organizado, mas diz muito sobre a sustentabilidade que ele adota.

Mesmo quando o assunto é ‘metabolismo’, na sua perspectiva de troca e consumo de energia para o desenvolvimento dos organismos nos ecossistemas, é também sobre geopolítica e desenvolvimento desigual e combinado. Quanto maior for

²⁵ Só aqui, abre-se uma outra cadeia produtiva, o ramo petroquímico, altamente destrutivo, explorador e poluidor, assim como o da mineração, tão destrutivo quanto. Eles demonstram o grau de dependência energética da agricultura capitalista, e de complexidade que está o dilema ambiental e agrícola.

o perfil metabólico de uma sociedade, maior será a demanda e consumo de energia, materiais e bens extraídos do seu território, importado de outros, ou ambas as coisas. Os países centrais, com seu alto padrão de consumo, demandam e dissipam mais energia, enquanto os países periféricos, superexplorados, demandam menos. São essas diferenças nas estruturas dissipativas que explicam as assimetrias no consumo de recursos e das dimensões de seus metabolismos, e que vão se refletir nos diferentes níveis de bem-estar econômico e social de cada país (González de Molina *et al*, 2023).

A conta das mudanças climáticas não é dos países e das populações mais pobres, que historicamente sustentam o consumo dos países ricos. Porém, são os primeiros que sempre ficaram com todos os efeitos deletérios – porque é ali que os impactos e conflitos socioambientais acontecem – por terem seus recursos naturais explorados, saqueados, pilhados e roubados pelas mãos dos segundos, dos colonizadores, no enriquecimento de suas metrópoles e de suas burguesias.

Se a destruição da natureza pela produção industrial possuía uma escala mais localizada em outros tempos, no atual momento a natureza evidencia cada vez mais sinais de seu esgotamento, o que, por consequência, significa obstáculos à intensa produção mercantil e à sua expansão. Esses obstáculos se referem desde a escassez de matérias-primas até a “dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados pela depredação ambiental e pela poluição” (Silva, 2010, p. 67). Apesar de o movimento ambientalista ter um leque bem grande de abordagens, com correntes teóricas e políticas amplamente distintas (que vai das mais conservadoras, reformistas às mais progressistas e críticas, e que não é pretensão teorizar sobre elas aqui), ele converge em reconhecer que é a ação humana que está depredando a natureza, e cujas consequências são significativas para as condições da vida humana no futuro²⁶.

Todavia, cabe sinalizar que, dentro das vertentes do campo progressista, a nossa compreensão se articula diretamente com aquela que defende a necessidade de superar o modo de produção capitalista e as relações sociais por ele produzidas.

²⁶ Em 2010, quando a autora publicou o livro supracitado, o ‘futuro’ poderia parecer distante e abstrato. Em pleno ano de 2025, os efeitos do aquecimento global e mudanças climáticas já têm sido uma constante sentida em todas as partes do mundo. Girardi (2024), em reflexão sobre o relatório “Estado do Clima Global 2023”, publicado pela Organização Meteorológica Mundial (WMO), cita como exemplo as enchentes recorrentes, as secas prolongadas, os recordes de temperaturas extremas, bem como os rebatimentos sociais com o agravamento da desigualdade social, da pobreza extrema, da insegurança alimentar e hídrica, o aumento do fluxo migratório por questões climáticas (os chamados refugiados climáticos), os conflitos territoriais, e mesmo a ameaça à democracia.

A autora sinaliza que essa vertente, de viés marxista, compreende que “a problemática ambiental tem origem na forma histórica que o sistema do capital exerce domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a às necessidades de sua reprodução” (Silva, 2010, p. 77), e que, devido a isso, não há uma crise ecológica em si mesma, pois é o próprio capitalismo que está em crise. Ele, por sua vez, para se reorganizar e se reestabelecer, faz recair com maior pressão a exploração sobre os/as trabalhadores/as e sobre a natureza. Superar o modo de produção capitalista é a única forma de favorecer a superação de tal crise ambiental.

Como exercício de síntese...

Sabemos que a história da agricultura ao redor do mundo é marcada por inúmeras configurações, desenvolvimento e conflitos, e que a invasão colonial nas Américas foi determinante para impulsionar a acumulação primitiva do capital na Europa. Porém, mesmo que tenham sido fatores simultâneos, metodologicamente partimos deste último como ponto fundamental à gênese da questão agrária e configurações de seu caráter geral sob o capital, para então sublinhar suas manifestações em nossa particularidade regional, muito mais vil, violenta e sanguinária. Com o auxílio de Marx (2023) e de Kautsky (1986), foi possível compreender a gradual transformação da agricultura, e as inúmeras e profundas perdas implicadas à agricultura camponesa para o capital, a começar pela perda da terra, territórios, e relações de comunidade, identidade e cultura que ali se produziam.

Com base no escravismo colonial e no sistema de plantagem, a estrutura agrária brasileira assentou-se na grande propriedade monocultora e escravista, e foi legitimada pela Lei de Terras de 1850, ao transformar a terra em propriedade privada. A economia colonial não se alterou na transição do Brasil colônia ao Brasil Império, e sua marca está impressa na constituição de uma economia dependente, onde o próprio processo de industrialização se deu atrasado e subordinado aos interesses dos países centrais. Foi um momento que reafirmou a posição do Brasil, e da América Latina como um todo, na divisão internacional do trabalho, e onde a relação comercial da economia dependente se estrutura com a subordinação dos países periféricos, com trocas desiguais nas relações comerciais que atendem aos interesses dos países centrais, e na superexploração da força de trabalho. Entre o apogeu do escravismo

pleno e o seu declínio, no escravismo tardio, foram adotadas medidas de preparação para o trabalho livre, onde a Lei de Terras de 1850 teve indiscutível relevância, junto da política imigrantista, que terá parte destacada na formação e heterogeneidade do campesinato brasileiro.

Consolidado o sistema agrário, e com um salto histórico para os anos de 1950-60, a Revolução Verde chega ao campo como um projeto modernizador de práticas, técnicas e organização do trabalho, com vistas a favorecer a alta performance da produção agrícola, como a produção de alimentos em larga escala. Por trás do rótulo pelo qual foi vendida, o seu projeto real atendia interesses imperialistas no jogo da geopolítica mundial, e consolidou a subsunção formal e real da agricultura ao capital, ao conjugar a sujeição da terra e a sujeição do trabalho. No Brasil, essa modernização conservadora foi impulsionada de forma determinante nos anos de chumbo da Ditadura Militar de 1964. Ademais, é neste momento histórico que entra em cena um ‘novo’ ator, o agronegócio – ou nem tão novo, apenas rebatizado, já que é a face mais recente do capitalismo agrário, que reproduz e atualiza as mesmas dinâmicas de exploração da terra, da natureza e da força de trabalho, e a expropriação, violência e expulsão de camponeses de suas terras. É ele, em todas as suas configurações, que representa o atual regime agroalimentar hegemônico e corporativo.

Do monopólio da terra ao monopólio do poder político em todas as esferas do Estado, o ‘Agro’ construiu em torno de si uma ideologia dominante que o vende com a falaciosa peça de marketing que o resume como ‘pop’, ‘*tech*’ e ‘tudo’. A verdade é que a sua base material é extremamente destrutiva em termos econômicos (não gera riquezas, e promove a desindustrialização e reprimarização da economia), sociais (conflitos no campo, superexploração do trabalho, fome, e desigualdades sociais potencializadas pela concentração de terra), e ambientais (desmatamento, uso intenso de agrotóxicos, perda da biodiversidade e da fertilidade do solo, alta demanda ao setor petroquímico e de mineração, alta ruptura metabólica).

Se neste capítulo abordamos o movimento operado pelo grande capital internacional no que diz respeito à agricultura, no próximo capítulo, dentre outras coisas, veremos como o campesinato construiu resistências e respostas diante de tais investidas, desde as suas singularidades e pluralidades como categoria e classe social.

3 “É CHEGADA A NOSSA VEZ”: O CAMPEPINATO NO BRASIL E AS PRIMEIRAS ELABORAÇÕES AGROECOLÓGICAS

Senhor Grileiro de terra / É chegada a vossa vez
A voz que ouvis e que berra / É o brado do camponês
Clamando do seu calvário / Contra a vossa mesquinhez.
O café vos deu o ouro / Com que encheis vosso tesouro
A cana vos deu a prata / Que reluz em vosso armário
O cacau vos deu o cobre / Que atirais no chão do pobre
O algodão vos deu o chumbo / Com que matais o operário:
É chegada a vossa vez / Senhor latifundiário! [...]
Queremos que a terra possa / Ser tão nossa quanto vossa
Porque a terra não tem dono / Senhores Donos da Terra.
Queremos plantar no outono / Para ter na primavera
Amor em vez de abandono / Fartura em vez de miséria.
(Moraes, 1962, p. 84)

O poema *Homens da Terra*, versos da epígrafe deste capítulo, foi escrito por Vinicius de Moraes, no final de abril de 1962, em homenagem a João Pedro Teixeira, líder camponês e uma das figuras mais históricas das Ligas Camponesas. Assim como tantos e tantas na organização e resistência camponesa, Teixeira foi assassinado a mando do latifúndio no dia 02 de abril daquele ano. Moraes dedica o poema aos trabalhadores da terra do Brasil que, segundo consta em sua dedicatória, se despertavam e iniciavam suas lutas – embora a luta camponesa e a luta pelo direito à terra e ao território sejam muito anteriores à década de 1960.

No capítulo anterior, vimos que a conformação da questão agrária na América Latina e no Brasil assumiu os contornos históricos, coloniais, escravagistas e de dependência que se encontram na história deste continente e país. Porém, ela também se conforma tendo um elemento constitutivo indissociável (assim como em qualquer lugar do mundo onde haja opressão), revestido de importância e de determinação da particularidade histórica: as resistências populares.

Terra e trabalho na América Latina são bases estruturais que apresentam, para além dos processos inerentes ao desenvolvimento geral e particular do capitalismo, outras histórias que os detentores do poder insistem em negar: a história das resistências, das lutas por libertação que, travadas ao longo de todo o período colonial, ainda quando silenciadas ou deturpadas, ganham vida no cotidiano dos movimentos sociais latino-americanos. (Traspadini, 2022, p. 152)

Em chave dialética na composição da questão agrária em seu caráter geral, e aqui com recorte no contexto brasileiro, do lado de fora da cerca do latifúndio há

experiências de resistências e lutas populares e territoriais, nas suas mais diversas dimensões em termos culturais, identitários, políticos, econômicos, de modos de vida e de sociabilidades. Pela sua existência e resistência ao longo da história, elas foram (e seguem) fundamentais na imposição de limites ao avanço insano e destruidor da colonização e, por isso, na construção de importantes derrotas ao capitalismo burguês agrário-industrial, embora não o tenham destruído ou o inviabilizado.

Neste segundo capítulo, serão sinalizadas algumas dessas experiências camponesas brasileiras, ainda que as suas particularidades, estratégias e desdobramentos frente às condições objetivas de cada contexto não serão problematizadas com profundidade. Podem ser citadas aqui, como exemplos, os quilombos e comunidades indígenas; as Ligas Camponesas; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores movimentos sociais camponeses do mundo.

Sobre o campesinato e a questão camponesa²⁷ de forma geral, não adentraremos no debate das concepções mais clássicas, cujo material bibliográfico é vasto e denso. Tampouco proporemos uma definição ‘exata’ do que o campesinato e o camponês são ou não são porque, considerando que os recortes metodológicos e objetivos da pesquisa não permitem tal aprofundamento, não queremos incorrer no risco de reduzir tamanhas pluralidades e heterogeneidades em uma definição mistificada, descontextualizada e a-histórica, conforme alerta Shanin (2005).

A dificuldade reside no fato de que enquanto o agronegócio latifundiário que se consolidava seguia um padrão homogêneo em suas características estruturais e de organização política e econômica, na questão camponesa brasileira a situação sempre foi o contrário. Em suas feições, características, organização, composição, ocupação dos territórios, culturas, economia, organização social, ou estratégias de resistência, as perspectivas que se sobressaem são exatamente de diversidade e heterogeneidade, já que cada experiência possui em si a sua própria trama de complexidade e multiplicidade.

Outrossim, nos interessa aqui, isso é fato, fazer uma discussão diretamente ao contexto brasileiro e, inevitavelmente, latino-americano. Por isso, antes de tratarmos das experiências e lutas camponesas que marcam a história da região, fazemos uma

²⁷ Para tal debate, recomenda-se a leitura de Marx e Kautsky, novamente, e de Lênin, Shanin, Chayanov. Sevilla Guzmán e González de Molina.

aproximação à questão camponesa nesta porção sul do mundo, onde são abordados alguns elementos constitutivos e identitários do campesinato brasileiro naquilo que o caracteriza de forma comum, e que o torna uma particularidade localizada geográfica e historicamente. Da mesma forma, analisamos como ele se configura e se reorganiza na relação contraditória com o latifúndio e o avanço do capitalismo no campo, com a urbanização e a industrialização do país, e quais impactos que tais relações geram.

Ao final do capítulo, como chave dialética da resistência camponesa, são apresentadas preliminarmente as conexões entre campesinato e agroecologia. Nesse ponto, ela é tida como uma das respostas construídas na inflexão do campesinato diante dos impactos provocados pelo capitalismo agrário, e é abordada em sua processualidade histórica geral e a forma como se capilarizou e se organizou no Brasil, como ciência, movimento social e prática social.

3.1 PARA ALÉM DA CERCA DO LATIFÚNDIO: O CAMPESINATO BRASILEIRO

Do ponto de vista histórico, Stedile (2005) situa o final do século XIX e o início do século XX como o período em que ‘nasce’ o campesinato brasileiro. A primeira metade do período compreende alguns momentos históricos tratados no primeiro capítulo: a promulgação da Lei de Terras, em 1850, como parte do movimento de preparação ao trabalho livre ao privatizar a terra e consolidar o latifúndio; a política imigrantista, que promove uma migração massiva de camponeses europeus empobrecidos ao Brasil (excedentes populacionais da industrialização e consolidação do modo de produção capitalista); e a abolição formal da escravatura, em 1888, com negros agora libertos e desprovidos de tudo. A segunda metade do período foi marcada pela I Grande Guerra, em 1914, quando se interrompe a migração de camponeses europeus; e a grande crise do capital de 1930 que, no Brasil, afeta diretamente o modelo agroexportador. Por consequência, abriu-se uma crise político-institucional no país, que vai levar à queda da monarquia e ao estabelecimento da República por meio de golpes e contragolpes, e sem nenhuma participação popular²⁸.

²⁸ Há uma revolução política ‘por cima’, onde a burguesia industrial nascente toma o poder da oligarquia agrária, e estabelecem o novo modelo econômico para o país, que parte da industrialização dependente. Não há rompimento com a dependência econômica aos países centrais, e tampouco com a própria oligarquia rural. O período subordina econômica e politicamente a agricultura à indústria, e as oligarquias rurais seguem latifundiárias e agroexportadoras (Stedile, 2005). Os rebatimentos deste momento histórico sobre o campesinato brasileiro serão refletidos na próxima sessão deste capítulo.

Porém, para poder ‘nascer’ no final do século XIX e início do século XX como um momento histórico mais delineado, supõe-se que fora algo gestado há muito mais tempo e que, em algum momento, assumiu a forma de campesinato. Como mencionado no capítulo anterior, sabe-se que é secular a prática da agricultura no Brasil e em toda a América Latina, praticada por diferentes grupos e comunidades, especialmente indígenas, de formas mais desenvolvidas, diversificadas e consolidadas, ou não. Se há uma diferença nessa periodização, com algum ‘demarcador classificatório’ que distingue um grupo ou uma organização como camponesa e a outra não, há de se investigar antes o que se compreende por campesinato, já que, pelo visto, não é apenas a prática de agricultura em si que o define. Para ajudar na direção da abordagem, apenas como um ponto de partida, propomos uma compreensão comum sobre, e que não desconsidera as particularidades, contradições e outras possíveis definições que porventura aparecerão ao longo do texto.

Apenas para nos situar nesta reflexão, tomamos brevemente a sistematização feita por Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), acerca da evolução do conceito de campesinato, a partir do que eles classificam como antiga e nova tradição dos estudos camponeses. A gênese do pensamento social agrário, na formulação da antiga tradição, situa-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando do processo de transição e consolidação do modo de produção capitalista, e buscava analisar, em uma perspectiva científica, as repercussões desse novo modo de produção sobre o campesinato. Os movimentos intelectuais então estabelecem alguns traços básicos para compreender a estrutura social do campesinato, que “se valoriza como um resultado de igualdade e solidariedade social ameaçado pelos processos de privatização, mercantilização e urbanização que introduz o capitalismo nas sociedades camponesas” (p. 20).

Três correntes teóricas se desenvolvem sequencialmente e compõem essa antiga tradição, com a elaboração de distintas concepções do campesinato no processo histórico. São elas: o narodnismo russo, “defensor da vigência do campesinato, com um potencial de adaptação histórica”; o anarquismo agrário, onde “o campesinato é uma classe revolucionária em potencial” a partir das comunidades

rurais desvencilhadas da organização estatal; e o marxismo ortodoxo²⁹, que concebia o campesinato como “um resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado nos altares do progresso” e, no caso, no posterior triunfo da revolução socialista conduzida pelo proletariado urbano³⁰ (Sevilla Guzmán; González de Molina, 2005, p. 53, p. 35 e p. 53).

Já a nova tradição dos estudos camponeses, inaugurada entre o final dos anos 1940 e início de 1950, passa a incorporar abordagens com enfoques ambientalistas na sociologia rural, os saberes do campesinato no manejo dos recursos naturais, e a apropriação capitalista da natureza. Ainda, em uma perspectiva política, econômica e social, vai considerar as particularidades do campesinato nos países periféricos, o então chamado Terceiro Mundo, a sua relação com os países centrais, e a dinâmica da acumulação de capital nesta relação, bem como a análise das teorias do subdesenvolvimento. Inclusive, segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), organismos internacionais vão capturar a categoria de ‘ecodesenvolvimento’ elaborada a partir dos estudos sobre o campesinato, desarticulá-la das lutas sociais, e transformá-la em apenas uma forma de desenvolvimento tradicional como uma resposta do capital à crise ecológica. É nessa nova tradição que vão ser delineados também os primeiros estudos ou propostas agroecológicas, vindas como reflexo dos efeitos do novo regime agroalimentar mundializado, e como resposta aos impactos da agricultura sob o neoliberalismo e globalização econômica.

Ao alertar sobre o risco de construir uma abordagem mistificada, descontextualizada e a-histórica entorno do ser camponês, Shanin (2005) propõe uma abordagem que possa dar conta de uma compreensão genérica das sociedades e

²⁹ Sevilla Guzmán e González de Molina (2005) se referem ao marxismo ortodoxo com o viés academicista, diferenciando-o do marxismo-leninismo, ancorado por uma *práxis* teórica e política a partir da realidade russa.

³⁰ Essa concepção de que o campesinato seria ‘liquidado’ com o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas de forma geral, considerava que a agricultura se tornaria apenas um ramo da indústria, e que também a propriedade da terra seria afetada pela tendência aos monopólios, ou seja, a pequena propriedade camponesa tendia ao latifúndio. Além disso, sendo o desenvolvimento pleno do capitalismo uma etapa anterior à revolução socialista, quando dada as condições objetivas para tal, ela seria conduzida pelo proletariado urbano, com consciência e organização enquanto classe para si, ao passo que o camponês, sujeito tido como atrasado e apegado às tradições, era uma classe ‘misteriosa’ aos processos revolucionários, como diria Kautsky (1986). Essas concepções são encontradas principalmente nas formulações teóricas de Marx, Lênin e Kautsky, ainda que os dois primeiros, conforme Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), tivessem considerado relevantes as concepções narodnistas e passado a analisar as particularidades do campesinato no processo histórico e revolucionário. É Teodor Shanin quem vai romper com a perspectiva unilinear adotada pelo marxismo ortodoxo agrário, e gerar o “marco teórico do narodnismo marxista” (p. 58).

culturas camponesas. Sem perder de vista que o autor discute a partir dos debates marxistas sobre campesinato que aconteceram no contexto europeu, a proposta que ele apresenta de generalização das características camponesas permite apreender e analisar o que é comum entre tais sociedades e culturas, e buscar dar subsídios para os estudos acerca das particularidades de cada uma delas.

Para começar, o autor caracteriza as especificidades dos camponeses em relação a outros trabalhadores da seguinte forma:

- 1ª) Se refere aos meios de subsistência, como o controle dos meios de produção e planejamento do trabalho, economia doméstica de subsistência, divisão do trabalho, e qualificação da força de trabalho;
- 2ª) Visualiza-se semelhanças nos padrões e nas tendências sobre a forma como se organizam politicamente (intermediação, apadrinhamento, verticalização, as formas de rebeliões), assim como sobre as formas das interações políticas internas e externas;
- 3ª) Faz referência à produção cultural, por meio de normas, códigos e linguagens, racionalização, socialização e transmissão de saberes, tendências ideológicas etc.;
- 4ª) Trata sobre a unidade básica da organização social, primeiro o grupo doméstico e depois a rede, a aldeia ou comunidade, onde há as trocas e interações sociais, políticas e econômicas;
- 5ª) Olha para a dinâmica social específica da reprodução social interna dos núcleos familiares e comunitários, da produção e suprimento das necessidades materiais, reprodução dos sujeitos, ocupações familiares...
- 6ª) A última é referente à relação dialética das comunidades camponesas com o meio externo, no sentido de como os processos gerais da sociedade refletem nas comunidades, como elas reagem a eles, e como essa relação afirma a especificidade camponesa.

Na sequência, após criticar e problematizar os estudos camponeses que floresceram na Europa na década de 1960 e que acabaram por homogeneizar o campesinato ao recair no excesso de generalização, Shanin (2005) faz uma indicação de como os camponeses podem ser identificados. Em um primeiro momento, ele diz que a especificidade do camponês reflete a interdependência entre quatro características ou elementos básicos, e uma não redução pura e simples a algum

deles: a propriedade rural familiar como unidade básica para a organização econômica e social; a agricultura como principal fonte de subsistência; a vida em aldeias e uma cultura camponesa na comunidade rural; e a situação de opressão, ou de dominação-exploração que sofrem os camponeses por poderosas forças externas.

Paralelo a isso, o centro dessas características indica a natureza e a própria dinâmica do estabelecimento rural familiar, como a unidade de produção e o meio de vida social. Por consequência, o camponês em si depende da existência de estabelecimentos rurais familiares, a comunidade, como a unidade básica da economia e da sociedade.

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. Um outro ponto a ser lembrado [...], é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. A repetição mundialmente abrangente de traços econômicos, políticos e culturais, assim como dos típicos padrões de sua dinâmica, teria a ver com o *modus operandi* dos estabelecimentos rurais familiares camponeses e com as formas específicas em que se vinculam e se transformam. (Shanin, 2005, p. 6)

Em sua reflexão, o autor aprofunda inúmeros pontos colocados em debates teóricos quando o assunto é campesinato. De forma muito resumida apenas para chegar à conclusão do ponto que nos interessa agora, Shanin (2005) fala da diferenciação camponesa que, aliada à pauperização e marginalização, se refere basicamente à forma de como o campesinato foi subsumido pelo modo de produção capitalista. Na sequência, trata dois pontos sobre ‘modos e camponeses’: primeiro, de como os modos camponeses de produzir são tratados, muitas vezes, como um modo de produção camponês, perspectiva refutada pelo autor; e, depois, as lacunas problemáticas das teses que tratam o campesinato como um componente exclusivo do feudalismo, também refutada.

Por fim, Shanin (2005) considera que o campesinato sobreviveu na transição do feudalismo para o capitalismo, no caso da Europa. Todavia, resistir a esse último não é afirmar que os camponeses se comportam da mesma forma sob esses dois modos de produção. Eles sequer se comportam igual sob o mesmo modo de produção, haja em vista a relação da particularidade para com a totalidade, e vice-versa, e com o meio externo de onde estão inseridos – aqui, já é possível fazer menção à dinâmica da formação social e econômica brasileira, na particularidade do

capitalismo dependente e onde não houve nenhuma configuração feudal, como buscamos demonstrar no primeiro capítulo.

O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia [...]. Finalmente, e o que é mais importante, essas conclusões não são simplesmente um exercício de lógica, mas são centrais para estratégias de pesquisa e ação política, pois implicam que os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem. (Shanin, 2005, p. 14 – *grifo do autor*)

Em resumo, o que se entende por ou como pode ser considerado ‘campesinato’, é de que ele se refere a uma forma social de produção, cujas características fundamentais estão colocadas na família camponesa. É para suprir suas necessidades que os objetivos da atividade produtiva estão voltados, bem como o modo que o trabalho está organizado, cuja força de trabalho empregada é essencialmente a familiar. Ou seja, o campesinato possui uma forma particular de viver e de trabalhar no campo, que corresponde a um modo de vida e a uma cultura. Para o campesinato brasileiro em particular, que passaremos a ver com maior profundidade agora, é necessário considerar ainda que ele está historicamente inserido na agricultura brasileira, e que ela manteve os traços estruturantes do período colonial que a formou como tal, que consistem na grande propriedade monocultura da terra e no trabalho escravo (Wanderley, 2015).

Terra, trabalho e propriedade privada são três categorias centrais e indissociáveis na reprodução do modo de produção capitalista, com os diversos significados em termos políticos, sociais, culturais e ideológicos. O tratamento dado a elas na conformação da questão agrária no Brasil, desde o escravismo colonial à consolidação do capitalismo dependente, traz para cá o mesmo debate que se interrelaciona com a questão camponesa por todo o território nacional, afinal, se de um lado da fronteira agrícola há o latifúndio, do outro há a comunidade camponesa, nas suas mais diversas variações e regionalidades. É por isso que tais categorias, especialmente terra e trabalho, se conectam, sob visões e finalidades distintas, com as resistências ao longo da história que partem da defesa da terra, do território e de

um modo de vida como uma necessidade para a sua própria reprodução biológica, econômica, social e cultural.

Em uma etnografia realizada por Woortmann e Woortmann (1997) junto a sitiantes, camponeses nordestinos, é possível perceber qual a relação e a significação dada por eles ao trabalho. De pronto, a concepção é de que o trabalho é mais do que algo que se faz, *práxis*: é algo que se pensa, *logos*. Ele é conduzido por um sistema cognitivo e simbólico, mais do que um saber agrônômico, e aproxima-se de uma “construção cosmológica, de uma construção de mundo”, e é por isso que também se torna um “processo moral” (p. 159).

É o trabalho sobre o mato que transforma a “natureza” em “cultura”. Essas são expressões dos próprios sitiantes, pois para eles o espaço não trabalhado é natureza e um campo cultivado é uma cultura. Mas, se o trabalho faz a passagem, o próprio trabalho já é cultura, visto que a natureza só é um potencial depois de “trabalhada” cognitivamente pelo saber (p. 159)

Mais adiante, os autores descrevem os impasses relacionados à extensão rural promovida pela Revolução Verde, que desvaloriza a cultura e o saber camponês, e, por consequência, o processo de trabalho camponês. “Atacar o processo de trabalho tal como realizado era atacar o saber que constitui o sitiante”. Transmitir o saber é transmitir valores, cultura, por meio do trabalho. Portanto, ao desvalorizar o saber camponês, se desvaloriza o trabalho camponês e a cultura camponesa, e destitui do camponês aquilo que o torna em quem ele é (Woortmann; Woortmann, 1997, p 179).

A família ocupa uma centralidade para a dinâmica e funcionamento da propriedade camponesa, pois é a principal força de trabalho do labor camponês, e o autossustento familiar é a principal razão de existir da economia camponesa. Na produção para o autoconsumo camponês, a comida tem um papel importante na vida e sociabilidade camponesa, dotada com uma linguagem simbólica que significa “fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos”, pois “é pela comida que necessariamente se passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho” (Paulino; Almeida, 2010, p. 39). Partilhar o que se é produzido na roça, a ‘riqueza’ da família, tem um significado de vínculo muito profundo para com a comunidade e as pessoas que se estima. A produção e o preparo de alimentos para ser comida partilhada com qualidade e diversidade, mais do que quantidade, é uma forma importante da sociabilidade e da expressão identitária camponesa. De forma articulada, terra e alimento aparecem no

discurso camponês, sendo o trabalho a mediação entre as duas. Nesse sentido, significa que a finalidade da terra camponesa, ao produzir comida, não é apenas para o trabalho, na lógica econômica de trabalho-consumo, mas que essa finalidade também vai possuir dimensões de sociabilidade e reciprocidade camponesa, como eixos de sustentação da economia doméstica.

Ainda dentro do universo simbólico, da produção cultural e de ideologia, cabe uma observação de como a relação com a terra e com o trabalho é atravessada por uma religiosidade profunda, que põe em evidência e valorização as ‘coisas de Deus’ – na etnografia de Woortmann e Woortmann (1997), são frequentes os registros com referências do tipo. Há uma moralidade atravessada pela religiosidade cristã católica que deve, inclusive, ser localizada exatamente naquilo que se constituiu: resultado da cristianização e catequização católica promovida pela colonização. Porém, na assimilação cultural com outras tantas cosmovisões e religiosidades (indígenas e de matriz africana, principalmente), criou-se uma religiosidade que se manifesta muito mais popular do que doutrinal. Esse elemento da cultura camponesa não é mero ordenador da vida no campo, mas se torna um dos elementos mobilizadores para as lutas camponesas chamadas messiânicas³¹ e, posteriormente, ‘politizadas’ por meio da Teologia da Libertação e da atuação de agentes de pastorais leigos e leigas, religiosos e religiosas, padres e bispos no Brasil e na América Latina³²

³¹ O termo ‘messiânico’ dá uma tônica despolitizante e mesmo deslegitimadora do conteúdo material (como o empobrecimento generalizado) das revoltas camponesas mobilizadas, aparentemente, apenas por um viés espiritual ou de religiosidade popular. Clovis Moura faz uma crítica à forma como a sociologia reduziu a importância desses movimentos ‘messiânicos’ em seu livro “Sociologia da guerra camponesa de Canudos”.

³² A Teologia da Libertação foi uma corrente teológica e pastoral dentro do cristianismo, em particular na Igreja Católica, que se populariza na década de 1970 após a publicação do livro *Uma teologia da libertação: história, política, salvação*, do padre peruano Gustavo Gutiérrez, e que foi traduzido para inúmeros idiomas. É contemporânea e extremamente entrelaçada com as obras de Enrique Dussel sobre a filosofia da libertação na América Latina, bem como tem uma influência direta e explícita da teoria marxista nas suas elaborações. Na sua concepção, resgata a ‘opção preferencial de Deus pelos pobres’ como centralidade do Evangelho, e impele a Igreja a uma ação política, social, evangélica e pastoral comprometida com a ‘libertação dos pobres’; impulsiona e é impulsionada dialeticamente pelas Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. É importante sublinhar que, embora capilarizada nas comunidades e influente na vida social e política da América Latina, ela jamais foi hegemônica na Igreja Católica. Ao contrário, foi duramente combatida e perseguida nos papados de João Paulo II e Bento XVI, representantes das alas mais conservadoras da Igreja (essas sim, hegemônicas). Na ação junto a camponeses e povos indígenas, são nomes importantes da ação pastoral da Teologia da Libertação no Brasil: Dom Pedro Casaldáliga (Prelazia de São Félix do Araguaia), Dom Tomás Balduino (Diocese de Goiás), Dom José Gomes (Diocese de Chapecó), um trio que esteve à frente da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e que conviveram com constantes ameaças de morte; Pe. João Bosco Burnier, Pe. Josimo Tavares, Pe. Ezequiel Ramin, Ir. Adelaide Molinari, Ir. Dorothy Stang, Chico Mendes, Dorcelina Folador, Margarida Alves, Olivio Albani, entre outras diversas lideranças leigas inseridas e atuantes em sindicatos rurais e movimentos

Junto com terra e trabalho, fica evidente como o território se soma enquanto uma categoria importante na contribuição às discussões de campesinato. Na elaboração de Santos (2001), o território é compreendido como o chão, a terra, junto da população, lugar de identidade, fato e sentimento de pertencimento. É ele a base da morada, da realização do trabalho, para as trocas materiais, espirituais e da vida; é onde se produz e reproduz cultura e um modo de vida.

Transversalizar essas categorias na amplitude da generalização que buscamos dar à concepção de campesinato, facilitará, primeiro, a fluidez da redação, salvo momentos em que denominações específicas poderão ser requeridas para se dar visibilidade a alguma particularidade. Depois, permitirá a aproximação e que sejam contempladas algumas experiências específicas que são anteriores ao ‘nascimento’ do campesinato periodizado por Stedile (2005), ou mesmo vão para além de suas características mais gerais. Essas experiências, por sua vez, são importantes para compreender a dinâmica das resistências ao desenvolvimento e expansão do capitalismo agrário.

O alargamento da forma como passaremos a contemplar o ser camponês no Brasil, apenas para ampliar o alcance do termo e não para apagar as especificidades de cada experiência, encontra eco na provocação de Martins (1995) sobre como as palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ passaram a ser frequentemente usadas no vocabulário brasileiro a partir dos anos de 1950. Elas foram introduzidas pelas esquerdas que buscavam teorizar as lutas dos trabalhadores do campo (que cresciam em todo o país e forçaram a entrada do campesinato no debate político nacional), mas foram substituindo e generalizando as denominações populares e regionais, como caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, essa última usada desde o século XVII.

Essas diversas denominações para falar de um mesmo sujeito, sempre tiveram duplo sentido, ambos com conotações depreciativas e ofensivas: um referindo-se aos que “vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis”; e o outro “de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também ‘preguiçoso’, que não gosta do trabalho” (Martins, 1995, p. 22). Ao mesmo tempo, o duplo sentido empregado para falar do sujeito trabalhador do campo, o colocavam no mesmo lugar, aliás, em um ‘não-lugar’:

sociais camponeses, assassinadas a mando do latifúndio. Para saber mais, sugere-se a leitura do livro *O que é cristianismo da Libertação – religião e política na América Latina*, de Michel Löwy, publicado pela Expressão Popular.

[...] definiam-no como aquele que está em *outro lugar*, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está se não ocasionalmente, e nas margens, *nesta sociedade*. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um *excluído*. (Martins, 1995, p. 25 – *grifo do autor*)

Foi por esse mesmo período que a palavra ‘latifundiário’ passou a designar os proprietários de terras então chamados de estancieiros, fazendeiros, senhores de engenho e seringalistas. As duas novas palavras adotadas no léxico do debate político brasileiro passaram a ter peso político e a expressar uma unidade das respectivas classes, demarcando seus antagonismos e conflitos de interesses.

Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (Martins, 1995, p. 23)

Retornando às considerações de Stedile (2005) sobre o surgimento do campesinato no Brasil, o autor sinaliza que ele se deu por meio da política migratória que trouxe ao país mais de dois milhões de camponeses pobres da Europa, que foram distribuídos na região Sul do país e nas fazendas de café no Sudeste. Além deles, o campesinato brasileiro se constituiu com as populações indígenas, negras, caboclas e nacionais, que se formaram no território brasileiro ao longo dos 400 anos.

Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país [...]. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando assim o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. (Stedile, 2005, p. 29)

Maestri (2005), por sua vez, elabora uma apresentação mais detalhada sobre a formação do campesinato brasileiro. Ele identifica, por exemplo, cinco vias principais em sua constituição: a nativa, que se refere às experiências de agricultura dos povos indígenas; a via cabocla, com elementos que resultam do contato entre indígenas e seus saberes com os saberes das culturas europeias e negras; a via escravista, com experiências de cultivos em terras ‘permitidas’ para que negros escravizados (e aos

libertos, posteriormente) pudessem plantar; a via quilombola, que advém da forma de agricultura desenvolvida nas experiências de aquilombamento, especialmente a de subsistência; e a via colonial, que advém da experiência de agricultura desenvolvida a partir da imigração europeia para São Paulo e a região sul do Brasil.

Há inúmeros costumes que convergiram e se mantiveram como heranças culturais camponesas pelo território nacional, de comunidades que coexistiram em um mesmo espaço-tempo histórico ou se desenvolveram em tempos e lugares distintos, mas que carregaram influências de quem, em algum momento, contactaram-se entre si e desenvolveram outros hábitos. Dentre as características comuns, estão os pequenos roçados itinerantes feitos entre os núcleos familiares e de parentela, onde se detinha uma diversidade de produção de gêneros alimentícios nativos (como milho, batatas e mandioca) ou introduzidos (como o arroz e o trigo), bem como de caça, pesca e outros víveres (criação de galinhas, suínos, cabras e outros pequenos animais). Dos roçados ou da coleta, comercializavam-se excedentes quando do tempo e das condições sócio-históricas para tal – aliás, muito do abastecimento alimentar nas grandes fazendas advinham desses espaços camponeses. Também era comum as habitações precárias, a simplicidade e a rusticidade dos instrumentos e ferramentas de trabalho, com uma lenta sofisticação (que revela o empobrecimento e exclusão dessa camada social do ‘desenvolvimento’ e do ‘progresso’). Além disso, utilizavam técnicas menos complexas para os cultivos, como a coivara (roçado, queimada e plantio), o manejo de roçado, o plantio em áreas com árvores e a adubação com matéria orgânica (Maestri, 2005).

Outra obra que apresenta a diversidade camponesa é organizada por Carvalho (2005), que reuniu diversos textos e pesquisas, de pesquisadores e pesquisadoras sobre os muitos campesinatos que se encontram localizados ou distribuídos nas regiões do Brasil. Novamente, aparecem inúmeras denominações pelos quais são chamados os mesmos sujeitos: lavradores nacionais, caboclos, caipiras, colonos, agricultores familiares, camponeses indígenas, ribeirinhos, pescadores, seringueiros, posseiros, sertanejos, retirantes, catingueiros, geraizeiros, faxinalenses, quilombolas, povos das águas e das florestas, e uma gama de outros substantivos que reafirmam a heterogeneidade do campesinato brasileiro, ou, dos campesinatos brasileiros.

Através dos textos, é possível ter um panorama amplo por meio de um ‘passeio’ historiográfico e geográfico, de como se deu a ocupação dos diferentes territórios e

estados do Brasil, nas particularidades de cada região, nas formas como cada tipo de campesinato se dinamizou, se adaptou e subsistiu no campo conforme as condições climáticas, geológicas, hidrológicas e biológicas de cada ecossistema. Também é possível considerar a diversidade antropológica, etnográfica e cultural de cada tipo de campesinato, seus valores, cosmovisões, religiosidades, festividades, relações sociais e para com o meio, e relações econômicas. É possível, inclusive, um passeio agrônomo e fitossanitário, ao conhecer a diversidade da produção de alimentos conforme os tipos de solos, com saberes tradicionais adaptados e que permitiram a prática da agricultura por meio de técnicas sofisticadas, ainda que muito simples, na mediação com o meio natural e específico de determinada região, além da preservação e uso de plantas medicinais, sementes e frutas nativas.

Sobre a influência de uma prática ou sistema de agricultura sobre o outro, uma situação pode ser encontrada na referência de como o colono imigrante adotou práticas da agricultura cabocla, chamada de sistema primitivo de agricultura, de roça ou de capoeira. Consiste na derrubada da mata, queimada, cultivo da terra por alguns anos, repouso até nascimento da mata secundária, quando então volta a ser cultivada.

O sistema primitivo de agricultura era adotado pelo caboclo antes da chegada dos imigrantes, dada a disponibilidade de terra existente. Com a chegada dos primeiros imigrantes, logo nos primeiros anos de colonização, esse sistema foi adotado na produção agrícola. Não só o sistema de rotação de terras, os imigrantes alemães, italianos, poloneses e outros adotaram também as plantas cultivadas. A agricultura tinha como produtos mais importantes o milho, a batata e mandioca que serviam como fonte de alimentação às pessoas e animais. Além dos costumes na agricultura, a cultura cabocla influenciou o imigrante europeu nas práticas com os animais (principalmente na criação de porco solto), o vocabulário, as empreitadas entre outros. (Bavaresco, 2005, p. 83)

A permanência de uma divisão do trabalho bem demarcada também é algo extremamente característico nas experiências camponesas relatadas nos textos. Um exemplo é encontrado aqui:

Cada atividade pode ser parte de uma divisão do trabalho entre as famílias da comunidade, por faixa etária, ou, especialmente, por sexo, onde o trabalho feminino se concentra na moradia e seus arredores. Embora, ao observador externo, aparente uma uniformidade nas atividades desenvolvidas pelas famílias e pessoas em certos tipos de trabalho, colocada pela herança da atividade, condição financeira, habilidade pessoal, etc. (Ribeiro, 2005, p. 122)

Outro exemplo onde se visualiza de forma ainda mais explícita a divisão sexual do trabalho, recorrente nas comunidades camponesas em todo o Brasil³³, novamente pode ser visto na etnografia de Woortmann e Woortmann (1997, p. 12). Essa divisão específica do trabalho hierarquiza relações de poder com base nas relações de produção, de quem controla a produção de mercadorias (o pai, e depois os filhos homens) porque detém o saber técnico do trabalho (que produz valor).

Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber “técnico” que ela se faz e é o controle sobre esse saber que faz a hierarquia do grupo doméstico. Exerce-se o poder porque se detém o saber. Na hierarquia da unidade produtiva, o pai de família (no plano público) governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque “domina” o saber. O saber “técnico” é, portanto, fundamental para a reprodução da estrutura social.

Controlar a produção, é também controlar a renda familiar, e a decisão sobre onde ela será investida – na compra de gêneros não produzidos na propriedade camponesa, vestuário, equipamentos para o trabalho ou na melhoria de benfeitorias. As mulheres participam da economia doméstica camponesa de forma tida como ‘complementar’, na venda de produtos de seus quintais e de subprodutos beneficiados nas suas cozinhas (queijo, manteiga, óleos), além de ser delas o trabalho reprodutivo doméstico e a ‘ajuda’ nas lavouras (Maestri, 2005. Woortmann; Woortmann, 1997).

Novamente em relação às vias camponesas, Maestri (2005) analisa que a via colonial detinha um vínculo mais ‘sólido’ com a terra onde se fazia morada, exatamente pela particularidade na forma de acessá-la, fruto da política migratória planejada que promoveu a migração massiva e organizada de camponeses europeus pobres e expropriados. Antes da Lei de Terras, inúmeras famílias, majoritariamente açorianas, foram beneficiadas pela Coroa Portuguesa com pequenos lotes na região litorânea de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e, depois, com famílias advindas especialmente da Itália, Alemanha e Polônia, mediante a compra intermediada por empresas colonizadoras. As condições de pagamento, apesar de mais flexíveis (iniciavam o pagamento após cinco anos na terra, o tempo tido como necessário para

³³Mesmo na obviedade, é preciso sublinhar que o machismo e o patriarcado não se encontram apenas em comunidades camponesas, haja visto que atravessam histórica e estruturalmente as sociedades e culturas ao redor do mundo. Uma discussão muito oportuna sobre esse assunto pode ser encontrada no livro ‘O Calibã e a Bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva’, de Silvia Federici; e discussões diversas sobre gênero e campesinato no livro ‘Mulheres Camponesas – trabalho produtivo e engajamentos políticos’, organizado por Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros.

a família se estabelecer), mantinham as famílias pobres e endividadas, e as forçavam a produzir para comercialização. Enquanto as outras vias tinham uma dinâmica cultural mais itinerante em relação às suas moradas e seus roçados (por consequência, com uma frágil e volátil composição de suas comunidades que também as deixavam mais suscetíveis às expropriações sofridas), as propriedades coloniais no Sul tinham como característica a permanência da família no seu pedaço de chão ‘conquistado’, com comunidades também mais estabelecidas. Esse chão conquistado era demarcado como propriedade privada e encontrava amparo, ainda que mínimo, da mesma legislação burguesa que protegia os grandes latifúndios.

Convém fazer duas observações em relação a essas diferenças. A primeira é que, apesar de a via colonial ser tida como a formação camponesa típica da região Sul do país, não significa que não existisse outras formas de campesinato na região. Nunca houve ‘vazios demográficos’ para serem preenchidos, como já sinalizado no primeiro capítulo, tanto é que há diversos relatos que retratam a forma como famílias migrantes adquiriam seu pedaço de terra sem mesmo conhecê-la. Ao chegar no local, se deparavam com comunidades indígenas e caboclas ali estabelecidas, o que vinha a desencadear uma série de outras violências que perduram até hoje³⁴, perpetradas e/ou amparadas pelo poder estatal. O mesmo aconteceu quando, ao escassear a disponibilidade de terras no Sul e aumentar o excedente populacional na região que também se urbanizava, a política governamental levou novamente inúmeras famílias camponesas para ‘povoar’ as regiões Centro-Oeste e Norte.

A outra observação em que é preciso se atentar, se refere às diversas abordagens que denotam passividade por parte de indígenas, caboclos, posseiros, quilombolas, ou quaisquer outras identidades camponesas, frente ao esbulho. Embora os vínculos comunitários e com a terra fossem mais frágeis, por não a deter como propriedade – a usufruíam apenas por posse e uso – não significa que as constantes expulsões que sofreram, e ainda sofrem, tenham sido pacíficas. Pelo contrário, os

³⁴ Um exemplo dessa situação pode ser encontrado na região oeste de Santa Catarina, entre os municípios de Cunha Porã e Saudades. A Terra Indígena (TI) Araçá’í, do povo Guarani, é uma área de 2.721 hectares, declarada desde 2007. A TI ainda se encontra sob litígio, contestada por dezenas de pequenas famílias agricultoras que residem no local, e que foram absolutamente instrumentalizadas pelo poder político colonizador da região. Essas famílias adquiriram lotes de terras através da companhia colonizadora Sul Brasil, nas décadas de 1950-60, mas ao chegarem ao local, se depararam com outras inúmeras famílias indígenas que ali viviam secularmente. Para saber mais, acessar: https://apublica.org/2023/08/como-o-marco-temporal-varreu-uma-terra-indigena-do-censo/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=ticenso.

inúmeros registros históricos que tratam de revoltas populares protagonizadas por camponeses na defesa de seus territórios e modos de viver, dão conta de sinalizar que houve muita resistência por parte das comunidades diante dessas expulsões e que, por isso, a repressão foi ainda mais violenta.

A via colonial pode ser subdividida em duas formas. A primeira, tratada acima, das pequenas propriedades camponesas na região Sul; e a segunda que se dinamizou principalmente nas fazendas de café, em São Paulo (houve também nas de cana-de-açúcar), sob o regime que ficou conhecido como colonato. Em resumo, o colonato se caracterizou por haver um pagamento fixo para o trabalho das famílias nos cafezais e um pagamento proporcional para a quantidade de café colhido (ambos com valores rebaixados); e a permissão para a produção de alimentos fora ou entre os cafezais. Tal produção era usada para o consumo próprio da família e a comercialização de excedentes, e era feita em uma segunda jornada de trabalho. Para Martins (1979), é nesse momento em que ficava nítida a exploração do colono, pois

O fazendeiro extraía primeiramente o tempo de trabalho excedente, definindo para si a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono. Somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo. Ainda assim, estava trabalhando para o fazendeiro, garantindo as condições da sua própria reprodução como produtor de trabalho excedente. (p. 86)

O contexto em que se investiu na imigração de colonos europeus para as fazendas de café era exatamente o mesmo da política imigrantista como um todo: o da preparação para o trabalho livre, na iminência do fim de um cativeiro, que era a escravização de pessoas negras, para a escravização da terra, sendo ela agora cativa na forma de propriedade privada. É dessa transição que se popularizou uma síntese de Martins (1979, p. 35), sobre a transformação da renda capitalizada no escravizado para a renda territorial capitalizada: “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”.

Há ainda três formas ou situações de campesinato a serem sublinhadas, porque se desenvolveram em diversas regiões durante o período colonial, às margens ou dentro das fazendas (ou seja, coexistiram com a escravização negra), sempre com acesso precário às terras: posseiros, sitiantes e agregados. Segundo Martins (1995), entre os posseiros e sitiantes, o que mudava basicamente era a relação jurídica com

a terra: o primeiro tinha a posse sem ter o domínio de propriedade, e o segundo era dono de um pequeno pedaço de terra, um pequeno sítio. Os agregados, conhecidos como 'moradores de favor' e que também eram considerados um tipo de sitiante, viviam dentro das terras das sesmarias e a sua existência ali era conveniente para o fazendeiro, que necessitava de força de trabalho para abrir ou ampliar suas fazendas. Ou seja, necessitava de alguém para o trabalho de desmatamento, queima e limpeza do terreno, plantio do café ou cana, e cuidados até a formação dos arbustos, quando então o cafezal ou canavial estaria pronto. Em troca, o agregado poderia morar nas terras pelo tempo que quisesse ou o fazendeiro permitisse, fazer seus roçados, e produzir para consumo próprio da família e para comercializar, resguardando sempre a parte para entregar ao fazendeiro ou vender em seus estabelecimentos.

A propriedade privada da terra é uma categoria um tanto quanto contraditória quando se refere ao campesinato como uma classe social oposta à burguesia agrária. Se, para o capitalismo, a propriedade privada significa acesso privado e restrito de uma classe, a burguesa, aos meios de produção, no campesinato o acesso à propriedade da terra, ainda que sob a forma privada, significa possibilidade de existência, de autonomia, de preservação da identidade e dos costumes camponeses à ameaça representada pela imposição do modo de produção capitalista. A ameaça da perda da terra camponesa gera, por consequência, revoltas e insubordinações.

Por essas outras relações estabelecidas, Paulino e Almeida (2010) compreendem que o que existe entre o campesinato e a terra, e sua propriedade, é uma relação não capitalista. Com a conquista da terra, a liberdade é um valor a ser adquirido, e nesse lugar, ela não se refere à noção abstrata e individual daquela figurada pela liberdade burguesa.

A terra camponesa se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe à ilusória liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como ser portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, de desejo de se enraizar no seu *pedaço de chão* (Paulino; Almeida, 2010, p. 54 – *grifo das autoras*).

Essa liberdade se relaciona com a autonomia, que permite o controle do tempo de trabalho, mas que é proporcionado exatamente pelo fato de a família camponesa ser proprietária da terra. Como um círculo de sentidos, as autoras falam que terra e liberdade se conectam a uma questão central da economia camponesa e da motivação para o trabalho, que é suprir as necessidades da unidade familiar,

considerando que é a família que ocupa a centralidade na dinâmica de funcionamento da propriedade camponesa, como razão de existir da economia doméstica.

A existência de uma 'relação não capitalista' dos camponeses para com a terra enquanto propriedade, compreendida pelas autoras, pode ser problematizada aqui. A primeira pergunta é, se de fato existe uma relação não capitalista diante de uma propriedade privada, sob o capitalismo; e a segunda pergunta é se essa configuração não seria, na verdade, uma forma particular da organização camponesa no capitalismo dependente.

Para a primeira pergunta, Paulino e Almeida (2010) mesmo explicam, com base nas obras de autores como Alexander Chayanov, José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Elas sustentam que um dos principais diferenciais da propriedade familiar camponesa para a propriedade capitalista, está no próprio processo de trabalho camponês como uma relação não capitalista. Nele, os instrumentos de trabalho, como a terra, não estão dissociados da força de trabalho, não são utilizados para a exploração do trabalho alheio, e o objetivo do trabalho não é o de obter lucro médio (por meio da renda da terra, por exemplo). A finalidade é a própria reprodução da família camponesa e, caso haja apropriação de alguma forma da renda da terra, como o excedente obtido por meio da circulação simples de mercadoria, ela é usada para viabilizar melhorias na qualidade de vida da família. É de Martins (1995) a diferenciação entre as duas propriedades privadas, a familiar e a capitalista. As interpretações que distinguem a terra camponesa e a terra capitalista, a terra de trabalho e a terra de negócio, nascem exatamente das contradições do capitalismo, no caso, do código jurídico sobre o direito à propriedade³⁵.

E é esse mesmo autor quem pode ajudar a responder a segunda pergunta, ou ao menos, lançar algumas luzes para pensarmos a particularidade da organização camponesa sob capitalismo dependente. Primeiro que ele já fala que são descabidas as comparações entre o campesinato brasileiro e o campesinato russo (um exemplo,

³⁵ Esta é uma discussão extremamente complexa e que, por vezes, cai em contradição, pois a propriedade privada é a forma jurídica nos marcos da legislação burguesa, e o processo de trabalho camponês, por mais que venha a produzir relações não capitalistas, ainda assim está condicionado à propriedade privada-burguesa. Esse predomínio condicionante, junto das sociabilidades hegemônicas pelo capital, vai afetar de alguma forma toda a sociabilidade ali construída. Conforme reflexão de Souza (2019), ao mesmo tempo que as contradições abrem possibilidades, como a 'garantia' da propriedade que permite a 'liberdade camponesa', também criam armadilhas ao condicionar o camponês à dinâmica de sobrevivência sob sistema capitalista (banco, mercado, legislações, relações sociais mais amplas, tensões e disputas para permanência na terra).

por conta das elaborações teóricas da época, mas que poderia ser estendido ao campesinato europeu de forma geral). Enquanto o campesinato lá era “estamental” e não queria *sair* da terra, resistindo à expansão do capitalismo e desejando manter-se alheio, fora ou contra ele, aqui o campesinato, uma “classe”, queria *entrar* na terra, devido as contantes expulsões que sofria exatamente por não ter terra alguma. “O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão”. Por não ser uma figura que está no passado, e sim no presente da história do capitalismo no país, a história que está no passado deve se tornar arma de luta do presente para resolver as contradições do capitalismo, da exploração e expropriação (Martins, 1995, p. 15 e 16).

Em um país de capitalismo dependente, com um lugar demarcado na divisão internacional do trabalho a partir de produção agroexportadora e cuja superexploração do trabalho é uma característica determinante, cabe finalizar lembrando que

O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado, ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante [...]. Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra. (Martins, 1995, p. 17)

Nesse primeiro momento, buscamos apresentar a formação e o rosto do campesinato brasileiro, que demarcam a particularidade das lutas camponesas como reflexo do avanço da agricultura capitalista, e vice-versa. Dialeticamente, portanto, todas as experiências de lutas populares em defesa da terra e do território, contra a exploração e expropriação, sempre auxiliam na compreensão da dinâmica, vivacidade e características da formação camponesa, e por isso serão abordadas à parte. Cabe dizer ainda que, embora as características que compõem uma ‘identidade camponesa plural’ possam revelar elementos de relações não capitalistas, nas últimas décadas, a agricultura camponesa passou a ser subsumida pelo capitalismo agrário, em maior ou menor medida e velocidade. No centro desse processo, está a modernização da agricultura, com profundas transformações no campo, que seguirão permeadas de contradições e possibilidades dentro do próprio desenvolvimento do capitalismo dependente no país, como veremos a seguir.

3.2 OS CAMPONESES E A AGRICULTURA CAPITALISTA

No subitem 2.2.1 do primeiro capítulo, a partir de Traspadini (2022), foram apresentadas quatro fases importantes de como se deu a participação da América Latina na divisão internacional do trabalho e na valorização do próprio capital, onde se manteve a centralidade da terra e do trabalho na produção de mercadorias. Rapidamente, vale relembrar as quatro: a primeira fase, mercantilista-colonial, entre os séculos XV e XVIII; a segunda, do capitalismo concorrencial e nascimento do capitalismo dependente, entre os séculos XVIII e XIX; a terceira, na relação imperialismo-capitalismo dependente, em meados do século XIX até o XX; e a quarta, que se refere a uma nova fase imperialista e de intensificação do capitalismo dependente, da década de 1970 em diante. Com essa periodização, é possível localizar o momento histórico em que a agricultura capitalista avança e se consolida, desde a metade da terceira fase, ainda que tenha sido gestada e seja sustentada pelas estruturas desiguais e combinados conjugadas nas duas primeiras fases.

É sob esses marcos conjunturais, em particular do que se desenvolve no final do século XIX e se estende até os dias de hoje, que a proposta deste tópico é a de analisar o campesinato e seus sujeitos frente ao avanço da agricultura capitalista. Ou seja, de como os camponeses se movimentaram e quais as relações que constituíram (entre si e para fora) mediante a modernização conservadora no campo, impulsionada pela Revolução Verde, e a consolidação de um longo processo de estabelecimento de relações sociais tipicamente capitalistas no espaço rural.

Como mencionado há pouco, a agricultura camponesa passou a ser subsumida pelo capitalismo agrário, ainda que em algum grau mínimo. Porém, além disso, ela também passou a cumprir algumas funções diante da industrialização brasileira sob capitalismo dependente, observadas no período histórico em questão. Para Stedile (2005), são ao menos quatro funções: por meio de um constante e intenso fluxo migratório do campo para a cidade, o campesinato passou a (i) fornecer força de trabalho barata e majoritariamente jovem para a indústria nascente da cidade e a (ii) compor o exército industrial de reserva, rebaixando os salários; através da (iii) produção de alimentos baratos para abastecer as cidades, principalmente a classe operária que se constituía, o que viabilizava a reprodução da força de trabalho, manutenção de baixos salários e a alta taxa de lucro na indústria; e do (iv)

fornecimento de matérias-primas agrícolas para o setor industrial, por meio de uma produção induzida.

O modo de produção capitalista, ao se desenvolver, produz suas próprias contradições. São nelas, diante de um desenvolvimento que é desigual, que se combinam fatores que o promovem, o antagonizam e, na fissura da contradição dialética, podem superá-lo. Nesse sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento do capitalismo no campo e o desenvolvimento da industrialização dependente, no início do século XX, atuavam de forma contraditória e complementar em relação ao campesinato. Por um lado, os camponeses eram incorporados ao processo de industrialização e urbanização, com parcelas cada vez mais crescentes dos seus membros sendo transformados em operários urbanos por meio do êxodo rural, e através da comercialização dos alimentos que produziam. Mas, por outro lado e ao mesmo tempo, como reflexo da contradição acentuada nesse período, eles se reproduziam e se organizavam enquanto classe no contraponto ao latifúndio, ainda que, muitas vezes, constituíssem a própria força de trabalho das grandes fazendas, como trabalhadores agrícolas (Stedile, 2005).

Em determinado momento, porém, todas as formas camponesas de exploração das quais se valeu a produção plantacionista latifundiária após a abolição da escravidão (morador, colono, parceiro, meeiro, pequeno arrendatário) precisavam ser dissolvidas porque passaram a representar um obstáculo relativo ao avanço do capitalismo no campo. Conforme Gorender (2012), elas consistiam em formas camponesas dependentes, e os motivos para sua dissolução é de que havia baixa produtividade, baixa divisão social do trabalho (os mesmos camponeses é que produziam milho, feijão, café...), e uso de técnicas atrasadas, que fazia com que a proporção da acumulação do capital também fosse baixa.

A fim de promover, ou acelerar, a superação das formas camponesas de exploração da terra, onde a racionalidade técnica era dispensada de maneira ampla, se observa um processo de subsunção formal (com a transformação da terra em mercadoria pela Lei da Terra de 1850) e, na sequência, real do campesinato ao modo de produção capitalista (por conta da gênese e do avanço do capitalismo propriamente dito no campo). É importante considerar que essa gênese consiste fundamentalmente na transformação da terra em mercadoria, portanto, em fonte específica de renda (renda da terra) que passa a compor o capital agrário e, de modo geral, o processo

global de acumulação do capital já no momento de transição do escravismo para o capitalismo dependente (Gorender, 2016; Souza, 2020). A renda da terra não desaparece, pois segue importante para a acumulação, mas ela precisa se transformar em renda capitalista (sobre a sujeição da renda da terra, veremos melhor mais adiante).

Com isso, se adensa o mercado de “mão de obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, mão de obra que pode ser assalariada temporariamente” (Gorender, 2013, p. 43). Conforme a renda da terra cede ao lucro do capital, e o capital passa a prevalecer sobre a terra, eleva-se a composição orgânica do capital na agricultura por meio da elevação do capital constante (como construções, benfeitorias, maquinários, insumos, que se tornam mais importantes que a própria terra enquanto meio de produção), e da diminuição proporcional de capital variável (trabalhadores e salários pagos a eles). Com a divisão social do trabalho e a especialização da produção, houve uma queda drástica da força de trabalho permanente nas propriedades agrícolas em geral, principalmente nas grandes. “Nestas, quando convertidas em empresas capitalistas, os trabalhadores permanentes são agora tratoristas, mecânicos, contadores e assemelhados” (p. 46).

As duas fases de subsunção da produção da agricultura camponesa e dos camponeses à agricultura capitalista se encontram nesse processo. Na primeira, houve o aumento da quantidade de trabalhadores assalariados temporários, despojados de economia autônoma, como dito anteriormente, mas ainda possuidores de pequenas ferramentas manuais e rústicas, como enxadas, machados, pás, foices. A ‘formalidade’ consistia, então, no domínio do capital sem que tivesse tido uma alteração na tecnologia e na técnica de produção. Já na segunda fase, se diminui os assalariados temporários, que são substituídos por meios de produção mais sofisticados (altera-se a base técnica), e o capital agrário passa a assentar-se sobre uma técnica que lhe é correspondente e que lhe permite apropriar-se ainda da mais-valia relativa produzida pelo trabalhador (Gorender, 2013).

Ao contrário do que se deduziria como resultado de tal subsunção, na tendência gradual da expropriação de terras e ferramentas de trabalho, e do assalariamento da família camponesa, a pequena exploração camponesa não é ‘aniquilada’ pela agricultura capitalista, mas ‘assimilada’ ou ‘incorporada’ por ela. O autor sublinha o

fato de que o conjunto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não pode dispensar a pequena produção familiar, pois é ela quem garante praticamente todo o abastecimento alimentar da maior parte da população urbana. O diferencial para os camponeses que se mantiveram proprietários reside, na verdade e substancialmente, apenas na sujeição da renda da terra ao capital, e não necessariamente do trabalho, conforme complemento retirado da reflexão de Martins (1980).

Mesmo tendo devida importância, por contribuir direta e indiretamente com a acumulação capitalista industrial, a pequena propriedade familiar é historicamente preterida de benefícios estruturantes e proteção do Estado, que privilegia a grande propriedade fundiária.

A pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre o constante cerceamento do latifúndio, cultiva comumente terras de qualidade inferior e/ou pior localizadas, não desfruta de créditos privilegiados do Estado (ao contrário, geralmente é vítima do capital usurário), é desfavorecida na política de preços mínimos, não dispõe de facilidade de estocagem, não goza de aperfeiçoamentos técnicos. [...] não pode esperar as altas cotações que os produtos de exportação atingem nas conjunturas favoráveis. Quando, porém, sobem os preços urbanos no Brasil, o benefício é açambarcado pelo capital mercantil intermediário, que se interpõe com a usura entre o produtor e o consumidor final. (Gorender, 2013, p. 50)

Nos minifúndios mais empobrecidos é onde se encontra a fonte de força de trabalho assalariada e temporária para pequenos e grandes proprietários. Segundo o autor, os camponeses são chamados ora de semiproletários, quando têm no salário a sua principal fonte de renda, e a condição camponesa está em vias de desagregação; ora de semicamponeses, quando ainda conseguem fortalecer sua condição camponesa, e têm a receita salarial como renda secundária.

Foram inúmeras e profundas as transformações pelas quais passou o campo desde os anos 1970. A agricultura familiar e camponesa foi amplamente impactada, em diversos sentidos, como ideológico, econômico, da organização social e comunitária, do modo de se produzir e do que produzir. Vejamos agora alguns dados mais atualizados, de como se encontra o campo na última quadra histórica.

Em números rápidos, os dados apresentados no último Censo Agropecuário, de 2017, informam que os estabelecimentos correspondentes à agricultura familiar³⁶

³⁶ No Censo Agropecuário, são tratadas como 'agricultura familiar' toda e qualquer propriedade rural que corresponda aos critérios descritos no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que faz a definição legal das 'Unidades Familiares de Produção Agrária' (UFPA). Portanto, a generalização aqui está na

totalizavam 77% do total quase (4 milhões), que empregavam 67% da força de trabalho no campo, predominantemente familiar (correspondente a mais de 10 milhões de pessoas). Eram (e são) destes estabelecimentos que se provêm uma produção diversificada, voltada basicamente para abastecimento interno.

As famílias são proprietárias de 81% dos estabelecimentos rurais, e os restantes 19% correspondem a assentados que aguardam a titulação (5,63%), arrendatários (2,85%), parceiros (2,27%), comodatários (4,71%) e ocupantes (2,145). O recorte geracional das pessoas ocupadas no campo é outro dado disponível em específico pelo Censo Agropecuário de 2017. Há uma maior concentração de pessoas entre os 45 e 65 anos (47,23%) e, se for estender até os 75 anos, a porcentagem salta para 64,38% (+17,15%). Pessoas entre 35 e 45 anos correspondem a 16,64%, até 35 anos são apenas 10,67%, e com mais de 75 anos 8,31%. Ou seja, é nítido que há uma tendência ao envelhecimento no campo, em que pese os permanentes efeitos do êxodo rural, que leva a juventude do campo para buscar outras, e supostamente melhores, condições de vida nas cidades. É com recorrência que o tema da sucessão familiar aparece dentre as preocupações dos movimentos sociais do campo.

Se a subsunção formal da agricultura camponesa ao capital deveria refletir em uma alteração qualitativa da base técnica da produção de forma generalizada, com a adoção de meios de produção mais sofisticados, isso não se refletiu com o tempo, ao menos, não para esse tipo agricultura. O Censo Agropecuário de 2017 também sistematizou dados sobre a mecanização da agricultura familiar e não familiar, e apontou um grau de mecanização muito baixo. Por mecanização agrícola, entende-se o uso de maquinários (tratores e colheitadeiras) e implementos (semeadeiras/plantadeiras e adubadeiras). A proporção de estabelecimentos familiares que contavam com maquinários em 2017 somava 12,9%, sendo 11,5% com o uso de tratores; já de implementos, somava 6%, sendo 3,5% correspondentes ao uso de plantadeiras. A disparidade regional é ainda mais preocupante, onde foge muito à média nacional as regiões Nordeste (onde se concentram quase metade dos estabelecimentos rurais familiares no Brasil) e Norte, para menos; e a região Sul (onde a maior parte dos estabelecimentos rurais são familiares), para mais:

concepção de agricultura familiar, e não camponesa; logo, não são consideradas as particularidades camponesas para abordagem, apresentação e análise dos dados por parte do IBGE.

- *Sul*: maquinário: 45,1%, sendo tratores 39,5%, e colheitadeiras 5,6%; e implementos: 25,7%, sendo plantadeiras 15,7%, e adubadeiras 10%.
- *Norte*: maquinário: 3,1%, sendo tratores 3%, e colheitadeiras 0,1%; e implementos: 0,6%, sendo plantadeiras 0,4%, e adubadeiras 0,2%.
- *Nordeste*: maquinário: 1,4%, sendo tratores 1,3%, e colheitadeiras 0,1%; e implementos: 0,4%, sendo plantadeiras 0,3%, e adubadeiras 0,1%.

Grandes cooperativas do ‘Agro’ são uma verdadeira materialização do capitalismo monopolista, corporativista, opressor e excludente. Se originalmente a formação de tais cooperativas tinham como intenção ser uma estratégia para viabilizar a produção das famílias camponesas e melhorar os preços de gêneros por elas produzidos, acabaram por transformar em instituições extremamente mercadológicas e exploratórias. Ainda, se tornaram um espaço fecundo para a reprodução e propagação da ideologia do agronegócio junto às pequenas propriedades rurais, e se constituíram em verdadeiros complexos agroindustriais. Mas a ideologia do ‘agro’ que é ‘tudo’, não se propagou apenas por meio destas grandes cooperativas, como vimos no primeiro capítulo. Apenas queremos fazer menção ao alcance de tal ideologia que ‘igualar’ pequenas e grandes propriedades, as colocando em uma suposta e viável competitividade no mercado (o papel das cooperativas agroindustriais é reforçado aqui). Para Pompeia (2020, p. 197), esse movimento e discurso, que não é apenas retórico, é uma verdadeira “sinédoque política” do agronegócio, que “manifesta-se no campo do agronegócio quando se concebe uma ‘parte’ (conjunto de agentes políticos do agronegócio) como se fosse o ‘todo’ (amplo perímetro de funções contidas na noção de agronegócio)”. Generaliza-se, assim, ao ‘restante’ que não faz parte do grupo dos reais agentes políticos do agronegócio (aqueles que detém o poder real) como se fossem seus semelhantes.

As pequenas propriedades, agora chamadas também de ‘empresas rurais’ (e o agricultor, de ‘empresário rural’), se convertem em verdadeiros ‘agronegocinhos’. Elas reproduzem, em pequena escala fundiária, a mesma dinâmica monocultora e intensiva dos latifúndios, com o uso de maquinários, agrotóxicos e sementes transgênicas, embora a sua produção se mantenha, majoritariamente para o mercado interno – outro dado que consta no Censo Agropecuário. A chamada ‘integração’ (de cadeias produtivas à indústria), por outro lado, volta-se mais à exportação, pois as grandes agroindústrias são exportadoras. As cadeias produtivas de aves, suínos, leite,

pinus, eucalipto, e tabaco são exemplos de tais integrações, e mantêm as famílias agricultoras presas às agroindústrias que as financiam, seja por contrato, dívidas e/ou compra dos produtos.

Como síntese, viu-se que, num primeiro momento, a sujeição formal se mantém praticamente inalterada para camponeses expropriados da terra e que se mantiveram como proprietários. O capital controla a comercialização dos produtos agrícolas (o resultado do trabalho) e os insumos utilizados na produção (os meios de trabalho), mas não há mudança no processo de trabalho, onde o trabalhador segue produzindo de maneira artesanal e doméstica. É possível deduzir que até esse momento, o camponês ainda detém o saber sobre o que faz. Na sequência, como o capital tende a se apropriar do modo de trabalhar, com a reorganização o trabalho e a produção por especialidades, o trabalhador se especializa na produção de apenas alguns gêneros. Ao se especializar, ele perde o saber sobre o todo que até então fazia, já que o conhecimento passa a ser restrito e a ser ofertado pelo próprio capital que o demanda a partir daquilo que necessita. A subsunção do trabalho passa, portanto, pelo apagamento do saber camponês, que se aliena do que produz e de como se produz. Não sabendo mais como produzir, o camponês fica muito mais suscetível à exploração capitalista, e a dominação do capital ganha outro impulso e poder, que é o do conhecimento.

3.2.1 Expropriação, expulsão e exploração do camponês sob capital monopolista financeirizado

Expropriação, expulsão e exploração do trabalho são categorias inerentes da lei geral da acumulação capitalista, tão profundamente trabalhadas por Marx (2023) no Capítulo 23 d'O Capital. Na América Latina, porém, tomam novas formas, mais violentas e profundas, como buscamos evidenciar no primeiro capítulo. Souza (2016) coloca em diálogo diversos autores que abordam como essas categorias aparecem na formação brasileira, e faz uma análise de como elas foram determinantes na espoliação de camponeses nos sertões do Brasil adentro.

Compreendida na sua forma mais clássica no processo de acumulação do capital, a expropriação é justamente a separação do trabalhador dos seus meios de trabalho – terra, ferramentas, máquinas, matérias primas. É a primeira condição para

a expansão do capitalismo e para a sujeição do trabalhador à venda da sua força de trabalho ao capitalista. O processo de expropriação de camponeses se acelera com a presença de grandes empresas capitalistas no campo, que se interessam pelos grandes negócios na propriedade de terras e são apoiadas principalmente pelos incentivos fiscais atrativos promovidos pelo Estado (que os promove justamente porque tem orientação de classe, a burguesa). A expulsão atinge posseiros (os mais suscetíveis à expropriação), arrendatários, parceiros, mas também pequenos proprietários pobres, que perdem ou abandonam as suas terras por não mais conseguir mantê-las.

Os que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores, transformam-se em proletários, trabalhadores à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade. É conhecida a situação dos trabalhadores avulsos em amplas regiões do país [...]. As oportunidades de emprego para esses trabalhadores são sazonais, o que os impede de trabalhar todos os meses do ano. Para atenuar as dificuldades que enfrentam, aceitam deslocar-se para grandes distâncias, levados pelo “gato”, longe da família, sem qualquer direito trabalhista assegurado. (Martins, 1980, p. 52)

Conjugada à cultura escravocrata, é da constante expropriação perpetrada pelo capital que ainda hoje se encontram casos de trabalho escravo e tráfico humano³⁷. A ‘venda’ de peões, pessoas que se deslocam à procura de trabalho e que se submetem a quaisquer situações de trabalho precarizado, sempre é justificada

[...] pelas dívidas que o trabalhador é obrigado a contrair durante a viagem com a alimentação e o próprio transporte. A dívida é transferida do ‘gato’ ao empreiteiro que, em nome dela, escraviza o peão enquanto dele necessitar. Policiais, os donos de “bolichos” e os de pensões nos povoados sertanejos estão quase sempre envolvidos nesse tráfico humano. Quando o trabalhador tenta fugir é quase sempre castigado ou executado em nome do princípio de que se trata de um ladrão – está tentando fugir com o que já pertence ao empreiteiro que o comprou: a sua força de trabalho. (Martins, 1980, p. 53)

³⁷ O texto do autor data do final da Ditadura Militar brasileira, mas a prática de trabalho ‘análogo’ à escravidão, justamente por ser uma herança profunda de quatro séculos de escravização colonial, ainda é muito atual. Segundo matéria feita por Sakamoto (2025), mais de 65 mil trabalhadores/as foram resgatadas em 30 anos de atuação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel de Trabalho Escravo, cujas operações são coordenadas pela Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), junto do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU), entre outros. A pecuária bovina é a principal atividade econômica flagrada, seguida de outros setores ligados ao agronegócio e aos latifúndios. Em 2024, foram resgatados 2004 trabalhadores/as, principalmente nas atividades de construção civil (293), de cultivo de café (214) e de cebola (194), e serviços de preparação da terra para cultivo e colheita (120) – ou seja, as atividades ligadas ao campo somaram, portanto, 528 pessoas resgatadas.

O processo de expropriação aconteceu e acontece no Brasil de forma permanente e, nas últimas décadas, passou a ser conduzido por grandes empresas capitalistas. Ele se articula com a “transformação das relações de trabalho na agropecuária, tal como ocorre com o volante ou o ‘bóia-fria’ [sic], mas também com as migrações para as cidades” (Martins, 1980, p. 55), estratégias adotadas para além do uso da violência, elemento constitutivo da expropriação. Mesmo diante do crescimento do número de expropriados, e da força de trabalho liberada e à procura de emprego, a oferta de empregos não será necessariamente correspondente, já que a tendência da industrialização é a de modernização técnica dos processos de trabalho.

Há autores que analisam a existência de um processo de diferenciação e degradação camponesa, a partir da industrialização do e no espaço rural. De forma muito resumida, essa diferenciação é o que faria o camponês deixar de existir como tal (o seu desaparecimento), pois gradualmente ele se transformaria em pequeno proprietário burguês, em latifundiário ou em proletário rural ou urbano. Por outro lado, como certo contraponto e para evidenciar a dialética da luta de classes, há outras abordagens que compreendem e tratam da tendência à reorganização e resistência camponesa – caminho que optamos por seguir nesta pesquisa, dando eco aos movimentos sociais camponeses que reivindicam politicamente para si esse termo e condição identitária, ainda que as primeiras tenham sua relevância no debate posto.

Pois bem, para explicitar do que se trata a diferenciação, retomemos Shanin (2005), quando o autor fala que ela teve um papel importante no sentido da transformação da agricultura camponesa, com uma mudança estrutural muito significativa, embora não tenha se tornado um caminho natural, dado e automático. Na verdade, a diferenciação é uma das três tendências principais que emergiram da transformação capitalista da agricultura, ao lado da pauperização e marginalização camponesa, que é quando os camponeses não desaparecem, mas acabam por se vincular gradualmente à economia capitalista que invade suas vidas.

Embora reconheça ser necessário observar as particularidades de cada contexto, as formas e organizações de cada Estado e sociedades, Shanin (2005) assume a ideia de que, na diferenciação, os estabelecimentos rurais camponeses se utilizam de forma exclusiva, ou preponderante e decisiva, apenas de forças produtivas naturais (terra e força de trabalho). À medida que incorporam instrumentos mais

tecnológicos produzidos pelo homem, como maquinaria e outros equipamentos agrícolas, os estabelecimentos rurais deixam de ser camponeses.

Em Ianni (2005) podemos encontrar uma compreensão do que seria o processo de proletarização do campesinato no Brasil. O autor distingue duas configurações econômico-sociais e políticas na transição entre ser camponês e ser proletário. Na primeira, o camponês está inserido no universo social, cultural e ideológico de tipo comunitário, ainda que essa inserção seja no espaço prático e ideológico da grande propriedade, regido pelo sistema de normas que impõe disciplina na sua vida de trabalhador. Não há referência de integração a um município, a uma outra organização política e nem autoridade que não seja a privada, do senhor de terras. Na segunda configuração, tem-se exatamente a ruptura com tais relações de produção e a expropriação do camponês aos seus meios de produção, promovidas pelas inovações das forças produtivas. Elas vão provocar o rompimento de diversos vínculos que mantêm o camponês integrado ao sistema social da fazenda. É nesse momento em que o trabalhador agrícola se transforma em assalariado, e que surge então o proletário rural.

Ianni (2005) identifica ao menos quatro fenômenos que aparecem na transição do camponês em proletário rural: o messianismo e o banditismo, e respectivamente depois, as ligas camponesas e o sindicato rural. O autor compreende que o proletariado rural não se origina devido apenas às mudanças nas condições econômicas das comunidades camponesas, com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, e a perda da propriedade sobre os meios de produção. Ele também vem de um processo que combina “modificações dos valores culturais e padrões de comportamento individual e coletivo” (p. 134), e são dessas crises e movimentos que emergem tais fenômenos.

Ou seja, para autor, é por meio desses movimentos sociais e políticos, que o trabalhador rural deixa de ser camponês, um sujeito isolado, e transforma-se em proletário rural, com a possibilidade de se tornar sujeito coletivo. Mais que isso: diante da nova condição, assim como os demais proletários urbanos, é nesse momento em que esse grupo social passa a ter uma possibilidade de organização coletiva e política, saindo da situação de ‘classe em si’ a uma ‘classe para si’. Ele sai de um lugar de ligação prática e ideológica à fazenda e o universo material e simbólico que ali estão envolvidos, logo, sai de um isolamento político enquanto classe; para se vincular,

prática e ideologicamente, a outros trabalhadores de iguais condições, onde passa a ser sujeito coletivo e se organizar politicamente enquanto classe.

Por outro lado, na relação dialética da luta de classes, como forma de reorganização e resistência camponesa, Martins (1980) não trata, ou condiciona, a transformação do camponês em proletário rural para que ele possa, enquanto classe organizada para si, dar resposta à violência capitalista. Aliás, é por meio da invasão capitalista do seu espaço, que o camponês sai do seu isolamento e se vê coletivamente como classe, sem que isso o faça abandonar sua identidade de camponês.

Para melhor compreensão, vejamos uma importante e recorrente reflexão feita pelo autor sobre a diferença entre *expropriação* (do trabalho, da renda, dos meios de produção), a qual o camponês vive, e *exploração* do trabalho, na qual o proletário urbano é condicionado. Na verdade, o autor fala que os dois processos acontecem de forma articulada no Brasil, em um mesmo tempo, e foram ou são vividos pelos dois sujeitos. O proletário urbano já fora expropriado dos seus meios de subsistência, de modo que para ele, a exploração é diretamente da sua força de trabalho; já o camponês, sente primeiro os processos de expropriação da terra, e só em segundo plano a exploração do trabalho.

Frente a ambas as situações, serão distintas as respostas dadas à violência do capital, e é por isso que não se deve esperar do camponês a mesma resposta e organização política que é possível ao operário urbano. “Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social cujas relações sociais são de outro tipo”, ou seja, ele pensa e age diferente porque é um sujeito político e social diferente, e não porque é politicamente atrasado (Martins, 1980, p. 14).

Ao se apresentar na sociedade e ao mercado, sozinho ou junto de sua família, está como proprietário do produto de seu trabalho produzido de forma isolada, e a sua consciência e visão de mundo vai refletir e expressar seu isolamento. Diante do isolamento, apenas uma força externa ao seu universo é que será capaz de levar ele e outros sujeitos camponeses a se unirem, a se perceberem como classe e força social. Essa força externa é o capital, que expropria o camponês ou, no mínimo, sujeita o seu trabalho, para que ele passe a trabalhar conforme os seus interesses.

O lavrador que trabalha isoladamente com a sua família não tem possibilidade de perceber a extensão social e a força política de todos os lavradores da sua sociedade. Somente quando o capital, de fora de sua existência, invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe (Martins, 1980, p. 16)

Um pouco mais adiante, aparece uma contraposição explícita em relação à ideia de que há uma ‘automática’ proletarização do camponês conforme ele é expropriado. Assim como em outras de suas obras, o autor adverte sobre o erro em fazer uma transposição de outras experiências históricas para buscar explicar o quadro político do processo que acontece no Brasil. Nesse caso, esbarra justamente quando da combinação simultânea de expropriação e exploração.

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da *proletarização dos trabalhadores* do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro e nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsando o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia, pratica uma traição às leis do capital. (Martins, 1980, p. 17 – *grifo do autor*)

Para Martins (1980), não há um esgotamento da fronteira agrícola, por exemplo, e sim um esgotamento dos trabalhadores do campo. Eles reconstroem estratégias de sobrevivência, que, por sua vez, recolocam de forma constante, como problema político, “o insucesso parcial da expropriação e faz renascer constantemente no campo o problema da terra como um problema de resistência à expansão do capitalismo” (p. 18). Mais que isso: a grande parte das lutas populares no campo, de resistência, tem um caráter anticapitalista, em uma expressão concreta das suas condições de classe, e que não será pensada e respondida como operariado urbano, nem como uma concepção proletária.

O autor não concebe o caráter anticapitalista das lutas camponesas com idealismo teórico, mas realista a partir das condições objetivas e materiais dos sujeitos que as promovem. Eles, apesar da sua solidão, conhecem quem o oprime – o capital e a propriedade capitalista – mas não sabem ou percebem, necessariamente, o caminho para superá-lo. Diante dessa dificuldade, Martins (1980) reforça a importância da unidade das lutas entre trabalhadores do campo e da cidade, que seja elaborada politicamente respeitando os lugares e momentos históricos de cada

categoria, e que coloque a questão da democracia como central para a garantia da diversidade.

Mançano (2005, p. 24) sintetiza e resume em três os modelos distintos, ou paradigmas, na interpretação do campesinato. O primeiro é o do fim do campesinato, que está em vias de desaparecer e é exatamente na ideia da diferenciação camponesa. Nesse paradigma, os camponeses se diferenciam pela renda capitalizada da terra, transformando-se em capitalistas, a menor parte, ou em assalariados, a maior parte; ou, pode ser ainda em relação à ideia da impossibilidade de existir agricultura camponesa sob o modo de produção capitalista. O segundo paradigma é o do “fim do fim do campesinato”, um tanto mais amplo que primeiro, já que a diferenciação camponesa nesse caso não determinaria, necessariamente, o seu fim. Daqui vem justamente a ideia de que ao capitalismo pode ser interessante a existência da agricultura camponesa, e de que, a depender da situação, a apropriação da renda da terra seja mais conveniente do que o assalariamento do camponês. Dessa forma, a recriação camponesa pode se dar por meio do arrendamento, da compra ou da ocupação da terra, sendo que o central para sua existência é a manutenção do vínculo com a terra, ainda que o capital tenha uma poderosa vantagem por expropriar, no final das contas, a renda da terra.

O terceiro paradigma é o da metamorfose do campesinato, um aparente ‘meio termo’ que admite o fim do campesinato, mas não o fim da agricultura familiar. Aqui há uma transição ao moderno, quando o camponês, sujeito atrasado, se transforma em agricultor familiar. Há uma mudança de verniz ideológico, onde o “camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde sua história de resistência [...], e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo” (Mançano, 2005, p. 25). Nesse paradigma não cabem os camponeses expropriados, despossuídos, sem-terra, porque o único universo de existência possível é o de estar incluído em alguma das fases da metamorfose (agricultor familiar consolidado, intermediário e periférico). Diferente dos outros dois paradigmas, que têm a questão agrária como fundamento e que evidência o antagonismo de projetos societários, neste paradigma, o fundamento é o capitalismo agrário e a conservação da sociedade capitalista, e não da sua superação.

As mudanças ocorridas na agricultura brasileira implicaram em um agravamento da questão agrária e seus reflexos em toda a sociedade, a começar pela

ampliação expressiva da miséria da população brasileira. Graziano da Silva (1993) seleciona três mudanças significativas e interrelacionadas que ocorreram nas décadas de 1960-1970, a partir da Revolução Verde, e que vieram a marcar o comportamento da agricultura brasileira. A primeira e a segunda, tratadas no tópico 2.3, é em relação à fronteira agrícola e aos reflexos da modernização da agricultura. Rapidamente: a primeira, no caso de sua abertura/expansão, e que aqui também se refere ao seu ‘fechamento’, há a apropriação e retenção da terra como reserva de valor, nítida estratégia de valorização por meio da especulação imobiliária; e a segunda, diante das disparidades regionais se acentuam, cresce a sazonalidade do trabalho agrícola e se unifica a força de trabalho não qualificada, rural e urbana, com baixa remuneração. Já a terceira mudança significativa, que é a que nos interessa aprofundar aqui, se refere à crescente presença do capital monopolista no campo – que teve, assim como as demais, impactos sobre a produção e organização camponesa. Essa presença crescente se dá por meio da participação na produção agropecuária, e no controle do processamento dos produtos e venda/aquisição de insumos agrícolas.

A onipresença do capital monopolista no espaço rural faz com que a renda familiar, em especial da família camponesa, se encontre “duplamente prensada”: na compra dos insumos, cujos preços são controlados por oligopólios; e na venda de sua produção para um mercado monopsônico³⁸, cuja tendência é o fortalecimento apenas do grande comprador (Graziano da Silva, 1993, p. 61). Ou seja, o pequeno produtor tem o custo de produção ditado pelo grande capital, e ao vender a sua produção, com tal custo embutido, é o mesmo grande capital que estabelece o valor para comprá-la. Isso se dá, por exemplo, pelas grandes redes de supermercados que vendem os insumos e compram a produção diretamente do produtor ou de suas cooperativas; através das grandes agroindústrias que firmam contratos direto com os agricultores; de sistemas estatais ou privados de abastecimento e comercialização; e das próprias cooperativas.

³⁸ Oligopólio é uma estrutura de mercado controlada por poucas empresas, que ofertam com exclusividade um determinado tipo de serviço ou de produto e que, por isso, possuem todo o controle sobre os preços daquilo que ofertam e das condições do próprio mercado, já que não há concorrência ou, se houver, ela está controlada por meio de acordos comerciais. Já um mercado monopsônio se refere a um único comprador, ou um pequeno grupo mais exclusivo de compradores que, por deter poder de capital, detêm o poder de barganha em ditar o preço dos produtos que compra.

A articulação entre o grande capital industrial ou comercial e a pequena produção modificou profundamente o papel que ela cumpria na agricultura brasileira. Se por um lado há uma transformação do pequeno produtor de subsistência, que vende o excedente de sua produção, para um pequeno produtor mercantil, que passa a produzir fundamentalmente para o mercado, pelo outro, não necessariamente há a conversão de camponeses em pequenos capitalistas, compreensão defendida por Graziano da Silva (1993). Para o autor, mesmo que haja certa tecnificação de sua produção (lembrando que a tecnificação aqui sempre será atrasada e dependente), não se trata de um processo geral de diferenciação camponesa, pois é uma tecnificação sem capitalização, tanto de diferenciação social quanto econômica. “Essa tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista comprador, que exige uma padronização da produção, ou por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo” (p. 63), que se torna muito mais produtivo quando acompanhado dos pacotes tecnológicos impostos pelo grande capital industrial que os produz.

É importante entender que foi esse processo de tecnificação da pequena produção que representou uma *completa modificação na sua estrutura de custos*. Antes, o pequeno produtor de subsistência utilizava-se quase que exclusivamente da terra e da mão-de-obra familiar não remunerada para produzir seus “excedentes”. Agora, entretanto, o pequeno produtor mercantil tem custos monetários elevados, devido aos insumos modernos que necessita utilizar. Ele não pode mais vender sua produção “a qualquer preço” como na economia de “excedente”, pois tem agora um custo mínimo a cobrir. Em outras palavras, o fato de a agricultura se transformar numa crescente consumidora de produtos industriais tem implicado um crescimento mais rápido dos preços dos produtos agrícolas, sem que necessariamente o produtor se beneficie desses acréscimos. (Graziano da Silva, 1993, p. 64 – *grifo meu*)

O ‘excedente’ que necessita ser comercializado pelo pequeno produtor, e que Graziano da Silva (1993) se refere aqui, não é a parcela que ‘sobrou’ do consumo familiar, mas é justamente aquele obtido às custas da diminuição do consumo da família, além da ampliação da jornada de trabalho de seus membros como forma de compensação diante da perda de valor. Ora, e isso não é a própria superexploração do trabalho sob capitalismo dependente, ‘recriada’ no campo e apesar da suposta tecnificação da produção? Por suposto que sim.

Em resumo: é evidente e sistemática a troca desigual e a divisão social do trabalho quando o camponês precisa se adequar para produzir aquilo que o mercado demanda (e vai pagar a preço baixo), mas que antes precisa comprar o pacote

tecnológico (de alto custo) que o mercado impõe para viabilizar a produção. Para conseguir comprar o que o mercado impõe, o camponês se endivida junto ao banco. Ao se endividar, o camponês se compromete ainda mais, por meio da dívida, em produzir aquilo que o mercado quer. Eis um dos ciclos viciosos promovidos pela Revolução Verde e uma das viradas de chave para situar uma nova forma de exploração de camponeses, sejam proprietários ou arrendatários. E é justamente a presença cada vez maior do capital monopolista e usurário no campo que ‘atualiza’ uma modalidade de expropriação da renda da terra do camponês via banco.

A expropriação da renda da terra do camponês, promovida pelo sistema bancário por meio dos empréstimos e juros, não é uma ‘novidade histórica’, visto que foi um dos métodos na constituição de uma ‘questão agrária’ durante a acumulação primitiva do capital, descrita por Marx (2023) e, depois, por Kautsky (1968). A diferença aqui, além de ser em uma outra quadra histórica, é que ela acontece sob capitalismo monopolista consolidado e é agravada na condição posta de um país de capitalismo dependente, com um grau de expropriação e exploração muito mais profundo. Como isso se dá e o que significa?

Se a terra representa um obstáculo ‘natural’ à expansão livre e ao domínio pleno do capitalismo no campo, foi necessário construir meios de subordinar a agricultura (a forma de trabalho na terra) ao capital. É por isso que a terra precisou se tornar propriedade privada, mercadoria que pudesse ser comprada e vendida, assim como a força de trabalho o é, para então poder se dominar e sujeitar o trabalho que nela acontece – trabalho esse cujo trabalhador, o camponês, foi expropriado de sua terra ou não. Mas a terra não foi transformada em propriedade ‘apenas’ como um instrumento de produção, sua aparência: se tornou uma relação social, sua essência.

A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. *A propriedade da terra é uma relação social*. Mas não é também, unicamente, a relação entre o comprador e o vendedor da terra, entre o arrendatário e o proprietário, não é só a relação imediata que se expressa na mercantilização da terra ou no aluguel da terra. Não é unicamente uma relação determinada, face a face, imediata. É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento. (Martins, 1995, p. 169 – *grifo do autor*)

O autor frisa que é preciso entender essa dimensão oculta da renda da terra como um valor cobrado pela terra, pelo seu uso, à toda a sociedade, cobrança feita

através do seu proprietário, uma figura ‘de dentro’ do capitalismo. É uma renda composta, principalmente, pela renda expropriada de todos os trabalhadores desta sociedade, do campo e da cidade (seu valor está embutido no preço dos alimentos, por exemplo). Dessa forma, apesar de seguir cumprindo sua função na sujeição da terra ao capital para possibilitar a sua expansão no campo, a renda da terra representa uma privilegiada forma de apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

A expropriação da renda da terra pelo capital não se dá mais apenas pela expropriação da propriedade da terra, seja na mediação feita pelo sujeito capitalista ao proprietário da terra, seja na própria transformação do segundo no primeiro, (Martins, 1995). Também o capital monopolista, através do sistema bancário e das grandes corporações transnacionais, não mais se ‘apropria’ apenas da terra como um mero proprietário – embora o seja indiretamente, pois ele detém a terra do camponês como garantia para o pagamento das dívidas obtidas por meio de empréstimos com juros altíssimos e impagáveis. “Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda” (p. 176). É aqui que entra a estratégia do crédito bancário, para estabelecer a dependência do pequeno produtor rural, familiar, e mantê-lo sempre endividado.

Dessa forma, o capital monopolista, se apropria da renda da terra sem ser proprietário dela, pois logra a apropriação privada do trabalho abstrato (mais-valia) do trabalhador que na terra produz riquezas. O camponês, por sua vez, “passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua”, e muda a sua relação social para com a terra, agora mediada pelo capital, onde passa a ser, além do trabalhador da sua terra, o seu próprio arrendatário. Sem qualquer alteração aparente, a terra de trabalho se converte em terra de negócio, onde a riqueza produzida pela família camponesa vai se realizar estranhada às mãos que a produziram, uma renda transferida “disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas” (Martins, 1995, p. 176 e 177).

Em resumo,

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a

condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra.
(p. 177)

Assim, numa espiral de expropriação e dominação, foi através da sujeição formal e real da terra ao capital que se tornou possível sujeitar o trabalho camponês de famílias camponesas que se mantiveram proprietárias de suas terras, além, claro, do trabalho de camponeses já expropriados de tudo. Em termos práticos, é uma virada determinante: a Revolução Verde logrou consolidar a subsunção formal e real da agricultura ao capital, ao conjugar a sujeição da terra e a sujeição do trabalho, sendo terra e trabalho, com suas contradições inerentes, justamente as duas relações sociais capazes de produzir riqueza.

São diversos os impactos que a agricultura capitalista tem sobre a agricultura camponesa, como buscamos evidenciar ao longo das abordagens até então. Dentre tantos e como resultado de uma ação material e objetiva que gerou pobreza e marginalização social, a perda do controle sobre as sementes e mudas crioulas e a substituição do modo camponês de produzir e cultivar a terra encontraram muito mais profundidade diante da perda do conhecimento camponês, dos saberes seculares construídos e passados de geração em geração. Atacar e deslegitimar esses saberes foi um ataque colonizador que desvalorizou e inferiorizou o saber do ‘colonizado’, tido como um analfabeto, atrasado, rústico, sem hábitos de higiene, que não sabe usar serviços bancários, e outros obstáculos à modernização. Era preciso ‘civilizar’ essa gente pobre e seu universo, como sintetizam Woortmann e Woortmann (1997). Por consequência, se atacou o todo da comunidade camponesa, e é por isso que a Revolução Verde também provocou mudanças na sociabilidade camponesa, nos tecidos comunitários camponeses e seus elementos identitários. Aos poucos, “o dinheiro passou a intermediar até mesmo o que antes era considerado uma forma de ajuda mútua entre os pequenos produtores, da qual o mutirão era o exemplo típico” (Graziano da Silva, 1993, p. 89). Aliás, o mutirão comunitário foi substituído pela remuneração, com um salário pago muito abaixo da média (já que os contratantes eram pequenos camponeses tão pobres quanto os contratados) e sem direitos trabalhistas garantidos – os dois, contratante e contratado, se encontravam no mesmo sindicato rural, para reivindicar pelos mesmos direitos.

O cenário que fica no campo é o de terra arrasada. A degradação camponesa, ao invés de dissolução do campesinato, aparece aqui na sua face de degradação

econômica, ideológica, das condições e do modo de vida camponês, onde os sujeitos são expropriados, explorados e subjugados profundamente pelas inúmeras facetas do capitalismo agrário. O próprio êxodo rural não é motivado apenas pela expropriação da terra e das condições dignas de vida, mas porque o capital rouba dos filhos da terra também uma perspectiva de futuro. No contraponto e correlação de forças da luta de classes no campo, o campesinato resiste e se recria ao longo de toda a história, e é o que veremos a seguir.

3.3 HISTÓRICAS E ATUAIS: AS LUTAS CAMPONESAS COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

As lutas pela posse e uso da terra são constitutivas e indissociáveis na história da América Latina e brasileira, e é impossível falar sobre o campesinato no Brasil sem fazer menção a elas de forma específica e, na medida do possível, mais detida. Tais lutas partem da defesa da terra, do território e de modos de vida, e, independente do nome que levem, são reflexos do antagonismo e luta de classes no campo, atravessadas pela violência capitalista nas suas mais diferentes formas e fases.

À medida que se desenvolve o capitalismo, a partir da indústria, comércio e banco, ou da cidade, os muitos núcleos de trabalhadores rurais e as muitas comunidades indígenas são induzidos a proletarizarem-se ou seguir adiante, em busca de outras terras. Muitos são os que resistem, lutam. Lutam para continuar nas suas terras ou para reconquistá-las. (Ianni, 1984, p. 251).

Mais adiante, o autor complementa, considerando a diversidade dos movimentos sociais rurais, que existem há muito tempo, desde as lutas indígenas, que passam pelo messianismo, como Canudos e Contestado; pelo banditismo rural, como o Cangaço; ou com organização mais explícita enquanto movimento camponês.

É claro que os movimentos sociais são diferentes, quanto aos objetivos, composição social, organização, liderança e duração. Aí estão igrejas e seitas, ligas e sindicatos, partidos e órgãos governamentais. Mas todos se relacionam com a luta pela terra. Entretanto, isto não significa que levantem sempre a questão da reforma agrária (Ianni, 1984, p. 252)

A invasão colonial produziu, inevitavelmente, a resistência de quem aqui já estava e que viu, paulatinamente, seu território ser saqueado e expropriado, suas comunidades serem dizimadas e seus corpos serem escravizados. Desde 1500, os

povos indígenas resistem em seu próprio território original, criam e recriam estratégias de sobrevivência física, cultural e espiritual, resguardam saberes tradicionais e modos de vida e organização política próprios. A Confederação dos Tamoios, organização indígena que perdurou entre os anos de 1554 e 1567, é um exemplo do quão secular é a história da resistência indígena. No caso, se deu contra a violência e colonização portuguesa e a escravização de indígenas Tupinambás, e se alastrou pelo território litorâneo hoje compreendido entre São Paulo e Espírito Santo (Ferretti, 2022).

Da mesma forma, os quilombos compõem a fotografia nada estática de um cenário em conflito permanente. Eles foram comunidades formadas por pessoas negras escravizadas que fugiam do cativeiro e encontravam ali um lugar de proteção e de liberdade. Foi um fenômeno que ocorreu por todo o território brasileiro enquanto a escravização formal existiu, e possuíam diversos tamanhos e complexidades – quanto maior, mais complexa era a sua organização. Em seus núcleos, agregavam-se outros sujeitos igualmente oprimidos da sociedade escravista, como dissidentes e fugitivos do serviço militar, indígenas, negros livres e marginalizados, e criminosos. Mesmo tendo uma dinâmica mais defensiva, por vezes realizavam ataques para conseguir meios, artigos e objetos que necessitavam para sobreviver. Moura (1986, p. 18) explica que, além de não serem completamente defensivos, também não eram isolados, e contavam com contatos de apoio e solidariedade, dentro das próprias fazendas e nas cidades. “Tinham, igualmente, contato com os grupos de bandoleiros e guerrilheiros que infestavam as estradas. Muitas vezes, através desses grupos, eram informados de expedições punitivas contra eles”, o que permitia que pudessem organizar suas fugas e levar consigo os produtos de suas roças e mantimentos da economia quilombola.

No final do século XIX e início do século XX, diante da necessidade de regularização dos limites entre as terras devolutas e de fazendas (principalmente de gado) para abertura de novas regiões do país aos programas de colonização, o problema da terra novamente vem à tona. Convulsões sociais eclodiram diante da república dos coronéis, e da transação de poder entre Estado e iniciativa privada. Em duas regiões sertanejas, no interior da Bahia e no de Santa Catarina (à época, na disputa com o Paraná), ocorreram movimentos messinânicos, que rapidamente transformaram-se em verdadeiras guerras civis. Referimo-nos aqui, respectivamente, à Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897, e à Guerra do Contestado, entre 1912 e

1916. Nas duas, figuras messiânicas foram as lideranças espirituais que conduziram camponeses posseiros, vaqueiros, ex-escravizados, caboclos e indígenas à rebelião, na defesa de seus territórios e contra a degradação das suas condições de vida diante dos projetos colonizadores. Esses dois líderes são Antônio Conselheiro, em Canudos, e Monge João Maria, no Contestado. Contra elaborações meramente fenomênicas, tais guerras tiveram conteúdo político e organizativo de camponeses, e foi justamente a intervenção militar, sob pretexto de defesa da ordem e do regime republicano, que fez dessas guerras camponesas, guerras políticas. Elas foram duramente reprimidas pelo Estado, e os camponeses, após terem imposto sucessivas derrotas aos exércitos militares, “foram destroçados, no final já enfraquecidos e sem condições de lutar em virtude da fome que tomara conta dos redutos” (Martins, 1995, p. 58).

O banditismo rural, principalmente no Nordeste, foi outra expressão que emergiu nesse contexto do coronelismo da República, embora já existisse desde os tempos coloniais. Diferente do jagunço ‘privado’, que trabalhava para um patrão fazendeiro (e por ele matava ou morria), o cangaceiro era livre, ainda que viesse a prestar um serviço particular a alguém. “A fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança [...]. Vingada a ofensa, [os sertanejos] geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros”. O Cangaço, como ficou conhecido, era formado majoritariamente por sertanejos “sitiantes, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis [...] e da polícia local comandada pelos chefes políticos” (Martins, 1995, p. 59). Apesar de ser a vingança particular e o sangue que atravessavam a ação do bando cangaceiro, não se pode tirar o seu viés de classe, já que o bando era formado por camponeses expropriados e espoliados por fazendeiros e/ou ricos comerciantes, e eram contra estes que a ação bandoleira se voltava.

Em um salto histórico para a década de 1950, já passado o período colonial, imperial e da República Velha, ‘assentada’ a sociedade industrial e de força de trabalho livre, emergem no campo as ‘famosas’ e ‘temidas’ Ligas Camponesas e o sindicalismo rural³⁹. O Engenho da Galileia foi a primeira Liga Camponesa, fundada

³⁹ Uma ótima referência para uma leitura detida e contextualizada da conjuntura política da época é encontrada, indiscutivelmente, na obra de José de Souza Martins (1995), *Os camponeses e a política no Brasil*. Aqui, neste fragmento da pesquisa, a intenção é apenas a de apresentar os episódios de forma sucinta, sem deixar de reconhecer a importância histórica e a complexidade de cada um deles.

em 1955, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. A maior Liga do Nordeste, porém, foi a Liga Camponesa de Sapé, fundada em 1959 na Paraíba, que chegou a contar com mais de 7 mil trabalhadores rurais associados em 1962 – esta era a Liga de João Pedro Teixeira, assassinado em abril daquele ano. “Como a sindicalização rural era um direito inexistente na prática, os trabalhadores do campo encontraram nas Ligas o único meio legal para canalizar suas reivindicações” (Cabra marcado para morrer, Coutinho, 1984), e a figura do advogado popular Francisco Julião ganha importância, por assumir as ações judiciais das Ligas. Com o tempo, as pautas que aglutinaram os trabalhadores na região se referiam ao aumento do foro pago ao fazendeiro, ao trabalho obrigatório sem pagamento, ao despejo sem indenização pelas benfeitorias e lavouras, e ao uso da violência pelos grandes proprietários de terra.

Castro (1967) lembra, porém, que o objetivo inicial das Ligas era o defender os direitos dos mortos pela fome e miséria, não os dos vivos – esses, já resignados com fome, o sofrimento e a humilhação em vida – para que aqueles fossem enterrados com um mínimo de dignidade e respeito em caixão próprio, não em algum emprestado. Além da ajuda funeral, objetivavam também a compra de sementes e instrumentos agrícolas, e uma possível ajuda governamental.

Foi tratando dos problemas da morte que os camponeses do Engenho Galiléia [*sic*] abriram seus olhos para a vida. E viram melhor, e melhor compreenderam as injustiças e quais eram os autores destas injustiças. Era a tomada de consciência de sua realidade social, fenômeno que vem ocorrendo em nossos dias por todo o mundo chamado subdesenvolvido – mundo escravizado e espoliado [...]. E com esta força [*sic*] eles enfrentaram o patrão. (Castro, 1967, p. 31)

As Ligas Camponesas se espalharam por todo o Nordeste e chegaram até o Sudeste, criaram corpo e raízes, se politizaram, construíram independência do controle dos fazendeiros, chamaram a atenção da imprensa nacional e internacional, e despertaram o medo das elites agrárias com a iminência de uma revolução de camponeses despossuídos, tal como foi a Revolução Cubana. Elas alcançaram força e projeção política de destaque, colocaram a pauta da reforma agrária na sociedade brasileira, travaram boas lutas e conquistaram importantes vitórias para os camponeses. Com o Golpe Militar, civil e empresarial de 1964, as Ligas foram duramente perseguidas, criminalizadas, combatidas e desarticuladas (Castro, 1967; Martins, 1995).

Já o sindicalismo rural, por outro lado, vem como um resultado principalmente das reivindicações dos trabalhadores rurais, por direitos trabalhistas, e da atuação do Estado, que intervém como mediador das reivindicações. O sindicato rural surge como uma “técnica social de institucionalização das relações de produção, segundo as exigências de um Estado capitalista em uma etapa de rápido amadurecimento [...] como uma técnica de formalização do mercado de trabalho no setor agrícola” (Ianni, 2005, p. 142). Foi apenas diante do agravamento dos conflitos sociais no campo, que o Estado, por meio dos Poderes Legislativos e Executivo, passou a buscar ferramentas para tratar das condições de trabalho no campo.

Assim, 20 anos após a Consolidação das Leis do Trabalho, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, voltada ao trabalhador urbano e sem nenhuma preocupação com o trabalhador rural, foi publicado o Estatuto do Trabalhador Rural, a Lei 4.214, de 2 de março de 1963. Nele, foram reconhecidos direitos básicos dos trabalhadores rurais, sistematizadas as condições para contratos de trabalho no campo, e a sindicalização rural foi formalizada. Os sindicatos rurais se multiplicaram pelo país, ao passo que as Ligas Camponesas foram diminuindo, e algumas até foram absorvidas por eles. Ianni (2005, p. 143) deixa nítida a interpretação de que os sindicatos vieram a enfraquecer a mobilização politizante das Ligas, já que “a sindicalização rural teve o caráter de uma reação moderadora”. Deu-se início a um período que burocratizou a vida política dos trabalhadores rurais, por meio de uma relação direta entre o sindicato e o aparato estatal, com ou sem participação de partidos políticos.

O autor comenta que os sindicatos rurais também sofreram perseguição e foram duramente controlados durante a Ditadura Militar, mas não foram tornados ilegais, como as Ligas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁴⁰, entidade sindical máxima que representa os trabalhadores rurais no Brasil, foi fundada em 1963 e sofreu uma intervenção militar direta entre 1964 e 1965. Conforme Graziano da Silva (1993), a diretoria eleita em 1965 permaneceu até 1967, e durante a sua gestão buscou agir de forma a não fazer frente, hostilizar e criar conflito com o regime militar, para não vir a sofrer alguma repressão. Porém, em 1968,

⁴⁰ A estrutura sindical rural é básica: os sindicatos rurais nos municípios se filiam a uma federação estadual que integra, por sua vez e junto a outras federações estaduais, a CONTAG. Na representação de classes sociais antagônicas, há a correspondência dos sindicatos patronais, representada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA.

a oposição vence as eleições internas, e passa a adotar uma ação mais firme e efetiva na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

Durante as duas décadas de obscurantismo, de perseguição, repressão e violência estatal que foi a Ditadura Militar, muitas foram as lideranças camponesas perseguidas, torturadas, exiladas e até assassinadas. Nem por isso as lutas camponesas deixaram de acontecer, ainda que na clandestinidade. Ao contrário: os conflitos no campo se acirraram, e foram recriadas formas de organização e resistência camponesa. Ianni (1984) lembra que a Ditadura Militar teve na agricultura uma de suas principais bases, onde a burguesia rural foi fundamental e extremamente ativa na preparação e execução do Golpe Militar. Diante dessa base agrária, as lutas que foram travadas no campo, em praticamente todos os estados e territórios brasileiros, além de evidenciar a luta pela terra, condições de trabalho digno, a defesa da cultura e modo de vida camponês, colocaram no centro a defesa de um regime político democrático. Elas

Combatem a grilagem, a jagunçagem e a superexploração do assalariado rural, as invasões das terras tribais, as prerrogativas econômicas e políticas de latifundiários e empresários junto ao aparelho estatal, a subserviência da burocracia pública aos interesses do capital monopolista, a aliança entre jagunços e policiais. Nas lutas por seus objetivos econômicos e políticos, combatem as bases agrárias da ditadura. [...] todos estão engajados em lutas sociais que envolvem a organização democrática das reações econômicas e políticas na sociedade brasileira. (Ianni, 1984, p. 159)

Antes mesmo da abertura democrática, e como uma força pujante que pressionou para a erosão da Ditadura Militar, os trabalhadores rurais sem terra colocaram-se em movimento e ousaram enfrentar a forte e autoritária repressão estatal (que, apesar de ser uma política deliberada dos governos ditatoriais, nunca deixou de existir nem mesmo em regimes democráticos). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, nasce na década de 1970, exatamente no período de maior recrudescimento ditatorial, e era muito vinculado à Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra. Ele herda a processualidade histórica das lutas por terra, protagonizada pelos camponeses em toda a sua heterogeneidade e diversidade, e por eles é formado. Para Traspadini (2022), a trajetória do MST é inerente às contradições evidenciadas nos processos de modernização conservadora pela qual passou a América Latina a partir da década de 1930.

A autora caracteriza a primeira década de atuação do MST como “mais intimista”, onde os resultados obtidos foram essenciais e projetaram o porvir. Essa década “expõe um perfil camponês assentado em uma história de batalha pela sobrevivência e pela necessidade de exposição sobre uma situação marcada pela ausência de políticas públicas para os trabalhadores do campo”. Na década de 1990, em si marcada pela ofensiva neoliberal, as ocupações de terras (método de luta característico e histórico) se aprofundam; e o MST sai do intimismo e se projeta como um dos principais movimentos de luta do Brasil, criminalizado por um lado, e potencializado como fenômeno social por outro. Foi uma década de “aprendizado relacional de classe, de caminhada rumo à socialização dos encontros, de politização da luta, de afirmação do projeto popular”, e um período em que o MST, através de sua formação política, ganha as cidades e apresenta a luta pela terra como parte constitutiva das lutas gerais (Traspadini, 2022, p. 249 e p. 253).

Através das ocupações de terras, o MST toca num ponto sensível e central ao modo de produção capitalista, a propriedade privada da terra, e expõe a profunda desigualdade social gerada pela concentração fundiária. Há fortes e violentas repressões às ocupações e ao Movimento. Conforme a autora, a *práxis* da ocupação é uma contestação direta à ordem do capital, à fome e à indignidade da desumanização gerada pela falta de terra e de recursos. Nos acampamentos se organizam produção de alimentos, escolas, brigadas de formação, segurança, espaços de socialização, entre outros pontos organizados em ‘setores’ ou brigadas.

Nos anos 2000, no ciclo de governos progressistas, o MST realizou alguns pactos políticos com o governo e algumas de suas pautas foram institucionalizadas, muito motivada pela animação diante da perspectiva de transformações mais estruturais projetadas pelos governos petistas. É importante a análise pragmática feita pela autora, que fala que o Movimento recuou em relação às ocupações, e passou a tratar na conformação de políticas agrícolas que mantiveram a ordem vigente. A opção por uma *práxis* institucional é uma mudança do movimento em relação a ocupar cargos na gestão pública e reivindicar políticas sociais para o campo, apesar da hegemonia do agronegócio e do capital financeirizado em se apropriar do recurso público. A política social passa a ser uma pauta ordenadora da conduta do MST, que coloca a reforma agrária em outro plano sob as conciliações de um governo que não

a tem como pauta – em uma conciliação expressiva diante de um Estado burguês que atende aos interesses do capital.

Há muitos desafios postos ao MST, especialmente diante das proporções nacionais que suas reivindicações tomaram, e por ele ter assumido uma centralidade no cenário político brasileiro, onde a classe trabalhadora se vê representada. Como a autora sublinha, o Movimento é um “sujeito político e histórico produtor e reproduzidor de diversas *práxis* em um tempo de indefinições que exigem outros pactos, novas propostas e históricos projetos de classe”, e que nunca se furtou de fazer reflexões profundas sobre suas opções. Porém, enquanto permanecer na encruzilhada diante de um governo que não rompe com os interesses estruturantes do capital, a segunda inflexão de sua trajetória será a da centralidade institucional de uma reforma agrária dentro da ordem, via política pública (Traspadini, 2022, p. 259).

No afã desenvolvimentista da Ditadura Militar brasileira, nos marcos do capitalismo dependente e da integração ao imperialismo norte-americano para atrair investimentos de capitais estrangeiros, os governos ditatoriais investiram em grandes empreendimentos (o que levou, inclusive, a uma explosão da dívida pública brasileira). Alguns desses empreendimentos foram os de construções de barragens hidrelétricas, como a de Itaipu, em Foz do Iguaçu/PR, e na região do Alto Uruguai, região serrana e oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul.

Quando foram divulgados os primeiros estudos sobre o potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai⁴¹, houve uma preocupação generalizada por parte das famílias que seriam potencialmente atingidas pelas construções dos projetos hidrelétricos. Antes mesmo do início das construções das barragens, a Comissão Pastoral da Terra começou a organizar estas famílias e, em uma reunião durante o processo de mobilização, foi proposta a criação de uma comissão de atingidos. Assim, diante dos impactos econômicos, ambientais e sociais projetados sobre as comunidades camponesas (que mais adiante foram confirmados), nasce o Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, na época como uma articulação chamada de

⁴¹ No final dos anos de 1960 e durante a década de 1970, o Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul, ligado à Eletrosul e à multinacional italiana ENEL, realizou um inventário de potencial energético da Bacia do Rio Uruguai. O inventário identificou a possibilidade de construção de mais de 150 barragens (Usinas Hidrelétricas, UHE, e Pequenas Centrais Hidrelétricas, PCHs), muitas no próprio rio Uruguai. Maiores reflexões podem ser encontradas na dissertação de mestrado de Alexandra Borba da Silva, disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8bd281ec-4ca6-4f1b-9d97-7e16f184b33d/content>>.

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Nos anos que se seguiram, as mobilizações de atingidos por barragens estenderam-se para outras regiões e, em 1985, unificaram-se nacionalmente enquanto MAB. No ano de 1997, após o primeiro Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, em Curitiba/PR, o Movimento ganhou projeção e fortalecimento internacional, junto de condições de formulação de políticas energéticas a serem pautadas ao redor do mundo.

No início da organização do MAB e das primeiras articulações internacionais, as reivindicações se referiam mais às indenizações para as famílias atingidas. Com a organização de classe, politização e fortalecimento desta articulação mais ampla, as pautas transformaram-se em “defesa do direito de permanecer na terra”, e a formação de uma “política internacional sobre o uso da água e da energia, os quais, por serem considerados essenciais à vida, devem ser bens públicos a serviço de todos e não mercadorias negociáveis no mercado” (Radin; Corazza, 2018, p. 105). As vítimas seculares expropriadas de suas terras pelo grande capital, também engrossam as fileiras do MAB e se tornam sujeitos de suas lutas: pequenos agricultores, camponeses, trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, arrendatários, posseiros, povos indígenas, populações quilombolas, pescadores, trabalhadores de minas.

As lutas pela terra são atravessadas por questões de gênero, e as mulheres camponesas também se organizaram. O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), nome adotado em 2003, nasce no início dos anos de 1980, com o nome Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Eram inúmeras as organizações locais e regionais que já existiam ao redor do país, e que processualmente passaram a integrar-se no MMA. Diante da condição de subordinação das mulheres camponesas nos espaços privados e públicos – casa, sindicato, movimentos, sociedade em geral – as camponesas começaram a conversar, debater, a perceber as desigualdades e discriminações de gênero e, então, resolveram se organizar. Passaram a participar de mobilizações e a reivindicar seus direitos de igualdade em relação aos homens, mas não só: falavam do direito à terra, da política agrícola, e de todas as questões que atravessavam suas condições de vida e da sociedade.

O Movimento se reconhece como classe trabalhadora, luta sob a bandeira do feminismo e da transformação da sociedade, e se identifica como a “soma da diversidade” do país – de uma diversidade tamanha, mas que sempre foi invisibilizada. Foram as “agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias [sic],

diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas”, indígenas, negras, brancas, que construíram, ao longo de mais de 40 anos, um movimento social “autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista” (MMC, *online*). Conquistaram o direito de serem reconhecidas profissionalmente como trabalhadoras rurais, ao salário maternidade, à aposentadoria da mulher agricultora, entre outros direitos, mas pode-se dizer que o primeiro direito conquistado foi o de serem vistas e reconhecidas como pessoas.

Lusa (2009) identifica alguns elementos que caracterizam a identidade do MMC:

a capacitação política crítica das militantes; a organização a partir de grupos de base; a mobilização e manifestação em torno de datas significativas para as mulheres e para o mundo rural; o reconhecimento e a valorização da profissão; as falas denunciando a realidade rural excludente e as lutas reivindicatórias de direitos sociais. Enfim, uma identidade em consonância com a militância engajada na luta pelo acesso aos direitos, pela valorização da mulher e do homem camponeses, pela igualdade social e pela transformação societária. (p. 168)

Na década de 1990 foi a vez dos pequenos agricultores se organizarem de forma específica. Segundo Radin e Corazza (2018), o contexto em que nasce o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) se deu em duas perspectivas da relação da luta de classes no campo: de um lado, a crise emergente provocada pelo modelo de agricultura capitalista a partir da Revolução Verde, que aprofundou o empobrecimento e a exclusão no campo; do outro, uma crise no movimento sindical. A ilustração desta crise sindical, segundo a reflexão do próprio MPA em seu site oficial, foi a de que, enquanto agricultores familiares se angustiavam diante da perda de suas safras devido à grande estiagem que atingiu a região Sul do Brasil no final de 1995 e início de 1996, os dirigentes sindicais rurais “faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores” (MPA, *online*).

Junto de dirigentes sindicais mais combativos e que não pactuaram com tais conchavos, os agricultores familiares convocaram a Mobilização da Seca, e realizaram, entre janeiro e fevereiro de 1996, cinco Acampamentos da Seca, ocorridos no Rio Grande do Sul e onde acamparam mais de 25 mil pessoas. Durante a Mobilização, foi possível fazer uma avaliação profunda sobre as formas de organização camponesa e revigorar o método das lutas políticas. Foi quando se

iniciaram os diálogos sobre a organização de um movimento social específico, e estendeu-se a mobilização de camponeses em outros estados. Quase três anos depois, em dezembro de 1998, representantes de diversos estados, reunidos em Brasília, decidiram criar o MPA. Após analisar a entrada violenta do neoliberalismo no campo, concluíram que

as estruturas sindicais estavam viciadas, que as bases quando mobilizadas mostravam disposição de luta, que faltava trabalho de base, necessidade de desenvolver formas permanentes de lutas e que a organização popular devia se sobrepôr à manutenção das estruturas. (MPA, *online*)

Diante disso, as pessoas presentes entenderam a necessidade de reações efetivas e específicas de camponeses, qual sejam: fazer lutas de massas, organizar a base, e fazer formação política, ideológica e técnica. No amadurecimento de sua organização e mobilização, o MPA realizou três Encontros Nacionais e um Congresso. Foi durante o seu 3º Encontro Nacional que deliberou a construção do Plano Camponês como uma estratégia de luta camponesa para embasar as suas pautas de reivindicações, e colocá-lo em diálogo direto com a sociedade.

Para a construção do Plano Camponês, o MPA resgata o conceito de camponês e de campesinato após um movimento pedagógico de estudo de categorias teóricas que constroem a ideologia do agronegócio. Ao retomar o camponês como sujeito histórico, e reivindicar esse termo para si, o Plano Camponês é apresentado como um projeto do campesinato para a sociedade brasileira. Nele estão contidas a relação com a “identidade camponesa, agroecologia, com sementes crioulas, com biodiversidade, com hábitos e costumes, com cultura camponesa, com o modo de vida, com produção de alimentos, com alimentação do povo do campo e da cidade” (Silva, 2016).

Os últimos quatro movimentos sociais aqui apresentados – MST, MAB, MMC e MPA – integram a Via Campesina, o maior movimento social camponês internacional, que representa mais de 200 milhões de camponeses ao redor do mundo. É formada por 180 organizações locais e nacionais, distribuídas em 81 países de África, Ásia, Europa, Região Árabe e Norte da África (ArNA), e as Américas. A Via foi fundada em 1993. É construída sobre um forte senso de unidade e solidariedade, defende a agricultura camponesa em favor da soberania alimentar (La Via Campesina, *online*).

Além da Via Campesina, o MST, MAB, MMC e MPA compõem e constroem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), junto de dezenas de outros movimentos sociais, entidades e organizações de abrangência nacional, estadual ou regional. A ANA é o principal movimento agroecológico no Brasil, e que se articula em rede, como veremos a seguir.

3.3.1 A agroecologia como uma das expressões contemporâneas da resistência camponesa

Mais do que uma forma de produção de alimentos, que poderia ser meramente orgânica, a agroecologia é compreendida, de fato, numa perspectiva de concepção de mundo e de modo de viver, e se opõe estruturalmente ao atual modelo hegemônico de agricultura que corresponde aos interesses ao grande capital. Ela surge como um movimento que articula e aglutina diversas experiências de resistência do e no campo, com valorização, resgate e sistematização de práticas e saberes tradicionais antigos; que tem centralidade nos sujeitos campesinos como produtores e produtoras de conhecimento, ao mesmo tempo que coloca em diálogo diversas e diferentes áreas de conhecimento científico. Se considera que a agroecologia é um conceito e uma área em constante construção e amadurecimento, e aqui a apresentamos como uma das experiências de resistência e reorganização camponesa, justamente porque faz frente e se coloca dialeticamente como estratégia da luta camponesa contra a ofensiva do capitalismo agrário.

Os primeiros registros sistematizados e publicados sobre o tema agroecológico datam das décadas de 1920-1930. Eles faziam a descrição e defesa do uso de métodos ecológicos na produção de cultivos agrícolas, e impulsionaram o surgimento de experiências com “sistemas agrícolas de base ecológica” (Guhur e Silva, 2021b, p. 62) em vários países. Porém, tais estudos e experiências alternativas permaneceram marginalizadas com o advento da Revolução Verde após a 2ª Grande Guerra. A Revolução Verde, como vimos, avançou a passos largos em todos os âmbitos das decisões e direcionamentos políticos, econômicos e científicos, e forçou a subsunção real da agricultura à indústria, principalmente nos países periféricos.

Diante da magnitude e intensidade negativas dos impactos ambientais e sanitários gerados pela Revolução Verde, surgiu um amplo ambiente contestatório na

década de 1960. Foram desenvolvidas pesquisas e publicações importantes relacionadas a esses impactos, e sobre os sistemas tradicionais de agricultura camponesa e indígena. Diversos movimentos políticos, acadêmicos e camponeses “intensificaram críticas e retomaram as potencialidades anteriores à Revolução Verde, demarcando um processo tecnológico e de práticas agrícolas que se contrapunha à agricultura industrial, cada vez mais dominante” (Guhur; Silva, 2021b, p. 62). Esses processos são chamados de ‘agriculturas alternativas’, como a agricultura orgânica, a biológica, a permacultura, entre outras⁴². No Brasil, o Movimento de Agricultura Alternativa (MMA) surge no final da década de 1970, e tem como protagonistas grupos de intelectuais, profissionais das ciências agrárias, estudantes e ambientalistas.

O termo ‘agroecologia’ se tornou popular na década de 1980, entendido como um conjunto de práticas agrícolas tradicionais e práticas organizativas de camponeses e povos originários. Guhur e Silva (2021b) falam que houve um significativo aumento de interesse pelo tema e desenvolvimento de pesquisas nos espaços acadêmicos, além da aproximação de outras áreas de conhecimento. Foi um momento de somar as forças entre movimentos sociais de resistência à Revolução Verde e a seus efeitos perversos, produção científica crítica e iniciativas para se resgatar práticas e saberes tradicionais que estavam, gradualmente, sendo substituídos e esquecidos. Isso fez com que o próprio conceito de agroecologia ampliasse suas dimensões filosóficas e bases científicas para além das ciências agrárias.

Diante do desafio de enfrentar a trama imperial da Revolução Verde, se fez necessário de que as experimentações sociais práticas de agriculturas alternativas nas propriedades e comunidades rurais fossem capilarizadas e descentralizadas ao máximo no Brasil, provocando o enraizamento da proposta junto da construção de estratégias para que não houvesse isolamento social e (maior) invisibilidade pública. Para evitar fragmentações e enfraquecimento do movimento que emergia então, foi criada a Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA), inspirada na educação popular. A Rede PTA buscou dar “[...] enfoque metodológico para a construção de conhecimentos sensível às estratégias de reprodução dos meios e modos de vida do campesinato”, sistematizar e fazer intercâmbio de estratégias e experiências. Mais adiante, incorporou a agroecologia como uma referência teórica e prática, o que fez

⁴² No capítulo seguinte, serão problematizados os limites das chamadas agriculturas alternativas, das quais a agroecologia não é sinônimo.

com que as experiências de agricultura alternativa desenvolvidas até então ganhassem maior consistência teórica e metodológica (Petersen; Almeida, 2021, p. 132).

Em um momento de culminância do processo agregador e de amadurecimento do movimento agroecológico, exatamente como resultado de um longo processo de formação, mobilização de sujeitos e organização de espaços, em 2002 acontece o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Uma das deliberações do I ENA, que aconteceu no Rio de Janeiro/RJ e reuniu 1.100 participantes, foi a criação de um espaço legítimo, articulado e permanente para confluir o movimento agroecológico brasileiro. Esta deliberação dará origem à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que se autodefine como:

[...] uma rede de redes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil constituídas desde as escalas local/territorial até a esfera nacional com o objetivo de polarizar forças sociais orientadas para a transformação das realidades agrária, agrícola e alimentar no Brasil, segundo a perspectiva da agroecologia (Petersen; Almeida, 2021, p. 131)

Se o I ENA é quem criou a ANA em 2002, desde então é ela quem convoca os Encontros Nacionais. Depois do primeiro, já aconteceram mais três: II ENA, em Recife/PE, com 1.730 participantes – junho de 2006; III ENA, em Juazeiro/BA, com 2.100 participantes – maio de 2014; e IV ENA, em Belo Horizonte/MG, com 2.000 participantes – junho de 2018. E, enquanto essa pesquisa é escrita, a ANA já convocou o V ENA, que será em maio de 2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

O amadurecimento teórico e prático da agroecologia, como se vê, ultrapassou os limites acadêmicos e de experiências desarticuladas, se institucionalizou como tal, ganhou corpo, visibilidade, identidade e força política (Valadão; Moreira, 2021). Hoje, o movimento agroecológico se dinamiza em uma articulação em rede, onde os movimentos sociais, instituições, pesquisadores/as, estudantes, organizações locais que o compõem mantêm suas autonomias e demandas específicas, mas formam espaços de diálogos e de encontros, constroem pontos de convergência, fortalecimento, de contato e de consensos⁴³.

⁴³ Os autores citam a existência de trabalhos de base com comunidades camponesas, encontros e articulações mobilizadas pela Rede PTA-Fase, nas décadas de 1980-90, onde a discussão era sobre a agricultura alternativa. Na sequência, listam uma série de outras experiências que ampliaram e se fortaleceram a partir dos anos 2000, como eventos científicos de agroecologia (o principal é o Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido pela Associação Brasileira de Agroecologia, a ABA),

A ANA é o maior e o principal ponto de convergência do movimento agroecológico brasileiro, se orienta pelos princípios de horizontalidade, sinergia e flexibilidade, congrega o respeito à pluralidade de atores do campo agroecológico, e tem nos Encontros Nacionais o seu principal espaço de discussão e deliberação de estratégias políticas. Os fundamentos políticos-metodológicos que a ANA adotou para direcionar suas estratégias e incidências sobre a realidade agrária, agrícola e alimentar podem ser organizados em quatro ideias-força: o antagonismo com o agronegócio; a centralidade das experiências; compreensão de sujeitos coletivos da agroecologia; e ação em redes (Petersen; Almeida, 2021).

Em termos de organização e operacionalidade, além dos ENAs que deliberam estratégias políticas, a ANA tem na Plenária Nacional o local que essas estratégias são trabalhadas, e no Núcleo Executivo e Secretaria Executiva onde são executadas. A estrutura organizativa da ANA conta ainda com grupos de trabalho (GTs) pontuais ou permanentes e Coletivos, que tratam de assuntos mobilizadores e transversais, como biodiversidade, mulheres, juventudes e Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER, agricultura urbana e comunicação. Os autores ressaltam que essa forma organizativa se orienta pelo princípio de representatividade e não se dá de forma hierarquizada. A coesão interna e a legitimidade externa da ANA são fortalecidas pelo exercício do diálogo permanente, onde a diversidade de representatividade política e institucional do campo agroecológico são tidas como potencialidades a se somarem.

a criação de cursos e escolas de formação (como a Escola Latino-americana de Agroecologia, em Lapa/PR), campanhas comuns (como a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos), e o fato de movimentos sociais do campo que assumiram a agroecologia em suas diretrizes. É o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA, que elaborou o seu Plano Camponês e pôs a agroecologia como orientadora de todo o processo produtivo camponês.

Além desses exemplos mencionados, para dimensionar o tamanho que movimento agroecológico brasileiro assumiu nas últimas décadas, é possível citar alguns movimentos e entidades em geral que compuseram as comissões organizadoras dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), maior espaço de aglutinação e fortalecimento de experiências agroecológicas no Brasil, e que é convocado pela ANA. No último ENA, ocorrido em Belo Horizonte/MG, em 2018, foram 56 entidades, tais como: Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF Brasil); Confederação dos trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Rede Ecovida de Agroecologia; Rede Terra Sem Males; AS-PTA; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) – essas possuem abrangência mais nacional, mas há diversas outras de organização regional/estadual.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foi criada em 2004, durante a realização de três eventos simultâneos, em Porto Alegre/RS: o II Congresso Brasileiro de Agroecologia; o V Seminário Internacional sobre Agroecologia; e VI Seminário Estadual sobre Agroecologia. Ela reúne pesquisadores e pesquisadoras em agroecologia, de diversas áreas de conhecimento e atuação; cujos objetivos se voltam em incentivar a construção de conhecimentos técnico-científicos integrados ao saber popular no campo da agroecologia, e a contribuir na elaboração e implantação de políticas públicas que visam a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social. A ABA integra a ANA, mas pode-se dizer que ela é um espaço mais ‘científico’ dentro do movimento agroecológico. Além de realizar os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA) e outros eventos nacionais, ela publica, desde 2006, a Revista Brasileira de Agroecologia, com a intenção de divulgar e popularizar os trabalhos acadêmicos em agroecologia (ABA, *online*).

Em resumo, enquanto o ideário do agronegócio se impunha para a agricultura familiar e camponesa como condição para as suas existências, os espoliados e espoliadas do campo, das florestas e das águas criaram estratégias de contraofensiva na defesa de seus territórios, comunidades e culturas, e no resguardo de riquíssimas práticas e saberes tradicionais. Muitas dessas estratégias aparecem, atualizadas com as condições objetivas de cada tempo histórico, no que foi se constituindo a agroecologia, seja como ciência, movimento social ou *práxis* cotidiana. A agroecologia emerge, portanto, do tensionamento posto pelas contradições do próprio capitalismo e o desenvolvimento histórico das lutas de resistência camponesa⁴⁴.

Por fim, cabe explicitar dois aspectos que talvez tenham ficado subentendidos até então. O primeiro é da relação dialética interna no próprio processo de constituição da agroecologia em si, como ciência, movimento social e *práxis*, e não somente externa, como um produto da luta de classes no campo em contraposição à agricultura capitalista. Pode-se dizer que esse processo, enquanto tal, vem do encontro entre a produção de conhecimento acadêmico crítico à Revolução Verde (de onde advém o termo ‘agroecologia’, convencionado ao longo do tempo), e a produção de

⁴⁴ Para maior e melhor aprofundamento acerca da história constituição da agroecologia no Brasil, com o registro de diversos episódios, contextos e debates internos, seminários e mobilização de sujeitos que contribuíram na sustentação teórica e prática agroecológicas, ver a tese de doutorado de Nilsa Luzzi (2007), intitulada “O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais” e disponível em https://institucional.ufrj.br/portalcnpda/files/2018/08/2007.tese_nilsa_luzzi.pdf.

conhecimento popular, as experiências e lutas camponesas, e o resguardo de práticas milenares de agriculturas tradicionais. O segundo aspecto é a relação de totalidade-particularidade no que se refere à agroecologia enquanto uma proposta de agricultura e um projeto político amplo e diverso construído mundo afora e países adentro, e não apenas como uma experiência exclusiva do Brasil ou da América Latina. Exatamente por não ser um modelo ‘fechado’, restrito e homogeneizador, é que a agroecologia é dinamizada em cada lugar considerando e respeitando as particularidades históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais de cada realidade e cada país.

Como exercício de síntese...

‘Campesinato’ é uma categoria que não possui uma definição específica, e nem buscamos fazê-la. Partimos de Shanin (2005) para estabelecer algumas características gerais e comuns, como a da centralidade que a família ocupa como principal força de trabalho e finalidade da produção camponesa, a relativa autonomia sobre o processo de trabalho, a produção voltada à subsistência, e o ‘modo de vida’ camponês articulado à terra e ao território. Considerando tais características, é preciso compreender o campesinato em sua diversidade, pluralidade e configurações histórica e geograficamente determinadas – o que não seria diferente com o campesinato brasileiro. A formação sócio-histórica, econômica e política do país forjou um campesinato, ou campesinatos, tipicamente particular. Maestri (2005), por exemplo, identifica cinco principais vias principais: nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial. Mesmo com diversos nomes, adotamos uma abordagem generalizada para apresentar o campesinato brasileiro, mas sempre que foi necessário, fizemos a devida indicação de sua particularidade. Na tarefa de apresentar uma categoria tão diversa, buscamos evidenciar também suas estratégias na busca de se desvencilhar das investidas do capital sobre seus territórios. Por mais que o campesinato brasileiro como categoria social específica tenha nascido entre o século XIX e XX, como situa Stedile (2005), é importante frisar que sempre existiu camponeses no Brasil, como sinônimo de pessoas, grupos e comunidades com modos de vida camponeses e que trabalhavam na terra e praticavam agricultura de subsistência.

Com a entrada do capital financeiro e de seus pacotes tecnológicos (sementes, adubos sintéticos, agrotóxicos, maquinário), promoveu a industrialização da

agricultura e uma grande dependência por parte das famílias camponesas, o que levou muitas ao endividamento junto aos bancos. O impacto do endividamento e do comprometimento da produção agrícola para pagar tais dívidas com novos empréstimos (uma espiral de empréstimo-dívida sem fim), também representou um dos grandes feitos daquele momento: a expropriação da renda da terra pelo capital, via sistema bancário.

Embora as relações sociais camponesas produzidas sobre os territórios camponeses fossem regidas por outro sistema de valores éticos e culturais, a agricultura camponesa foi fortemente impactada no processo de subsunção formal e real ao capital, e a terra de trabalho do camponês se converte, gradualmente, em terra de negócio. Há uma desagregação da comunidade camponesa e dos vínculos comunitários que protegiam seus membros, mudanças significativas nas relações de trabalho e de valor do trabalho camponês, bem como de toda a sociabilidade camponesa. Da teoria da degradação e diferenciação, às compreensões de resistência e reinvenção, o fato é que em nenhum momento os camponeses aceitaram passivamente essas mudanças promovidas pelo avanço do capital no campo, nem mesmo desde a invasão colonial. São inúmeros os exemplos de revoltas e lutas camponesas que marcam a História do Brasil, das quais demos destaques às indígenas, quilombolas, as chamadas messiânicas e o Cangaço, as Ligas Camponesas, o MST, MAB, MMC, MPA e a agroecologia, colocada aqui como uma resposta objetiva à complexificação da questão agrária promovida no contexto dos impactos sociais e ambientais promovidos pela Revolução Verde.

É justamente a agroecologia, nosso objeto de pesquisa, que será aprofundada no próximo capítulo. Além do movimento agroecológico, buscamos abordar melhor o histórico científico e de práticas camponesas, e a forma como a agroecologia se dinamizou, as políticas públicas específicas de agroecologia e as que a promovem, bem como seu projeto político e societário que se ancora reciprocamente nas lutas camponesas.

4 A PRÁXIS DA AGROECOLOGIA A PARTIR DA RESISTÊNCIA CAMPONESA: CONFLUIR CONHECIMENTO E TRANSFLUIR MOVIMENTO

O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e conflui. A ordem pode ser qualquer uma. (Santos, 2023, p. 49)

A cosmologia quilombola apresentada por Nego Bispo remete ao movimento da vida, onde não há necessariamente um ponto de início, e tampouco de fim. Não é um movimento linear, mas circular. A proposta é de confluir e transfluir, e não de ir e refluir, como é o conteúdo da cosmologia eurocêntrica e colonial. Fazer menção à essa proposta de Nego Bispo no título e introdução deste último capítulo tem a intenção de, logo de imediato, registrar uma válida observação-denúncia que ele faz a respeito da agroecologia, ou, no caso, de iniciativas (individuais, isoladas ou mais coletivas) de pessoas que se dizem pactuar com a agroecologia. Ele diz: “nós inventamos a roça de quilombo, mas mudaram o nome e agora querem nos vender nossos saberes, nos oferecendo cursos de agroecologia e cursos de casa de taipa” (Santos, 2023, p. 100). Embora essa não seja a proposta da agroecologia, como veremos, essas práticas têm sido encontradas com mais frequência do que gostaríamos de admitir, e reproduzem a mesma lógica colonial de apropriação de saberes tradicionais para posterior venda, capitalizando em cima de saberes coletivos e compartilhados com a humanidade.

Dito isso, a compreensão de confluência e transfluência se coloca em diálogo direto com os dois pressupostos desta pesquisa, que expressam o processo histórico e dialético da agroecologia e do que ela se transformou; do seu movimento que lhe deu forma e conteúdo, e do seu conteúdo e forma que lhe deu movimento. O primeiro pressuposto em relação ao objeto da pesquisa, é a compreensão da agroecologia como um resultado da complexificação da questão agrária e da luta de classes no campo, e uma resposta do campesinato ao avanço do capitalismo no campo, como resistência e reinvenção camponesa. O segundo é de que, exatamente por conta deste processo, ela se coloca em contraposição direta ao agronegócio e ao modo de produção capitalista, em perspectiva política, ambiental, social, cultural e econômica.

Para recapitular, o objetivo deste último capítulo é justamente o de analisar o movimento histórico e dialético da agroecologia no Brasil ao se ancorar no

campesinato e no fortalecimento da luta de classes no campo, em contraponto direto ao modelo hegemônico do capitalismo agrário representado pelo agronegócio. Toda análise aqui desenvolvida, parte da consideração de que a agroecologia comporta teoria crítica, prática social e movimento social.

A Agroecologia se consolidou como uma *teoria crítica* que questiona radicalmente a agricultura industrial, fornecendo ao mesmo tempo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares economicamente eficientes, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis. Como *prática social*, a Agroecologia se expressa na diversidade e na criatividade das formas de resistência e luta do campesinato, em particular em suas estratégias de construção de autonomia em relação aos mercados de trabalho e insumos. Como *movimento social*, mobiliza sujeitos envolvidos prática e teoricamente em sua construção, assim como setores crescentes da população, mobilizados em lutas por justiça social, saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia social, solidária e ecológica, equidade de gênero, contra o racismo e o colonialismo e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (González de Molina, *et al*, 2023, p. 165 – *grifos meus*).

A agroecologia articula, portanto, teoria, *práxis* e movimento enquanto categorias em si e que se relacionam de forma dialética. Dessas três formas de compreensão, que condensam sua abordagem analítica, González de Molina *et al* (2023) concluem que o *modus operandi* técnico-analítico e a força política da agroecologia se dinamizam de forma indivisível. Este é um recorte metodológico de análise de conteúdo, com recorte temático, para a pesquisa bibliográfica e documental, através das quais é conduzida a abordagem da agroecologia.

O outro recorte metodológico em relação à *práxis* da agroecologia, também parte da mediação feita com categorias e abordagens trabalhadas nos dois capítulos anteriores, como propriedade privada e renda da terra, divisão internacional do trabalho, questão agrária, colonialismo, imperialismo, dependência, metabolismo social, expropriação, expulsão, exploração, campesinato e resistência camponesa. Estas categorias e abordagens já conhecidas fazem interface com outras aqui introduzidas, como transição agroecológica, Estado, política pública, reforma agrária, e Soberania Alimentar.

A partir disso, este capítulo está subdividido em três abordagens para (i) conhecer e analisar o processo histórico e permanente de construção e transformação da agroecologia, atenta à conjuntura de cada tempo histórico, inclusive na sua estratégia de (ii) pautar-se como demanda para política pública. Ao adotar a perspectiva da Agroecologia Política, no contexto da luta de classes no campo no

Brasil e de fortalecimento do campesinato, (iii) o projeto político e societário por ela proposto se desafia a enfrentar e a superar o agronegócio, a questão agrária e, por consequência, o modo de produção capitalista.

4.1 UM RETRATO DA AGROECOLOGIA COMO PROCESSO PERMANENTE DE CONSTRUÇÃO E EM TRANSFORMAÇÃO

A agroecologia está em pleno movimento, e não há um conceito único ou exato que a defina. E faz parte: ela não estagnou no tempo, não se manteve inalterada diante das inúmeras descobertas científicas das últimas décadas, não esteve à parte das lutas camponesas que efervesceram e efervescem de tempos em tempos e em diferentes territórios; ou, então, não se manteve incólume aos efeitos das crises e reorganização do capital ao redor do mundo. O desafio deste tópico é o de fazer um possível ‘retrato’ de um objeto em pleno movimento, cujas análises podem incorrer em interpretações insuficientes de forma geral, e especialmente naquelas que projetam suas tendências. Por isso, é fundamental partir da mediação do materialismo histórico e dialético, e adotar a perspectiva da processualidade histórica e dialética da agroecologia como algo que ainda está em construção e transformação. Tal mediação nos ajuda a traçar contornos para o retrato, localizado conjunturalmente, e a interpretar seu conteúdo a partir da nossa formação sócio-histórica e política.

Mas afinal, se não há um conceito que a defina de forma exata, como saber o que é a agroecologia? Em um primeiro momento, podemos estabelecer que ela não é e não comporta nada que caiba como adjetivo ao agronegócio e à agricultura capitalista: não é monocultora, latifundista, imperialista, colonizadora, não comporta a superexploração do trabalho e da natureza, não reproduz a questão agrária, não joga com os impérios alimentares e mercado financeiro, não causa colapso social, econômico e ambiental, não ataca a soberania e a democracia de um país. Defensores do agronegócio dirão: ‘ah, mas o agronegócio produz comida, movimenta a economia do Brasil, gera emprego...’. Mentira. Já buscamos demonstrar como isso é falacioso, de modo que esse debate aqui, por ora, está feito e superado.

Estabelecer por contraste o que ela não é, não significa idealizá-la ou mascarar as contradições que certamente existem internas e entre suas dimensões indissociáveis – científica, movimento e prática social. Outrossim, ao partir da

contraposição direta e frontal ao agronegócio, algumas das definições para a agroecologia são tratadas de forma mais nítida, bem como seus princípios, conceitos-chave e os elementos ético-políticos que a orientam, entrefazendo conexões com o campesinato. Nesse caminho, as linhas gerais de seu projeto societário se sobressaem e se delineiam de forma cada vez mais explícita também.

Vejamos algumas definições mais sistematizadas para agroecologia, a partir de alguns autores que comumente aparecem como referências neste debate. O chileno Miguel Altieri (2012, p. 105) fala que a “Agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas ao desenvolvimento de agroecossistemas de baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia”. Aqui, o autor está fazendo uma crítica aos limites implicados à agricultura sustentável, geralmente empregada como sinônimo de resposta à agricultura moderna, ou industrial, pois a tendência predominante é de que ela se mantenha altamente tecnológica para responder aos problemas ambientais da agricultura industrial. Ou seja, além de fazer uso de tecnologias, via de regra, caras e incessáveis em termos populares, não altera o sistema produtivo em si. Por sua vez,

A proposta agroecológica enfatiza agroecossistema complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e sanidade dos cultivos. (p. 105)

Aqui temos uma primeira definição da agroecologia, posta em uma perspectiva técnica vinculada às ciências agrárias e da natureza. O ‘mais além’ a que se refere o autor, está posto na ênfase dada pela agroecologia aos agroecossistemas complexos, que demandam de muita energia, mas com condições de que eles mesmos tenham ou possam vir a desenvolver para gerar a própria energia que demandam. Ou seja, que ao invés de depender, ainda que minimamente, de uma energia externa, exógena, que sejam agroecossistemas autônomos, com produção de energia interna, endógena, e de autorregulação. Não significa, porém, segundo Altieri (2012), que insumos biológicos externos não venham a ser usados em caso de necessidade, e que agricultores não se beneficiem de tecnologias, desde que sejam acessíveis e adequadas às condições de cada local.

Mais adiante, Altieri (2012) demarca que o objetivo final da agroecologia é o de “melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor

um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes” (p. 114). Se parássemos aqui e fossemos problematizar as relações econômicas, ambientais e sociais que se desencadeiam das camadas sobrepostas nessa primeira aproximação conceitual, já teríamos muito para investigar e debater. Mas essa primeira definição ainda é insuficiente para a amplitude que buscamos dar à agroecologia frente ao objetivo da pesquisa.

Um segundo autor que apresenta uma ideia sistematizada do que é a agroecologia, é o estadunidense Stephen Gliessman (2009). Para ele, a “ciência da agroecologia [...] é definida como *a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*” (p. 56 – *grifo do autor*), pois considera uma nova abordagem em relação à agricultura e ao desenvolvimento agrícola a partir de aspectos que conciliam os recursos da agricultura tradicional local com o conhecimento e métodos ecológicos mais modernos. Ao conciliar os saberes e métodos tradicionais e modernos, a agroecologia possibilita o desenvolvimento de uma agricultura “ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” (p. 56), bem como a construção de novos paradigmas para agricultura.

O autor sublinha que são os princípios e métodos ecológicos que formam uma primeira base da agroecologia, pois é justamente esta área científica que construiu as primeiras pesquisas sobre uma “ecologia aplicada à agricultura” (Gliessman, 2009, p. 58) nas décadas de 1920-30, junto da agronomia, em interesses científicos entrecruzados. O próprio termo ‘agroecologia’, convencionado décadas depois, foi cunhado por ecologistas nesse período das primeiras pesquisas. O amadurecimento do conceito de ecossistema observado no final dos anos de 1950 forneceu uma estrutura básica para as pesquisas sobre agricultura sob uma perspectiva ecológica; e, com a aproximação de outras áreas de pesquisa na década de 1970, as bases da agroecologia se expandiram rapidamente. Aos poucos, com bases teóricas e conceituais diversas e consistentes, a agroecologia passou a contribuir com o desenvolvimento das noções de sustentabilidade na agricultura, ao passo que a sustentabilidade em si se tornava um foco nas pesquisas agroecológicas.

Com o acúmulo teórico de décadas e mantendo as conexões entre áreas distintas, Gliessman (2009, p. 58) resume dizendo que a agroecologia é, por um lado, o “estudo de processos econômicos e de agroecossistemas” e, por outro, “um agente

para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham a necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”. Novamente, a caracterização da agroecologia fica centrada em uma abordagem a partir das ciências da natureza, por meio da Ecologia, relegando as relações sociais a um segundo ou terceiro plano, ou meramente como citação indireta, sem maiores aprofundamentos. E é até compreensível, considerando o ‘histórico acadêmico’ que a agroecologia teve nos primórdios da sua construção como ciência, a partir das áreas dos primeiros pesquisadores que se debruçaram sobre ela.

O brasileiro Francisco Caporal (2015) parte das contribuições de alguns autores, como Altieri e Gliessman, com as abordagens de práticas agrícolas com os princípios e conceitos agronômicos e ecológicos, e sintetiza uma terceira compreensão da agroecologia, afirmando que ela

[...] é um enfoque científico que oferece os princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica. (Caporal, 2015, p. 280)

A questão da transição agroecológica será abordada mais adiante, com o devido aprofundamento e problematização da *transição* como uma categoria central no debate agroecológico. Por ora, cabe indicar que começam a aparecer mais referências às relações sociais que não se dão apenas como uma produção cultural inevitável dentro de um agroecossistema, como tratado no tópico 2.4.1. Elas não são inertes e esvaziadas de conteúdo ético, político e econômico, mas são reflexos das dinâmicas e interações sociais, e das relações de poder que ali se estabelecem. Esses ganhos qualitativos nas abordagens e compreensão da agroecologia se dão, justamente, com a aproximação das ciências sociais nas pesquisas.

São com essas percepções que o autor fala que o enfoque científico e estratégico da agroecologia vai muito além de fornecer bases científicas e metodológicas na promoção de agriculturas verdadeiramente sustentáveis, no sentido agronômico, técnico e estratégico da produção, para que produzam alimentos saudáveis e suficientes. As contribuições vão além pois, ao incorporar dimensões mais amplas e complexas, incluem “tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturas, políticas e éticas da sustentabilidade” (Caporal, 2015, p. 285).

Nesse salto qualitativo que a abordagem da agroecologia passa a ter em seu amadurecimento científico, e que aqui nos interessa de forma particular, apresentamos algumas últimas definições para finalizar esse primeiro exercício de caracterizar nosso objeto de pesquisa. Guzmán Casado, González de Molina e Sevilla Guzmán (2000) concordam com o fato de a agroecologia se definir como o enfoque teórico e metodológico que se utiliza de várias disciplinas científicas para desenvolver estudos agrários sob a perspectiva ecológica, e que se serve do conceito de agroecossistema como unidade de análise. Esses estudos devem considerar todos os tipos de processos agrários, de forma ampla, que inclui os ciclos minerais, as transformações de energia (ou sistemas metabólicos), os processos biológicos, e as relações socioeconômicas. Porém, se a agroecologia for tratada de maneira mais restringida, apenas como técnica ou instrumento metodológico para sistemas agrícolas, as variáveis sociais podem até ser consideradas como importantes na dinâmica de funcionamento dos sistemas agrários, mas não serão tratadas no conjunto da busca por soluções mais globais. Para a autora e os autores, esta é uma “agroecología débil” (p. 86), que não se diferencia muito da agronomia convencional e não pressupõe uma ruptura real das visões convencionais.

Por outro lado, se for tratada em um sentido amplo, a agroecologia abarca uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um lugar de relevância, pois

[...] las relaciones establecidas entre lo seres humanos y las instituciones que las regulan constituyen la pieza clave de los sistemas agrarios, que dependen del hombre para su mantenimiento; son ecosistemas fuertemente antropizados. Ello tiene implicaciones importantes: el lugar destacado que el análisis de los agroecosistemas otorga a las variables sociales acaba por implicar al investigador en la realidad que estudia. Ello desemboca normalmente en un fuerte compromiso ético con la solución de los problemas ambientales pero también de los sociales como forma perdurable de solventarlos. Ni que decir que ese compromiso social de los agroecólogos es con quienes sufren más directamente los costes sociales y ambientales del modelo de agricultura capital-intensiva que predomina en el mundo. No es de extrañar, pues, que la Agroecología haya surgido precisamente entre los investigadores y docentes más comprometidos en el desarrollo de los países pobres ni que los que adoptan este enfoque multidisciplinar acaben adquiriendo también el compromiso con ellos, especialmente con los campesinos (Guzmán Casado, González de Molina; Sevilla Guzmán, 2000, p. 86)

A autora e os autores fazem uma importante consideração em relação à construção da agroecologia frente à crise ecológica no campo, não apenas no seu ressurgimento e popularização nos anos de 1970 em diante, mas já nas primeiras

formulações teóricas, no início do século XX. Dizem que, na rigorosidade devida, deveria se falar de 'redescobrimto' da agroecologia, ou, para fazer uso de uma linguagem científica tradicional, que ela é uma 'formulação letrada' de inúmeros conhecimentos valorizados, transmitidos e conservados oralmente pelas culturas camponesas acerca das interações produzidas nas práticas agrícolas. A crítica é mais profunda, na verdade, pois o conhecimento científico moderno, no seu caráter positivista, parcial e excludente, marginalizou as formas em que tais experiências e conhecimentos tradicionais foram formulados e codificados em sua conservação. A própria história da Agronomia, da antiga à mais recente, é permeada por saberes e técnicas que já eram testadas e praticadas de forma exitosa pelas comunidades tradicionais e camponesas há séculos. Essas comunidades, porém, foram excluídas no posterior acesso sistematizado e elaborado de seus saberes, o que, ao nosso ver, só reafirma o poder colonizador no ponto de vista de expropriação, apropriação e hierarquização de saberes por parte da ciência eurocentrada.

No capítulo anterior, falamos que um dos impactos da Revolução Verde sobre as culturas camponesas foi justamente o apagamento dos saberes camponeses de uma forma ampla e generalizada. Isso, além de uma violência simbólica, cultural e colonial em si, foi uma ferramenta poderosa de controle para subordinar as famílias camponesas no processo de subsunção real da agricultura ao capital. Por este ponto de vista, de resgate, referência, valorização e centralidade dada ao conhecimento tradicional e camponês, Guzmán Casado, González de Molina e Sevilla Guzmán (2000), afirmam que a agroecologia se constitui com um enfoque mais integral dos processos agrários, e com perspectivas mais amplas para fazer frente aos desafios atuais. É possível acrescentar ainda que, devido a isso, ela contribui com mais aportes para a organização camponesa nas lutas e resistências frente à agricultura industrial capitalista.

Por fim, encontramos em Sevilla Guzmán (2011, p. 13) um resumo que sintetiza bem as várias dimensões que a agroecologia compreende, e que corresponde ao enfoque que buscávamos para ela nesta pesquisa.

La agroecología puede ser definida como el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria. Y ello mediante propuestas participativas desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el

neoliberalismo actual. Su estrategia tiene una naturaleza sistémica, al considerar la finca, la organización comunitaria, y el resto de los marcos de relación de las sociedades rurales articulados en torno a la dimensión local, donde se encuentran los sistemas de conocimiento (local, campesino y/o indígena) portadores del potencial endógeno que permite potenciar la biodiversidad ecológica y sociocultural.

Sublinha-se aqui a importância que as relações e ações sociais coletivas têm na construção de alternativas para superação da crise civilizatória desencadeada pelo grande capital. Insistimos que, através da agroecologia, é possível fazer um questionamento e um enfrentamento direto e radical ao agronegócio, como agrossistema alimentar hegemônico, à agricultura industrial capitalista, que o sustenta, e à questão agrária em todos os seus pilares de estruturação.

Ainda que se situe, como ponto de partida, nos territórios locais, camponeses, a agroecologia lança-se a uma estratégia estrutural e de totalidade, que precisa alcançar os espaços urbanos e toda a sociedade. Isso pode ser deduzido quando o autor comenta sobre o fato de que as propostas participativas se dão nos âmbitos da produção e circulação de produtos camponeses, com o estabelecimento de formas de produção e consumo que façam enfrentamento à deterioração ambiental e social. É fundamental considerar, por exemplo, que a agroecologia organiza e dinamiza a construção de possibilidades para que as famílias camponesas venham a se desvencilhar das armadilhas postas pelo pacote da Revolução Verde e pelo capitalismo na sua fase monopolista. Portanto, se tais propostas de reorganização na produção, circulação e consumo do que se é produzido sob os princípios da agroecologia não dialogarem com todo o conjunto da classe trabalhadora, elas seguirão deficitárias já na primeira forma de enfrentamento real à agricultura capitalista, que é a de viabilizar a produção agroecológica e a reprodução das famílias camponesas. É justamente nesse sentido o alerta feito por Guzmán Casado, González de Molina e Sevilla Guzmán (2000) sobre a fragilidade de se tratar a agroecologia numa perspectiva restringida.

No início deste tópico, listamos alguns adjetivos que definitivamente não figuram dentre as possíveis descrições do que é a agroecologia – em geral, nenhum dos que cabem nas descrições do que é agronegócio. Pois bem, Caporal e Costabeber (2019) auxiliam na tarefa de problematizar alguns pontos e impasses pelos quais a agroecologia não pode ser confundida em termos conceituais e práticos,

no caso, com as agriculturas alternativas (como veremos, nem sempre são ‘alternativas’, de fato, à agricultura hegemônica...).

Considerando que, como ciência, a agroecologia “estabelece bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”. (Caporal; Costabeber, 2019, p. 240), ela não é tida como um modelo de agricultura, onde se adota determinadas práticas agrícolas ou tecnologias e, em troca, se oferta produtos saudáveis, sem veneno. Aqui reside uma das pontas das diferenças em relação às agriculturas sustentáveis.

Antes de prosseguirmos, precisamos fazer uma rápida problematização em relação ao termo ‘desenvolvimento sustentável’, e à necessidade da superação de seu uso principalmente nos espaços da agroecologia – o que é um desafio, pois o termo é extremamente popular e naturalizado. Primeiro, que quaisquer adjetivos que venham acoplados ao substantivo ‘desenvolvimento’ dão uma tônica despolitizante e de separação entre as crises social e ambiental enfrentadas pela humanidade e pela natureza, de suas próprias origens, que é o capital e sua destrutividade. Depois, porque o termo desenvolvimento, junto de seus adjetivos (social, econômico, sustentável...) foi cunhado dentro da era desenvolvimentista na segunda metade do século XX, que fez uma empreitada ideológica para ‘desenvolver’ o capitalismo nos países periféricos, onde a pobreza, a fome e a miséria eram justificadas, necessariamente, pela ‘falta’(!) de capitalismo, ou do capitalismo em sua fase plena.

Encontramos em Tardin e Guhur (2017, p. 70) uma crítica que corresponde ao incômodo com o uso de tal termo, junto das variações que o qualificam – socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Essas retóricas foram intencionalmente elaboradas e vulgarizadas em um vocabulário que compõe o imaginário ideológico hegemônico. Ele passa uma pretensa correspondência de objetivos comuns e igualitários universais, compartilhados socialmente em prol do bem comum, quando, na verdade, oculta os reais objetivos e necessidade vital da ordem social burguesa, a “continuada e desimpedida reprodução ampliada do capital”.

Compreendemos que a busca da agroecologia não pode ser pelo desenvolvimento sustentável, uma alternativa ‘de’ desenvolvimento, mas sim ‘ao’ desenvolvimento que é do capital. A busca deve ser por justiça climática ou socioambiental, restauração sociometabólica, sustentabilidade real e profunda, que contemple variados níveis e dimensões da própria humanidade (cultural, social,

política, ideológica, de classe, ética, ecológica e econômica). Ou, como desafiam Tardin e Guhur (2017, p. 70), uma sustentabilidade que tenha como categoria central “a emancipação humana que inclui a apreensão consciente da dimensão ecológica da vida”. Com essa rápida problematização, o termo ‘desenvolvimento sustentável’, sempre que possível, será substituído por outro que melhor corresponda à discussão; mas todas as vezes que ele aparecer especificamente no texto, só estará ali se for uma referência direta e objetiva, ou porque já está estabelecido no contexto adotado.

Na década de 1970, na ebulição das críticas à degradação ambiental potencializada pela Revolução Verde, surgiram diversas formas de agriculturas alternativas e, para alguns, a agroecologia até era considerada uma dessas formas. O seu amadurecimento, porém, se deu em outra direção, mais robusta, metodológica, científica, através do diálogo por diversas e distintas áreas de conhecimento, com resgate e valorização de saberes tradicionais, e diálogo direto com e a partir de camponeses, que estão no centro. Através de seus princípios, lançou os suportes para a “construção de agriculturas de bases ecológicas ou sustentáveis” (Caporal; Costabeber, 2019, p. 241). Tal nomenclatura estabelece distinção em relação aos modelos de agricultura hegemônica, seja a convencional agroquímica, ou a que passou a se ‘pintar’ de verde e se considerar ecologicamente ‘correta’, mas é apenas “ecotecnocrática” e segue reproduzindo o mesmo modelo produtivo; seja das demais agriculturas alternativas, que não se utilizam necessariamente das orientações e propostas amplas da agroecologia. Ao não utilizar agrotóxicos, apenas, tais agriculturas podem significar ou a pobreza na qual se encontra a propriedade familiar, no sentido de não ter condições econômicas para acessar os insumos modernos (mas que talvez o fizessem, caso tivessem condições); ou apenas uma estratégia para acessar um mercado supervalorizado para produtos ‘limpos’.

As próprias correntes teóricas de sustentabilidade têm se afastado cada vez mais entre si, e revelam as reais e contrastantes posições que assumem nas propostas de ‘desenvolvimento rural sustentável’. A agroecologia sugere incorporar a justiça socioambiental e a proteção ambiental, e massificar os processos de manejo e desenhos de agroecossistemas sustentáveis, no sentido de análise sistêmica e multidimensional. Outras correntes apenas se colocam na busca de mercados ou nichos, garantindo a valorização dos produtos orgânicos – uma contradição retórica, pois se apresentam como ‘saída’ para os dilemas ambientais, e não o são. Aqui

também surge uma primeira contradição teórica e prática, vinda justamente das leis do mercado: se essa agricultura que se diz ecológica se orienta apenas pelo mercado e a busca de prêmios para a valorização de seus produtos, a sua sustentabilidade de médio e longo prazo não está garantida, pois se a agricultura se ‘ecologizar’ mundialmente, não haverá produto diferenciado para ser valorizado (Caporal; Costabeber, 2019).

Outra diferença que se sobressai é em relação aos compromissos éticos e socioambientais. Enquanto eles são imprescindíveis na corrente agroecológica, geralmente são minimizados e até desconsiderados nas demais correntes. Em uma “agricultura ecologizada” (p. 252), desprovida de tais compromissos e com um viés ‘ecológico’ reduzido e despolitizado, é possível cogitar que poderá existir monoculturas orgânicas, com produção em larga escala para exportação e sustentadas na superexploração da força de trabalho. Na outra ponta, se os consumidores apenas se interessarem no fato do produto não agredir o meio ambiente, não terá importância alguma se houver a superexploração do trabalho nos processos produtivos (logo, sem vislumbrar a solidariedade de classe) e se a terra seguir concentrada e produzindo desigualdades. Nesse caso, como dizem os autores,

[...] nenhum produto será verdadeiramente ecológico se a sua produção estiver sendo realizada às custas da exploração da mão-de-obra. Ou, ainda, quando o não uso de certos insumos (para atender convenções de mercado) estiver sendo “compensado” por novas formas de esgotamento do solo, de degradação dos recursos naturais ou de subordinação dos agricultores aos setores agroindustriais. (Caporal; Costabeber, 2019, p. 252)

Sobre este debate, devemos fazer menção à denúncia feita na Declaração do Fórum Internacional sobre Agroecologia, que aconteceu em Nyéléni, Mali, em 2015, e que foi promovido pela Via Campesina. A denúncia é sobre as muitas instituições multilaterais, governos, universidades e centros de pesquisa, algumas ONGs, empresas e outros organismos que têm tentado se apropriar de forma sorrateira da agroecologia. Segundo a Via, tais organizações buscam reduzir o conceito da agroecologia como uma simples oferta de tecnologias e ferramentas que venham a mitigar a crise de sustentabilidade gerada pela produção industrial de alimentos – ou pelo agroecossistema hegemônico. A tentativa de dar uma aparência sustentável ao sistema alimentar industrial, por meio da tentativa de cooptação da agroecologia, fornece um discurso ambientalista público, e leva outros nomes, além dos já citados

anteriormente, como o caso da ‘agricultura climaticamente inteligente’. A Via finaliza a denúncia reafirmando que

Las soluciones reales a las crisis del clima, de la malnutrición, etc., no pasan por conformarnos con el modelo industrial. Debemos transformarlo y construir nuestros propios sistemas alimentarios locales que crean nuevos vínculos urbanos y rurales basados en la producción alimentaria genuinamente agroecológica por parte de los campesinos, pescadores artesanales, pastoralistas, pueblos indígenas, agricultores urbanos, etc. No podemos permitir que la agroecología sea una herramienta del modelo de producción alimentaria industrial: la entendemos como la alternativa esencial a ese modelo y como el medio de transformar la manera en que producimos y consumimos los alimentos en algo mejor para la humanidad y nuestra Madre Tierra. (La Vía Campesina, 2015, p. 65)⁴⁵

Caporal e Costabeber (2019) mencionam um ponto que quase passa despercebido em meio às demais ponderações feitas, e que faz perfeita referência ao debate de diferenciação e degradação camponesa. Eles se referem às formas de como as simplificações de uma agricultura ecologizada podem provocar um tipo novo de espiral tecnológica que, por sua vez, pode produzir novas contradições e outros tipos de diferenciação social no campo. Há um iminente perigo de se ampliar as diferenças entre os agricultores que passam a ter ou não acesso à assistência técnica e extensão rural, bem como ao crédito (nas linhas diferenciadas à produção orgânica) e a tecnologias ditas sustentáveis. Em termos de comercialização, a diferenciação também passará a ser entre quem dispõe de condições para se colocar individualmente na concorrência, e quem precisa, conseguindo ou não, se organizar em grupos para escoar a produção e buscar melhores preços. Ou seja, se não se alterar estruturalmente o sistema de produção que segue regido pelas leis do mercado, com a produção de valor, está posta a tendência de se cair nas mesmas armadilhas do capital. Ao invés de se gerar algum tipo de processo de autonomia com o desenvolvimento de outras formas de se produzir em agriculturas alternativas, só serão geradas novas formas de dependência e novos tipos de exploração.

⁴⁵ As verdadeiras soluções para a crise climática, a desnutrição e outras crises não residem na conformidade com o modelo industrial. Devemos transformá-lo e construir nossos próprios sistemas alimentares locais que criem novas conexões urbanas e rurais baseadas na produção de alimentos genuinamente agroecológica por camponeses, pescadores artesanais, pastores, povos indígenas, agricultores urbanos e outros. Não podemos permitir que a agroecologia seja uma ferramenta do modelo industrial de produção de alimentos: a entendemos como a alternativa essencial a esse modelo e como o meio de transformar a maneira como produzimos e consumimos alimentos em algo melhor para a humanidade e nossa Mãe Terra. (La Vía Campesina, 2015, p. 65).

Essas foram, resumidamente, algumas das bases científicas que projetaram a agroecologia no campo da ciência acadêmica, e que a lançaram para um debate público e político. Foi com a aproximação dialética entre pesquisadores e pesquisadoras, camponeses e camponesas, e movimentos sociais do campo, que a agroecologia tomou forma de movimento social, com maior robustez, e o desafio de pôr outras bases para o chamado diálogo de saberes. Citando Freire (2005), Guhur e Silva (2021b, p. 66) falam que as bases desse desafio devem conter um compromisso ético-político e de classe, “para refletir criticamente e agir sobre o mundo a ser transformado e humanizado sem negar as diferenças entre os saberes e culturas, que se tornam base para uma mútua problematização”.

Sabe-se que o conhecimento (no caso, o ‘letrado’) assume formas condicionadas pelas relações sociais e organização do trabalho historicamente determinadas. Na sociedade capitalista, a separação entre o ser pesquisador como o sujeito que pensa e o ser pesquisado como o sujeito que trabalha encontra uma correspondência à divisão social do trabalho. Diante disso, as autoras falam que a produção de conhecimento agroecológico deve ser diferente, onde a desigualdade de saberes e poderes entre os sujeitos sociais envolvidos em uma pesquisa e produção de conhecimento não pode ser resolvida, de fato, sem que haja enfrentamento real e profundo aos fundamentos estruturais do capitalismo. Isso revela uma maior profundidade da ‘aparente’ perspectiva política da agroecologia, que exige transformações estruturais nas estruturas de poder postas pelo capital.

No findar do capítulo anterior, apresentamos o movimento agroecológico como movimento social, em sua diversidade, amadurecimento e organização, de modo que, por ora, essa abordagem já está suficientemente contemplada. A proposta agora é adentrar na abordagem da agroecologia como prática social, justamente por encontrar aqui a *práxis* agroecológica na sua objetivação – e por dizer ‘objetivação’, significa dizer também em seus limites entre idealização e condições objetivas, e em suas contradições entre teoria e prática.

A prática social agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão, em uma relação dialética ação-pensamento-ação, *práxis*, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito. A produção camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e reprodução da vida, produção e consumo; logo, a produção agroecológica não é isolada das demais esferas da vida. A *práxis* agroecológica, baseada num tipo particular de relação com a natureza e em

uma racionalidade “mais ecológica”, tem implicações na vida cultural, social, estética, lúdica e afetiva. (Guhur; Silva, 2021b, p. 65)

Portanto,

Compreender a agroecologia como *práxis* sugere a possibilidade da incorporação consciente da dimensão ecológica da vida ao ser social desenvolvido; além de nos permitir apreender as suas múltiplas objetivações (trabalho, práticas, ciência, luta, cultura...) ou momentos de maneira integrada, sem perder de vista suas relações e mediações. (Guhur; Silva, 2021b, p. 64)

As práticas sociais se referem aos processos de interação e transformação da natureza, e, por serem agroecológicas, se dão em uma perspectiva ecologicamente orientada. Logo, estamos falando de um particular processo de trabalho, que envolve inúmeros elementos e fatores sociais, listados pelas autoras: natureza, insumos, ferramentas, instrumentos, máquinas, instalações, saberes e conhecimentos; e uma divisão, organização e controle do trabalho. Esses últimos, relacionadas ao trabalho, muitas vezes não se diferenciam de processos não agroecológicos, pois reproduzem padrões de exploração de gênero, étnica e geracional, ou mesmo com o assalariamento de parte da força de trabalho empregada nos processos produtivos do campo. São contradições constatadas e encaradas criticamente, e cujo enfrentamento prático revela e constrói intencionalidades sociais e políticas do movimento agroecológico⁴⁶.

O movimento agroecológico, ao que parece dentre as leituras realizadas, não vai à esteira do debate sobre degradação ou diferenciação camponesa ao buscar incorporar novas técnicas, instrumentos e máquinas às práticas tradicionais de agriculturas camponesas. A busca é, de fato, pela superação das modernas técnicas e tecnologias da Revolução Verde, mas o movimento também entende ser preciso selecionar, adaptar e se apropriar criticamente das técnicas e tecnologias que podem

⁴⁶ Tanto na ANA quanto na ABA, há a organização de Grupos de Trabalho ou Coletivos, de cunho pontual ou permanente, e que tratam de assuntos mobilizadores e transversais, correspondentes a especificidades demandadas politicamente ao movimento agroecológico. Na ANA, dos cinco GTs, um é de Mulheres e outro de Juventudes. Na ABA, dentre doze, há os GTs Infâncias, Juventudes, Mulheres, e Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade. Além disso, ao longo dos Encontros Nacionais de Agroecologia, foram incorporados lemas, devidamente correspondentes ao enfrentamento da reprodução de exploração de corpos e do trabalho, de preconceitos e de discriminações, e em referência a bandeiras da luta popular, como: ‘sem feminismo não há agroecologia’; ‘se tem racismo não há agroecologia’; ‘com LGBTfobia não há agroecologia’; e ‘Agroecologia no território, justiça climática no planeta’.

vir a ser adequadas às necessidades das famílias camponesas. Tal seleção leva em conta “critérios ecológicos, sociais e culturais, não redutíveis a uma pretensa ‘eficiência’ econômica nem à lógica produtivista” (Guhur; Silva, 2021b, p. 65). Dessa forma, a defesa é que essas novas ferramentas devam ser adequadas ao manejo agroecológico, que sirvam para diminuir a penosidade do trabalho camponês e possam aumentar a sua produtividade, principalmente se lembrarmos do baixo grau de mecanização da agricultura familiar⁴⁷.

Para a Via Campesina (2015, p. 65), a agroecologia é um modo de vida e “[...] el lenguaje de la naturaleza que aprendemos siendo sus hijos”. Ela não pode ser aplicada da mesma forma em todos os territórios, mas se baseia em princípios compartilhados dentre as diversidades territoriais e praticados de diferentes maneiras, onde cada local contribui com suas realidades e culturas, respeitando a “Mãe Terra” e os valores comuns. A Via Campesina (2015) recorda, rapidamente, que as práticas agroecológicas se baseiam em princípios ecológicos que consideram a preservação da vida do solo, a reciclagem de nutrientes, a gestão dinâmica da biodiversidade e a conservação de energia em todas as escalas.

Já alguns dos pilares fundamentais da agroecologia considerados pela Via Campesina (2015) são:

- (i) Os territórios, onde os povos e comunidades tradicionais têm o direito à sua reprodução cultural, espiritual e material, e dos quais se reconhece a autodeterminação e autonomia dos povos;
- (ii) Os direitos coletivos e acesso aos bens comuns;
- (iii) A diversidade de saberes, e a importância do diálogo entre eles, com processos de aprendizagem horizontal, interpessoal e intergeracional, baseados na educação popular;
- (iv) O equilíbrio necessário entre a natureza, o cosmos e os seres humanos;

⁴⁷ Em 2024, o MST anunciou uma parceria com o governo chinês para a importação de pequenas máquinas agrícolas, já adaptadas a pequenas propriedades rurais camponesas, dada a realidade camponesa na China (lá, a mecanização no campo chega próximo a 80%). O objetivo, além de contribuir com a mecanização dos lotes de famílias assentadas, é dar escala justamente à produção agroecológica em seus assentamentos de reforma agrária, estendendo a mecanização para a agricultura camponesa de forma geral. Da mesma forma, a experiência se inicia no Nordeste onde a proporção de mecanização das propriedades familiares camponesas é absurdamente a menor do país. Em relação a custos, Mathias (2025) compara a colheitadeira Yanmar YH880, comumente vendida no Brasil, a aproximadamente R\$ 550 mil, com os dois modelos das pequenas colheitadeiras que custam até \$4 mil (uma média de R\$ 20 mil), e que passarão a ser fabricadas no Brasil. Para saber mais, ler artigo em: <<https://mst.org.br/2025/09/22/virando-a-chave-maquinas-chinesas-sao-aposta-do-mst-para-alimentar-o-brasil/>>.

- (v) A autogestão e ação coletiva das famílias, comunidades, coletivos, organizações e movimentos;
- (vi) A solidariedade entre os povos e entre as populações rurais e urbanas;
- (vii) O controle sobre os mercados globais, com promoção de autogovernança comunitária;
- (viii) A compreensão de que a agroecologia é política, e tem o desafio de transformar as estruturas de poder na sociedade: os povos que alimentam o mundo devem deter o controle sobre as sementes, a biodiversidade, as terras e os territórios, a água, o conhecimento, a cultura e os bens comuns;
- (ix) O reconhecimento das mulheres, seus conhecimentos, visões, valores e lideranças, cujo desafio é a distribuição equitativa do poder, das tarefas, das tomadas de decisões, e de receberem remuneração justa;
- (x) O papel da juventude como uma das principais bases sociais para a evolução da agroecologia, mas que carece de oportunidades e de espaços radicais para contribuir com a transformação social e ecológica.

A Via Campesina (2015) e os movimentos sociais reunidos nela, lembram que constroem a agroecologia através de inúmeras iniciativas e lutas, e reivindicam a legitimidade de conduzi-la ao futuro, onde os formuladores das políticas não podem ‘promover’ a agroecologia sem esses movimentos. Em vez disso, “deben respetar y respaldar nuestros procesos agroecológicos en lugar de seguir apoyando las fuerzas que nos destruyen⁴⁸ (p. 70).

As práticas sociais agroecológicas são construídas a partir dos territórios e das comunidades camponesas. É legítimo, de fato, que os movimentos sociais do campo as reivindiquem, pois são eles que contribuem direta e objetivamente em suas elaborações e sistematizações, e na organização de camponeses e camponesas. São quem melhor conhecem a realidade das famílias camponesas porque são por elas constituídos. São eles a força social da agroecologia e do movimento agroecológico onde quer que se constitua, junto da participação horizontal de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com o avanço e fortalecimento da agroecologia.

⁴⁸ “devem respeitar e apoiar nossos processos agroecológicos em vez de continuar a apoiar as forças que nos destroem”

4.1.1 A agroecologia na América Latina e no Brasil hoje

Considerando tais determinações historicamente postas, neste subitem será rapidamente apresentado um panorama da agroecologia na América Latina e no Brasil hoje, a partir de dois movimentos de pesquisa e mapeamento conduzidos por organizações participantes do movimento agroecológico latino-americano e brasileiro. A primeira pesquisa foi desenvolvida por um projeto chamado ‘Agroecologia na América Latina: construindo caminhos’, que durou cinco anos e foi conduzido por mais de dez instituições de sete países latino-americanos diferentes (Brasil, Paraguai, Equador, Colômbia, Guatemala, El Salvador e México), com a contribuição da *University of British Columbia*, do Canadá. A pesquisa-ação participativa envolveu 527 famílias agricultoras destes países, acompanhadas pelas instituições envolvidas ao longo de todo o tempo de desenvolvimento do projeto, mas apenas 443 responderam ao questionário qualitativo aplicado (os dados são referentes apenas a elas). Os resultados da pesquisa foram lançados em outubro de 2025, no documento chamado *Perspectivas da Agroecologia na América Latina 2021-2025*.

Em termos gerais do perfil socioeconômico, as 443 famílias somam 1.669 pessoas, das quais 311 são crianças (até 14 anos), 324 jovens (15 a 29 anos), 851 adultos (30 a 64 anos) e 183 idosos (acima de 64 anos)⁴⁹; a distribuição de gênero apenas foi mencionada como “equilibrada”, e uma pessoa identificou-se como não-binária. Em relação à renda, 50,8% das famílias trabalham exclusivamente na agricultura, mas são 76,1% as que têm a atividade agrícola agroecológica (primária e de outras atividades internas) como a principal fonte de renda familiar. O relatório chama a atenção ao fato de que esse quantitativo aponta a sustentabilidade econômica da agroecologia para as famílias camponesas. Sobre as famílias que têm fontes de renda externas, se verifica uma característica do campesinato latino-americano em ter a diversificação da renda como estratégia para a reprodução social das famílias (*Perspectivas da Agroecologia...*, 2025, p. 24).

Sobre o perfil das unidades agrícolas, das 527 acompanhadas, 486 tiveram suas áreas delineadas e somaram 3.547 hectares. Individualmente, nenhuma delas

⁴⁹ No Brasil, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança uma pessoa de zero a onze anos completos; e uma pessoa idosa, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, é aquela que tem mais de 60 anos.

ultrapassa a 10 hectares, sendo caracterizadas internacionalmente como pequenas propriedades familiares. Do total, 49,4% correspondiam às áreas destinadas para cultivo, 45,4% eram de áreas naturais (ou sem modificações humanas significativas), e 5,3% eram destinadas para outros fins. Do que é produzido e comercializado pelas 443 famílias que responderam ao questionário aplicado, observa-se que 85% das famílias destinaram parte da sua produção para consumo próprio e, 2025, correspondendo à 34% do total produzido, um dado geralmente não considerado quando se é feito os cálculos econômicos de produtividade. O relatório chama a atenção para isso:

Embora seja frequentemente invisibilizada, a produção para o autoconsumo tem suas raízes na agricultura camponesa e tem sido uma estratégia central para garantir a reprodução social das comunidades rurais. Está associada à sociabilidade, à identidade cultural e aos hábitos alimentares transmitidos entre gerações, além de contribuir para a segurança alimentar e nutricional das famílias e para a manutenção da agrobiodiversidade. Também fortalece a autonomia das agricultoras e agricultores, funcionando como fonte de renda não monetária e garantindo uma economia significativa no orçamento doméstico, o que reduz vulnerabilidades e garante maior resiliência socioeconômica às comunidades camponesas. (Perspectivas da Agroecologia..., 2025, p. 44)

Da parte comercializada em 2025, os dois recursos principais acessados pelas famílias foram as feiras (29%) e as cooperativas (26%), que correspondem a dois Ciclos Curtos de Comercialização (CCC), tão difundido dentro do movimento agroecológico. Aqui, há uma correspondência pelo fato de ser, respectivamente, os dois recursos comumente acessos a depender da proximidade ou distância do estabelecimento em relação ao centro urbano mais próximo. O CCC proporciona preços mais justos para consome e para quem produz, por não contar ou deter apenas a presença mínima de intermediadores. As feiras ainda favorecem o contato direto entre os dois sujeitos, e possibilitam construir relações de confiança e autonomia entre ambos. Na relação produção-consumo, dentre as famílias que comercializam em CCC, 67,9% têm contato direto com o consumidor e, dessas, 53,8% registram que a confiança é o maior benefício no contato, seguido por autonomia (17,3%) e preços mais justos (13,2%).

Porém, o terceiro recurso para venda da produção se dá justamente por meio de atravessadores, o que pode indicar exatamente uma característica estrutural da comercialização feita sob modo de produção capitalista. Dentre outros canais de comercialização e/ou consumo, chama a atenção o fato de 20% das famílias terem o

hábito de trocas de produção e 19% realizarem doações de alimentos. Ainda, o fato de que 13% das famílias acessam programas de compras/vendas institucionais.

No indicador sobre relações de gênero, foram consideradas a tomada de decisões e a divisão de tarefas presentes nas famílias partícipes da pesquisa-ação participativa. Sobre a tomada de decisões, tem-se os seguintes dados: no acesso à crédito, os homens representam 24,9%, mulheres 14,2% e ambos 60,9%; sobre as atividades agrícolas, as decisões dos homens corresponde a 28%, das mulheres a 12,9% e ambos a 59,1%; e sobre as atividades não agrícolas, as decisões das mulheres são 17,6%, dos homens 13,8% e de ambos 68,6%. Apesar de haver maior 'equilíbrio' na tomada de decisões, as decisões dos homens sobre a produção e o acesso à crédito continuam tendo maior peso. Já na questão da divisão de tarefas, é muito mais nítido o reflexo e a permanência da divisão sexual do trabalho presente na sociedade como um todo, e característica também das comunidades camponesas. Apenas para citar as atividades que contém dados mais extremos, tem-se: os homens cumprem as tarefas de operar maquinário e manusear insumos em 80,2% e 53,6%, respectivamente; as mulheres em 5,7% e 11%; e ambos em 14,1% e 35,3%. Nas tarefas domésticas e de cuidado com as pessoas, homens são responsáveis por 5,3% e 2%, enquanto as mulheres são 67,2% e 49%, e ambos desempenham corresponde a 27,5% e 49%, respectivamente. E a responsabilidade pela alimentação está 72,3% sobre as mulheres, enquanto os homens são responsáveis em 6,1%;

A sucessão familiar é um dos grandes desafios em relação à agricultura familiar de forma geral, e não seria diferente na agroecologia. Do total das unidades agrícolas acompanhadas pelo Projeto da Agroecologia na América Latina, 45,8%, tinham ao menos um jovem (entre 15 e 29 anos) na família. Foram feitas quatro perguntas sobre o grau de envolvimento dessa geração em determinados aspectos da dinâmica produtiva, mas citamos apenas as respostas que indicam maior atenção, porque sinalizam pontos mais deficitários. O grau acesso a políticas públicas é o mais discrepante, onde 44,2% dos jovens manifestaram ser 'muito baixo', e 31,3% ser 'baixo' (75,5%); enquanto a participação em espaços sócio organizativos revelou-se 'muito baixa' para 24,5%, e 'baixa' para 25,2% dos jovens (49,7%). Já o grau de envolvimento nas tomadas de decisões, foi 'muito baixo' para 21,8% dos jovens, e 'baixo' para outros 25,9% (47,7%); e o grau de independência financeira foi 'muito baixo' para 19,7% e 'baixo' para 27,2% dos jovens entrevistados (46,9%). Apesar

dessas consideráveis médias que evidenciam os ‘não acessos’ da juventude que trabalha com agroecologia, 76,9% dos jovens entrevistados em 2025 tinham interesse em seguir trabalhando com ela. O relatório aponta uma correspondência direta e objetiva, que pode ser lida também como um fator potencializador, entre o interesse e o grau de independência financeira dos jovens: quanto maior o grau, maior o interesse.

A segunda fonte de consulta é o ‘Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática’, que integrou a primeira etapa do projeto ‘Redes de agroecologia no enfrentamento às mudanças climáticas: uma pesquisa-ação desde os territórios’, cujos resultados foram divulgados em outubro de 2025. Com a intenção de compreender o cenário atual relacionado às ações de agroecologia diante da crise climática, o mapeamento foi realizado pela ANA, através do GT Justiça Climática e Agroecologia, entre os meses de março e setembro de 2025, e as respostas foram coletadas por meio de um formulário online, aberto e divulgado amplamente durante os meses de abril e junho. Dos registros, foram analisadas 503 experiências agroecológicas que têm promovido ações de adaptação, mitigação e resiliência climática em territórios de 307 municípios de todas as regiões brasileiras, e que envolvem mais de 20 mil pessoas. As experiências e os dados individuais coletados estão registradas em fichas, disponibilizadas para consulta pública na plataforma Agroecologia em Rede (AeR)⁵⁰. Buscaremos apresentar aqui apenas os resultados do Mapeamento que mais façam interface com os objetivos da dissertação e com os elementos que foram trabalhados ao longo dos capítulos, ressaltando a necessidade de apresentar quaisquer outras informações que se façam pertinentes para melhor contextualização dos dados em si.

Os principais dados objetivos sobre o perfil das experiências, indicam:

- As principais *formas de gestão* são: comunitária (27,2%), associativa/cooperativa (19,9%) e familiar (19,7%);

⁵⁰ A plataforma Agroecologia em Rede (AeR) é um sistema de informação, criado em 2002. Ele é uma plataforma virtual colaborativa e gratuita para registro e sistematização de experiências agroecológicas, que “oferece uma infraestrutura composta por tecnologias da informação em software livre para que redes do campo agroecológico se auto identifiquem e mapeiem suas experiências a partir de critérios e categorias por elas mesmas estabelecidas” (AeR, 2025, online – grifo da fonte). É uma iniciativa promovida principalmente pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (Cooperativa Eita). Na última atualização de cadastro, feita em 24 de setembro de 2025, a plataforma contava com um total de 5.556 fichas cadastradas. Cada mapeamento gera um produto a partir dos dados coletados, que são tratados, analisados e publicados (as fichas ficam armazenadas para consultas individuais na plataforma, como dados públicos).

- A *responsabilidade pela gestão* é igualitária para 39,6%, das mulheres (35,4%) e dos homens 12,1%); pessoas negras são responsáveis por 36,4%, pessoas brancas por 23,3%, e de forma igualitária, 22,9%;
- A *localização* da maior parte das experiências é o meio rural (54,47%), seguido do meio urbano (27%), e áreas periurbanas (15,5%);
- Sobre *participação em espaços coletivos* de agroecologia, 70,8% integram alguma organização; e 58,4% participam de redes;
- De 28 *'perfis' de participantes* das experiências, agricultores/as familiares e camponeses/as estão presentes em 327 delas (65%, sendo a maior representatividade indicada). Importante destacar a presença de educadores/as e professores/as (37,2%), estudantes (30,6%), extensionistas rurais e técnicos/as (19,7%) e pesquisadores/as (19,5%); agricultores/as urbanos (26,64%); movimentos sociais (30,8%) e sindicalistas (8,35%); juventudes (23,46%); movimento de mulheres/feministas (16,9%); assentados/as de reforma agrária (16,9%) e agricultores/as sem-terra (14,5%); povos e comunidades tradicionais (21,86%) e povos indígenas (0,87%);
- Os *principais temas* nos quais as experiências se identificam são: alimento, segurança e soberania alimentar (73,95%); educação e construção do conhecimento agroecológico (53,28%); biodiversidade e bens comuns (49,9%); manejo dos agroecossistemas (46,9%); e resiliência socioecológica e mudanças ambientais (44,93%);

De forma interseccionada, aparecem informações que se referem à coletividade em termos de gestão, participação, responsabilidades e processos nas experiências. Isso aponta para a compreensão de que a construção da agroecologia é coletiva, e de que as saídas para as mudanças climáticas se orientam por princípios consideram a diversidade, a coletividade, a justiça social, gênero, raça e classe. O mesmo se dá em relação aos bens da natureza: 74,34% das experiências realizam a gestão comum da terra e do solo; 65,8% da água; 60,23% das sementes; 44,3% das florestas; 44,3% das matas; e 36,6% dos rios, por exemplo. Além dessas, é citada ainda a gestão comum de lagoas, açudes, mares, mangues, campos e várzeas.

E mais: a percepção da coletividade nas experiências agroecológicas desde os seus territórios, vai ao encontro do que Guhur e Silva (2021b, p. 67) destacam ao

afirmar que promoção da agroecologia, para camponeses e povos tradicionais e originários, significa uma luta cotidiana “contra a despossessão e expulsão da terra, contra a mercantilização dos bens comuns, a criminalização dos movimentos sociais e populares, as restrições de acesso à terra, à água, às sementes e demais meios de trabalho”. A organização coletiva é estratégia na disputa por seus territórios e por condições materiais e culturais de produção e vida, e muitas vezes enfrentam processos de intensos conflitos, como veremos logo mais.

De forma geral, 35% das iniciativas identificaram suas ações relacionadas à produção, beneficiamento, acesso a alimentos e mercados. Segundo a ANA (2025, p. 04), é um dado que, de pronto, identifica a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, e meios de democratizar os sistemas alimentares. “As experiências se dedicam, por exemplo, à construção de novas economias, seja por meio de feiras, mercados institucionais e parcerias com cozinhas solidárias e bancos de alimentos, seja por meio de trocas e doações de alimentos”. Na contramão da competitividade, da primazia do alimento como mercadoria e da produção de alimentos ultraprocessados, do uso intensivo de agrotóxicos e de combustíveis fósseis, ao buscar democratizar os sistemas agroalimentares,

A economia da agroecologia, ao contrário, se baseia no princípio da reciprocidade e na garantia do acesso a alimentos saudáveis, além de valorizar os circuitos curtos de produção e consumo, a sazonalidade dos alimentos e a saúde dos sistemas de produção. (ANA, 2025, p. 11)

Em 31,4% das experiências, foram identificadas estratégias para a conservação da agrobiodiversidade e convivência com os territórios, onde os Sistemas Agroflorestais (SAFs) mereceram um destaque na pesquisa, porque desempenham múltiplos papéis. Dentre eles, estão o de produzir alimentos, reflorestar/recaatingar, diminuir a temperatura, promover conforto térmico e absorver gases do efeito estufa. Na produção de conhecimento, 14,7% das iniciativas buscam elaborar reflexões coletivas sobre a relação entre agroecologia e mudanças climáticas. Para 4,6%, o foco é a promoção da saúde, com destaque para a saúde humana e do ambiente como um todo; 2,2% identificaram a gestão de resíduos sólidos como sua principal atividade de trabalho; e a produção de bioinsumos é a de 1% das iniciativas. Por fim, mesmo que as experiências tenham tido que sinalizar um foco prioritário de suas ações, elas apontaram outras perspectivas que se entrecruzam. É

o exemplo da produção de alimentos associada com a produção de bioinsumos, para diminuir a dependência de insumos externos; ou da conservação da biodiversidade e dos territórios associadas à promoção da saúde, pois “cuidar da terra é promover a vida” (ANA, 2025, p. 04).

Os sujeitos envolvidos nas experiências percebem as mudanças climáticas e as diferentes formas de sua manifestação, onde 66% sinalizam que se intensificaram principalmente nos últimos dez anos. Os principais impactos citados, percebidos desde as particularidades de cada território, foram: aumento da temperatura (73%); a alteração no calendário de chuva (70,8%), na sua diminuição (57,3%), no seu aumento (25%), na ocorrência de chuvas extremas (37%) e alagamento de áreas (26%). Por outro lado, mesmo que de formas simples e comuns, mas adaptadas a cada particularidade territorial, as experiências mapeadas sinalizam perceber que suas práticas contribuem no enfrentamento às mudanças climáticas. São elencadas 18 práticas desenvolvidas, das quais chamam a atenção pelo número de ocorrência e/ou conteúdo: manejo e conservação do solo (70,7%) e da água (42%); produção de alimentos saudáveis (63,2%); diversificação dos sistemas produtivos (63%); plantio de árvores e reflorestamento (56,9%); compostagem (52,7%); organização de grupos e comunidades (49%); engajamento da juventude e defesa das futuras gerações (37,37%); salvaguarda de sementes (37,17%); pesquisa, produção de informações e comunicação (33,6%); e assessoria e suporte a comunidades vulneráveis (23%).

Apesar de as experiências contribuírem com tal enfrentamento e lograrem, em certa medida, de micro ecossistemas mais equilibrados, chama a atenção, de forma preocupante, as suas percepções (ou *constatações*) sobre as formas como as mudanças climáticas já têm impactado os territórios (e elas mesmas). Dentre outras, cerca de 56% e 48% das experiências indicaram, respectivamente, a diminuição da produção e a perda da produção; 50% a diminuição da disponibilidade hídrica; e 36% o desaparecimento de espécies e variedades vegetais nativas. Não coincidentemente e sem nenhuma surpresa, elas também identificam os principais agentes causadores das mudanças climáticas: setores do agronegócio (43,9%), da mineração (21,6%), grileiros (11,5%), empresas ligadas à privatização das águas (11%) e setores do sistema financeiro (9,5%).

Da mesma forma, sem coincidências ou surpresas, as principais fontes de ameaça ou conflitos que as experiências agroecológicas enfrentam em seus territórios

têm origem na questão agrária, que atravessa a formação sócio-histórica brasileira e se reproduz ao longo dos séculos. Aproximadamente 55,5% das experiências apontaram os agrotóxicos como a principal fonte de ameaça ou conflito; seguido pelas monoculturas, com 42,3%; a especulação imobiliária, com 32,8%; as contaminações por transgênicos, com 24,4%; a pecuária, com 18,5% e a mineração, garimpo e suferência, com 16,9%.

Para a ANA (2025, p. 03),

Denunciar a engrenagem do sistema alimentar hegemônico é anunciar a agroecologia e as práticas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais na produção de alimentos diversos, que segue o ritmo da sazonalidade, de insumos produzidos localmente, da conexão com os territórios e da valorização dos circuitos curtos de comercialização.

Porém, da magnitude e importância que a agroecologia tem, desde os territórios, no enfrentamento as mudanças climáticas, das 503 experiências registradas, apenas 187 (37,2%) acessam alguma política pública. As principais políticas públicas indicadas foram: Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA (44,92%); Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE (36,36%), Lei da Agricultura Orgânica (23%), PRONAF (23%), e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER (21,92%). Para o movimento agroecológico, a estruturação e o acesso às políticas públicas é uma bandeira histórica de luta, e uma pauta transversal em suas demandas. No próximo tópico, além de tratar das principais políticas públicas que promovem a agroecologia, analisaremos a sua institucionalização como política pública, no sentido sinalizar seus avanços, impasses e limites frente ao Estado burguês que promove, justamente, os interesses da sua antagonista, a agricultura capitalista.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA PELA POLÍTICA PÚBLICA

Há uma diferença semântica ao se falar de políticas públicas *de* ou *para* a agroecologia, e a agroecologia *como* política pública. A primeira, denota o uso ou a construção de políticas públicas diversas como ferramentas políticas institucionais para a promoção da agroecologia ou de agriculturas de base agroecológica. A segunda, por sua vez, conduz à interpretação de que a agroecologia é transformada

em uma política pública específica, onde ela é institucionalizada como uma política de governo ou de Estado. Ambas as interpretações são reflexos distintos e complementares de um processo dialético provocado e protagonizado pelo próprio movimento agroecológico no Brasil, como veremos neste tópico. Pode-se dizer ainda que a segunda perspectiva foi resultado das articulações anteriores iniciadas pela primeira, e a primeira só se fortaleceu com a conquista da segunda.

Moura (2021) faz um apanhado geral de como se deu o processo histórico e transversal na relação entre estas duas perspectivas. Como sinalizado em diferentes momentos, a emergência da agroecologia se deu em um ambiente de intensificação da Revolução Verde, mas que no Brasil também era o período da Ditadura Militar. Com a abertura democrática, o processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, as arenas para a participação social nas decisões políticas foram ampliadas e fortalecidas. Esse é o ponto de partida para os processos ainda incipientes de incidência política do movimento agroecológico, que promoviam iniciativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, além de comercialização e certificação. A autora destaca que o espaço precursor do apoio estatal para a transição agroecológica (ainda que de forma indireta) foi o subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), do Projeto Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), na década de 1990⁵¹. Nos anos que se seguiram, o amadurecimento político do movimento agroecológico construiu condições para que ele se colocasse com força na disputa da agenda política, onde o Estado brasileiro deveria “assumir seu papel no apoio e fortalecimento de uma agricultura de base agroecológica” (p. 597).

Antes de seguir nesta trajetória histórica, cabe pontuar, rapidamente, qual o ‘papel’ do Estado, ou a sua função na sociedade burguesa para que não se perca de vista as estruturas formatadas e limitadas nas quais a agroecologia se insere ao demandar e pautar-se como política pública. Osório (2019, p. 17) lembra que o “Estado é uma entidade complexa”, e que isso é mais um problema que uma solução. Em sua forma visível, o Estado pode ser compreendido como um conjunto de instituições e um corpo de servidores que trabalham nelas, bem como as leis, normas e regulamentos que o regem e regem a sociedade. O desafio maior está em

⁵¹ O PDA apoiava projetos de gestão e de produção sustentáveis em ecossistemas florestais brasileiros, desenvolvidos por comunidades e organizações sociais.

compreendê-lo em sua forma mais abstrata, ou invisível, que é aquela que o remete como uma relação social, que é a que dá sentido à sua operacionalidade visível.

Nas diversas particularidades da sua complexidade, o autor destaca quatro pontos que sintetizam a importância do Estado na sociedade capitalista: 1ª) ele é a única instituição que consegue fazer com que interesses restritos ou particulares apareçam como interesses de toda a coletividade; 2ª) se apresenta como uma comunidade ao sintetizar costumes e valores compartilhados e projetar rumos e metas comuns; 3ª) é o centro do poder político, que condensa e articula todas as redes e relações de poder capilarizadas na sociedade; e 4ª) as funções estatais atravessam os tecidos fundamentais de produção e reprodução societária, nos campos material, social, político e ideológico. Em resumo, “o elemento específico e essencial do Estado é, portanto, o poder e a dominação de classes” (Osório, 2019, p. 19).

A demanda por política pública de agroecologia e da agroecologia como uma política pública em si, vai ser atravessada por essa concepção e organização do Estado como um espaço de dominação de classes, de relações de poder, de comunidade ilusória e de violência concentrada – logo, serão políticas sempre limitadas. Por mais que se busque, de forma tática, ‘ocupar’ o Estado organizado sobre esses vértices, a estratégia requer, fundamentalmente, que a disputa seja por um projeto societário que destrua os pilares que o sustenta; ou seja, que destrua também o Estado burguês onde se disputam agendas políticas que venham promover e fortalecer a agroecologia. Essa é a perspectiva objetiva e pragmática que não pode sair do horizonte teórico, prático e utópico do movimento agroecológico ao se colocar nesta luta institucionalizada, mesmo que, na correlação de forças, se tensione para o Estado assumir aquilo que se acredita ser, ou se espera que seja, um possível ‘papel’ a favor dos interesses da classe trabalhadora.

A partir de 2003, ganham força e robustez as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, no enfrentamento à fome, já que essa foi uma das prioridades do Governo Lula 1. Moura (2021) lembra que, principalmente por meio da criação do Programa Fome Zero, deu-se amplitude a outras questões relacionadas à nutrição e à alimentação saudável, o combate à fome associado ao combate à miséria, além de o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) ter sido reinstalado

e reorganizado⁵². Uma das ações estruturantes do Fome Zero foi o PAA, instituído originalmente pelo Artigo 19 da Lei nº 10.696, de julho de 2003⁵³. O PAA, assim como o PNAE, prevê a compra institucional de alimentos produzidos pela agricultura familiar e prioriza, desde a sua origem, a compra de alimentos orgânicos e agroecológicos, que recebem um acréscimo de 30% nos preços de referência dos alimentos de forma geral. Do PAA, esses alimentos são repassados, na forma de doação, para equipamentos públicos e instituições que atuem com populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, já do PNAE, o repasse é feito para escolas da rede pública de ensino.

A partir do fortalecimento de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), passaram a exercer um papel importante na articulação de diversos movimentos sociais e sujeitos políticos vinculados à agroecologia e a políticas de fortalecimento da agricultura familiar. O enfoque agroecológico foi adotado nas políticas públicas, e esses dois espaços, CONSEA e CONDRAF, “se tornaram arenas importantes para influenciar na formulação e implementação de novos instrumentos e programas de políticas públicas, bem como articular as iniciativas em execução voltadas à transição agroecológica (Moura, 2021, p. 598). As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável, convocadas respectivamente por esses dois Conselhos também passaram a pautar e demandar a agroecologia na agenda das políticas públicas.

Com o acúmulo de mobilização social e ganhos políticos daquela conjuntura, ambos fortalecidos após o I ENA e a criação da ANA em 2002, a agroecologia tem um primeiro ‘registro’ em lei, ainda que mencionada como uma experiência dentro de uma legislação sobre a produção orgânica – ou seja, tem seu significado reduzido e politicamente esvaziado. Estamos falando da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

⁵² Desde sua criação, em 1993, no governo de Itamar Franco, o CONSEA foi extinto duas vezes: de 1995 até 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso; e depois de 2019 até 2022, no governo de Jair Bolsonaro.

⁵³ Revogado pela Lei nº 14.284, de 2021, que instituiu o Programa Alimenta Brasil. A mesma lei revogou ainda o Programa Bolsa Família, também criado no contexto do Fome Zero, e, em seu lugar, instituiu o Programa Auxílio Brasil. Ambos os programas instituídos em 2021, com diversas lacunas e limitações orçamentárias e políticas estruturantes, foram revogados em 2023, quando os programas originais foram reativados (ainda que sigam com sérias limitações orçamentárias).

O *caput* do Artigo 1º define o que é sistema orgânico de produção que, apenas aparentemente, se assemelha à concepção de agricultura de base agroecológica:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (Brasil, 2003, *online*)

O *caput* e os incisos do seu parágrafo 1º, que esmiuçam a finalidade do sistema orgânico de produção, não versam de regime de terras e das relações sociais que emergem dali, as relações trabalhistas, de justiça social e econômica, da priorização de mercados localizados, com preços justos e acessíveis para quem produz e quem compra, de segurança e muito menos soberania alimentar e nutricional. No parágrafo 2º, coloca em um mesmo grupo de “sistema orgânico de produção agropecuária e industrial”, de forma genérica e sem distinções, uma série de sistemas que são estruturalmente distintos: “§ 2º O conceito [...] abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei” (Brasil, 2003, *online*).

A única menção feita à agricultura familiar está no parágrafo 1º do Artigo 3º, ao tratar da certificação participativa, dando a opção às famílias camponesas de integrar grupos de certificação participativa que, na prática, são as formas mais acessíveis e colaborativas de participação e corresponsabilidade. É dispensada a certificação apenas em caso de comercialização em feiras, porque o contato com o consumidor é direto. Por outro lado, o que se subentende – e é o que se verificou ao longo dos anos – é de que a grande empresa rural e a grande propriedade de terras que produzam de forma orgânica, não precisam integrar sistemas participativos de garantia, logo, não passam por sistemas de controle social. Por ter muito mais estrutura financeira e ter sua produção voltada a grandes mercados e à exportação, elas podem contratar a auditoria de uma empresa certificadora credenciada para obter o selo de produto orgânico, que valorizará a sua mercadoria ‘sustentável’. A certificação orgânica se

torna um negócio rentável, porque se torna, portanto, uma forma de valorização do capital, a partir da diferenciação de qualidade da mercadoria.

Sobre a certificação, uma outra contradição, de tom mais simbólico talvez, é que o produto que precisa ‘se provar saudável’ é justamente aquele produzido de forma ‘natural’. Nessa pesquisa, nós não entramos no debate sobre a exigência da rotulagem de produtos que tenham, em sua composição, mais de 1% de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), os transgênicos (no rótulo, um minúsculo e quase imperceptível triângulo amarelo com a letra ‘T’ maiúscula estampada ao centro)⁵⁴. É uma obrigatoriedade conquistada como direito do consumidor à informação, ou seja, apenas saber o que se consome a partir da compra, ainda que muitas pessoas talvez nem saibam o que é transgênico e a sua identificação. Fora essa rotulagem, é um contrassenso pensar que alimentos envenenados não precisam se provar maléficos à saúde e à natureza, e nem conter a lista de agrotóxicos utilizados em sua produção.

Apesar das contradições de conteúdo e prática, a Lei 10.831/2003 é, ao mesmo tempo, um ganho aos processos de estruturação de outras leis e políticas públicas desenvolvidas posteriormente, e na abertura de diálogo com a sociedade de forma geral. Moura (2021) menciona que foi essa lei que reconheceu o papel do controle social para a verificação e garantia da qualidade os alimentos produzidos de forma orgânica, por meio da oficialização dos sistemas participativos para tais finalidades. Foram eles que facilitaram as compras governamentais para grupos de famílias agricultoras integrantes de grupos de certificação participativa, que é quem conferem a garantia de forma coletiva. Portanto, foi essa lei que deu base para o acesso facilitado e privilegiado da produção às compras institucionais.

Nos aspectos históricos mais gerais, ainda há duas áreas que precisam ser comentadas brevemente, antes de adentrarmos na abordagem de marcos normativos mais históricos no processo promoção da agroecologia e de sua institucionalização em política pública. Uma é a área de ensino, pesquisa e extensão, na promoção da dimensão científica da agroecologia; e a outra, é a respeito de orçamento e financiamento da agroecologia.

O espaço acadêmico, como vimos, é um espaço por excelência na formulação das primeiras pesquisas agroecológicas, protagonizadas por docentes, discentes e pesquisadores/as, originalmente vinculados às Ciências Agrárias e da Natureza, as

⁵⁴ Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.

quais logo passaram a ser desenvolvidas por outras áreas, como as Sociais. Se desde o início a agroecologia esteve presente em espaços de educação formal⁵⁵ por meio de pesquisas, ela ganha força na área mais abrangente de ensino, principalmente, a partir dos anos 2000. Segundo registra Moura (2021), foram criados de dezenas de cursos de graduação (tecnólogo e bacharelado) em agroecologia ou com enfoque agroecológico, além de cursos de especialização, mestrados específicos ou abertura de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado. Com o favorecimento do ensino, foram impulsionadas, dialeticamente, outras ações de pesquisa e extensão.

Em 2006, foi criada a Comissão Interministerial de Educação e Agroecologia (CIEA), com a composição de diversos Ministérios, dentre eles o Ministério da Educação (MEC). A Comissão Interministerial aperfeiçoou e desenvolveu políticas públicas para que agroecologia e produção orgânica fossem incluídas e abordadas na educação escolar, e foi a principal responsável pela criação e consolidação de novos e já existentes Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA), em instituições federais de ensino. Em 2010, foi lançado, junto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do primeiro edital para criação e fortalecimento dos NEAs, uma das estratégias para apoiar projetos voltados para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em agroecologia. Ainda em 2006, também a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) consolidou seu marco referencial em agroecologia, o que possibilitou internamente a elaboração de programas e projetos voltados para a agroecologia (Moura, 2021).

Ainda que a resposta esteja muito distante das demandas do movimento agroecológico, merece destaque a incorporação do enfoque agroecológico nas políticas de ATER, principalmente com o lançamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004, instituída e regulamentada somente seis anos depois, por meio da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Citando Moura (2021), *apud* Caporal e Petersen (2012), lembra que essa política é tida como a primeira política pública a adotar a palavra ‘agroecologia’ como uma orientação para as ações de extensionistas rurais no Brasil. Na versão

⁵⁵ A distinção aqui é apenas a mais usual – educação formal, informal e/ou não-formal, para distinguir os espaços. Sabe-se que diversos movimentos sociais criaram espaços de educação ‘não-formais’, por meio de escolas e cursos, para promover a formação em agroecologia junto a camponeses/as e de seus quadros de militantes.

apresentada em 2004, a agroecologia é citada quatro vezes (no objetivo geral, em um dos seus princípios, em uma das orientações estratégicas e como uma das finalidades na capacitação de extensionistas), mas na lei de 2010, a palavra desaparece.

Se a agroecologia começa a figurar no cenário das políticas públicas apenas nas duas últimas décadas, o orçamento e o financiamento para aquelas que a promovem, direta ou indiretamente, são igualmente recentes e também relativamente muito mais reduzidos em comparação aos já minguados orçamentos para políticas sociais como um todo. As compras institucionais, como citado anteriormente, são uma forma estruturada e mais prática de acessar recursos públicos, que garantem uma compra segura, com preços mais justos e movimentação de mercados locais, o acesso à alimentos mais saudáveis, o estímulo à diversificação na produção, entre outros. Mas aqui, pontuaremos de forma mais específica o exemplo do Pronaf, o programa de crédito e financiamento para a agricultura familiar, criado apenas na metade da década de 1990 após muita pressão de movimentos sociais do campo (foi batizado primeiro de Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, em 1994, e de Programa Nacional da Agricultura Familiar, em 1995).

Aliás, o fato de inexistir uma política pública de financiamento e promoção da agricultura familiar e camponesa até 1994, é a constatação da forma como o Estado brasileiro, predominantemente rural até poucos anos antes, sempre tratou essa parcela considerável de sua população: com abandono e invisibilização. É um reflexo da negligência e descaso para com as condições de vida das famílias camponesas, enquanto sempre manteve privilégios amplos e irrestritos aos setores da burguesia agrária. Significa dizer que o Estado renegou, e renega historicamente, uma das mais consideráveis parcelas populacionais da base de sua formação sócio-histórica e econômica. Isso nada mais é do que a confirmação do caráter e da função cumprida pelo Estado burguês, como uma relação social, de poder político e de dominação de classes, muito bem pontuado por Osório (2019).

Conforme visto no Capítulo 2, ao tratar do Plano Safra, ficou evidente a gritante diferença entre os recursos previstos ao Pronaf, ao Pronamp e às 'Demais' categorias (que envolvem os setores do agronegócio). Cada um desses programas possui diferentes linhas de créditos, para a realização de financiamentos separados por 'setores' da produção agrícola. Como era de se esperar, pela natureza e finalidade a que se propõe, a única linha de crédito voltada para a agroecologia está dentro do

Pronaf que, por sua vez, passou diversificar suas linhas após 2003⁵⁶. A linha de crédito Pronaf Agroecologia, serve para financiar projetos com enfoque agroecológico, já consolidados ou que estimulem a transição agroecológica – lembrando que o Plano Safra 2025-2026 destinou apenas R\$ 78,2 bi ao Pronaf, que corresponde a apenas 13% do total.

Infelizmente, essa linha de crédito específica sempre teve dificuldades em sua execução, e não foi somente por ser uma ‘novidade’:

[...] os agentes financeiros não priorizaram os projetos de transição agroecológica. Além disso, os fatores como a natural complexidade dos projetos concebidos pelo enfoque agroecológico, os prazos de carência e pagamentos e o montante que se propunha a investir contribuíram para dificultar o acesso a essas modalidades. (Moura, 2021, *apud* Weid, 2010, p. 600)

Ou seja, além de poder acessar pouco recurso, o seu acesso é extremamente dificultado pelos trâmites burocráticos ou pelo interesse dos bancos que concedem o financiamento. Um levantamento feito por Oliveira *et al* (2018), com informações mais detalhadas sobre o Pronaf Agroecologia a respeito de valores específicos repassados e contratos efetivados, indicam os números do investimento efetivo feito pelo Governo Federal entre 2015, 2016 e primeiro trimestre de 2017. Enquanto o Pronaf recebeu, como um todo, R\$ 48,24 bilhões de reais no respectivo período, o valor investido na linha Pronaf Agroecologia foi de apenas R\$ 9.963.027,95, ou seja, 0,021%, que foram acessados somente nas regiões Sul (61%), Sudeste (23%) e Nordeste (16%). Esses valores foram coletados em dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, onde ainda foi possível identificar a quantidade e tipos de contratos: foram 488 contratos do tipo investimento, sendo que 54,5% correspondentes à atividade pecuária e 45,5% à atividade agrícola. O que não foi possível aferir é o perfil e a quantidade de pessoas, agricultores/as e suas famílias, que acessaram os recursos.

Do Plano Safra 2023-2024, Sturmer (2025) contabilizou, a partir Painel do Crédito Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que foram contratados 218 financiamentos na linha de crédito Pronaf Agroecologia. Ainda que esteve muito abaixo das experiências existentes, é uma quantidade

⁵⁶ As demais linhas ou modalidades de crédito são: Pronaf Floresta, Pronaf Jovem, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Convivência com o Semiárido, Pronaf Produtivo Orientado, e Pronaf Mais Alimentos.

proporcionalmente maior em relação aos dois anos e três meses da referência anterior. O valor executado, por sua vez, segue proporcionalmente ínfimo em relação ao valor que havia sido liberado para ciclo do Pronaf daquele ano: os financiamentos para agroecologia somaram R\$ 7 milhões, representando 0,014% do valor total de R\$ 49,7 bilhões do Pronaf.

Para aprofundar um pouco mais, e apenas para efeito de comparação diante da desproporcionalidade no acesso de recurso, vejamos o valor do Plano Safra 2023-2024 para o agronegócio, quando foram destinados R\$ 364,22 bilhões. Somado ao valor do Pronaf, o total do Plano Safra foi de R\$ 413,92 bilhões, e chega a ser ridículo dizer que a agroecologia acessou apenas 0,0016% do montante final disponibilizado. Além do pouco recurso disponibilizado à agricultura familiar, é um recurso que não chega às famílias camponesas agroecológicas. Não basta ele 'estar lá', disponível para ser acessado por quem precisar e tiver condições de apresentar propostas consistentes para a liberação burocrática e desinteressada dos agentes financiadores. O acesso não é facilitado, e os caminhos para ele não são conhecidos, práticos e nem intuitivos para uma boa parcela das famílias que deveriam acessar amplamente. Eis mais um desafio posto aos movimentos sociais do campo e o movimento agroecológico, em particular, em termos de pressão na correlação de forças junto ao Estado, no sentido de que haja um direcionamento estratégico dos recursos para onde, de fato, ele deve chegar, e para que haja maior facilidade no seu acesso.

Chegamos, finalmente, no marco histórico em que a agroecologia passou a ser uma política pública específica no Brasil: o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012⁵⁷, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o primeiro de seus instrumentos. A PNAPO, a ser implementada pela União em cooperação com os Estados, Distrito Federal, Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades, tem como objetivo:

Art. 1º [...] integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (Brasil, 2012, *online*)

⁵⁷ Foi revogado no governo Bolsonaro, por meio do Decreto 9.784, de 07 de maio de 2019, e revigorado pelo governo Lula através do Decreto 11.397, de 21 de janeiro de 2023.

No Artigo 2º, logo após reforçar a concepção de sistema orgânico de produção, a partir da Lei nº 10.831/2002, o Decreto apresenta o que entende por ‘produção de base agroecológica’ e ‘transição agroecológica’,

III - produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e IV - transição agroecológica - processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. (Brasil, 2012, *online*)

Sublinha-se que o Decreto não define ‘agroecologia’. Ao não a definir, o conceito não fica enrijecido e fechado a partir da compreensão de uma legislação; o que, nesse sentido, é importante para que essa conceituação siga sendo construída, disputada e fortalecida pelo próprio movimento agroecológico, em seus processos históricos e dialéticos a partir de sujeitos autônomos e organizados coletivamente.

As oito diretrizes são previstas no Artigo 3, das quais destacamos: a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável; na promoção do uso sustentável dos recursos naturais, a observância da legislação e relações trabalhistas, com o favorecimento do bem-estar entre trabalhadores e proprietários (quando o caso); os sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, com aperfeiçoamento das funções econômica, social e ambiental da agricultura e extrativismo florestal, com priorização do apoio institucional. Sobre jovens e mulheres, duas diretrizes sinalizam a ampliação da participação da juventude rural nos processos produtivos; e a redução da desigualdade de gênero, com a promoção da autonomia econômica das mulheres.

O PLANAPO é o primeiro e principal instrumento previsto no Artigo 4º, e os demais se referem à crédito rural, seguro agrícola, valorização de preços, compras governamentais, pesquisa e inovação científica e tecnológica, assistência técnica e extensão rural, educação, mecanismos de controle e outros. O Decreto nº 7.794/2012, no seu Artigo 6º, também institui a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). Elas são duas instâncias de gestão da PNAPO, distintas e complementares:

a primeira, paritária, com 21 representantes governamentais e 21 da sociedade civil; e a segunda apenas com representantes governamentais, de 14 ministérios e nove organizações do poder público.

A PNAPO foi construída em um “processo emergente, de baixo para cima”, a partir de “experiências historicamente construídas na base” (Moura, 2021, p. 600). Isso fica refletido no conteúdo do objetivo, das diretrizes, dos instrumentos e das iniciativas que provoca para serem desenvolvidas através do Plano. Para além do acúmulo histórico da pauta, é importante mencionar que a PNAPO veio ainda de uma reivindicação objetiva da IV Marcha das Margaridas, de 2011, e dos debates entorno da importância da agroecologia e da produção orgânica diante da emergência climática, por ocasião da Conferência do Clima Rio+20 e Cúpula dos Povos, que aconteceram em junho de 2012, no Rio de Janeiro. Mesmo com os desafios e limites à própria organização social agroecológica, e sobretudo diante da correlação de forças postas pelo poderoso setor do agronegócio para o enfraquecimento de políticas públicas que venham a se desdobrar dela, é preciso reconhecer que ela foi um importante ganho histórico. González de Molina *et al* (2023) destacam duas iniciativas inovadoras da PNAPO, que foi a criação dos NEAs e o Programa Ecoforte, para apoio a projetos territoriais, de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

O primeiro PLANAPO foi lançado em 2013, e teve duração até 2015; e o segundo, iria de 2016 a 2019, mas teve sua execução interrompida em 2018. Já o terceiro, marcado por longos debates e impasses, foi lançado em 2024, e tem vigência até 2027. O primeiro abrangia 134 medidas específicas, a partir de quatro eixos: Produção; Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; Comercialização e Consumo. O segundo Plano, com 185 iniciativas, acresceu mais dois eixos: Terra e Território; e Sociobiodiversidade (González de Molina, *et al*, 2023).

Em matéria de agroecologia e agrotóxicos, os embates em questão é um dos exemplos recentes e públicos da correlação de forças dentro do espaço político institucional. Na ocasião, estando praticamente pronto, o seu lançamento foi adiado diversas vezes porque os membros da sociedade civil da CNAPO cobraram um compromisso mais firme do Governo Federal com a pauta. Junto da incorporação de pontos fundamentais para o movimento agroecológico, a pressão era para que o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA) fosse lançado

em conjunto, integrado ao PLANAPO⁵⁸. Como esperado, conforme registra Neto (2025), o PRONARA teve muita resistência vinda dos setores governamentais historicamente vinculados ao agronegócio, como o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Afora os diversos pontos fundamentais, o posicionamento da sociedade civil na CNAPO também se dava porque, por lógica, não tinha nem sentido lançar uma política específica de promoção da agroecologia sem lançar uma específica de enfrentamento ao uso de agrotóxicos. Após os diversos embates, o PLANAPO 3 foi lançado antes, mediante compromisso do governo com o lançamento do PRONARA⁵⁹ (algo que até então era cobrado e não se tinha), que aconteceu somente em 30 de junho de 2025, no ato de lançamento do Plano Safra 2025-2026.

A Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 15 de outubro de 2024, institui o PLANAPO, e destina-o

Art. 1º [...] à implementação de ações, programas e projetos indutores da transição agroecológica, da sociobiodiversidade e da produção orgânica e de base agroecológica, com a finalidade de contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis, da segurança hídrica e do uso sustentável dos recursos naturais. (Brasil, 2024, *online*)

O Artigo 2º estabelece sete objetivos para o Plano, que versam sobre a ampliação e o fortalecimento da produção orgânica e de base agroecológica; os processos sociais, culturais e políticos de acesso, gestão, manejo, uso e conservação da agrobiodiversidade e da natureza; a construção e socialização de conhecimentos; consumo e a comercialização; o acesso à terra e aos territórios socioambientalmente protegidos; o reconhecimento da identidade sociocultural e viabilização de políticas públicas de inclusão socioprodutiva; e o cuidado e vigilância em saúde. O artigo seguinte apresenta os sete eixos de atuação por onde se organizam as metas que seguem os objetivos.: I - produção; II - uso e conservação da agrobiodiversidade e da natureza; III - construção do conhecimento e comunicação; IV - comercialização e consumo; V - terra e território; VI - sociobiodiversidade; e o novo VII - saúde e cuidados

⁵⁸Devido aos limites do tópico, não foi possível fazer uma apresentação das propostas demandadas pela ANA no processo de elaboração do Plano. Para conhecê-las, basta acessar o documento “Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia para o PLANAPO 2024-2027” através do link <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2024/03/PLANAPO-2024-2027-WEB-2.pdf>>.

⁵⁹ O PRONARA foi elaborado em 2014, no âmbito da CNAPO, mas nunca havia sido implementado.

com a vida. As fontes orçamentárias para execução das metas serão o Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual e financiamentos extraorçamentários.

Em relação aos estados e municípios, a ANA realizou um mapeamento, através da plataforma AeR, onde registrou 487 políticas públicas e normativas estaduais e municipais, fornecendo um panorama em relação à capilaridade das políticas públicas de agroecologia. Ele resultou no documento Agroecologia nas Eleições 2022, do qual apresentamos rapidamente algumas informações relevantes. Dos estados brasileiros, 19 possuem Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOs), sendo 09 inativas, 05 vigentes, 01 suspensa, e 4 estados com Projeto de Lei em tramitação. Das políticas públicas e normativas estaduais, 201 estão no Nordeste, 83 no Sudeste, 83 no Sul, 81 na Região Amazônica (somam Tocantins e Maranhão) e 39 no Centro Oeste. Dessas, 54% estão vigentes, 19% já estão consolidadas, 11% estão inativas, e 3% estão suspensas.

Dos mais de 20 temas envolvidos nas políticas mapeadas, destacamos a ocorrência daqueles que fazem uma relação mais direta com pontos abordados nesta dissertação: Políticas Públicas e fomento, 60%; Alimento, Segurança e Soberania Alimentar, 58,3%; Camponato, Povos, Comunidades Tradicionais e outros modos de vida, 27,7%; Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico, 23,4%; Resiliência Socioecológica e Mudanças Ambientais, 14,8%; Agrotóxicos e Transgênicos, 14%; Mulheres e Feminismos, 12,5%; Terra, Território e Ancestralidade, 12%; Juventudes, 12%; e Impactos das grandes obras, empreendimentos e outras violências, 4%.

Metade (50%) das políticas públicas e normativas foram estabelecidas por Lei, 25% por Programas ou Projetos; 9% por Decreto; 4% por Portaria ou Resolução; 2% por outras formas; e 8% ainda estavam na condição de Projetos de Lei. Em relação à abrangência, 73% são estaduais e 27% municipais, territoriais e/ou locais. O governo estadual é, de longe, o principal ente executor/gestor (88%), embora corresponda como ente financiador por 73% das políticas, seguido da responsabilidade do governo federal, com 6,5%. As que preveem algum órgão colegiado com participação popular, com função de controle social, somam 46%, enquanto 43% não preveem tal espaço.

Petersen (2025, *online*) faz um balanço desta longa caminhada histórica de institucionalização de uma política pública de promoção da agroecologia, feito pelo qual o Brasil é reconhecido por ser pioneiro. Para ele, houve um avanço político

extremamente significativo no processo de institucionalização da perspectiva agroecológica pelo Estado brasileiro, mesmo que nem todas as expectativas da sociedade civil, a partir das propostas da ANA, tenham sido incorporadas.”. O referido avanço veio muito mais relacionado à inovação na criação de espaços para gestão intersetorial e participação social, junto da fiscalização das próprias políticas. Como referência política para a fiscalização social e diálogo entre governo federal e sociedade, a instituição do PLANAPO funcionou como um “nicho de inovação institucional” importante para entender as próprias limitações do Plano pelo viés da hegemonia do agronegócio sobre o Estado. Através desse nicho, transparecem contradições estruturantes, históricas, financeiras e de impacto político, a exemplo da proposta para incorporar a reforma agrária e a defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais como medidas essenciais, que não foi contemplada porque “extrapolava os limites estabelecidos pelo governo para a política agroecológica” (além dos já citados embates relacionados ao PRONARA).

Em sua reflexão, o golpe parlamentar de 2016 é tido como um ponto de interrupção do crescente processo de negociação e amadurecimento das políticas agroecológicas, quando então se iniciou um desmantelamento na frágil estrutura institucional conquistada após anos. A eleição de Lula, em 2022, em um governo de coalização política de ‘frente ampla’, também não refletiu em uma construção ou retomada de projetos políticos mais ousados, que viessem a contrabalancear a hegemonia do agronegócio. Diante disso, Petersen (2025, *online*) defende que a agroecologia deve estar, estrategicamente, como uma proposta mobilizadora que aglutina as forças sociais necessárias à superação dos impasses políticos representados pela democracia liberal burguesa e o crescimento do autoritarismo da extrema-direita, dos quais o agronegócio só se beneficia. Na disputa de projeto social mobilizador por onde a agroecologia se afirma, é legítimo que ela se mantenha atuante e representativa na esfera institucional, devido sua liderança e a construção coletiva do conhecimento, sustentadas a partir de experiências concretas, enraizadas em territórios concretos. Do ponto de vista interno, “o fortalecimento da ação coletiva com referência territorial, aliado à atuação em redes conectadas em diferentes escalas, deve ser mantido como foco de atenção e princípio estratégico para a continuidade do movimento agroecológico”.

Considerando que agroecologia é ciência, prática e movimento social, falar de sua institucionalização seria supor que essas três dimensões houvessem se institucionalizado integralmente. Neste caso, ainda que sejam indissociáveis, é necessário compreendê-las distintamente, para analisar por onde ou de que forma a agroecologia se movimenta dialeticamente em um possível processo de institucionalização. A força viva e pulsante da agroecologia passa principalmente pelos sujeitos que a constroem e se organizam em movimentos e redes, que demandam, por sua vez, com força e organização social e política, ações políticas do Estado. É da relação frente ao Estado e à institucionalidade da política pública, que brevemente citaremos uma análise de conteúdo das Cartas Políticas Finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia, os ENAs.

Em pesquisa anterior (Ogliari, 2022), foi possível captar sinais de certo descontentamento e frustração do movimento agroecológico brasileiro com as limitadas e insuficientes iniciativas promovidas pelos governos Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016, gestão interrompida pelo Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016) nas pautas específicas e/ou correlatas à agroecologia. As expectativas refletidas na Carta Política Final do I ENA, em 2002, às vésperas da primeira eleição de Lula, projetavam um cenário otimista para o avanço estrutural nas históricas demandas de reforma agrária, no respeito e proteção dos territórios, na demarcação de terras indígenas e titulação de comunidades quilombolas, no combate à fome e às desigualdades sociais. Também foram lançadas luzes sobre os necessários e desafiantes caminhos a serem percorridos para a transição agroecológica e de modelos agrários. Já no II ENA, em 2006, após quatro anos de gestão petista e novamente às vésperas de uma eleição, a segunda que elegeu Lula, a Carta Política Final faz uma análise realista sobre tímidos, embora importantes, avanços obtidos em matéria de políticas públicas e sociais, com a ampliação do orçamento público, o enfrentamento à fome, entre outras. Mas ela também evidencia a constatação de que o governo não havia rompido com a velha política e seu sistema de exploração; ao contrário, a Carta denuncia de forma firme e explícita que o governo seguia dando amplo apoio ao agronegócio e causando grandes impactos ambientais, sociais e culturais por meio das grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Grosso modo, o mesmo conteúdo é observado nas Cartas Políticas Finais dos dois ENAs seguintes, que sublinham, cada vez mais, a árdua

tarefa posta de se avançar na transição agroecológica e na efetivação de um projeto agroecológico para o Brasil.

Sabe-se que ganhar eleições, ‘conquistar’ o governo do Estado, mesmo os governos tidos como populares, não é sinônimo de conquistar o poder político condensado no Estado. É por isso que sinalizamos brevemente essa pesquisa anterior, com a análise de Cartas Políticas Finais dos ENAs, pois elas refletem um exercício de sistematização de percepções coletivas de um espaço plural, diverso e representativo como é o movimento agroecológico. Mesmo com as expectativas iniciais, os possíveis descontentamentos posteriores e a insistência na luta institucional por políticas públicas que promovam a agroecologia enquanto prática, a análise das Cartas indica que o movimento agroecológico não se furtou, ao longo das décadas, de ter um posicionamento crítico em relação aos limites do Estado burguês, e tampouco cedeu à tentação de reduzir ou encerrar as suas lutas em espaços da política institucional.

Mantendo posicionamento firme, crítico e lutas independentes, o movimento agroecológico também nunca deixou de contribuir e buscar pautar o debate público e político, disputar o fundo público, ou apresentar demandas objetivas ao Estado, seja em períodos eleitorais, seja no curso das gestões políticas. Todavia, essa reflexão carece de maior profundidade, considerando algumas variantes e outros indicadores transversais, como o alcance e a efetividade das políticas públicas de/para a agroecologia; orçamento, aplicação e resultados gerais; organização, mobilização social e política de famílias camponesas, entre outros. Também será fundamental o uso de outros recursos metodológicos, como pesquisa documental e de campo, para mensurar e compreender tal profundidade. Como são recursos que, por ora, não são possíveis de serem aplicados, o aprofundamento desta provocação ficará para pesquisas futuras.

4.3 A DIALÉTICA AGROECOLÓGICA E DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO: SUPERAR O AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA

Até agora, deixamos pendentes algumas discussões importantes na agroecologia, que carecem de uma abordagem mais profunda. De pronto, estamos falando da transição agroecológica e da restauração sociometabólica a partir da

agricultura e, para além delas, da necessidade de evidenciar as dimensões e desafios do projeto político e societário da agroecologia que tratam, dentre outros, da soberania alimentar e da reforma agrária popular. Estas discussões pendentes são fundamentais na pesquisa aqui desenvolvida porque possuem conexões diretas e dialéticas ao fortalecimento da luta camponesa na correlação de forças posta pela luta de classes no campo, com vistas à superação do agronegócio e da questão agrária. Tais abordagens serão aprofundadas com auxílio dos aportes oferecidos pela relativamente recente Agroecologia Política.

A Agroecologia Política, tratada por alguns autores como nome próprio, é uma vertente analítica que tem sido amadurecida nos últimos 15 anos por pesquisadores e pesquisadoras de vários países, embora a discussão política sempre tenha sido algo presente nos processos da agroecologia. De forma resumida, pode-se dizer que um dos seus principais objetivos é o de “transformar as instituições reguladoras do metabolismo dos sistemas agroalimentares para que eles sejam ecologicamente sustentáveis e socialmente justos” (González de Molina, *et al*, 2023, p. 10). A categoria de metabolismo social, por exemplo, é um dos pontos de conexão entre diferentes ciências (biológicas, físicas, sociais, agrárias), ao fazer a vinculação dialética entre bases teóricas da Agroecologia com a Economia Política na perspectiva da agricultura e da alimentação, e permitir um alargamento das reflexões relacionadas.

Para os autores, um dos desafios inerentes à agroecologia é ampliar a escala das experiências agroecológicas, que são muito localizadas mesmo que estejam distribuídas espacialmente ao redor do mundo, em inúmeros territórios, países e continentes – a escala aqui não é a da produtividade das experiências em si. A escala em questão está posta no sentido de que, apesar de a agroecologia ter abordagem apropriada e respostas consistentes ao agravamento da crise multidimensional provocada pelo capital, com inovações tecnológicas e sociais que respondem localmente, ela não ameaça as bases político-institucionais e ideológicas que sustentam o regime agroalimentar corporativo.

Diante da história da agricultura, é fato que “a substituição de um padrão de manejo técnico e econômico dos agroecossistemas por outro nunca é *[foi]* consequência automática da inovação tecnológica”; então, mesmo que a agroecologia prove sua capacidade de solucionar os ‘dilemas produtivos’ das sociedades, os fortes obstáculos enfrentados são político-institucionais e culturais (González de Molina, *et*

al, 2023, p. 166). Para que haja condições objetivas reais à ampliação da escala das experiências agroecológicas, é imperativo a transformação dos marcos institucionais que sustentam o atual regime agroalimentar hegemônico. Essa transformação é fundamentalmente política, mas, para a qual, o movimento agroecológico ainda não tem estratégias de ação política suficientemente amadurecidas.

A construção da sustentabilidade implica uma mudança na dinâmica dos agroecossistemas, algo somente alcançado por meio da mediação de agentes sociais e instrumentos político-institucionais adequados. *Mas a agroecologia não está suficientemente dotada de instrumentos analíticos e critérios necessários para definir estratégias que possam orientar essa mudança.* (González de Molina et al, 2023, p. 21 – grifo meu)

É na construção desses instrumentos analíticos e critérios que a disputa está colocada na agroecologia, inclusive dentro da própria orientação teórica da Agroecologia Política, já que ela não é, como os próprios autores alertam, uma “proposta política específica” ou “um programa de ação”. Outrossim, a sua função é propor conceitos e métodos para a análise dos contextos sociais concretos, pois “está orientada a produzir conhecimentos que possibilitem que a Agroecologia seja socialmente assumida como enfoque sociotécnico para a regulação dos sistemas agroalimentares” (p. 28). Compreendemos que a Agroecologia Política pode até não ser uma proposta política específica, mas, considerando a *práxis* anticapitalista inerente à essência da agroecologia e à urgência deste tempo histórico, ela precisa se aportar de conceitos e métodos da Teoria Crítica. Com isso, a direção da ruptura e da superação do capital ficam mais evidentes, ainda mais se tiver o ecossocialismo como seu projeto político e societário e como a possibilidade à vida no planeta.

A percepção da existência dessa demanda colocada à Agroecologia Política de forma particular, como vertente analítica, mas que já é tarefa da agroecologia da forma geral, vai ao encontro da provocação de Tardin e Guhur (2017, p. 47). O autor e a autora falam sobre a importância de a agroecologia apropriar-se da crítica da economia política, para apreender as manifestações estruturais do capital frente ao ordenamento das relações sociais e para com a natureza.

É necessário apreendê-las como fundamentos necessários ao entendimento das manifestações atuais do capital, tanto quanto para a elaboração programática e a ação estratégica que conduza à superação do capitalismo,

fazendo emergir uma ordem social superior propulsora da emancipação humana e consciente da dimensão ecológica da vida.

Em relação ao ecossocialismo, ele é uma corrente teórica vinculada à tradição marxista e marxiana, onde já aparecem as primeiras abordagens de como o capital já imprimia marcas de ruptura sociometabólica desde os seus primórdios. Nas suas proposições, o ecossocialismo afirma que o capital é incapaz de superar a alienação e a depredação da natureza, pois se alimenta e se reproduz da exploração do trabalho e apropriação privada da riqueza socialmente construída e dos bens comuns, da natureza, como condição para obter lucro. Da mesma forma, reitera que a promoção da emancipação humana e a direção “racional do sistema social para a produção da satisfação das necessidades humanas em bases sustentáveis” somente será possível em uma sociedade de produtores livremente associados (Tardin; Guhur, 2017, p. 76). A transição agroecológica, por exemplo, entra aqui como uma discussão chave, porque também pode evidenciar como as questões ambientais e de sustentabilidade carecem de maior apreensão da realidade social e de proposição de estratégias concretas para que sejam superadas.

No micro, a transição agroecológica comumente é compreendida como sinônimo de ‘conversão’ agroecológica, basicamente um processo interno às experiências na substituição gradual da agricultura convencional/industrial para a agroecologia. É uma compreensão válida, porque há de se imaginar o tempo demandado para restaurar as condições naturais e saudáveis do solo, dos microrganismos, das plantas, da água, dos minerais, para que então torne a produzir de forma ‘natural’. Ou seja, é um tempo que visa contornar o grau da ruptura, fissura ou falha metabólica do agroecossistema local, após anos de adoecimento químico e perda da biodiversidade. Ainda no micro, mas com uma camada maior de complexidade, é um tempo, necessário e permanente, de restauração sociometabólica, já que é um processo conduzido consciente e intencionalmente pelo trabalho humano. Isso demanda, inclusive, o (re)aprender social (da família camponesa) em trabalhar e manejar o agroecossistema de forma saudável, com técnicas e práticas novas ou tradicionais – e reaprender saberes tradicionais e camponeses, apagados e expropriados pela ciência tecnocrática, é um grande desafio. A transição agroecológica se faz necessária ainda para que não haja uma quebra na renda das famílias, de modo que, dentre tantas dificuldades enfrentadas na

transição, a renda é que pode vir a ser um fator determinante ao estímulo ou desestímulo na continuidade, já que se impacta diretamente sobre as condições de produção e reprodução da vida.

Gliessman (2009, p. 576) sistematiza três níveis para esta transição-conversão, basicamente consensuados nas elaborações agroecológicas, onde o nível 3 é o mais desafiante de se alcançar – justamente o que chega à agroecologia, ou a uma de suas dimensões, a partir do alargamento dado ao seu significado.

Nível 1: Aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros ou ambientalmente danosos [...]. Nível 2: Substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas [...]. Nível 3: Redesenhar o agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos.

Gaia e Alves (2021) contribuem na expansão do que implica a transição agroecológica, no macro, e afirmam que ela precisa partir da racionalidade camponesa, ao reestabelecer a forma como camponeses e camponesas se relacionam tradicionalmente com a terra e o meio. De pronto, estabelecem que, para que a transição para a agroecologia seja duradoura e bem-sucedida, ela precisa ter um caráter de ruptura com o estado anterior a que se quer superar; e precisa se ancorar em conhecimento teórico-científico e nas ações práticas, ser *práxis*. Como agroecologia não é agricultura orgânica, a transição também não é só a substituição insumos sintéticos por bioinsumos, mas implica em mudanças nas relações sociais estabelecidas, e mudanças nos princípios de manejo, com processos ecológicos que neguem a simplificação da natureza e reconstruam a sua complexidade.

Dentro de um agroecossistema, a transição para a agroecologia deve favorecer que a família venha a potencializar suas dinâmicas internas relacionadas à diversificação da produção; à produção de insumos localmente, na unidade familiar; à organização justa do trabalho e tomadas de decisão, considerando gênero e geração; e que haja diversificação da renda e potencialização da renda ‘não comercializada’, de subsistência familiar. Isso em aspecto individual de cada experiência. Do ponto de vista coletivo, no âmbito de territórios, é necessário alterar as dinâmicas de forma mais ampla, pois a agroecologia não avança de forma isolada. É fundamental a ação de grupos, movimentos sociais, ambientais, sindicatos, que expressam a “luta política e de materialização das práticas agroecológicas na construção de um outro sistema agrário, baseado na cooperação e na construção coletiva (Gaia; Alves, 2021, p. 775),

com encontros, formação, trocas de experiências, visitas de intercâmbio, auto-organização e educação popular, pois o conhecimento também precisa circular.

Isso leva à provocação da Agroecologia Política, sobre dar escala às milhares de experiências localizadas, onde a compreensão de ‘transição agroecológica’ também carece de ‘escalonamento’, de complexificação política. É nessa ampliação da escala, que partimos das considerações finais de Gaia e Alves (2021, p. 776), ao indicar ser “necessária uma transição que modifique de fato as relações dos seres humanos com a natureza e entre si, mudanças nas relações sociais, trabalhistas, produtivas, ambientais, culturais, de gênero, de gerações, de identidades, de classe”. Essas mudanças precisam ser mais significativas no campo e na sociedade como um todo, e visar a transformação do modo de produção e do sistema agrário, não apenas do agroecossistema.

É importante ter sempre em mente que a transição agroecológica parte da transição de regimes agroalimentares antagônicos – de um, calcado na destrutividade do capital, para outro sustentável, de base ecológica e fruto objetivação teleológica do trabalho camponês. Deverá ser, portanto, um agroecossistema promotor da emancipação humana e, no dizer de Tardin e Guhur (2017), com a inclusão consciente da dimensão ecológica da vida. Para González de Molina *et al* (2023, p. 70), “a transição agroalimentar poderia ser entendida como um processo de mudança metabólica, expressado na passagem de um marco institucional a outro qualitativamente diferente”.

Os autores citam Edgar Morin (2010) como quem sugeriu que essa mudança para um sistema mais sustentável é um processo de metamorfose, onde “a nova ordem socioecológica qualitativamente diferente haverá de se construir sobre os alicerces da existente” (González de Molina, *et al*, 2023, *apud* Morin, 2010, p. 71). Mas a mesma reflexão, sem a metáfora, é encontrada anteriormente em Mészáros (2002), quando o autor, ao tratar da transição socialista, reflete sobre a necessidade irreversível de superar as forças produtivas geradas no capitalismo. Essa superação se dará através de um processo de reestruturação transitória, onde ainda aparecem, *transitoriamente*, os aspectos da interrelação entre capital, trabalho e Estado. Ele alerta: “o que está em jogo é um salto monumental da dominação do capital para um modo *qualitativamente* diferente de controle sociometabólico” (p. 598 – *grifo do autor*), que será exercido não pelo capital, nem pelo Estado, mas autonomamente pelos

trabalhadores associados. Para agroecologia, portanto, no que se propõe aqui, o controle sociometabólico dos agroecossistemas será feito pelos camponeses e camponesas, com trabalho livre que possa conduzir à emancipação humana na sua integralidade.

Frente ao desafio de um escalonamento da agroecologia para que transforme as instituições reguladoras do metabolismo do regime agroalimentar corporativo e hegemônico, serve à transição agroecológica outra consideração feita por Mészáros (2002) à transição socialista nos países centrais e/ou periféricos:

O imperativo de se ir para além do capital como controle sociometabólico, com suas dificuldades quase proibitivas, é a *condição* compartilhada pela humanidade como um todo. Pois o sistema do capital, por sua própria natureza, é um modo de controle global/universalista que não pode ser historicamente superado exceto por uma *alternativa sociometabólica igualmente abrangente*. Assim, toda tentativa de superar os limites de um estágio historicamente determinado do capitalismo [...] está destinada mais cedo ou mais tarde ao fracasso, independentemente de quanto sejam “avançados” ou “subdesenvolvidos” os países que tentaram fazê-lo. (p. 599 – *grifos meus*)

Novaes (2025) explica:

A reflexão de Mészáros sobre a transição socialista se dá no âmbito da proposta que formula, de uma mudança global que tem por objetivo a transcendência do “sociometabolismo do capital”. Sua teoria segue em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital (e não pós-capitalista), no qual o ser humano possa desenvolver a sua “rica individualidade”. (Novaes, 2025, p. 95)

Diante de tais provocações, podemos considerar que, para agroecologia vir a representar de fato uma ameaça às bases político-institucionais e ideológicas que sustentam o regime agroalimentar corporativo ao atual sistema agroalimentar hegemônico, tal como desafia a Agroecologia Política, ela precisa somar forças inevitavelmente na superação do capital. Significa dizer que ela não pode se contentar em ‘reformular’ o capitalismo por meio do desenvolvimento sustentável, ou, quando muito, superar o estágio atual, historicamente determinado, do capitalismo. Também se torna inconfundível a correspondência e confluência de ambas as transições, porque apontam para o mesmo horizonte. É por isso que o projeto político e societário da agroecologia precisa se voltar ao ecossocialismo, proposta essa que não é feita

diretamente por Mészáros em suas obras, mas cujas elaborações teóricas sobre ruptura/restauração sociometabólica a fundamenta.

Para se ter como registro, e já apontando a necessidade de um maior e mais sério aprofundamento em pesquisas futuras, é importante sinalizar que a discussão ecossocialista não é relativamente explícita e nem está estabelecida dentro do movimento agroecológico, dada a sua heterogeneidade. Pode-se dizer, porém, que suas bases teóricas já aparecem referenciadas ainda que timidamente, ou estão, no mínimo, implícitas nas discussões acerca da superação do modo de produção capitalista que provoca a ruptura sociometabólica. São discussões promovidas pelas abordagens fundamentadas no materialismo histórico e dialético, e que fazem críticas às soluções simplistas, limitadoras e mistificadoras dadas pelas próprias instituições do capital e dentro das regras do capitalismo. Desta forma, seja para as lutas ecológicas, para os movimentos sociais e, particularmente, para a agroecologia, dada a sua proposta e os seus desafios, é preciso pensar em

alternativas radicais, alternativas que coloquem outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Como alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, que é o capitalismo, essa alternativa é o ecossocialismo, uma proposta estratégica, que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista. (Lowy, 2013, *apud* Novaes, 2025, p. 94)

Grossi (2022, p. 10) destaca, do pensamento marxiano, a referência do “princípio de restituição do metabolismo social” que trata, diante da destruição sistemática das condições do metabolismo, da necessidade constante de restaurá-lo, sendo uma “lei reguladora da produção social, a partir de um modo adequado ao pleno desenvolvimento humano”. Para ela, a agroecologia se coloca como uma contribuição para superar a falha metabólica na agricultura e na sociedade, pois promove as transformações necessárias na agricultura e manejo dos bens naturais. Se coloca, dessa forma, como um “elemento de restauração da terra e de salvaguarda da natureza como bem coletivo (bem comum) contra a mercadorização e a apropriação privada feitas pelo capitalismo”.

Referente à restauração sociometabólica promovida pela agroecologia desde seus processos de transição, a partir de alguns autores que fazem esse debate, a autora faz uma ótima síntese em relação à complexidade colocada na mediação das

dimensões ambiental, social, política e econômica imbricadas em tais processos. Considerando que a agroecologia é um processo de trabalho e que, portanto, pode reproduzir contradições relacionadas à exploração da força de trabalho, em diferentes recortes como refletido na primeira parte deste capítulo, Grossi (2022, p. 11) afirma que “a transição precisa incidir e modificar as relações entre a sociedade e a natureza e dos seres humanos entre si”, onde sejam contempladas “mudanças nas relações sociais, de trabalho, produtivas, de gênero, geração, de identidades e de classe”.

Talvez ainda pareça uma pergunta mais objetiva em relação à forma que a agricultura agroecológica contribui, em termos práticos, na restauração sociometabólica. Para Petersen e Monteiro (2020, *online*), um dos pontos de partida é a construção de uma ‘nova geografia alimentar’, que encurte distâncias físicas e sociais entre a produção e o consumo, no sentido de ‘relocalizar’ ou ‘reterritorializar’ os sistemas alimentares. Nesta nova geografia alimentar, a agroecologia assume o desenvolvimento de sistemas técnicos que se mantêm pelas funções ecológicas proporcionadas pela biodiversidade, em substituição das tecnologias da Revolução Verde, que são químicas, fósseis, dependentes e devidamente responsáveis pela “desconexão ecológica” da agricultura sobre os territórios.

A biodiversidade mantida e manejada nos territórios agrícolas, a partir dos princípios agroecológicos, capta e converte a energia solar em biomassa, que é colhida e convertida, com nula ou baixa dependência de insumos e/ou energia externa, para atender as necessidades alimentares e econômicas das famílias camponesas. A biomassa também é reciclada no próprio agroecossistema, e se converte em adubação orgânica, o que realimenta as funções ecológicas que são responsáveis em manter a fertilidade e sanidade dos solos, dos cultivos e das criações – perspectivas que não são compartilhadas pelo agronegócio para além dos discursos de ‘agricultura de baixo carbono’, ‘agricultura regenerativa’ e outros termos, que apenas ocultam retoricamente a sua responsabilidade diante das mudanças climáticas. Por sua vez,

A agroecologia contribui para reduzir emissões de gases de efeito estufa e para a construção de agriculturas mais resilientes às mudanças climáticas exatamente porque substitui economias comandadas pelas transações financeiras, entrópicas por natureza, por bioeconomias, ou seja, economias nas quais a produção de valor é realizada a partir da estreita integração do trabalho humano com os fluxos ecológicos locais por meio do manejo da biomassa. (Petersen; Monteiro, 2020, *online*)

Outra característica da nova geografia alimentar está na orientação e desenvolvimento de sistemas alimentares territorialmente localizados, diversos, ambientalmente adaptados e com respeito às culturas alimentares e sociais de cada lugar. É explícita a contraposição aos mercados agrícolas controlados pelos impérios alimentares, que homogeneíza os cultivos das lavouras ao redor do mundo, gera uma série de impactos ambientais a partir de uma agricultura intensiva e extensiva que elimina a biodiversidade, e que é responsável pela forte desconexão sociocultural e econômica da agricultura em relação aos territórios. As novas redes locais de produção, distribuição, abastecimento e consumo, orientadas pela agroecologia, podem ser configuradas de diversas formas associativas, que correspondam às particularidades culturais e de organização de cada território, e que “desenvolvem e coordenam circuitos curtos de abastecimento alimentar constituídos por mercados locais e outros mecanismos não mercantis de transação econômica, como as trocas e as doações”. Petersen e Monteiro (2020, *online*) defendem a ideia de que essas iniciativas de redes locais dinamizam novas relações entre o campo e a cidade, a partir dos territórios, e contribuem na revalorização das culturas alimentares regionais, uma condição imperativa à construção da Soberania Alimentar, uma bandeira política fundamental que veremos a seguir.

4.3.1 Agroecologia, Reforma Agrária e Soberania Alimentar

Frente à crise civilizatória que é a atual grande crise do capital, que congrega crise alimentar, social, econômica, ética e ambiental, Grossi (2023) desenvolve oportunamente a conexão direta entre agroecologia e soberania alimentar, perfazendo a discussão junto da pauta da reforma agrária. Para a autora, é explícita e necessária a conexão entre agroecologia e Soberania Alimentar, sendo que ambas são lutas necessárias aos movimentos sociais do campo e da cidade. A partir de tal provocação, aprofundaremos estes pontos como um exercício de finalizar nossa pesquisa, porque compreendemos que eles são lutas convergentes e formam uma unidade indivisível para a alteração da correlação de forças e fortalecimento da luta camponesa frente às lutas anticapital. A reforma agrária e a soberania alimentar são duas grandes ferramentas para viabilizar a agroecologia, ao mesmo tempo em que, dialeticamente,

a agroecologia fortalece estas duas pautas como condição à transição e superação do regime agroalimentar hegemônico, enfrentamento à ordem do capital e promoção da emancipação humana.

Sob capitalismo dependente, em um país de passado-presente colonial, o regime agroalimentar hegemônico é representado, substancialmente, pelos grandes latifúndios monocultores e agroexportadores de *commodities*, que não surgiram de um acaso e tampouco se mantêm sem uma estruturação de poder político, econômico e ideológico. A concentração fundiária no Brasil é uma marca constitutiva da formação sócio-histórica brasileira, que também é atravessada pelos conflitos e a violência no campo. Diante disso, é impossível dissociar a agroecologia, sua viabilidade e seus processos de transição, da reivindicação por reforma agrária e soberania alimentar.

A reforma agrária (junto, obviamente, da demarcação de terras indígenas e titulação de comunidades quilombolas) é tida como uma resposta à questão agrária, de forma clássica compreendida como distribuição de terras e, em sua forma burguesa, que favorece o próprio desenvolvimento do capitalismo. A reforma agrária aqui defendida tem base e finalidade popular, e congrega as lutas e reivindicações sociais de camponeses expropriados e expulsos do campo na longa marcha do campesinato brasileiro. Graziano da Silva (1993) lembra que, durante muitos anos, se discutia sobre qual seria a principal reivindicação dos trabalhadores rurais no Brasil, se a reforma agrária ou ‘apenas’ melhores salários. Na sua opinião, primeiro que a aparente oposição entre terra e salário não correspondia à complexidade das relações de trabalho na agricultura, como se ambas as coisas fossem antagônicas e como se, no fundo, a busca não fosse por melhores condições de vida e de trabalho.

Depois, ele afirma acreditar que a reforma agrária era a maior e mais geral reivindicação dos chamados operários camponeses, que não tinham terras suficientes ou tinham condições precárias de acesso a elas, e que, por isso, precisavam se assalariar temporariamente. Além deles, os assalariados de forma mais ampla, também tinham a reforma agrária como uma bandeira de luta política. A luta traçada não era apenas para uma “pulverização antieconômica da terra” que, em tese, não significaria uma alteração na dinâmica de exploração do trabalho; mas era sim por uma “redistribuição da renda, de poder e de direitos”, com uma “mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras” (Graziano da Silva 1993, p. 94 e 95). Estrategicamente, visa romper com o

monopólio da terra e eliminar o latifúndio, para permitir que os trabalhadores rurais possam vir a se apropriar dos frutos do seu próprio trabalho. Com a conquista da terra, a reivindicação se amplia para questões de preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica direcionadas à agricultura camponesa e não as políticas de crédito rural do pacote da Revolução Verde.

A reforma agrária nunca aconteceu no Brasil, embora tenha estado em pauta em diferentes momentos históricos. No final dos anos 50, vinha como uma resposta à crise agrária e à crise agrícola pela qual passava o Brasil, mas a resposta dada foi a Revolução Verde, que resolveu, em parte, a crise agrícola – na lógica do capital, desenvolveu as forças produtivas, modernizou tecnicamente a os meios de produção, e aumentou relativamente a produtividade. Como a crise agrária não foi resolvida, a questão agrária só se agravou, inclusive em um acelerado processo de concentração fundiária, com o aumento da pobreza e miséria da população rural brasileira, como aprofundamos nos capítulos anteriores. Estando na ‘ordem do dia’, com forte adesão popular, quaisquer tentativas de radicalização da reforma agrária (parece redundante, mas não o é), foi sufocada pelo Golpe Militar de 1964. Na abertura democrática, que é quando o autor publica a primeira versão deste texto aqui citado, a pauta da reforma agrária volta à tona em um contexto de agudização da crise agrária e, novamente, em uma época de crise da economia capitalista. Ele, então, é enfático ao afirmar que a reforma agrária é a única solução democrática possível para resolver a questão agrária, junto de diversas outras questões, como energética, indígena, ecológica, urbana, das desigualdades regionais: todas como reflexos do caráter dependente do capitalismo no Brasil.

Não basta apenas alterar a forma, mas é fundamental alterar o seu conteúdo. Em suas palavras: *“a reforma agrária já não é mais hoje no Brasil uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento”* (Graziano da Silva, 1993, p. 105 – *grifo do autor*). Significa que ela precisa questionar e propor outra forma de se produzir no campo e lançar bases para um outro modo de produção, onde não haja exploração de uma classe sobre a outra, e onde o trabalho não seja alienado, o que só reafirma o seu caráter político. Embora seja fundamental e possível, o seu desafio não é ‘apenas’ aumentar a produção, mas a necessidade de expressar a

reivindicação dos trabalhadores rurais pela *apropriação dos frutos do seu trabalho*. [...] não é mais apenas uma reivindicação dentro da 'legalidade capitalista': não é mais o direito de cada um à sua propriedade, mas o direito dos trabalhadores ao resultado da sua produção. (p. 106 – *grifo do autor*)

Uma observação interessante de se fazer é em relação à atualidade do debate feito por Graziano da Silva (1993) ainda na década de 1980. Ele sinaliza de como a pauta da reforma agrária vem à tona na agenda política e da sociedade em conjunturas de crise do capital, e essa demarcação conjuntural aparece no Programa Agrário do MST, construído processualmente desde as bases e aprovado no VI Congresso Nacional do Movimento, em fevereiro de 2014. Outra expressão dessa atualidade é em relação à necessidade de se ampliar qualitativamente a compreensão de reforma agrária, e que vai aparecer na demanda do MST por Reforma Agrária Popular. Além de apontar a insuficiência da reforma agrária clássica – que nunca aconteceu no Brasil – e aglutinar outras demandas para o campo, é uma ampliação da reivindicação que atende os interesses de toda a sociedade, e uma convocação à unidade de toda a classe trabalhadora, do campo e da cidade.

Por exemplo, no documento, após uma minuciosa contextualização histórica da luta pela terra e da forma como o capital se apropria dela, o MST (2013, p. 32) sinaliza que sua postura de luta contra o capital e seu modelo de agricultura parte da luta pela terra e território, mas que se amplia “para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas”. Embora tenha assumido a agroecologia em seus processos internos ainda na década de 1990, essa qualificação na sua principal bandeira reivindicatória dá sinais explícitos da convergência agroecológica, e de como ela a toma um espaço de centralidade na luta por terra.

A agroecologia aparece situada dentre os objetivos relacionados à produção e usufruto dos produtos do trabalho camponês, um dos diversos fundamentos que orientam todo o corpo do Programa de Reforma Agrária Popular do MST e que buscam alterações estruturais nas formas de usar os bens da natureza, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Nas propostas sobre o modelo de agricultura defendido pelo MST para o país, que reúne medidas amplas e abrangentes para o diálogo de pautas e agendas específicas e comuns, a agroecologia também está citada especificamente nas medidas sobre a mudança de matriz tecnológica e distribuição da riqueza socialmente produzida no campo, na

política agrícola, e na educação do campo, mas está indiretamente incorporada em todas as demais medidas. Aliás, é importante lembrar que só é possível visualizá-la ali justamente porque a compreendemos de forma abrangente, e não restringida, onde os princípios agroecológicos estão transversalizados em todos os fundamentos, objetivos, propostas, demandas e agendas do Programa Agrário do MST.

A agroecologia também aparece sob o lema ‘Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!’, construído na mesma metodologia participativa desde as bases como foi com todo o programa, convertido em palavra de ordem e que traduz os objetivos do Movimento à sociedade. A convocação para a luta é permanente, mas para construir a possibilidade estratégica da Reforma Agrária Popular, no enfrentamento ao latifúndio e no conjunto das lutas que a viabilizam, é necessário “construir com experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis. Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda sociedade” (MST, 2013, p. 51).

A produção de alimentos saudáveis para toda a humanidade é um dos preceitos da Soberania Alimentar, cujo significado é muito mais amplo. O conceito de Soberania Alimentar foi proposto pela La Via Campesina, pela primeira vez em 1996, por ocasião da Cúpula Mundial da Alimentação; referendado em 2001, por ocasião do Fórum Mundial de Soberania Alimentar; e revisitado em 2007, em Nyéléni-Mali, em nova edição do Fórum Mundial de Soberania Alimentar. Ali, foi reafirmado que

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e o seu direito de definir os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Ela coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, em vez das exigências dos mercados e das corporações. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração. (La Via Campesina, 2007, *online*)

Ao dizer que a decisão sobre o próprio sistema alimentar e agrícola é direito dos povos, e que são os desejos, interesses e necessidades das atuais e das futuras gerações, que devem estar ao centro das decisões políticas, a Soberania Alimentar estende a compreensão de democracia. Por ela, estão postas estratégias para resistir e dismantelar o regime alimentar comercial e corporativo, além de diretrizes para estabelecer os sistemas alimentares, agrícolas, pastorais e pesqueiros, autodeterminados pelos produtores e consumidores locais. Em relação à economia,

A soberania alimentar prioriza as economias e os mercados locais e nacionais e fortalece a agricultura familiar e de pequenos agricultores, a pesca artesanal, o pastoreio e a produção, distribuição e consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante rendimentos justos a todos os povos, bem como o direito dos consumidores de controlar sua alimentação e nutrição. (La Via Campesina, 2007, *online*)

No contraponto às formas de exploração, expropriação e opressão, a Soberania Alimentar

Assegura que os direitos de uso e gestão das terras, territórios, águas, sementes, animais e biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem alimentos. [...] [e] implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes socioeconômicas e gerações. (La Via Campesina, 2007, *online*)

Dentre os pilares propostos pelo conceito, Grossi (2023) destaca a não mercadorização da alimentação, tratada como um direito humano coletivo e que deve estar no centro das políticas públicas; os sistemas alimentares controlados em nível local e nacional; e a valorização dos conhecimentos tradicionais, camponeses e indígenas. Para a autora, a constituição de um Movimento pela Soberania Alimentar possibilita articular diversos movimentos e organizações da pluralidade camponesa, junto de ONGs, acadêmicos, ecologistas, feministas, dentre outros, na construção de um conceito e sua prática, e mais: como um princípio de luta, onde converge e fortalece a relação entre campo e cidade.

As camadas de complexidade dada à alimentação pela Soberania Alimentar não é apenas uma politização da alimentação, mas é tratar os sistemas agroalimentares diversos com a devida profundidade e implicações políticas que eles têm. Aliás, a necessidade de politizar a alimentação ou o consumo alimentar é defendida por González de Molina *et al* (2023, p. 231), como uma das estratégias da Agroecologia Política, já que a tarefa de construir um regime agroalimentar alternativo não é uma responsabilidade apenas de quem produz, mas uma “tarefa cidadã que deve envolver o conjunto das sociedades”⁶⁰.

⁶⁰ González de Molina *et al* (2023, p. 238) propõem, na verdade, a estratégia do “populismo alimentar” como uma abordagem mais ‘atualizada’ à proposta de Soberania Alimentar no que se refere à agroecologia. Os autores têm ciência que o conceito de ‘populismo’ tem uma “péssima reputação no mundo político e acadêmico”, mas o resgate que fazem é correspondente à tradição dos estudos russos para o caminho ao socialismo, posteriormente resgatados por Alexander Chayanov quando de suas

A alimentação saudável e adequada deve ser convertida em uma questão mobilizadora de toda a sociedade, para contribuir na sustentação política e social na ampliação da escala da agroecologia e na consolidação de sistemas agroalimentares localizados. Uma das vias mais sensíveis para essa politização é a questão dos efeitos da alimentação sobre a saúde humana, seja pela conhecida e infeliz generalização de insegurança alimentar provocada pelo regime agroalimentar hegemônico, que provoca fome, subnutrição e desnutrição, seja pela má nutrição, que provoca uma verdadeira ‘epidemia’ de obesidade e outras comorbidades, ou doenças crônicas não transmissíveis. As lutas pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é uma das formas de politizar a alimentação, mas para que não se limitem a pautar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), precisam incorporar a profundidade e qualificação que o conceito de Segurança Alimentar propõe.

Ao se sustentar e fortalecer, dialeticamente, a luta camponesa, a agroecologia também adentra e se compõe em um universo de cosmovisões do campesinato em sua forma generalizada, e que estão presentes implicitamente na heterogeneidade das bases sociais dos movimentos camponeses e, por consequência, do movimento agroecológico. Tardin e Guhur (2017) falam que as bases científicas, populares e filosóficas camponesas, que permitem reconhecer e questionar algumas das determinações da estrutura das relações sociais, se qualificam na perspectiva dialógica problematizadora diante dessas diversas cosmovisões camponesas. É importante lembrar que não estamos mais no século XIX e século XX, e não dá para esperar (e nem idealizar) que o campesinato se configure hoje, no século XXI, como se configurava a décadas passadas – até porque ele não desapareceu e nem parou no tempo, mas se reorganizou nas condições objetivas postas, preservando elementos identitários e de seus saberes milenares.

pesquisas sobre o campesinato, ao convergir a tradição populista russa com a tradição teórica marxista. Não é nossa intenção entrar neste debate aqui, porque fugiria do objetivo do capítulo, mas precisamos apenas deixar registrado onde está a divergência, ou o ponto que os autores compreendem ser a diferença qualitativa: a proposta de Soberania Alimentar da Via Campesina, ao se fundar na noção de classe e ainda que ‘dilua’ no ‘povo’ a sua diversidade, centra o campesinato como o sujeito responsável da transição agroecológica e da Soberania Alimentar, enquanto os seus desdobramentos se estendem para toda a sociedade (o campesinato está no centro dos processos, mas não deve ser o único responsável, logo, a luta deve ser levada por todos os grupos sociais que estão ao longo de toda a cadeia alimentar). Já o populismo alimentar, que reforça a perspectiva de classe e da luta anticapitalista imbuídos na agroecologia, busca “superar a fragmentação de interesses e grupos sociais existentes nos sistemas agroalimentares, por meio da recuperação da capacidade democrática de decidir (soberania) o que e como se produz, como se transforma e distribui e o que se consome”, que são decisões “fundadas em valores e racionalidades econômico-ecológicas camponeses, de onde nasce a Agroecologia” (p. 249).

“O campesinato constitui-se um ser social com conhecimentos empíricos amplos, o que lhe faculta exprimir-se e experimentar-se humanamente numa práxis saturada de possibilidades e potencialidades humanizadoras” (Tardin; Guhur, 2017, p. 84). Para que isso seja possível, e para que haja o avanço e a consolidação de agroecossistemas sustentáveis, de base ecológica, a conquista da terra é condição imperativa, onde a luta na e pela a terra, junto da reforma agrária, potencializa a cooperação consciente para uma práxis que induz a emancipação humana e o desafio consciente sobre a necessidade da reconstrução ecológica da agricultura. Por se constituir como demandas muito específicas à objetivação de agroecossistemas agroecológicos, elas têm capacidade de ampliar as relações com todo o conjunto da classe trabalhadora, principalmente a urbana, com a oferta de alimentos saudáveis, nutritivos, de alta qualidade biológica, e sem uso de meios e ferramentas que exploram e degradam a natureza e a força de trabalho.

Podemos finalizar o capítulo reforçando alguns preceitos básicos que são resumidos por Tardin e Guhur (2017): essas concepções apresentadas, são muito mais do que uma síntese da agroecologia e da sustentabilidade. Elas expressam uma compreensão societária superior, aberta, de horizonte largo, onde os trabalhadores e as trabalhadoras estejam livremente associados, em um contexto em que se espera que cada um e cada uma contribua conforme suas capacidades e receba segundo suas necessidades.

Como exercício de síntese...

A história da agroecologia é uma história tipicamente ‘convergente’, o que não significa, ao mesmo tempo, que não haja contradições, tensões e disputas em sua construção. Seja da convergência, seja da contradição, o seu processo de amadurecimento histórico dá a ela uma identidade plural, compreendida sob três dimensões: ciência, prática e movimento social. É de muita relevância a contribuição propositiva e política da agroecologia no contexto latino-americano, onde ela emerge historicamente com caráter de *práxis* anticapitalista inerente ao fazer contraposição direta à agricultura capitalista representada pelo agronegócio. Vale sublinhar que nosso continente tem bases culturais, econômicas e políticas profundamente agrárias e foi/é palco dos grandes projetos desenvolvimentistas do grande capital internacional.

A apresentação de um panorama da agroecologia na América Latina e no Brasil dá uma boa imagem para este retrato que ainda está em construção.

Enquanto no espaço da academia diversas pesquisas científicas se desenvolviam, originalmente vinculadas às ciências da terra e da natureza e depois com outras ciências, como as sociais e humanas, o espaço rural era um lugar onde inúmeras iniciativas resistências ao avanço do capital no campo e de resgate de práticas tradicionais, por vezes isoladas, ganhavam organicidade. estes dois espaços convergem espaços converge de forma determinante em um movimento agroecológico robusto, que parte da centralidade do sujeito camponês como produtor de conhecimento.

O próprio amadurecimento da compreensão do que é a agroecologia, como conceito, revela as marcas de tal processualidade histórica. Se conjugam o saber técnico-científico e os instrumentos metodológicos para sistemas agrícolas de base ecológica, com o desafio em desenvolver processos de trabalho ecologicamente orientado e de relações sociais emancipadoras, a partir das mudanças produzidas na construção de outro regime agroalimentar. Portanto, compreendemos a agroecologia em uma perspectiva abrangente e não reduzida, diferenciando-a da agricultura convencional, por suposto, e das diversas agriculturas chamadas alternativas, que são mais ‘tipos de agricultura’ do que ‘projeto de agricultura’.

Já no espaço da política institucional, no caso do Brasil, a redemocratização foi determinante para impulsionar políticas públicas que vieram a promover a agroecologia, através dos espaços de controle social, como o CONSEA e o CONFRAF, e por meio de legislações e programas, como a Lei de Agricultura Orgânica, o PAA e o PNAE. Mais tarde, com o acúmulo histórico dos debates públicos e políticos, e com a organização e incidência do movimento agroecológico, foi instituída a primeira política pública de agroecologia, em 2012, a PNAPO. O PLANAPO é o seu principal instrumento, o qual já está em vigor a sua terceira edição, e onde o PRONARA deveria estar integrado – ele foi lançado posteriormente ao Plano, com o compromisso do Governo Federal em aprová-lo diante dos inúmeros embates dos movimentos do campo e agroecológico com setores do Estado historicamente vinculados ao agronegócio.

Por fim, na discussão sobre o projeto político e societário que a agroecologia deve promover, partimos da provocação feita pela Agroecologia Política,

principalmente em relação à construção de escala da agroecologia para que ela venha a representar uma ameaça concreta à sustentação do atual regime agroalimentar corporativo. Há carência de discussões políticas e estratégicas para dar essa escala, junto aportes teóricos da Teoria Crítica, mas tem-se a transição agroecológica e a restauração sociometabólica como duas categorias chave determinantes, junto da Reforma Agrária Popular e da Soberania Alimentar como bandeiras centrais no fortalecimento dialético da luta camponesa. Por fim, compreendemos que a abrangência da transição agroecológica deve estar voltada à emancipação humana integral, que contemple a dimensão ecológica da vida e, a nosso ver, a orientação política da agroecologia deve se direcionar na construção do ecossocialismo como projeto político e societário e como a possibilidade à vida no planeta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Choro virou alegria, a fome virou fartura,
e na festa da colheita, viola em noite de lua.
Mutirão é harmonia, com cheiro de natureza,
o sol se esconde na serra e a gente acende a fogueira.
Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.
Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
(Lima, [s.d.], *online*)

A primeira vez que eu ‘assessorei’ uma formação, foi em um final de semana de setembro de 2009, em São José do Cedro, extremo oeste catarinense. Na verdade, fui acompanhar e auxiliar o meu pai, o assessor ‘original’, na assessoria de uma Escola de Formação da PJ, uma proposta de formação permanente e de educação popular com grupos de jovens da região. Eu estava no primeiro ano do curso de Gestão Ambiental, e preparei com ele todo o material que usaríamos: apresentação em *Powerpoint*, vídeos, dinâmicas, textos para entregar, discussão de grupos. Ele era o assessor principal, mas eu também teria as minhas responsabilidades de condução, devidamente correspondentes a uma pessoa ‘iniciante no ofício’. Eu estava um pouco nervosa com a ‘estreia’, ao mesmo tempo que muito segura porque o meu pai estava junto, porque o grupo e o espaço me deixavam confortável, e porque o assunto era justamente algo que eu conhecia, acreditava, respeitava e vivia na prática: a Agroecologia. Quem diria que, passados 16 anos, eu estaria finalizando uma dissertação sobre o mesmo tema... Não sei por que esse episódio e seus detalhes ficaram ocultos da minha memória por tanto tempo, mas nas últimas semanas de escrita desta pesquisa, fui tomada repentinamente por essa recordação tão afetiva. Talvez ela tenha me vindo como um lembrete para reafirmar que o compartilhamento de saberes, movido pela energia da confluência, é uma coisa que rende mesmo.

O processo da pesquisa foi longo e cheio de altos e baixos, como esperado, ora com energia e picos de criatividade, ora com total ausência dela, com cansaço e muitas dúvidas se o caminho da pesquisa era o mais adequado. É importante deixar isso registrado porque fazer pesquisa nunca é um processo linear, determinado e de alta performance. Apesar disso, sempre encontrei prazer na escrita, e tive respeito por cada assunto que escrevia, no cuidado para que essa escrita científica

correspondesse àquilo que eu acredito que ela deva ser: fluída, prazerosa, acessível, dialógica e horizontal. Espero ter logrado tal feito, ainda que minimamente.

Na proposta de confluir e compartilhar saberes, apresentamos elementos da longa e comum jornada do campesinato latino-americano e brasileiro, de forma particular, sob a produção e reprodução da questão agrária em contexto de capitalismo dependente. Também evidenciamos as resistências, reinvenções e respostas do campesinato frente ao avanço do capital sobre o campo, sendo a agroecologia uma dessas respostas que, por sua vez, desenvolve uma ‘vida própria’, mas segue ancorada de forma indissociável em sua origem. São três, portanto, os principais pontos que conduziram nossa linha de reflexão ao longo de toda a escrita, e que buscamos deixar bem delineados: a *questão agrária* – formação, caráter geral, particularidades no Brasil, manifestações atuais, agronegócio e sua destrutividade; o *campesinato* – caracterizações gerais, formação e trajetória no país, relações e reações frente à agricultura capitalista, e lutas camponesas; e a *agroecologia* – o que é e como surge, configurações e debates atuais, experiências, políticas públicas, transição, projeto político e societário, e fortalecimento dialético para com as lutas sociais e camponesas.

Diante de tais articulações amplas, compreendemos que atingimos nosso objetivo geral, que era o de estudar a agroecologia no Brasil, a partir do seu movimento histórico-dialético face à complexificação da questão agrária brasileira, para explicitar e colocar em debate seus elementos teórico-metodológicos, políticos, econômicos e culturais no fortalecimento do campesinato. Da mesma forma, nossos objetivos específicos também foram alcançados no cômputo geral da pesquisa e em cada capítulo respectivo, o que não significa, naturalmente, que não existam lacunas a serem supridas em pesquisas vindouras. As lacunas fazem parte dos aprofundamentos feitos a partir de recortes metodológicos, e que, quando mais são investigados em suas aparências, mais revelam complexidade em seus conteúdos e essências. Aliás, se tem uma coisa que fizemos muito nesse meio tempo foram cortes e ajustes metodológicos, muito direcionados pela banca de qualificação do projeto original apresentado. Não seria possível desenvolver as inúmeras dimensões desejadas e, sabiamente, a banca sinalizou um passo anterior à abordagem mais complexa e estrutural de contra hegemonia produzida pela agroecologia, que era a

intenção original. Tanto essa intenção original quanto as lacunas da pesquisa, serão devidamente investigadas mais adiante, na continuidade da pós-graduação.

A questão agrária pode ser entendida como o conflito produzido em relação ao acesso, posse, uso e permanência na terra, e abarca, inevitavelmente, os conflitos produzidos sobre a terra, na organização e exploração do trabalho, condições de vida de quem vive e/ou é expulso do campo, e nas resistências geradas a partir disso. Seus reflexos se estendem inclusive ao espaço urbano, acirrando as tensões postas pela contradição capital-trabalho neste espaço. Na América Latina, a constituição da questão agrária é deliberadamente marcada pela invasão colonial, expropriação, expulsão, espoliação, pilhagem, saqueio, escravização, exploração e violência, cuja manifestação ainda atual se expressa na permanência da concentração fundiária, com latifúndios improdutivos ou baseados em monocultura de exportação. Mas não só através disso: ela é reproduzida, sustentada e complexificada na concentração de poder político, na violência no campo e, nos últimos anos, na potenciação dos grandes complexos agroindustriais, que se modernizam cada vez mais em tempos de capital monopolista e financeiro. O agronegócio é a grande manifestação contemporânea do capital no campo, em todas as estruturas de poder-dominação que ele se constitui.

Como pode ser observado ao longo da história, houve uma intensa e gradual transformação da agricultura sob o capital e, dessa transformação, o caráter da questão agrária conjugado a partir do processo de acumulação primitiva provocou uma série de profundas perdas implicadas à agricultura camponesa, das perdas materiais, objetivas para a reprodução da vida, às perdas simbólicas, subjetivas, para a produção identitária, cultura e pertencimento. Entram na lista de tais perdas, a da terra, territórios, relações de comunidade e identidade, da diversidade de produção de alimentos, do controle sobre as sementes e os animais, da possibilidade de gerir naturalmente o melhoramento genético de ambos conforme a especificidade e necessidade geográfica de cada lugar e família, substituição da força de trabalho familiar por maquinários agrícolas, apropriação e substituição do saber camponês pelas pesquisas científicas financiadas por grandes empresas, dentre outras. Tais mudanças, que responderam estritamente aos interesses e demandas do iminente mercado concorrencial, foram um golpe central que deixou o camponês muito mais suscetível e exposto ao grande capital. O fato, por exemplo, de que empresas especializadas passaram a deter o poder do saber, e da reprodução e melhoramento

genético de sementes e animais, se provou extremamente perigoso ao longo da história, e talvez tenha sido a perda de controle camponês mais complexa e significativa em termos de autonomia. Deste exemplo, aliás, ficou pendente uma discussão que não foi possível de ser feita e aprofundada porque fugiria do delineamento proposto. Ela é importantíssima, e envolve a transgenia, biopirataria e patenteamento de sementes e insumos naturais, junto da legítima reivindicação do poder camponês sobre as sementes crioulas, expressada na palavra de ordem promovida pela Via Campesina: “Sementes: patrimônio dos Povos a serviço da Humanidade”.

Preciso deixar registrado algumas das inquietações particulares provocadas durante as leituras sobre campesinato, das mais clássicas às mais atuais que me levaram a outros questionamentos e confrontos entre as reflexões que se avolumavam. Nem sempre encontrei correspondência entre as elaborações teóricas produzidas majoritariamente desde os espaços urbanos, e as realidades que eu conhecia devido às experiências empíricas de vivência própria ou por ter tido contato com espaços, agrupamentos, coletivos ou quaisquer outras experiências de mobilização e luta social camponesa. Ao mesmo tempo que, no contraponto, tais elaborações teóricas me deram bases para uma interpretação mais qualificada de aspectos sociológicos e historiográficos do que eu só conhecia empiricamente.

Em muitas das leituras, sentia um vínculo quase que pessoal com os textos que apresentavam a historicidade dos campesinatos no Brasil, sua constituição, diversidade, dinamização, interiorização e interação, das paisagens e das comunidades formadas, as festas, as religiosidades, as contradições, as singularidades culturais que são demarcadas pelo tempo e espaço geográfico de onde estão ou estiveram... Porém, já com os textos que faziam a discussão de diferenciação e degradação camponesa, sentia maior incômodo, principalmente os que ‘decretavam’ o fim do campesinato motivado por diversos fatores, e que essa massa de ex-camponeses participaria em processos revolucionários conduzidos pelo proletariado urbano.

Essas teorias ainda sugerem aberta ou sutilmente em suas entrelinhas que, em nome da manutenção de um estado permanente de ‘camponesidade’, é necessária a estagnação no desenvolvimento das forças produtivas camponesas. Significa reafirmar o campesinato como sinônimo de atraso e sugerir que, para que o camponês

seja reconhecido e se reconheça como tal, o seu processo de trabalho deve permanecer precário, rústico e com mínimo de sofisticação, sem o uso de ferramentas e tecnologias que venham a modernizá-lo e torná-lo mais fácil. Chega a ser cruel porque, ao sugerir o não acesso camponês ao usufruto das riquezas produzidas coletivamente, privando-o do acesso ao conhecimento, aos meios de produção socialmente criados e de participação da própria complexificação das sociedades e sociabilidades, condena-se milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo ao trabalho braçal e penoso, reduzindo e brutalizando as forças produtivas que ali se encontram. Na questão do reconhecimento, a ‘sugestão’ implícita é que os próprios camponeses e camponesas se abdicuem de acessar melhores condições materiais de vida e de trabalho para que possam ser reconhecidos em suas singularidades que também são identitárias e culturais; ou seja, também tira do campesinato, como sujeito coletivo, o direito de sua autodeterminação como tal caso escolham acessar tais melhorias. Será mesmo que não é possível acessar tudo isso e continuar sendo camponês? E nem falamos dos direitos trabalhistas mais básicos, que reconhecem o camponês e camponesa como trabalhadores rurais; da tomada de consciência política, do reconhecimento e organização camponesa enquanto classe trabalhadora, e do peso político que o termo ‘campesino’ carrega consigo – vide a própria autodeterminação de movimentos sociais camponeses que reivindicaram para si esse termo, em demarcação política e de interesse de classe. Há uma evidente sobreposição de relevância e importância histórica do espaço urbano sobre o rural, lugar tido como arcaico e, aparentemente, inanimado, inerte, desarticulado e incapaz de se autogerir.

De fato, não problematizamos o tom de arrogância que brota de uma parcela da ‘intelectualidade urbana’ que desconhece a dureza da vida na roça, até mesmo ao supor passividade do campesinato frente às condições de precariedade e esbulho com que se encontraram ao longo do tempo. Ou então em diminuir a importância política e histórica das revoltas lideradas por camponeses, especialmente as de cunho ‘messiânico’, como se a ‘alienação religiosa, ideológica e política’ esvaziasse o conteúdo material da condição de pobreza generalizada que assola historicamente as comunidades camponesas. Por fim, além de arrogante, é presunçoso, porque ainda tira do sujeito coletivo camponês sua própria capacidade teleológica de

conscientização, politização e auto-organização, o salto qualitativo de uma classe *em* si para uma classe *para* si.

A agroecologia é considerada em três dimensões indissociáveis: ciência, movimento e prática social, e que amadurece em um contexto histórico de subsunção real da agricultura ao modo de produção capitalista ao redor do mundo, e frente à perversidade e destrutividade dos impactos promovidos pela Revolução Verde no campo e sobre a natureza. Porém, é justamente na periferia do capital, lugar de secular violência colonialista, que a agroecologia emerge como uma alternativa potencialmente contra hegemônica, fruto sobretudo da resistência camponesa às investidas do capitalismo no campo, junto de outras estratégias de luta. No contorno da particularidade sócio-histórica latino-americana e brasileira, deve ser lida como um produto da própria complexificação da questão agrária e da luta de classes no campo. Consideramos, inegavelmente, que a agroecologia é um conceito que nasce dos espaços acadêmicos, com diversas pesquisas científicas desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas e países naquela conjuntura; e situamos que o seu amadurecimento enquanto movimento social se dá à esteira do diálogo e convergência entre as práticas e as pesquisas científicas, pesquisadores/as e ambientalistas, e com a aproximação de movimentos sociais do campo, organizações e entidades sociais, dentre outros.

Na sua concepção científica, apresentamos diversas denominações, todas válidas supostamente, até chegarmos à melhor correspondeu ao que buscávamos frente aos objetivos desta pesquisa, feita por Sevilla Guzmán (2011). No alargamento de sua definição, o autor considera que a agroecologia é o manejo ecológico dos recursos naturais é feito por meio de formas de ação social coletiva que oferecem alternativas à atual crise civilizatória. Está contemplada a complexidade das relações sociais implícitas na complexidade de sistemas agroalimentares locais de base ecológica, onde tais relações precisam ser consideradas de forma determinante na construção da agroecologia. Sustentamos que a agroecologia é o contraponto direto ao regime agroalimentar hegemônico representado pelo agronegócio, que, por sua vez, é a representação mais contemporânea do capitalismo no campo.

Na perspectiva do contraponto e de que se configura uma experiência de reinvenção e de resistência do campesinato, a agroecologia pode ser lida também como um 'resgate'. Significa dizer que ela se torna uma ferramenta para o

campesinato resgatar todas as suas perdas para o grande capital, perdas materiais, objetivas (terra, meios de produção, sementes) e simbólicas, subjetivas (autonomia, saberes, identidade, culturas e modos de vida como classe e como grupo socialmente específico). Por exemplo, no segundo capítulo, ao falar do processo de subsunção formal e real da agricultura ao capital, buscamos delinear o quanto isso feriu a identidade camponesa, e provocou novos rearranjos e relações na comunidade camponesa, além da necessidade de buscar estratégias para reprodução da vida, e da sua reorganização como categoria social. Foi um longo período marcado pela alienação do camponês de seu trabalho, não só representado pela expropriação de suas terras e meios de produção, mas também pela perda de autonomia sobre o seu processo de trabalho, do poder de decisão sobre o que produzir e para que produzir, e perda de seu conhecimento milenar, com a gradual conversão da terra de trabalho em terra de negócio. Quando referenciamos a etnografia junto a camponeses nordestinos, realizada por Woortmann e Woortmann (1997), destacamos como o trabalho é constituído dentro de um sistema cognitivo e de valores que produz cultura e a própria identidade camponesa; e que atacar o trabalho camponês e o saber nele empregado, é atacar aquilo que o camponês é, é destituí-lo de identidade, de cultura, de humanidade. Logo, não sendo e não tendo nada, pode ser qualquer coisa, desprovido do trabalho e de seus frutos que o humanizam.

Assim, podemos considerar que uma das potenciais contribuições da agroecologia ao ser social camponês e à sua resistência como classe, é contribuir na restituição integral da sua humanidade, ao fazer um processo inverso ao do capital, a começar pelo resgate e diálogo de saberes e o fortalecimento da luta pela conquista da terra. Junto a isso, na transição agroecológica está posta a possibilidade de ‘reconverter’ a terra de negócio em terra de trabalho, onde o labor camponês seja espelhado nos frutos de seu trabalho, ao conjugar estratégias de desalienação do trabalho e apropriação coletiva de seus frutos para, considerando seu sistema de valores, alimentar toda a sociedade. Significa construir um processo de trabalho que promova uma relação sociometabólica saudável com a natureza, onde o camponês possa transformar-se a si mesmo ao transformar a natureza por meio do seu trabalho consciente e objetivado, que é o que o cantor popular Zé Pinto entoia em um de seus refrões: “amar a terra, e nela plantar semente. *A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente*” (Lima, [s.d.], *online – grifo meu*).

Das lacunas da pesquisa em relação ao objeto propriamente dito, gostaríamos de destacar ao menos mais quatro que não adentramos por carecer de espaço metodológico e/ou de maior abordagem ou adensamento teórico. A primeira é na discussão da tríade renda da terra (em especial a absoluta, que resulta do monopólio da propriedade privada da terra), reforma agrária popular e agroecologia, como ferramentas estratégicas com condições de fazer enfrentamento aos monopólios (da terra, dos impérios alimentares, complexos agroindustriais...). A renda da terra é um aprofundamento muito importante a ser feito pela agroecologia, e uma discussão que a agroecologia precisa assumir de forma veemente e efetiva, tal qual assume a soberania alimentar como forma de diálogo aberto com a sociedade para debater sistema agroalimentar. Essa necessidade não se dá ‘só’ porque mexe em um dos pilares de concentração de poder político e econômico (a concentração de terras), algo que ainda está em um lugar muito abstrato para a população; mas porque é uma discussão que tem reflexos concretos no conjunto da sociedade. O gancho do diálogo público está porque, no dia a dia, a renda da terra capitalista afeta estruturalmente as condições de vida de toda a classe trabalhadora e, por isso, deveria ser uma pauta de interesse geral. Por exemplo: o preço dos alimentos; os diversos impostos (como o IPTU/ITR), seus valores e quem realmente paga; e a especulação imobiliária, que se reflete no preço dos aluguéis.

A segunda discussão, ainda em diálogo com a agroecologia, está na perspectiva do campesinato propriamente dito, e da agricultura camponesa de forma prática. Nossa abordagem foi, a todo momento, em relação à agricultura que se dá no espaço rural, de modo que não falamos de agricultura urbana, uma iniciativa que vem crescendo sobretudo nas grandes cidades e que o movimento agroecológico tem feito importantes contribuições nos debates, acompanhamento de experiências e proposições de políticas públicas específicas. Mas em relação ao campesinato da forma como o abordamos aqui, não fizemos uma reflexão mais profunda sobre a divisão sexual do trabalho, as desigualdades e violências de gênero presentes no campo; tampouco falamos sobre a realidade de esvaziamento e envelhecimento no campo, e os desafios à sucessão familiar – desafios também para a agroecologia.

Por fim, não estabelecemos reflexões acerca dos processos de recampenização, no sentido de um fenômeno ainda incipiente de retorno de gerações mais novas para o campo. Também não mencionamos o que tem sido chamado de

‘neocamponeses’ ou ‘neoagricultores’, que geralmente são pessoas que nunca tiveram qualquer tipo de vínculo com o espaço rural, mas que fazem a opção de ir morar no campo e viver da agricultura, com ou sem renda complementar. A partir das reflexões feitas no segundo capítulo, principalmente no primeiro tópico, sabe-se que já há processos de reorganização camponesa, mas que, em geral, ela mantém elementos identitários constitutivos do modo de vida camponês. É de se supor, portanto, que a chegada desses grupos com novos perfis, concepções, valores, experiências e estilos de vida (por vezes extremamente distintos ao camponês), naturalmente vai provocar alterações culturais nos espaços rurais, com a possibilidade de produção, inclusive, de novas culturas camponesas. Dentre outras, ficam as perguntas sobre quem são esses ‘novos agricultores’, se há ou não mudanças promovidas com esses novos grupos, quais são elas ou quais tendências de mudanças já podem ser identificadas, e que impactos culturais e geracionais esse influxo provoca nas relações estabelecidas para com quem sempre esteve no campo.

A terceira discussão que não desenvolvemos por carecer de tempo para levantar e cruzar dados, analisar relatórios e pareceres técnicos, e aprofundar algumas reflexões lançadas aqui, é a problematização em torno do conteúdo mais recorrente nos debates públicos quando o assunto é agroecologia: produção agroecológica em larga escala. Geralmente está transvestido na pergunta ‘mas a agroecologia tem capacidade de produzir em larga escala para alimentar toda a população mundial?’. Devemos considerar que é uma pergunta importante e de reflexão recorrente no movimento agroecológico. Mas, por mais genuína que seja a dúvida e o interesse em se ter uma resposta, **ou por mais má intencionada que seja a motivação de fazê-la ao insinuar incapacidade, para então deslegitimar as pautas reivindicadas pela agroecologia**, nos parece que a pergunta é errada ou, no mínimo, feita de forma equivocada ou parcial.

Primeiro que, mesmo que a agroecologia disponha de inovações tecnológicas e bases político-institucionais e ideológicas que permitem uma resposta positiva, como afirmam alguns dos autores citados na pesquisa, não é uma resposta simples de se dar porque a pergunta tem uma natureza extremamente complexa. Depois, porque o peso que está por trás da pergunta, ao nosso ver, coloca em debate um falso dilema, como se tivesse que se escolher apenas uma possibilidade: de um lado, a alimentação como necessidade humana básica, junto da soberania e segurança

alimentar e nutricional, do outro, a capacidade técnico-produtiva para produzir em quantidade suficiente, independente da qualidade e diversidade.

A pergunta é equivocada porque mantém a abordagem na superficialidade, jogando para a agroecologia a responsabilidade em resolver a miséria, o pauperismo e a fome, flagelos históricos que emergiram de forma generalizada sob a contradição capital-trabalho. Nessa superficialidade, não é exposta e muito menos questionada a contradição do regime agroalimentar hegemônico, representado pelo agronegócio monocultor e agroexportador. É de se recordar que foi o capitalismo agrário que avançou pelo campo no mote da Revolução Verde, com promessas jamais cumpridas de se 'produzir alimentos com abundância, o suficiente para acabar com a fome no mundo'. Aliás, essa é a única experiência histórica que a humanidade viva hoje experienciou e conhece, e não dá para lançar projeções futuras assentadas nas mesmas bases produtivas do atual modo de produção. Ao mesmo tempo, tampouco pode-se idealizar uma volta ao passado, onde as forças produtivas sequer haviam se desenvolvido, desconsiderando-as como respostas técnicas de viabilidade em um outro modo de produção que seja agroecológico.

Da mesma forma, o dilema é falso porque não coloca no centro do questionamento o fetiche da mercadoria, que é a forma como o alimento, uma necessidade humana básica, é tratado no atual modo de produção. Ou seja, a questão não está na capacidade produtiva já que, em tese, o atual regime agroalimentar se prova altamente produtivo, vide os recordes de safras anuais. A questão está na busca pela elevada produção de lucros com base na exploração do trabalho e da natureza em geral e do trabalho agrícola em particular, e na transformação de seu produto em uma mercadoria diferenciada, que se torna inacessível para uma parcela considerável da classe trabalhadora.

Quando afirmamos que a agroecologia se contrapõe fundamentalmente ao agronegócio e ao capital, é uma oposição estrutural, principalmente às bases políticas e econômicas que dão sustentação à exploração, ao esbulho, à pilhagem e à destruição generalizada dos territórios, das comunidades e da natureza. Por isso que a pergunta sobre a capacidade da agroecologia em alimentar o mundo precisa vir acompanhada por, ao menos, duas inversões: inversão na lógica da produção, da distribuição, do acesso e do consumo de alimentos; e inversão imagética e objetiva

no regime de acesso e distribuição das terras e de todos os meios de produção, bem como do acesso pleno e compartilhado das riquezas socialmente produzidas.

Já a quarta e última não é bem uma lacuna, mas mais uma provocação: e o Serviço Social nessa discussão toda, onde entra? Quais relações estabelece? Como contribui e como se insere profissionalmente, enquanto categoria profissional interventiva? O debate sobre a questão agrária dentro do Serviço Social é, de fato, muito pequeno, e sobre agroecologia menor ainda. Para além das discussões que emergem da contradição terra-trabalho e capital-trabalho, como a questão social e suas manifestações, o objeto de intervenção profissional, carece aproximações estrategicamente pensadas de tais temáticas em conexão com o Projeto Ético-Político da categoria, e vislumbrando campos de atuação profissional. Um exemplo é a Assessoria Técnica e Extensão Rural orientada pela e para a agroecologia, que é uma pauta cara ao movimento agroecológico.

Para finalizar de fato essas notas e reflexões conclusivas, endossamos o conjunto de demandas políticas e reivindicações históricas da e para a sociedade brasileira, que aparecem organizadas em cinco eixos estratégicos da Carta de Compromisso elaborada pela ANA nos últimos períodos eleitorais, a ser assinada por candidaturas ao legislativo e executivo. Essas demandas são centrais para a agroecologia no imediato, estão postas na arena do debate, da disputa política e por políticas públicas como demandas permanentes, e fazem diálogo direto com as perspectivas abordadas durante o todo da pesquisa. Elas, porém, não se encerram em si mesmas, já que a construção de um projeto político e societário da agroecologia que promova a emancipação humana integral, com a dimensão ecológica da vida, e que se direcione ao ecossocialismo, deve ultrapassar os limites do Estado burguês.

O primeiro eixo da Carta se refere às questões agrária e urbana, e aos direitos territoriais, com a cobrança de reforma agrária, demarcação e garantia de territórios tradicionalmente ocupados, a regulação pública do meio ambiente e a reforma urbana com a garantia do direito à cidade à população periférica. O segundo eixo é sobre o enfrentamento da fome e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, que cobra investimento na agricultura familiar camponesa e nos povos e comunidades tradicionais, com fortalecimento de políticas já existentes e desenvolvimento de sistemas descentralizados de produção e abastecimento alimentar localmente adaptados; além na necessidade de reverter o apoio financeiro,

político e ideológico historicamente concedido de forma incondicional ao agronegócio. O terceiro eixo defende a ciência crítica e cidadã, a educação pública de qualidade e a democratização da comunicação e da cultura, onde o “fortalecimento da ciência cidadã para o desenvolvimento tecnológico e para a construção do conhecimento agroecológico são imprescindíveis para o desenvolvimento de sistemas alimentares justos e saudáveis”. O quarto eixo cobra participação democrática e controle social na construção de políticas públicas, pois compreende que a participação popular e democrática é uma condição indispensável para que a agroecologia venha a se firmar como perspectiva de organização social, política, técnica e econômica dos sistemas alimentares. Por fim, o quinto e último eixo reivindica a promoção da igualdade de gênero e racial e a superação do colonialismo, pois para estruturar “sistemas alimentares justos e sustentáveis segundo a perspectiva agroecológica é incompatível com o machismo, o racismo, a LGBTQIA+fobia e com os métodos colonialistas negadores de saberes e práticas populares” (ANA, 2020, p. 05 e 07).

Ainda que indevidamente em termos de normas metodológicas, quero deixar os versos da canção Fantasia, de Chico Buarque, para que embalem o ritmo das lutas e das pesquisas vindouras:

Canta, canta uma esperança
Canta, canta uma alegria
Canta mais!
Revirando a noite, revelando o dia
Noite e dia, noite e dia...
Canta a canção do homem,
Canta a canção da vida
Canta mais!
Trabalhando a terra, entornando o vinho
Canta, canta, canta, canta...
(Holanda, 1997, *online*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROECOLOGIA EM REDE. **Sobre nós**. Articulação Nacional de Agroecologia; Associação Brasileira de Agroecologia. Disponível em: <<https://agroecologiaemrede.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 19 de outubro. 2025.

AGROECOLOGIA NA AMÉRICA LATINA: construindo caminhos. **Perspectivas da Agroecologia na América Latina 2021-2025**. Columbia Britânica: Universidade da Columbia Britânica (UBC), 2025. Disponível em: <https://cepagro.org.br/wp-content/uploads/2025/10/relatorio-perspectivas-da-agroecologia-na-america-latina-2021-2025_site.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2025.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ANJOS, Anna Beatriz. FONSECA, Bruno. OLIVEIRA, Rafael. **Como o Marco Temporal varreu uma terra indígena do Censo**. Pública!, *online*, 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/como-o-marco-temporal-varreu-uma-terra-indigena-do-censo/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=ticenso>. Acesso em: 04 de jun. 2025.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta política do IV ENA**. ANA. Disponível em: <https://enagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/03/carta_politica_web.pdf>. Acesso em: 09 de abril. 2024.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Agroecologia nas Eleições 2022**. Rio de Janeiro: Agroecologia em Rede, 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Nacional_Apresentacao_PDF_AnE22_Resultados_Finais-v.f-2.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2025.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta-compromisso da Articulação Nacional De Agroecologia às Candidatas e aos Candidatos às eleições de 2022**. ANA. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Carta-Compromisso-AGROECOLOGIA-NAS-ELEICOES.pdf>>. Acesso em 31 de out. 2025.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **No clima da Agroecologia**. Rio de Janeiro: Agroecologia em Rede, 2025. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2025/10/NO-CLIMA-DA-AGROECOLOGIA_VIRTUAL.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Quem somos**. ABA. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>>. Acesso em: 14 de ago. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. Diversidade cultural na fronteira. *In*: CARVALO, Horário Martins de. **O campesinato no século XXI** – possibilidades e condições do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 77-84.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 04 de mar. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em 30 de out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em 20 de out. 2025.

BRASIL. **Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 15 de outubro de 2024**. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo, para o período 2024-2027. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mda/sg-pr/mapa/mds/mma/ms/mcti-n-7-591352552>>. Acesso em: 30 de out. 2025.

BRASIL. **Plano Safra 2025/2026**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/06/plano-safra-2025-2026>>. Acesso em: 09 ago. 2025.

BRASIL. **DIRBI** – Contribuintes declararam ter usufruído mais de R\$ 97,7 bilhões até agosto. Brasília: Receita Federal, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/dirbi-contribuintes-declararam-ter-usufruido-mais-de-r-97-7-bilhoes-ate-agosto>>. Acesso em: 10 de fev. 2025.

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Sapé: Produção: Mapa Filmes do Brasil, 1984. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VxzgLPyLlf4>>. Acesso em 30 de abr. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão Rural e Agroecologia**: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Camaragibe: Ed. do Coordenador, 2015.

CARVALHO, Horário Martins de. **O campesinato no século XXI** – possibilidades e condições do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Cantigas menores**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003. Disponível em: <<https://fperecasaldaliga.org/pt-br/pedro-casaldaliga-a-obra/#popup-baixa-cantigas-menores>>. Acesso em: 28 de maio. 2025.

CASTRO, César Nunes de. Agricultura familiar e maquinário agrícola no Brasil: barreiras ao uso, pesquisa e desenvolvimento e políticas públicas (2025). **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 70. p. 243-271; maio/ago. 2024. Disponível em: <<https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1935/733>>. Acesso em: 19 de out. 2025.

CASTRO, Josué de. A reivindicação dos mortos. *In*: **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 2º v., 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: redesenhando sistemas agroalimentares mais sustentáveis. *In*: LIMA, Marcos Costa. OLIVEIRA, Eduardo Matos (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional**: Brasil e China em perspectiva. Recife: Fasa, 2019. p. 241-269.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e a indústria cultural** – estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAGAS, Afonso Maria das. A violência estrutural dos conflitos agrários no Brasil. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2022, p. 113-124. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>>. Acesso em: 09 de mar. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2024**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2025. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/04/CPT2024_ConflitosNoCampo-web.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2025.

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária brasileira 7**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 57-87.

FERRETTI, Danilo José Zioni. Guerra e paz nos trópicos. *In*: **Revista Impressões Rebeldes**. Niterói, Ano 9, n. 2 (jul-dez), 2021, publicada em 29 de maio de 2022.

Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/guerra-e-paz-nos-tropicais/>>. Acesso em: 01 de ago. 2025.

FONTELLES *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Pará v. 23, n.3, jul. set., 2009.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA. **História da FPA**. Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA. **Todos os membros**. Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

GAIA, Marília Carla de Melo. ALVES, Marcelo João. Transição Agroecológica. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p 771-776.

GIL, Gilberto. **Refazenda**. 1975. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gilberto-gil/16131/>. Acesso em 24 de jun. 2025.

GIRARDI, Giovana. **Crise climática, a pobreza, a guerra e (talvez até) a ruína da democracia**. Agência Pública, de 29 de março de 2024. Disponível em: <<https://apublica.org/2024/03/crise-climatica-a-pobreza-a-guerra-e-talvez-ate-a-ruina-da-democracia/>>. Acesso em: 28 de abr. 2024.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; *et al.* **Introdução à agroecologia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GORENDER, Jacob. Gênese do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil** – o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-53.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6 ed., São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GROSSI, Mônica Aparecida. **Questão Ambiental, Agroecologia e Soberania Alimentar**: lutas sociais na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e de outro metabolismo social. *In*: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022, Rio de Janeiro: ENPESS, 2022. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00891.pdf>>. Acesso em: 01 de nov. 2025.

GROSSI, Mônica Aparecida. **Agroecologia, soberania alimentar, lutas sociais e a formação política no Brasil e na Espanha**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 34, n. 3, p. 01-12, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/17780/9087>>. Acesso em 01 de nov. 2025.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021b, p. 59-73.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Epistemologia da agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021a, p. 394-402.

GUZMÁN CASADO, Gloria I. GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. SEVILLA GUZMÁN, Eduardo (coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

HOLANDA, Francisco Buarque de. **Fantasia**. 1997. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/chico-buarque/85965/>>. Acesso em 15 de nov. 2025.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IANNI, Octávio. A formação do proletariado rural no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil 2 – o debate na esquerda: 1960-1980**. Expressão Popular: São Paulo, 2005, p. 127-146.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. VII Recenseamento geral do Brasil. Série Nacional. v. II. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_p2_br.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017 – resultados definitivos**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

KAUSTY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert S.A., 1968.

LA VIA Campesina. **Declaração do Fórum para a Soberania Alimentar**. Nyéléni, Mali, 2007. Disponível em: <<https://nyeleni.org/en/declaration-of-nyeleni/>>. Acesso em: 10 de nov. 2025

LA VIA Campesina. Declaración del Foro Internacional sobre Agroecología. Nyéléni, Mali, 2015. *In*: **Agroecología campesina: por la soberanía alimentaria y la Madre Tierra**. Harare, Cuaderno n. 7, p. 62-70, 2015. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/wp->

[content/uploads/sites/3/2015/11/CUADERNO%207%20LVC%20ESPANOL.compressed.pdf>](#). Acesso em: 19 de out. 2025.

LA VIA Campesina. **Sobre a Via Campesina**. La Via Campesina. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/#:~:text=A%20Via%20Campesina%2C%20fundada%20em,camponeses%20de%20todo%20o%20mundo.>>. Acesso em: 09 de ago. 2025.

LIMA, José Pinto de. **Caminhos alternativos**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ze-pinto/1941597/>>. Acesso em: 11 de nov. 2025.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas** – uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. Orientadora: Maria Carmelita Yazbek. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/18023/1/Mailiz%20Garibotti%20Lusa.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. 2025.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil 2** – o debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 217-275.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política: Livro 1 – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini** – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & Violência** (a questão política no campo). São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil** – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – por uma teoria da transição. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

MITIDIERO JR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O Agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil; Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAES, Vinicius. Os Homens da terra. *In*: **Violão de rua**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. Livro disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2022/03/403393454-violao-de-rua-pdf.pdf>>. Acesso em 29 de mar. 2025.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Iracema Ferreira de. Políticas Públicas em Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 596-603.

MOVIMENTO das Mulheres Camponesas. **Quem somos**. MMC. Disponível em: <<https://mmcbrasil.org/home/quem-somos-e-nossa-missao/>>. Acesso em: 07 de ago. 2025.

MOVIMENTO dos Pequenos Agricultores. **Histórico**. MPA. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/historico/>>. Acesso em 07 de ago. 2025.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa agrário do MST** – Texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST. Disponível em: <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>>. Acesso em 09 de nov. 2025.

NASCIMENTO JR, Luiz Gonzaga. **Caminhos do coração**. 1982. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/280648/>>. Acesso em: 01 de jul. 2025.

NETO, João Pedro. **Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos é lançado após mobilização de mais de 10 anos de organizações da sociedade civil**. Midia Ninja, de 01 de julho de 2025. Disponível em: <<https://midianinja.org/programa-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-e-lancado-apos-mobilizacao-de-mais-de-10-anos-de-organizacoes-da-sociedade-civil/>>. Acesso em: 30 de out. 2025.

NOVAES, Henrique Tahan. **A educação ambiental anticapitalista** – produtividade destrutiva, trabalho associado e agroecologia. São Paulo: Boitempo, 2025

OGLIARI, Aline. **“Se tem gente com fome, dá de comer”**: a estratégia da agroecologia para a segurança alimentar e nutricional. Orientadora: Mailiz Garibotti Lusa. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/245383/TCC%20Aline%20Ogliari_versao%20final_Reposit%c3%b3rio%20UFSC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 de out. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <https://gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2015.

OLIVEIRA, Erivaldo; *et al.* Análise do Pronaf Agroecologia numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. *In: Cadernos de Agroecologia* (Rio de Janeiro), vol. 13, nº 1, Jul. 2018. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/download/394/1355/3312>>. Acesso em 28 de out. 2025.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETERSEN, Paulo. MONTEIRO, Denis. **Agroecologia ou Colapso (2)**. Outras Palavras, *online*, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/agroecologia-ou-colapso-2/>>. Acesso em: 09 de nov. 2025.

PETERSEN, Paulo. ALMEIDA, Silvio Gomes. Articulação Nacional de Agroecologia. *In: DIAS, Alexandre Pessoa. Et al. (orgs.). Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 131-140.

PETERSEN, Paulo. **Acertos e erros da agroecologia nas políticas públicas no Brasil**. Heinrich Böll Stiftung, *online*: 2025. Disponível em: <<https://www.boell.de/en/2025/02/28/steps-and-missteps-agroecology-public-policies-brazil>>. Acesso em: 30 de out. 2025.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *In: Horizontes Antropológicos* (Porto Alegre), ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/xjhwQdTB5jVzgPqjnSCfGvQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 de ago. 2025.

POMPEIA, Caio. **A formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *In: Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

RADIN, José Carlons. CORAZZA, Gentil. **Dicionário Histórico-Social do Oeste Catarinense**. Chapecó: UFFS, 2018. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/uffs/conteudo/editora/4049-PDF+Dicionario+historico-social+do+Oeste+catarinense.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O Eldorado do Brasil Central: ambiente, democracia e saberes populares no Cerrado. *In*: CARVALO, Horário Martins de. **O campesinato no século XXI** – possibilidades e condições do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 118-125.

SAKAMOTO, Leonardo. **Brasil flagra 2 mil escravizados em 2024; resgate na BYD foi o maior do ano**. Repórter Brasil, *online*: 2025. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2025/01/brasil-flagra-2-mil-escravizados-em-2024-resgate-na-byd-foi-o-maior-do-ano/>>. Acesso em: 24 de jul. 2025.

SANTANA, Renato. **Há 106 anos, pacificação Xokleng serviu como armadilha para violência e esbulho territorial**. Conselho Indigenista Missionário, *online*: 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/10/pacificacao-xokleng-armadilha-violencia-esbulho-territorial/>>. Acesso em: 02 de mar. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERAFIM, Gustavo. Armas na disputa por controle territorial: os usos capitalistas do fogo contra os povos do campo. *In*: ARTICULAÇÃO AGRO É FOGO. **Agro e fogo**: um dossiê sobre grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2023, p. 108-117. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Dossie-AgroFogo-web-DIGITAL-FINAL.pdf>>. Acesso em: 10 de mar. 2025.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. La Paz: AGRUCO; Plural editores; CDE; NCCR, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Bolivia/agruco/20170928051030/pdf_551.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2025.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, p. 01-21; jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>>. Acesso em: 29 de mar. 2025.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Valter Israel da. **Plano Camponês e a relação campo e cidade**. Movimento dos Pequenos Agricultores, *online*: 2016. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/artigos/2106-2/#:~:text=O%20Programa%20Campon%C3%AAs&text=Esta%20alian%C3%A7a%20camponesa%20e%20oper%C3%A1ria,vi%C3%A1vel%20em%20uma%20conjuntura%20favor%C3%A1vel>>. Acesso em: 07 de ago. 2025.

SOUZA. Cristiane Luiza Sabino. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA. Cristiane Luiza Sabino. **Questão agrária, superexploração e migração temporária: o Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente**. Orientadora: Renata Couto Moreira. 2016. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_10077_Cristiane%20Sabino.pdf>. Acesso em: 26 de maio 2025.

STEDILE, João Pedro. Introdução. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil 2: o debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 17-33.

STEDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil 7: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-38.

STURMER, Cris. **E no futuro? Como será o financiamento da agroecologia?**. Brasil de Fato, *online*, 2025. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2025/10/07/e-no-futuro-como-sera-o-financiamento-da-agroecologia/>>. Acesso em: 29 de out. 2025.

TARDIN, José Maria. GUHUR, Dominique Michèle Periotto. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. *In*: MOLINA, Mônica Casta/na et al. (org.). **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária: volume II**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 44-99. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/46503/1/LIVRO_AnalisePraticasContraHegemonicas.pdf>. Acesso em 27 de ago. 2025.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina – a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

VALADÃO, Adriano da Costa. MOREIRA, Silvana dos Santos. Movimento agroecológico. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 508-512.

VERDÉLIO, Andreia. **Governo lança Plano Safra de R\$ 516,2 bilhões para agronegócio**. Agência Brasil, Brasília: 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/governo-lanca-plano-safra-de-r-5162-bilhoes-para-agronegocio>>. Acesso em: 09 de ag. 2025.

WOORTMANN, Ellen F. WOORTMANN, Klauss. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa** – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez: 2013.